

HENRIQUE MODANEZ DE SANT'ANNA



HISTÓRIA DA REPÚBLICA ROMANA

HENRIQUE MODANEZ DE SANT'ANNA

HISTÓRIA DA
REPÚBLICA
ROMANA



EDITORA
VOZES

Petrópolis



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sant'Anna, Henrique Modanez de
História da República Romana / Henrique
Modanez de Sant'Anna. – Petrópolis, RJ :
Vozes, 2015.

Bibliografia

ISBN 978-85-326-5000-9 – Edição digital

1. História antiga 2. República Romana –
História 3. Roma – História I. Título.

14-11953CDD-937

Índices para catálogo sistemático:

1. República : Roma : História 937

© 2015, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
www.vozes.com.br
Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora.

Diretor editorial

Frei Antônio Moser

Editores

Aline dos Santos Carneiro

José Maria da Silva

Lídio Peretti

Marilac Loraine Oleniki

Secretário executivo

João Batista Kreuch

Editoração: Flávia Peixoto

Diagramação: Sheilandre Desenv. Gráfico

Capa: Ygor Moretti

Ilustração de capa: Antiga estátua de uma águia no céu de Roma, Itália.

© 300pixel | 123RF

Imagem com sigla S.P.Q.R. © Enrique Ramos Lopez | 123RF

Fundo: Papel feito à mão com borda dourada. © taigi | 123RF

ISBN 978-85-326-5000-9 – Edição digital

Editado conforme o novo acordo ortográfico.

Lesbiae meae.

*Iucundum, mea vita,
mihi proponis
amorem*

*hunc nostrum inter
nos perpetuum que
fore.*

*di magni, facite ut
vere promittere
possit,*

*atque id sincere dicat
et ex animo,*

*ut liceat nobis tota
perducere vita*

*aeternum hoc sanctae
foedus amicitiae.*

*(CATULO 109, ad
Lesbiam.)*

(Minha vida!, me
dizes que este nosso
amor
será feliz aos dois,
será eterno.
Deuses grandes, fazei
que prometa a
verdade,
que sincera e de
coração o diga
e que nos seja dado, a
vida inteira, sempre
este pacto viver de
amor sagrado.)

SUMÁRIO

[Lista de mapas](#)

[Agradecimentos](#)

[Apresentação](#)

[1 Da fundação da República a Pirro do Épiro](#)

[O nascimento da República Romana](#)

[O funcionamento da República em seus primórdios](#)

[A questão plebeia e a criação de uma nova nobreza](#)

[A conquista da Península Itálica](#)

[A guerra contra Pirro do Épiro](#)

[2 Roma versus Cartago ou a disputa pelo Mediterrâneo Ocidental](#)

[O choque de potências ou o nascimento das hostilidades](#)

[A Primeira Guerra Púnica](#)

[Aníbal Barca e a Segunda Guerra Púnica](#)

[A Terceira Guerra Púnica](#)

[3 A conquista do mundo helenístico](#)

[A formação dos reinos após a morte de Alexandre \(323-301\)](#)

[A ideologia da monarquia helenística](#)

[Os exércitos dos diádocos](#)

[A Batalha de Ipso e seus impactos](#)

[As guerras contra Roma ou o imperialismo romano no Oriente](#)

[4 A crise da República, de Tibério Graco a Crasso](#)

Os Gracos e os problemas socioeconômicos e militares

Mário e o exército romano

Sula

A rebelião de Espártaco

5 Pompeu, César e a “política da desconfiança”

A ascensão de Pompeu

Catilina

Júlio César e o chamado “primeiro triunvirato”

A Guerra Gálica

A guerra civil

A ditadura e os Idos de Março

6 As transformações sociais, culturais e econômicas

Economia imperial, política republicana?

A literatura

Políbio

A religião: dois casos de cultos proibidos

Feminae romanae – Breves considerações sobre a transfiguração de Lucrecia

7 Os últimos anos da República, da morte de Júlio César à ascensão de Otávio Augusto

O testamento de César

Marco Antônio e Otaviano

O (segundo) triunvirato

A guerra civil e o fim da República

Mapas

Referências

Textos de capa

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 A ascensão de Roma

Fonte: BARNES, Ian. *Mapping History: Classical World*. Royston: Eagle Editions, 2007, p. 63.

Mapa 2 Os celtas

Fonte: BARNES, Ian. *Mapping History: Classical World*. Royston: Eagle Editions, 2007, p. 61.

Mapa 3 As Guerras Púnicas

Fonte: BARNES, Ian. *Mapping History: Classical World*. Royston: Eagle Editions, 2007, p. 64.

Mapa 4 O Mediterrâneo Oriental em 100 a.C.

Fonte: BARNES, Ian. *Mapping History: Classical World*. Royston: Eagle Editions, 2007, p. 66.

Mapa 5 Os territórios romanos em 55 a.C.

Fonte: BARNES, Ian. *Mapping History: Classical World*. Royston: Eagle Editions, 2007, p. 67.

Mapa 6 As campanhas de César na Gália

Fonte: BARNES, Ian. *Mapping History: Classical World*. Royston: Eagle Editions, 2007, p. 68.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos colegas de profissão que leram incansavelmente os rascunhos, em especial aos professores Maria Filomena, João Gouveia Monteiro (Coimbra) e André Araújo. Sem eles, não teria tido fôlego para realizar as muitas e necessárias revisões, tampouco teria conseguido pensar em questões que me foram sugeridas durante a redação. Qualquer erro que persista no texto é de minha inteira responsabilidade.

Devo também um agradecimento especial aos meus dois orientadores de doutorado, os professores Vicente Dobroruka e Erich Gruen (coorientador), que contribuíram de modo decisivo para minha formação como historiador, e que tanto insistiram na importância da erudição para aquele que escolheu o caminho das ciências da Antiguidade.

Gostaria, por fim, de expressar minha gratidão aos meus orientandos, que desde o início depositaram total confiança em minha orientação, e às pessoas (e cães e gatos) que de diversas maneiras me deram equilíbrio emocional para seguir em frente. Manifesto, assim, não apenas a minha gratidão, mas também o meu profundo afeto por eles.

APRESENTAÇÃO

Quando questionadas sobre a história antiga de Roma, muitas pessoas mencionam com frequência a Roma dos imperadores, dos *principes*^[1] politicamente mais habilidosos (Otávio Augusto, p. ex.) aos mais “excêntricos”, cuja reputação duvidosa nos documentos antigos nos foi legada – e muitas vezes assimilada sem a devida crítica –, tais como Calígula, Nero ou Heliogábalo. Antes dessa Roma que o cinema não se cansou de recriar, escondem-se séculos de história republicana, cuja importância não foi em nada menor do que aquela atribuída ao seu irmão mais jovem, o Império: trata-se da época em que se destacaram figuras como as dos primeiros cônsules, dos famosos tribunos da plebe, de Cipião, Mário, Sula, Cícero, Pompeu e César. Foi durante a República que Roma subjugou os povos da Península Itálica, incorporou a Sicília, derrotou Cartago, assimilou um a um todos os principais reinos helenísticos e trouxe para sua esfera de ação reinos orientais tão afastados quanto os da Armênia e da Pártia. Foi, portanto, durante o período republicano que a história romana fundiu-se com a história do chamado “mundo helenístico”, termo que desde a metade do século XIX permite a caracterização comum dos vários reinos formados com a fragmentação do Império Macedônico, ocorrida a partir de 323^[2].

Situada entre cerca de 500 (ou 509, se a data tradicional for considerada) e 27, data da ascensão do *princeps* Otávio Augusto, a república (lat. *res publica*) passou a significar, em termos historiográficos, uma forma de governo diferente da monarquia (sua antecessora) e do império (a forma que a sucedeu), mas não necessariamente democrática. Segundo a experiência histórica romana, o termo *res publica* definiu um sistema de governo formado nos séculos V e IV, radicalmente diferente de uma democracia (a ateniense, p. ex.) e tendo o poder político partilhado por uma aristocracia, que o exercia por meio de leis e instituições de modo a coibir qualquer aspiração tirânica ou exercício arbitrário do poder (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 59).

Este livro representa um esforço de síntese e análise dos eventos mais importantes dessa história, de modo a levar o leitor a pensar criticamente sobre ela. A estratégia didática adotada passa pela apresentação de conteúdo factual suficiente para a reflexão sobre questões históricas fundamentais, sempre baseando os argumentos no que pode ou não ser extraído das fontes. Temas centrais foram, assim, abordados por meio de informações amiúde específicas, mas tal nível de especificidade não tem a função de confundir o leitor, e sim de convidá-lo a pensar com o maior arsenal de evidências possível. Afinal, como disse certa vez Allen Ward (Professor aposentado da Universidade de Connecticut), “a grande força da história como disciplina está em sua insistência de que o geral pode ser apoiado pelo específico e que o específico torna-se significativo apenas em contexto” (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. xix).

A concepção deste material passa pelos quase seis anos de sala de aula no ensino superior, especialmente nos cursos de História Antiga ministrados no Departamento de História da Universidade de Brasília. Durante esse período, muitas centenas de anotações foram feitas e aprimoradas, ora com base em reflexões pessoais, ora como resposta às dúvidas regulares de alunos ao longo dos semestres. Como professor de História Antiga, tenho notado a dificuldade que alunos dos primeiros semestres de cursos de graduação (História e áreas afins) têm enfrentado para acessar sínteses históricas atualizadas sobre o período republicano romano, situação que contrasta com o grande volume de publicações brasileiras sobre o Império. Este livro, portanto, serve de apresentação inicial densa o suficiente para alunos de graduação que queiram seguir os estudos em História Antiga ou para aqueles de outros campos da história e de outras disciplinas das ciências humanas que necessitem de maior conhecimento sobre a história de Roma. Imbuído desse espírito, a ideia não é apenas apresentar as informações e sua respectiva análise, mas indicar as fontes utilizadas, para que o leitor possa pensar livremente e tirar as suas próprias conclusões.

Fontes

A história da República Romana está amplamente registrada em fontes dos mais variados tipos. Para este livro, optou-se pela organização das fontes de acordo com os temas dos capítulos, de modo a facilitar seu manuseio, sem dividi-las entre fontes gregas e latinas.

Da fundação da República a Pirro do Épiro

Tito Lívio (*História de Roma* 2; 10) e Dionísio de Halicarnasso (*Antiquidades Romanas* 4-20) preservaram boa parte das informações que podem ser extraídas de relatos mais completos^[3]. Outra fonte valiosa é Cássio Dio (*História Romana* 4-10), preservado em fragmentos pelo monge bizantino Zonaras. Políbio é também fundamental para esta seção, especialmente por causa da análise da constituição romana feita no livro 6 de suas *Histórias*. Cícero, da mesma forma, contém algumas informações valiosas no livro 2 de sua *De Republica*. Por fim, vale a pena consultar Plutarco (*Camilo, Coriolano, Públicola e Pirro*) e Diodoro (*Biblioteca Histórica*, 11-20). A *Biblioteca Histórica*, escrita em 32 livros por Diodoro (nascido na Sicília, mas estabelecido em Roma por volta de 56), cobre o período situado entre a chamada “era mítica” e o ano de 60, mas infelizmente apenas os livros 1-5 e 11-20 nos chegaram completos. Diodoro é, ao lado de Políbio, uma das fontes mais importantes para o ocidente helenístico, mas contém igualmente informações preciosas sobre períodos anteriores, dada a pretensão universal de sua obra.

Roma versus Cartago ou a disputa pelo Mediterrâneo Ocidental

Políbio (*Histórias* 1) preserva o relato mais completo sobre a Primeira Guerra Púnica, ainda que seu primeiro livro seja apenas uma introdução à Segunda Guerra Púnica, tratada nos livros seguintes (2-15) de suas *Histórias*. Os demais (16-40) são dedicados à conquista do Mediterrâneo pelos romanos, começando da Quinta Guerra Síria (a Quarta é tratada em livros anteriores) e com uma análise da Terceira Guerra Púnica nos livros 35-39. É importante ressaltar que apenas os cinco primeiros livros da obra de Políbio nos chegaram completos; os demais (7-40) existem em fragmentos, e cobrem com lacunas os eventos até 145/4. Ao lado de Políbio, encontra-se Tito Lívio, cuja obra (*História de Roma*) está intacta dos livros 21 ao 45; o restante foi preservado nos sumários das *Periochae* (título dado aos epítomes dos livros de Tito Lívio) e por autores dos finais do Império Romano, envolvidos num esforço conjunto pela preservação da tradição de Roma e de toda sua glória passada, uma verdadeira *Reparatio Saeculi*. Dentre eles, destaca-se Quinto Aurélio Símaco, cujas *Cartas* ilustram bem a vida dos senadores na Roma do século IV d.C.

Além dessas fontes, não se pode ignorar alguns fragmentos de Cneu Névio (c. 275-201), contemporâneo das duas primeiras Guerras Púnicas, que escreveu um longo poema épico, intitulado *Bellum Punicum* (sobre a Primeira Guerra Púnica). Bastante danificado, o poema era bem-conhecido na época republicana (o autor nascera em Cápuia, mas se mudou para Roma depois da Primeira Guerra Púnica), podendo ter servido de inspiração para muitos historiadores romanos (MINEO, 2011, p. 116). Sobre a Segunda Guerra Púnica, um poema importante é o de Quinto Ênio, também preservado em fragmentos^[4]. Quinto Ênio registrou, por exemplo, uma das únicas evidências (se não a única) para o elogio da estratégia de Fábio Máximo, o Contemporizador (cf. esp. o fr. 54).

Diodoro (*Biblioteca Histórica* 23-28 e 32) também serve de fonte para as Guerras Púnicas, ainda que os livros que tratam delas nos tenham chegado em fragmentos (cf. supra). Outras fontes a serem consultadas são Cornélio Nepos, com as biografias de Amílcare Aníbal Barca, e Cícero (especificamente as alusões feitas a algumas figuras e eventos das Guerras Púnicas, tomados como exemplos históricos, tais como Fábio Máximo e Cipião Emiliano, nas obras *De Republica* e *De Amicitia*) (MINEO, 2011, p. 120). Do período imperial romano, pode-se consultar Plutarco (*Fábio Máximo, Marcelo e Catão, o Velho*), Sílio Itálico (*Púnica*), Apiano (*História Romana* 7-8) e Cássio Dio (*História Romana* 11-12, para a Primeira Guerra Púnica; 13-17, para a Segunda Guerra Púnica; 21, para a Terceira Guerra Púnica).

A conquista do mundo helenístico

Destacar todas as fontes para a história do mundo helenístico numa apresentação como esta é tarefa impossível, pois elas se dividem de modo muito específico entre literárias e não literárias (papiros, inscrições, moedas e arqueologia), com enorme variedade na língua utilizada e no padrão adotado (para a cunhagem das moedas, p. ex.). Assim, apenas uma breve apresentação pode ser feita sobre a natureza diversa dessas fontes, com o objetivo de esclarecer questões centrais sobre a sua investigação.

As fontes não literárias são um traço bastante específico da história do mundo helenístico, dada a sua abundância, mas tais fontes exigem treinamento especializado que por vezes limitam, no Brasil, o trabalho com elas (excetuando o caso das evidências arqueológicas). Um dos grandes

problemas ao lidar com inscrições, por exemplo, é o seu grande e crescente número, bem como sua organização em diversos trabalhos acadêmicos. Para se ter uma ideia, para as inscrições gregas há diversas coleções e *corpora* publicados e nem sempre de fácil acesso (são poucos os comentários textuais e frequentemente em latim), a saber: *Corpus Inscriptionum Graecarum* = *CIG*, importante, mas relativamente datada (1825-1877); *Inscriptiones Graecae* = *IG*, como o projeto anterior com base em Berlim, mas envolvendo instituições do mundo todo, e organizado geograficamente (Atenas e Ática, nos volumes I-III; Peloponeso, nos volumes IV-VI; Grécia Central, nos volumes VII-IX; norte da Grécia, no volume X; ilhas gregas, nos volumes XI-XIII; Itália e Roma, no volume XIV; Chipre, no volume XV); *Supplementum Epigraphicum Graecum*, com base em Leiden de 1923 a 1971 e desde então em Amsterdã, um esforço para fornecer os textos publicados fora dos *corpora* anunciados anteriormente. Há, ainda, outras seleções importantes, a exemplo dos *Sylloge inscriptionum graecarum* e *Orientis Graeci inscriptiones selectae*.

Recomenda-se, portanto, para uma abordagem introdutória, a utilização de coletâneas de fontes, que as apresentam com estudos realizados por especialistas. Austin (2006) publicou uma das coletâneas mais conhecidas, com número significativo de inscrições e papiros traduzidos, sempre contextualizados e com bibliografia auxiliar. Para as moedas, sugere-se como primeira leitura Morkholm (1991); para o caso dos partos, veja-se Sinisi (2012).

Das fontes literárias, merecem destaque os chamados “fragmentos”. Por fragmento pode-se entender um pedaço de papiro ou mesmo uma página rasgada de um manuscrito medieval em pergaminho, mas normalmente o termo “fragmento” faz referência, na linguagem dos historiadores, a uma citação ou um sumário de um autor preservado somente na obra de outro autor, que o citou (SHIPLEY, 2000, p. 5).

Dentre os fragmentos mais importantes para o historiador, encontram-se os trabalhos perdidos de historiadores gregos, cujos fragmentos (normalmente abreviados como FGrH) foram organizados por Felix Jacoby, entre 1923 e 1959, na obra *Die Fragmente der griechischen Historiker* (Fragmentos dos historiadores gregos). A importância desses fragmentos é grande, especialmente porque não existem relatos longos (contemporâneos dos eventos que narram) preservados para o período após a morte de

Alexandre (em particular o séc. III), embora o número de historiadores helenísticos fosse, ao contrário do que normalmente se pensa, grande. De fato, as obras dos principais historiadores do século III (Hierônimo, Dúris, Timeu, Filarco e Árato) não nos chegaram, da mesma forma que os relatos dos principais atidógrafos (escritores da Ática e, portanto, da história ateniense) (SHIPLEY, 2000, p. 7).

Ainda sobre o século III, nossa principal fonte (a mais intacta, embora posterior) é Diodoro (cf. supra, na apresentação das fontes para o período situado entre a fundação da República e Pirro do Épiro), mais precisamente os livros 18-20 de sua *Biblioteca Histórica*. Diodoro baseou-se amplamente em Hierônimo de Cárdia, um oficial militar e o arquivista de Alexandre III. Para o período que Diodoro não cobre (301-229, considerando o estado de conservação dos livros subsequentes ao livro 20), tem-se apenas Justino (*Epítome de Pompeio Trogo*), que realizou, no século II d.C., uma síntese das *Filípicas* de Pompeio Trogo (séc. I).

Para o período posterior (finais do séc. III e boa parte do séc. II), pode-se consultar Políbio, cujas *Histórias* nos chegaram em melhor estado, mas ainda em boa parte mutilada (cf. supra, na descrição das fontes para as Guerras Púnicas). Por fim, cobrindo o período helenístico tardio, merece destaque Apiano de Alexandria (*História Romana* 9-12), que preservou trechos dos trabalhos perdidos de Hierônimo, Políbio e do tratado antirromano intitulado *Sobre os reis*, escrito no século I por Timágenes de Alexandria (FGrH 88).

Dos trabalhos de autores não gregos que escreveram em grego, pode-se consultar Flávio Josefo (*Antiguidades Judaicas*), Berosso (*História da Babilônia*) e Maneto, ou Manetão (*História Egípcia*; FGrH 609). Outras fontes importantes, embora tardias, são Estrabão (*Geografia*), Pausânias (*Descrição da Grécia*) e Plutarco (*Demétrio, Eumenes, Pirro, Flamínio e Emílio Paulo*).

A crise da República, de Tibério Graco a Crasso

Para o século II, mais precisamente para o cenário latino, Veleio Patérculo (*Compêndio da História Romana* 1-2) pode ser consultado, ainda que muito se questione sobre as fontes por ele utilizadas, além de Plauto, Terêncio (ambos contemporâneos dos eventos aos quais aludem) e Plutarco

Catão, o Velho, Flamínio e Emílio Paulo). Cássio Dio (*História Romana* 11-23), Diodoro (*Biblioteca Histórica* 23-32) e Apiano (*História Romana* 6-9; 11) são também importantes, especialmente porque utilizaram Políbio e analistas romanos de períodos distintos. Informações preciosas são encontradas em inscrições, particularmente as que preservam textos de tratados e leis; da mesma forma, os epitáfios ajudam a esclarecer questões ligadas às carreiras políticas e à vida cotidiana do povo comum (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 93).

Sobre os Gracos, tem-se à disposição apenas relatos bem posteriores aos eventos narrados. Além dos fragmentos de Diodoro (*Biblioteca Histórica* 34-35), Cássio Dio (*História Romana* 24-25) e Veleio Patérculo (*Compêndio da História Romana* 2), que muito pouco esclarecem, chegaram-nos Plutarco (*Tibério Graco* e *Caio Graco*) e Apiano (*História Romana* 13-17), com versões por vezes diferentes entre si sobre os eventos relacionados aos irmãos tribunos.

Para o período subsequente, da ascensão de Mário nos finais do século II à destruição dos escravos revoltosos pelas mãos de Crasso, conta-se escassamente com Veleio Patérculo (cf. supra), Diodoro (cf. supra e fragmentos dos livros 36-39) e Cássio Dio (*História Romana* 26-35). Algumas poucas informações adicionais podem ser encontradas nos fragmentos do livro 8 (precisamente no apêndice que trata da Guerra Númida) da *História Romana*, de Apiano. Ainda sobre a Guerra Jugurtina, as principais fontes são Salústio (*Guerra Jugurtina*), Apiano (*História Romana* 13), que também cobre as guerras contra Mitrídates no livro 12, e Plutarco (*Mário* e *Sula*). Há, por fim, fragmentos (frequentemente ignorados) do historiador Memnã de Heracleia sobre a Primeira Guerra contra Mitrídates.

Para a rebelião de Espártaco, as principais fontes são Salústio (*Histórias*), Tito Lívio (*Periochae* 97), Plutarco (*Crasso*), Apiano (*História Romana* 12) e Floro (*Epítome de Tito Lívio* 2). Informações sobre as possíveis origens de Espártaco (sobre os espartóquidas, mais precisamente) são encontradas em Diodoro (*Biblioteca Histórica* 12.31; 12.36) e Floro (cf. supra).

Pompeu, César e a “política da desconfiança”

Sobre Pompeu e Crasso, as biografias de Plutarco (*Pompeu e Crasso*) são fundamentais. Para o período que se estende da ascensão de Pompeu a Júlio César, pode-se consultar Cícero (obra completa), fonte importante para os eventos até 43, data de sua morte. Além de Cícero, fontes cruciais são os *Comentários* de César (*Sobre a Guerra Gálica* e *Sobre a Guerra Civil*), Salústio (*Histórias*) e Cornélio Nepos (*Ático*). A biografia de Cícero, escrita por C. Nepos, não nos chegou, mas Plutarco (*Cícero*) nos auxilia com dados biográficos sobre o orador e outras figuras políticas de destaque (*Sertório*, *Lúculo*, *Pompeu*, *César*, *Catão*, *Marco Bruto* e *Marco Antônio*), embora tenha escrito bem depois dos eventos narrados. Da mesma forma, Suetônio (*Júlio César*) fornece dados biográficos valiosos.

Outras leituras interessantes são os fragmentos do livro 40 da *Biblioteca Histórica*, de Diodoro, e Tito Lívio (*Periochae* 91-133). As poucas informações encontradas em Veleio Patérculo (cf. supra) podem ser suplementadas com os relatos de Apiano (*História Romana* 13-17) e Cássio Dio (*História Romana* 36-50). Por fim, no âmbito da literatura, Catulo (obra completa) e Lucrécio (*Sobre a Natureza das Coisas*) podem ser consultados.

As transformações sociais, culturais e econômicas

As fontes para o estudo da economia republicana romana, ou das economias romanas do período, podem ser agrupadas em dois blocos: no primeiro bloco, referente ao período que se estende, grosso modo, do século V ao III, estão Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso (cf. supra), os portadores da tradição “analítica” quanto aos usos da terra e às dívidas envolvendo patrícios e plebeus; no segundo, especialmente os relatos contemporâneos dos acontecimentos que narram, incluindo os tratados agrícolas de Catão e Varro.

Como tantos outros tópicos relativos à Antiguidade (clássica e oriental), os sistemas econômicos (não apenas o republicano romano) estão preservados em fontes de natureza diversa, e que nos chegaram em condições igualmente diversas. Há, por exemplo, alusões ao uso de moedas e empréstimos em autores dos períodos republicano e imperial, como Plínio (*História Natural* 33. 42-47) e Tácito (*Ann.* 6. 16), bem como diversas informações cruciais em evidências arqueológicas, que vão de estruturas arqueológicas escavadas para o período mais recuado às ânforas descartadas nos séculos II e I, importantes para a compreensão de uma mudança

significativa nos hábitos alimentares (a extensão do consumo do vinho, p. ex.). Outras evidências incluem moedas, inscrições (mais difíceis de organizar se comparadas às inscrições imperiais) e papiros do Egito Lágida (AUBERT, 2004, p. 161-162).

Para os casos escolhidos quanto à literatura romana, as fontes são as muitas indicadas no próprio capítulo, de Lívio Andrônico a Catulo, passando por Plauto e Terêncio; para a historiografia, a principal fonte estudada é Políbio, especialmente as seções que discutem o método polibiano. Sobre os dois cultos helenísticos escolhidos na seção dedicada à religião, sugere-se particularmente a leitura do *senatus consultum de Bacchanalibus* (CIL i² 2, 581), de Tito Lívio (39. 8-14), de Apuleio (*Metamorfoses*, esp. livro 11) e de Plutarco (*Ísis e Osíris*).

Em se tratando da história das mulheres da República Romana, há dois grupos principais de evidências: o literário e o epigráfico. Os dois grupos demandam tratamento metodológico diferenciado, devido à natureza dos textos em questão. Das evidências literárias, merecem destaque as cartas de Cícero e Plínio, por conterem informações preciosas sobre mulheres aristocráticas romanas cujos matrimônios eram reconhecidos legalmente. Quanto ao segundo grupo, é importante destacar, por exemplo, que a análise dos termos encontrados nos epitáfios (parte das evidências epigráficas que temos à disposição) requer apreciação estatística, como demonstrado por Jeppesen-Wigelsworth (2010, p. 32-35), a fim de facilitar (e em alguns casos viabilizar) a comparação de grupos de inscrições e a remoção de evidências irrelevantes. Assim, quanto mais frequente for o uso de certos termos nas inscrições, maiores as chances de que esses termos deem suporte à interpretação que busca padronizar uma terminologia ou indicar sua regularidade na sociedade romana (de modo a significar uma “percepção social comum”).

Para as inscrições latinas, os principais *corpora* incluem as *Inscriptiones Italicae* (desde 1931) e os *Supplementa Italica* (desde 1981) e *Corpus Inscriptionum Latinarum* (desde 1863, com a seguinte organização básica: volume I, contendo inscrições do período anterior a 44; volume II, inscrições da Hispânia; volume III, do Egito, da Ásia e de províncias onde se falava o grego; volume IV, os grafites de Pompeia, Herculâneo e Estábias; volume V, as inscrições da Gália; volume VI, de Roma; volume VII, da Bretanha; volume VIII, do norte da África; volume IX, da Calábria, da

Apúlia e de Sâmnio; volume X, de Brútio, da Lucânia, da Campânia, da Sicília e da Sardenha; volume XI, da Etrúria e da Úmbria; volume XII, da Gália Narbonense; volume XIII, das três Gálias e da Germânia; volumes XIV, XV, XVI e XVII, contendo temas variados).

Felizmente, quase todas as inscrições latinas podem ser estudadas em bases de dados on line, a exemplo da fornecida por Manfred Clauss (<http://www.manfredclauss.de/gb/index.html>). Nela, mais de 355.000 inscrições latinas podem ser consultadas.

Os últimos anos da República, da morte de Júlio César à ascensão de Otávio Augusto

As principais fontes literárias para o período são Suetônio (*Otávio Augusto*) e Cássio Dio (*História Romana* 36-50). Suetônio é particularmente interessante por ter preservado relatos de fontes hostis a Augusto, tais como as cartas de Marco Antônio. Outros textos importantes são a biografia de Marco Antônio, escrita por Plutarco, e os fragmentos de uma biografia de Otaviano, de autoria de Nicolau de Damasco. Como na apresentação das fontes para o período tratado no capítulo anterior, recomenda-se a leitura de Veleio Patérculo (cf. supra) e Apiano (*História Romana* 13-17), além de Tito Lívio (*Periochae* 91-133).

A fonte mais importante para a ideologia política de Augusto, no entanto, não são as biografias ou as histórias (muitas das quais perdidas, como as de Asínio Polião), mas a “rainha das inscrições”, como Mommsen chamou as *Res Gestae Divi Augusti* (RGDA) (MOMMSEN, apud COOLEY, 2009, p. 2). Preservadas em inscrições de várias cidades, a versão mais completa das RGDA é o chamado *Monumentum Ancyranum*, de Ancara, capital da Turquia. Quanto à literatura, informações valiosas são encontradas em Virgílio (*Éclogas e Geórgicas*).

[1]. Termo latino (sg. *princeps*; pl. *principes*) que designa mais especificamente os imperadores romanos de Otávio Augusto (27) a Dioclesiano (285 d.C.).

[2]. São eles: Antigônida, Selêucida, Lágida e, da Anatólia à porção mais oriental do mundo helenístico, Pérgamo, Bitúnia, Ponto, Capadócia, Armênia, Atropatene, Pártiae Bactria. **Todas as**

datas dos eventos antigos tratados neste livro são a.C., a menos quando forem acompanhadas de d.C.

[3]. Autores antigos com apenas uma obra serão citados, nesta apresentação, com o título da obra e a localização do trecho citado, para fins didáticos e de correta introdução ao que se cita. Do cap. 1 em diante, todas as citações dessa natureza serão feitas pelo sistema autor-localização (livro, capítulo ou divisão do gênero), a menos que exista mais de uma obra do mesmo autor.

[4]. Traduzido para o português e devidamente analisado por NATIVIDADE (2009).

1

DA FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA A PIRRO DO ÉPIRO

O nascimento da República Romana

O historiador Tito Lívio preservou a história mais conhecida sobre a transição da Monarquia para a República em Roma (TITO LÍVIO, 1. 58). Em algum momento entre 510 e 509, Tarquínio foi deposto e em seu lugar estabeleceu-se uma República aristocrática liderada por dois magistrados eleitos anualmente. Segundo Tito Lívio, o rei estava fora da cidade com o exército, ocupado com o cerco à cidade de Ardeia, quando Sexto Tarquínio, filho do rei, retornou para Roma e, tomado pelo “desejo culpado de possuir Lucrecia”, violentou-a, “seduzido pela beleza aliada à virtude da mulher cuja superioridade era tão óbvia” entre os homens, que a debateram durante um banquete na casa de Sexto Tarquínio. Lucrecia, violentada, decidiu-se pela exposição do caso ao seu marido, Tarquínio Colatino, seu amigo, Lúcio Júnio Bruto, e outros membros ilustres da cidade. Em seguida, sem suportar a dor da humilhação, conclui Tito Lívio, “cravou no peito o punhal que havia escondido em suas vestes e tombou agonizante em meio a gritos do marido e do pai”.

Tamanho ultraje exigia uma resposta tão dura quanto possível, e, então, apoiados pelo exército, os homens que lutavam pela honra da mulher violada (cujo estupro representava um ataque direto à virtude da própria sociedade romana) depuseram Tarquínio e seu filho, lançando-os no exílio. De acordo com a tradição, preservada em Tito Lívio, Lúcio Tarquínio Colatino e Lúcio Júnio Bruto tornaram-se os dois primeiros magistrados da República, tendo o primeiro sido imediatamente substituído por seu amigo, Públio Valério Públicola, devido ao seu pertencimento à família de Tarquínio^[5].

O relato de Tito Lívio é bastante dramático e provavelmente simplifica questões dinásticas mais complexas por meio de uma história que justifica a expulsão de Tarquínio e de seu filho, como se a realeza dos Tarquínios fosse uma afronta à virtude de Lucrecia, e, por extensão, à própria sociedade romana. Afinal, Tarquínio reinava sem o sufrágio do povo (ele o tinha alienado), tendo, antes da usurpação, recebido a alcunha de “Soberbo” por ter negado sepultura ao sogro (evidência da não observância dos costumes ancestrais).

De acordo com a tradição, sete reis governaram Roma antes da República. Rômulo (753-715) teria fundado a cidade, além de algumas de suas instituições mais importantes. O segundo rei, Numa Pompílio (715-673), teria estabelecido as bases para a vida religiosa romana; seus sucessores (673-578) teriam construído templos e conduzido guerras contra seus vizinhos. Sêrvio Túlio (578-535), o sexto rei, que governou depois dos dois mencionados acima e de Túlio Hostílio, Anco Márcio e Lúcio Tarquínio, foi representado na tradição como uma espécie de segundo fundador da cidade, por ter conduzido uma reforma que definiu as obrigações morais e fiscais de todos os cidadãos romanos. Por fim, Tarquínio (534-510), alcunhado de “Soberbo”, teria justificado o fim do período monárquico (CORNELL, 1995, p. 119-140).

A realeza romana foi a grande responsável pela expansão territorial da cidade, pois os reis eram, naturalmente, membros da aristocracia cujo vínculo com a tarefa de liderança na guerra era ancestral, ainda que, no caso romano, não houvesse indícios de hereditariedade na sucessão monárquica. Nos finais do século VI, o território romano havia praticamente quadruplicado e sua população atingido a marca aproximada de trinta e cinco mil habitantes. Os vínculos da realeza com a expansão do território de Roma não podem, então, ser menosprezados. Não é sem razão, por exemplo, que em 625 um edifício conhecido como *Regia* tenha sido construído como símbolo do poder real, tornando-se posteriormente parte de um complexo maior, envolvendo a *Aedes Vestae*, templo onde ficava guardado o fogo sagrado da cidade, possivelmente um símbolo de origens pré-históricas.

Como chefe de Estado e comandante supremo do exército, o rei possuía poderes amplos, que se estendiam das decisões tomadas sobre os assuntos de guerra e paz ao recrutamento dos súditos e aumento ou redução dos impostos cobrados. Internamente, é muito provável que ele desempenhasse funções

legislativas e executivas, ou de administração da justiça, com poderes plenos para fazer o que fosse necessário à segurança do Estado e em prol da preservação dos costumes ancestrais. Por essa razão, e por seu vínculo religioso como sacerdote, o rei tornava-se sacrossanto, considerando seus deveres ligados à representação do povo nas relações entre homens e deuses. Tarefas religiosas eram “prescritas” para a figura do rei, tais como a condução de sacrifícios públicos, a interpretação dos auspícios, a supervisão das atividades de sacerdotes menores e a organização do calendário festivo^[6].

Com a morte de um rei, o direito ao *auspicium* ou à capacidade de determinar a vontade dos deuses por meio de auspícios, o que legitimava a autoridade real após reconhecimento divino, era automaticamente transferido aos *patres* da comunidade. Eles, então, escolhiam um de seus membros para atuar por cinco dias como *inter rex*, que por sua vez deveria escolher outro de igual condição por mais cinco dias, se necessário, até que o novo governante fosse aclamado. O último *inter rex* apresentava a escolha à *comitia centuriata* ou assembleia das centúrias, que deveria confirmá-lo. Sua aclamação pelo povo (*populus*) conferia-lhe o direito de recrutar e comandar exércitos, um privilégio conhecido entre os romanos como *imperium*.

Tema bastante discutido pela historiografia moderna^[7] e romaneado por Tito Lívio, a transição da monarquia para a República Romana encontra suporte na arqueologia. Por volta de 500, o palácio real foi arrasado, juntamente com o local de reunião da assembleia e o santuário de Hércules. Os dois últimos edifícios representariam também o poder dos reis, visto que na assembleia os reis (ou “tiranos populares”, como foram vistos posteriormente) se dirigiam ao povo e no santuário encontrariam a identificação religiosa que os legitimava. Por volta de 500, portanto, uma forma supostamente tirânica de governo (representada em seu crepúsculo pelos Tarquínios) foi substituída, com violência, por uma República liderada pela aristocracia.

O funcionamento da República em seus primórdios

A figura do rei automaticamente cedeu lugar a dois magistrados eleitos anualmente: os cônsules. Sua principal função era o comando dos exércitos, originalmente duas legiões (*legiones*) de três mil soldados de infantaria pesadamente armada, mil e duzentos soldados de infantaria levemente armada (*velites*) e trezentos cavaleiros (*equites*) cada^[8]. Na última década do

século IV, com a duplicação do número de legiões (de duas para quatro), cada cônsul recebeu a quantidade devida, numa lógica de repartição igualitária das funções militares. Os cônsules, como os reis antes deles, estavam investidos de *imperium*, além de possuírem o direito de veto (estritamente com relação às ações de seu colega), evitando, assim, aspirações tirânicas ou o exercício arbitrário do poder. Por fim, dando sequência à lógica de preservação das funções antes exercidas pelos reis, os cônsules podiam atuar como juízes e tinham direito à *sella curulis*, um assento de mármore que os distinguia dos demais magistrados, da mesma forma que os lictores com fasces (machadinha envolvida num feixe de varas, símbolo do poder consular) que os acompanhavam.

Além deles, em tempos emergenciais, como no caso de uma invasão de seu próprio território, os romanos apelavam para um cargo temporário com poderes extraordinários: o ditador (*dictator*). Devido à sua natureza extraordinária, ditadores não eram eleitos, mas nomeados pelo cônsul, podendo servir por até seis meses ou durante o tempo da emergência. De acordo com Políbio, “o ditador é um general com poderes absolutos, e todos os magistrados, excetuando os tribunos, cessam suas magistraturas por ocasião de sua nomeação” (3. 87).

Originalmente, o ditador era um mestre do povo (*magister populi*), ao passo que seu subordinado, o segundo no comando, um mestre de cavalaria ou *magister equitum*. Como suas funções eram essencialmente militares, valorizavam-se homens de grande experiência em batalha, convocados no intuito de se promover uma liderança unificada. De fato, algumas das mais expressivas vitórias obtidas na República foram encaminhadas por ditadores. O ditador Camilo, por exemplo, foi encarregado, em 396, do cerco à poderosa cidade etrusca de Veios, cuja captura representou a ascensão de Roma como poder militar na Península Itálica em consequência do enfraquecimento político etrusco.

Ao lado dos cônsules e ditadores, havia o Senado, originalmente um conselho a serviço do rei. Suas funções incluíam a escolha dos governantes, o seu aconselhamento e, se necessário (ainda que pareça prematuro afirmar tal poder), a oposição às suas iniciativas. Com o passar do tempo, a esfera de ação dos senadores se transformou radicalmente, um movimento que coincidiu com a expansão imperial romana para além da Península Itálica. Nesse momento posterior, o tradicional *senatus consultum*, uma resolução

formal do Senado, adquiriu peso diferenciado, tendo sido utilizado por políticos ambiciosos para benefício próprio, especialmente no último século da República.

Entre os séculos IV e III, o poder do Senado mudou drasticamente. De um papel especialmente aconselhador, senadores passaram a interferir ativamente na política romana, em suas relações exteriores. Por exemplo, não eram os senadores que elegiam cônsules ou pretores, mas foram eles que passaram a definir suas tarefas, uma decisão que tradicionalmente não lhes dizia respeito. O poder do Senado cresceu de acordo com a complexidade dos assuntos envolvidos, nomeadamente as incursões de Roma em regiões mais afastadas da Península Itálica e fora dela, tais como a conquista da Península e as Guerras Púnicas. No caso da Primeira Guerra Púnica, foi provavelmente uma embaixada de senadores romanos que decidiu pela guerra em Cartago, ao fazer uma dobra com a toga e dizer “aqui vos trazemos a guerra e a paz; escolhei qual vos apraz” (TITO LÍVIO, 21. 18).

Foi no decorrer desse período que houve uma mudança não só na esfera de atuação do Senado, mas também no método de recrutamento dos senadores. Pelo pouco que sabemos dos períodos mais recuados da história romana, parece correto dizer que o Senado não constituía um corpo permanente, estando sujeito às preferências e mudanças de seus agentes recrutadores. A mudança no recrutamento dos senadores se deu precisamente com a *Lex Ovinia*, instituída em algum momento no primeiro quarto do século IV. A lei definia claramente que os senadores passavam a ser indicados pelos censores, responsáveis pelo censo romano no sentido qualitativo, assegurando a inclusão dos cidadãos nas classes, tendo por base suas posses e sua reputação. Assim, a seleção não se dava de modo arbitrário, mas a partir de critérios fixados que permitiam a ascensão dos moralmente capacitados e economicamente dotados para o exercício do cargo, desde então vitalício.

Além dos oficiais civis já citados e dos senadores, havia as assembleias de cidadãos, encarregadas da eleição de novos oficiais e da autorização de ações públicas importantes. As assembleias não eram corpos representativos, permanecendo abertas a todos os cidadãos romanos interessados em delas participar e, por esta razão, o número de votantes variava bastante. Convocadas apenas por cônsules, pretores e tribunos da plebe, eram de três tipos: *contiones*, *comitia* e *concilia*. O primeiro tipo previa apenas discussão

e debate, mas, diferentemente do caso ateniense, para se dirigir à multidão um cidadão deveria ser previamente incluído nas atividades ou conseguir autorização do magistrado para se pronunciar. Os dois outros tipos de assembleias eram as de voto, sendo responsáveis basicamente pela eleição de magistrados e por sua ratificação (funções da assembleia das centúrias ou *comitia centuriata*, e da assembleia das cúrias ou *comitia curiata*, respectivamente), além de deliberações sobre os mais variados assuntos. Em ambas as assembleias, o voto era a única ação do cidadão comum (excetuando o direito de apelação ou *provocatio* na assembleia das centúrias, caso tivesse sido condenado à morte por magistrados), pois a ele não era permitido sugerir candidatos ou falar sem autorização. Sua participação por meio do voto apenas asseguraria a participação na tomada de decisões^[9].

O sistema de votação da assembleia das centúrias era extremamente hierárquico e nada democrático. Sabe-se que o primeiro censo registrou dezoito centúrias de cavaleiros (*equites*) e oitenta centúrias de infantaria. Assim, os mais ricos formavam noventa e oito centúrias de um total de cento e noventa e três, sendo as noventa e cinco restantes compostas por sessenta distribuídas igualitariamente da segunda à quarta classe (vinte centúrias para cada classe, portanto), trinta para a quinta classe e cinco (duas de artesãos, duas de trombeteiros e uma de proletários) para aqueles cujas posses não permitiam o acesso ao serviço militar. O voto ocorria por centúria, sendo expresso pela maioria nela obtida. A partir daí, contavam-se os votos das primeiras centúrias para as últimas, até que a maioria fosse obtida. Assim que noventa e sete votos fossem computados (isto é, assim que noventa e sete centúrias tivessem votado), a votação era encerrada, por se ter atingido a maioria (noventa e sete de cento e noventa e três).

Tradicionalmente, aceita-se que a votação era “manipulada” pelas centúrias dos mais ricos, que em tese possuíam os mesmos interesses políticos. Embora houvesse certo “poder informal” nos primeiros votos, que tendiam a fazer uma espécie de pré-seleção dos candidatos (sugerindo fortemente os que disputariam com mais chance o posto para o qual se candidatavam), não é correto dizer que houvesse uma “consciência de classe” entre as primeiras noventa e oito centúrias, como se elas formassem um bloco coeso e necessariamente com os mesmos interesses políticos, mas sim um grupo heterogêneo com riquezas e laços de lealdade muito variados (GOLDSWORTHY, 2006, p. 162).

Os magistrados romanos cumpriam, ainda, funções religiosas. Todo ato de nomeação – e mesmo o exercício de suas atividades políticas – era acompanhado de ritos que visavam preservar as boas relações com os deuses. O triunfo militar, por exemplo, a maior celebração da vitória militar em Roma, consistia numa procissão formal de um general vitorioso (*triumphator*), durante a qual o triunfador retomava, simbolicamente e apenas naquela ocasião, o poder dos reis por meio de uma vestimenta púrpura, pintava o rosto de modo a remeter ao culto de *Jupiter Optimus Maximus* e conduzia uma quadriga^[10], exatamente como em imagens de Júpiter nos templos.

Os oficiais civis, embora responsáveis por muitas atividades religiosas, eram assistidos por sacerdotes ou pontífices, que tinham no topo de suas atividades uma espécie de chefe pontífice (*pontifex maximus*). Um pontífice poderia sugerir, entre outras coisas, a repetição de um ritual cuja execução não lhe pareceu correta, procedimento conhecido como *instauratio*. No início, apenas patrícios poderiam se tornar pontífices, mas com o tempo, precisamente nos finais do século IV, plebeus conquistaram o direito ao pontificado (vitalício, por princípio), e o número de pontífices, assim, subiu de três para nove. Por fim, ao lado dos pontífices, contavam-se áugures (*augures*), responsáveis pela interpretação dos sinais divinos, *fetiales*, responsáveis por tratados de paz e pela deflagração de guerras, *duo viri sacris faciundis*, encarregados da proteção dos *Livros Sibílinos*, que Tarquínio teria trazido de Cumas, e virgens vestais, sacerdotisas do templo de Vesta^[11].

A questão plebeia e a criação de uma nova nobreza

A “questão plebeia”, como chamada neste livro a contenda consagrada na historiografia como “conflito entre as ordens” ou “conflito patrício-plebeu”, deriva da impossibilidade de acesso às magistraturas por parte de um grupo, ordem ou classe: a plebe (*plebs*). Tito Lívio foi talvez o principal responsável, ainda na Antiguidade, por enxergar uma sociedade romana rigidamente dividida entre patrícios (membros da aristocracia, descendentes das primeiras famílias de Roma) e plebeus, compreendendo diversos níveis socioeconômicos de variações não patrícias. As tensões desdobradas dessa divisão rígida, agravadas com a dependência cada vez maior dos “exércitos

plebeus” para a defesa da cidade, teriam produzido uma realidade complexa que é amiúde simplificada com o rótulo “conflito entre as ordens”.

O que essa rotulação não explica é o fato de nomes não patrícios aparecerem nas listas consulares (*fasti*) já nos primeiros anos da república, mais precisamente entre 509 e 486. Após um intervalo (485-470) marcado pela ausência de nomes não patrícios no consulado, alguns poucos voltam a aparecer entre 469 e 445, momento em que supostamente os plebeus teriam conquistado o direito ao tribunato militar com poderes consulares. Por esta razão, pode-se dizer com certo grau de certeza que a “questão plebeia” tem sido frequentemente simplificada, causando prejuízo à interpretação histórica. Cabe, por fim, mencionar que o termo “plebe” passou a significar a parcela mais pobre de Roma apenas tardiamente; no início, provavelmente fazia referência ao corpo de cidadãos de modo mais amplo (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 66).

Dito isso, o próximo passo pode ser dado com mais segurança, sem que se construa uma interpretação simplista o bastante para reduzir as tensões políticas republicanas a uma “luta de classes”, opostas desde o início dos tempos republicanos. O que não seria prudente negar, no entanto, é a presença de tensões e grupos descontentes nos primórdios da República, e que tiveram como consequência a ampliação e a criação de postos altos do governo, alguns deles estritamente não patrícios. Obviamente, não se está fazendo referência aos não patrícios que de alguma forma conseguiram ocupar magistraturas desde muito antes dos conflitos mais sérios, mas provavelmente de grupos que agora enfrentavam problemas com dívidas e com as leis que delas tratavam.

Durante a primeira metade do século V, portanto, criou-se uma força política paralela liderada por grupos não patrícios, identificados como “plebeus”, que passaram a ocupar magistraturas próprias. Além disso, havia um elemento a mais na equação: a dependência cada vez maior das forças militares “plebeias” com o aumento do território e a complexidade dos assuntos externos. Como combatiam no mesmo exército que os patrícios, esses grupos passaram a pressionar politicamente os patrícios por meio de secessões (*secessiones*), verdadeiras greves em tempos de guerra. Basicamente, o que faziam era se retirar para um monte e deixar a defesa de Roma aos patrícios, o que era, naturalmente, inviável.

Aceita-se a existência de cinco *secessiones* na República, ocorridas entre 494 e 287, todas em prol da criação de direitos plebeus, o que resultou também na criação de uma organização política dupla em Roma entre os séculos V e IV, visto que os grupos não patrícios envolvidos nos conflitos passaram a considerar magistrados e cultos específicos para a sua realidade político-religiosa. Foi também durante uma das secessões (na verdade, a primeira delas) que os plebeus constituíram uma assembleia da plebe ou *concilium plebis* (de onde se retirava o *plebiscitum*), e elegeram seus oficiais civis não patrícios para assegurar seus interesses.

Os primeiros magistrados plebeus foram os tribunos da plebe (*tribuni plebis*), em contraste com os tribunos militares patrícios. Em princípio, eram apenas dois, em imitação aos dois cônsules do Estado, e sua candidatura era, logicamente, restrita aos plebeus. A partir do século II, quando seus poderes encontravam-se reunidos após um longo processo histórico de concessões e atribuições, os tribunos da plebe puderam proteger indivíduos, bloquear ações oficiais que considerassem impróprias e propor leis. Mas tais poderes, depois do estabelecimento de uma ordem nas magistraturas ou *cursus honorum* – com o consulado e a censura no topo – que acompanhou a consolidação de uma elite mista, não eram mais desempenhados por tribunos radicais (no que respeita ao combate dos patrícios). Num primeiro momento, antes da reunião de todos esses poderes e da mudança nas características políticas dos indivíduos que atingiam o tribunato plebeu, os tribunos possuíam somente o direito ao *auxilium*, a concessão de ajuda no caso de indivíduo perseguido.

Em 376, dois tribunos da plebe aprovaram as *Leges Liciniae Sextiae*, por meio das quais a questão das dívidas foi resolvida; a atribuição de novas terras públicas para indivíduos, aprovada (contanto que não ultrapassassem quinhentos *iugera*)^[12]; e o direito de um plebeu ocupar um dos postos de cônsul, assegurada. Outra consequência das Leis Licínias Séstias foi a exclusão dos tribunos militares com poderes consulares, que deixaram de aparecer nos registros a partir de 367. A assembleia da plebe também elegia dois edis plebeus, assistentes dos tribunos, que deveriam também zelar pelo templo de Ceres, no Aventino, um indício das atividades econômicas desempenhadas pelos grupos não patrícios envolvidos no conflito. Contavam-se entre as demais tarefas dos edis plebeus a supervisão de mercados, dos elementos técnicos (pesos e medidas, p. ex.) ao suprimento de água e à realização de jogos públicos.

Outro elemento de grande descontentamento era o controle da justiça pelos patrícios. Sabe-se que, em 450⁽¹³⁾, houve pressão popular com o objetivo de limitar o poder dos cônsules e criar uma comissão especial de dez homens para tratar da publicização das leis. O resultado dessa comissão de decênviros foi a codificação conhecida como Lei das Doze Tábuas, que serviu por séculos como o principal texto do Direito romano. Essas leis, no entanto, não formavam um código no sentido moderno; em vez disso, tratavam apenas de questões muito específicas, envolvendo, entre outras coisas, casamentos e divórcios, heranças e furtos de gado. É igualmente importante enfatizar que a crise do monopólio aristocrático da justiça gerou a elaboração de leis em várias partes do mundo greco-romano. As leis encontradas em Creta, por exemplo, que incluem o famoso código de Gortina, cobrem um período situado entre os séculos VI e IV, e tratam de questões envolvendo o estupro e o adultério, os direitos de uma esposa ou viúva, a bastardia e a alienação de propriedades.

Nesse momento, nota-se a criação de mais uma assembleia popular, a chamada *comitia tributa*, pensada nos moldes da assembleia da plebe, mas que previa a participação de todos os cidadãos, incluindo *gentes* patrícias. Cerca de dois anos após a sua criação, a *comitia tributa* começou a eleger anualmente dois questores patrícios, ampliados para quatro em 421, momento de abertura da magistratura para homens de *gentes* plebeias. Entre as principais tarefas dos questores estava a inspeção dos fundos obtidos por generais em campanhas. Por esta razão, futuros governadores de províncias (a exemplo de Mário na Hispânia, no séc. II) eram acompanhados por questores, normalmente indicados pelo Senado. Em tese, tais questores tinham a responsabilidade de zelar pelos interesses da República, coibindo irresponsabilidades financeiras. É possível que os questores, no entanto, tenham tido inicialmente funções *ad hoc*, antes do estabelecimento de uma magistratura regular com propósitos mais amplos. São dignas de nota as referências, nos períodos mais recuados, às comissões de dois homens (*duoviri*) encarregados dos casos de traição, aos oficiais civis (*quaestores parricidii*) mencionados nas Doze Tábuas, ocupados especificamente com os assassinios ocorridos em família. De qualquer forma, depois do estabelecimento da magistratura, indicações de um cargo *ad hoc* não foram mais registradas.

Em 444, novos magistrados surgiram. Eram os censores, os únicos magistrados que não eram eleitos anualmente e que, desde 443, substituíram

os cônsules na função de realizar o censo, sendo eleitos pela assembleia das centúrias a cada cinco anos por um período de dezoito meses. Censores, no entanto, diferentemente dos cônsules, não possuíam *imperium*, não podendo convocar uma reunião do povo ou do Senado, tampouco escolher seus sucessores. A partir de 339, com a *Lex Ovinia*, tornaram-se também os responsáveis por acrescentar senadores à lista preexistente, podendo igualmente riscá-los se houvesse justificativa suficiente.

A complexidade dos assuntos de Estado e as guerras travadas cada vez mais em frentes distintas exigiram a criação de mais uma magistratura: a pretura. O pretor era o magistrado mais importante na ausência dos cônsules, e poderia, investido de tamanho poder, liderar um exército na ausência do cônsul ou simplesmente com sua autorização. Como permanecia na cidade, assumia funções ligadas à justiça. Com efeito, os pretores foram grandes responsáveis pelo desenvolvimento do Direito romano, uma vez que atuavam frequentemente como juízes. Aberta aos plebeus, em 337, a magistratura contava com apenas um oficial civil até 242, quando finalmente outro foi adicionado, muito provavelmente por causa do crescimento da cidade. Como responsáveis pelo comando das tropas, cônsules e pretores dependiam de seu *imperium*, termo que designa a autoridade de um general perante as tropas. O vínculo de um alto magistrado com o seu “direito ao comando” era tão forte que a expressão latina *in imperio esse* sugere um indivíduo que ocupa um cargo oficial. Além do *imperium*, cônsules e pretores dependiam do *auspicium*, a capacidade de assegurar a aprovação dos deuses para o exercício do cargo por meio de divinações.

Essa estrutura política não pode, por fim, ser confundida com a moderna: em Roma, não havia uma “direção central” da política, e magistrados mais importantes não comandavam diretamente magistrados menos importantes (excetuando casos muito específicos). Por exemplo, um cônsul poderia, naturalmente, exercer influência sobre um questor, mas esta autoridade não se dava no campo oficial. Da mesma forma, os dez tribunos da plebe não eram obrigados a entrar em acordo, de modo a apresentar uma decisão conjunta. Na verdade, no caso dos tribunos da plebe, o exercício do poder de obstrução (o “veto”) que os tribunos possuíam exigia o confronto direto entre o obstruído e seu adversário. É o biógrafo grego Plutarco a registrar, por exemplo, um impasse entre Tibério Graco e seu adversário, Marco Otávio, ocasião que aproveitou para informar que “vence o tribuno

que se opõe e nada podem todos os outros contra o veto de um só” (PLUTARCO. *Tibério* 10).

A conquista da Península Itálica

Nesse momento de amadurecimento e consolidação de uma organização política e social, os romanos começaram a enfrentar cidades (italianas, em primeiro lugar) com uma regularidade incomum, a partir de campanhas praticamente anuais. Como em outras sociedades militarizadas, a guerra ocupava em Roma papel central na manutenção da ordem social, com fortes desdobramentos políticos e religiosos. Não é sem razão que todas as funções religiosas dos altos oficiais civis tinham relação com a guerra, a exemplo da combinação do *imperium* e do *auspicium* de um pretor ou cônsul. Da mesma forma, nunca houve uma separação muito clara entre o que era ser soldado e cidadão em Roma, e exatamente por isso aqueles que possuíam o direito ao serviço militar se apresentavam nos primeiros meses de consulado para a conscrição, ou *dilectus*.

Apesar de Roma exigir, em cerimônia, o reconhecimento da submissão de uma cidade conquistada, muitas se rebelavam novamente, a despeito do ritual pelo qual passavam. Estamos falando de guerras de “descaracterização de cidades-Estado” e, conseqüentemente, do fortalecimento de um sistema crescente de alianças sob Roma, cuja solidariedade se viu diversas vezes ameaçada por inimigos italianos e de fora da Península Itálica.

Os séculos seguintes (IV e III) foram de suma importância na história da República, especialmente quando consideramos as fases de sua expansão imperial: primeiramente na Península Itálica, depois em outras regiões do Mediterrâneo. Na metade do século IV, Roma desenvolveu seu sistema político em sua forma clássica, que permitiu o governo da cidade e de boa parte do Mediterrâneo por séculos. Foi também nesse período que o domínio de Roma na Península Itálica se consolidou, abrindo as portas para o confronto com Cartago e com os reinos helenísticos^[14].

No início do século IV, precisamente em 396, Roma foi capaz de capturar a cidade etrusca de Veios, assumindo a liderança política no Lácio e na Etrúria. A hegemonia no Lácio era a essa altura questão relativamente estabelecida, como deixa transparecer a referência de Políbio ao primeiro tratado de Roma e Cartago (cf. cap. 2), firmado por volta de 500, e que

ilustra (se histórico) a posição de destaque ocupada por Roma no cenário latino. A liderança na Etrúria, todavia, pôde ser confirmada apenas com a captura de sua rival Veios, a mais rica e poderosa cidade etrusca de todas. Como marca da vitória, Roma incorporou os territórios inimigos, bem como muitos de seus cidadãos, uma estratégia de “descaracterização da cidade-Estado”, pondo fim à sua autonomia.

Em 397, um ano antes da captura de Veios, teve lugar o episódio do saque de Roma pelos gauleses^[15]. Em síntese, um grupo de soldados celtas do Vale do Pó cruzou os Apeninos rumo ao norte da Etrúria e prosseguiu pelo Vale do Tibre até a cidade de Roma, onde obteve uma importante vitória militar. Se histórico, embora reconhecidamente dramatizado, esse foi o primeiro saque registrado à cidade de Roma. O grande problema relacionado à historicidade do fato é que, até o momento, nenhuma evidência arqueológica da destruição gaulesa foi seguramente identificada. Para os que sustentam a natureza puramente mítica da invasão, o silêncio da arqueologia basta; aos que não abrem mão de sua historicidade, mencionada, por exemplo, por Plutarco (*Camilo* 22) e Teopompo (FGrH 115 F 317), a ausência das evidências arqueológicas seria mais um indício da superficialidade do ataque gaulês, bem como da rápida e vigorosa recuperação romana^[16].

No século IV, os gauleses já ocupavam os Alpes e o Vale do Pó, como parte de um movimento migratório mais amplo que os levou da Europa Central às margens do mundo grego e, no século III, à Ásia Menor, onde foram vencidos e depois confinados numa pequena região pelos atálidas (de Pérgamo). Mesmo antes de sua fixação na região dos Alpes e do Vale do Pó, os gauleses pressionaram (e possivelmente arrasaram) cidades etruscas, o que torna o ataque à cidade de Roma parte de um movimento natural, e o conhecimento dos gauleses pelos romanos, inevitável. Por fim, cabe mencionar que a estrutura social dos gauleses, amplamente baseada no poder exercido por famílias aristocráticas, se mostrou capaz de mobilizar exércitos numerosos, dispostos (quando não forçados) a movimentos migratórios predatórios que persistiram no mundo greco-romano até o século III.

Em Roma, um ditador (Camilo) foi nomeado para tratar tanto do cerco à cidade de Veios quanto da reconstrução de sua própria cidade, arrasada pelos gauleses um pouco antes^[17]. Camilo teria sitiado com sucesso a cidade etrusca, derrotado os gauleses, liderado o movimento de reconstrução de

Roma e aberto os postos mais altos da República aos plebeus. De acordo com a tradição, Camilo teria, ainda, sido tribuno militar com poderes consulares por seis vezes e ditador por cinco outras. São tantas as conquistas e inovações atribuídas a Camilo, que levantamos a dúvida justa sobre se tudo isso pode ser ou não atribuído a ele, uma interrogação muito comum a tantas outras personagens históricas obscurecidas pelo excesso de glória que as fontes lhes atribuíram. Enfim, o que não se pode negar é que a ordem política que marcou a história de Roma nos séculos seguintes teve sua origem numa série de reorganizações que começaram na metade do século IV e se estenderam até o século III.

Ainda no século IV, os romanos entraram em guerra com os samnitas (343-341) e com os latinos (341-338), um conflito que resultou da união e revolta de cidades do Lácio contra a supremacia romana, ao mesmo tempo em que Cápua (cidade líder da Campânia) solicitou auxílio de Roma contra os samnitas, que a pressionavam militarmente. Em pouco tempo, Roma se viu envolvida de tal forma com a Península Itálica que lhe seria difícil tomar outro rumo político. Terminada a revolta latina, suas cidades foram incorporadas ao Estado romano como Veios havia sido cinquenta anos antes. Seus cidadãos tornaram-se cidadãos romanos, e suas terras, propriedade romana. Essas cidades transformaram-se em *municipia*, ou seja, mantiveram sua organização cívica, mas passaram a obedecer a Roma, sendo obrigadas a lutar por ela. Além disso, às cidades latinas foi concedido o direito ao voto, algo sumariamente diferente do que se viu em Cápua, um *municipium sine suffragio*, sem direito ao voto. Algumas cidades latinas mantiveram, por fim, uma liberdade formal: com direito ao casamento com romanos (*conubium*), às atividades comerciais amparadas pela lei (*commercium*) e à residência em Roma (*ius migrationis*); elas formavam o grupo de aliados de nome latino (*socii nominis latini*).

Se a cidade resistisse à conquista, no entanto, a situação se configurava de modo bem diverso. Nesses casos, a cidade revoltosa era transformada em *colonia*, tendo suas terras confiscadas e sua população escravizada. É importante dizer que não havia taxação no sistema de alianças forçadas, mas apenas a submissão seguida da obrigatoriedade do serviço militar, de modo a atender às necessidades de Roma. De modo geral, a conquista da Península Itálica pelos romanos levou à criação ampla de *municipia* e *coloniae*, as últimas num total de cinquenta e três nos finais do século IV. Tal mecanismo de dominação se mostrou fundamental para a conquista da Península Itálica,

pois, como não possuíam uma burocracia ampla e um aparato político-administrativo muito sofisticado, não lhes seria possível o controle direto dos territórios conquistados sem um sistema tão eficiente. A administração local era, portanto, parte vital no processo.

Ao lado de Roma e das cidades latinas, nos finais do século IV, o maior poder militar da Península Itálica era a confederação dos samnitas, que, para enfrentar os romanos, uniu-se aos gauleses no norte da Península Itálica. Os romanos jamais poderiam dominar a Península Itálica sem antes passar pelas guerras contra os samnitas. Após a terceira guerra, a confederação se desfez e Roma assenhoreou-se de parte importante da Itália Central. Mais adiante, em 290, cônsules romanos obtiveram a submissão dos sabinos. Entre 280 e 270, as cidades da Etrúria e da Úmbria, que ainda resistiam, foram derrotadas, tornando-se dependentes de Roma. No caso das últimas, formaram um grupo de aliados sem o chamado “direito latino”.

Nesse mesmo período, Roma realizou incursões na Gália, onde conseguiu confinar os gauleses numa área que ficou conhecida como *ager Gallicus*. Com efeito, o período das Guerras Samnitas presenciou um aumento sem precedentes da riqueza pública e privada de Roma. O *ager Romanus*, a maior consequência desse enriquecimento, passou de aproximadamente cinco mil, quinhentos e vinte e cinco quilômetros quadrados em 338, com uma população de trezentos e quarenta e sete mil, para algo em torno de vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta quilômetros quadrados em 264, tendo mais de novecentas mil pessoas estabelecidas nos territórios pertencentes a Roma (CORNELL, 1990, p. 403). Tal processo de expansão significou uma redistribuição séria da terra nas regiões anexadas, onde inúmeros cidadãos romanos (estima-se algo entre vinte e trinta mil) foram assentados em lotes ou pequenas propriedades.

Após as guerras contra os samnitas (344-290), as investidas contra etruscos, úmbrios e sabinos e as incursões na Gália, Roma fatalmente se envolveria com os assuntos das cidades gregas do sul da Península Itálica, na chamada Magna Grécia. E foi este envolvimento, característico do imperialismo romano na Península Itálica, que alertou os gregos de Tarento (a principal cidade do sudeste da Magna Grécia), a ponto de eles recorrerem a Pirro, rei do Épiro, um dos reis helenísticos.

A guerra contra Pirro do Épiro

Tradicionalmente, Pirro governava os epirotas; como rei helenístico, controlava cidades em seu nome. Esta é, de fato, uma distinção importante a ser feita: o rei com título étnico (rei do Épiro) não emanava o mesmo poder do rei cujo título possuía imprecisão intencional (Rei Pirro), ainda que ambas as figuras coexistissem na mesma personagem histórica (CHANIOTIS, 2005, p. 57). A fragmentação do Império de Alexandre, formado entre 336 e 323, ano de sua morte, deu origem a um cenário politicamente instável, dominado por reis que não estavam amparados pela lei ou pela tradição. Eram, na verdade, reis autoproclamados, que aos poucos tentaram instaurar princípios dinásticos e produzir identificação com tradições monárquicas mais antigas, numa busca incessante por legitimação. Pirro era, portanto, um rei cujo poder não se restringia ao Épiro e por esta razão decidiu partir para a Península Itálica em socorro dos tarentinos.

Havia um tratado entre Roma e Tarento, datado de 303/302, que proibia os romanos de penetrarem no Golfo de Tarento. Em 282, uma frota de dez embarcações romanas fez uma aparição no porto de Tarento, alegadamente de forma incidental. Por razões distintas, um cônsul romano, Fabrício Lusino, tinha estacionado tropas nas imediações de Túrio, cidade aliada de Roma atacada por lucanos e brutianos, com o objetivo alegado de proteger sua aliada. Mas Túrio era rival de Tarento, e os tarentinos não estavam satisfeitos com a intervenção cada vez mais notória de Roma nos assuntos do sul da Península Itálica. Depois de um discurso proferido pelo demagogo Filócaris, uma turba ensandecida atacou as embarcações romanas, tendo afundado quatro e tomado uma quinta. Um pouco depois, o exército tarentino investiu contra Túrio, forçando a aristocracia simpatizante de Roma e a guarnição romana a se retirarem da cidade. Roma, então, enviou sem sucesso uma embaixada a Tarento para obter retratações. Como nada se resolveu, os romanos decidiram invadir o território tarentino, forçando a cidade a pedir o auxílio de um comandante estrangeiro com quem já mantinha relações diplomáticas: Pirro do Épiro.

Em 280, Pirro e os tarentinos travaram uma batalha contra os romanos em Heracleia, na região sudeste de Tarento, depois de o rei ter sido acolhido pelos aliados como *strategos autokrator*, comandante supremo com autoridade ilimitada (LÉVÊQUE, 1957, p. 318). Sua reputação como bom general certamente encorajou tal designação, visto que o exército que ele reuniu para a expedição na Península Itálica sofreu muitas baixas na travessia desastrosa do Adriático. Noutras palavras, somente um comandante

com grande reputação poderia desfrutar de tamanha autoridade, voluntariamente concedida, depois de ter perdido boa parte de sua armada num acidente climático. Na Península Itálica, Pirro contava apenas com parte dos vinte e dois mil e quinhentos soldados de infantaria, três mil cavaleiros e vinte elefantes de guerra de que dispunha no Épiro durante a primavera de 280.

A vitória obtida por Pirro mostrou-se inquestionável, pois seus elefantes frustraram completamente as manobras de envolvimento realizadas pela cavalaria romana, espalhando o pânico entre as legiões, que desertaram. Ainda assim, o sucesso da tática empregada não se deu de modo a garantir uma vitória sem numerosas baixas para o exército do rei, de tal forma que o próprio Pirro teria exclamado: “outra vitória como essa e estaremos perdidos!” A “vitória pírrica” (como ficou conhecida em tempos modernos qualquer vitória obtida com grande sacrifício)^[18] de Heracleia marcou o início de uma série de conflitos entre legiões romanas e exércitos helenísticos (até a destruição da última dinastia helenística, em 30), os quais apontam, na média, para a superioridade das legiões, consideravelmente mais flexíveis do que as falanges.

De acordo com Políbio (6. 19-42), em sua profunda descrição da organização do exército romano, a legião romana (já no período da Segunda Guerra Púnica, isto é, entre 218 e 201) contava com quatro mil e duzentos homens, podendo atingir o número de cinco mil em situações de emergência. A conscrição (*dilectus*) incorporava homens entre dezessete e quarenta e seis anos, com propriedade avaliada acima dos quatrocentos denários, após a avaliação das habilidades necessárias ao serviço. Ao soldado de infantaria era pago um *stipendium*, criado para cobrir as despesas com o tempo longe dos trabalhos em casa, perfazendo, no tempo de Políbio, um total de cento e vinte denários por ano. Os cavaleiros, por sua vez, recebiam mais, cerca de trezentos e sessenta e cinco denários por ano, o que considerava tanto a sua origem social quanto os custos com o cavalo. Feita a seleção, a legião era dividida da seguinte maneira: (a) os *velites*, formados pelos mais jovens e pobres; (b) os *hastati*, formados pelos mais jovens e pobres depois dos *velites*; (c) os *principes*, formados pelos “preeminentes”; (d) os *triarii*, os mais maduros e experientes dos soldados.

Os *hastati* e os *principes* compunham dois mil e quatrocentos homens no total (dez manípulos de cento e vinte homens cada), acompanhados por

seiscentos *triarii* (dez manípulos de sessenta homens cada) e, por dedução, mil e duzentos *velites*. Os *velites*, prossegue Políbio, eram armados com espadas, lanças de arremesso e um pequeno escudo circular (*parma*). Os *hastati* e os *principes* encontravam-se normalmente equipados com duas lanças (*pila*) cada, uma espada curta (*gladius*), que era a principal arma do legionário, e com escudo oval, peitoral de bronze, elmo e grevas. Os *triarii* eram equipados da mesma forma, exceto pelo armamento: ao invés do *pilum*, o *triarius* portava a *hasta*, lança perfurante que não poderia ser usada para arremesso e era, portanto, usada no combate corpo a corpo. A cavalaria totalizava trezentos homens, divididos em dez *turmae* de trinta homens, cada uma sob o comando de três decuriões e equipadas com longos escudos circulares, lanças longas e couraça de tecido.

De modo geral, a legião era disposta em formato de “tabuleiro de xadrez”, com os *velites* à frente de todos os legionários para a ação de escaramuça, tendo os *hastati*, *principes* e *triarii* organizados em três linhas subsequentes, de maneira a permitir a substituição dos homens da frente pelos de trás devido aos pequenos espaços propiciados pela formação. A cavalaria, como no caso grego, era colocada nas alas, como forma de proteção dos flancos.

O tema da superioridade da legião romana sobre a falange macedônica, suscitado primeiramente com as batalhas travadas entre Roma e Pirro, aparece pela primeira vez na história em Políbio (18. 28-32). De acordo com o historiador de Megalópole, as lanças (*sarissas*) macedônicas direcionadas para o adversário e a impulsão dada pela marcha conjunta dos companheiros de armas das fileiras traseiras garantiam um movimento de avanço contínuo e forte, impossível de ser enfrentado frontalmente, mesmo por legionários. Na verdade, por causa do espaço que ocupava um legionário na formação, ele teria de enfrentar cerca de dez lanças simultaneamente, o que tornava a retaliação individual impossível. Por que, então, as legiões saíram-se, na média, melhor? Havia apenas um momento e um tipo de terreno que permitiam o uso pleno das falanges: se o inimigo aceitasse unicamente o embate frontal e se o terreno fosse plano, sem depressões ou cavidades, por exemplo. Como tal situação ideal dificilmente era atingida, e como as legiões atuavam a partir de forças de reserva em batalha e explorando a flexibilidade de sua formação, dificilmente as fraquezas das falanges não seriam trazidas à tona.

Com o avanço da guerra, alguns aliados romanos se juntaram a Pirro. Em seguida, revigorado com as adesões, o rei marchou para a Campânia, mas não obteve o apoio que esperava das cidades aliadas de Roma. Já próximo de Roma, recusou a batalha decisiva que legiões romanas perseguiram, depois de retornarem às pressas do cerco a uma cidade etrusca. Em 279, novamente em Tarento, agora com reforços mercenários do sul da Península Itálica e soldados aliados, Pirro enfrentou os romanos em Ásculo^[19].

Diferentemente de Heracleia, a Batalha de Ásculo não facilitou o uso das tropas montadas e, obviamente, dos elefantes. Em Ásculo, Pirro contava já com a infantaria e a cavalaria samnita, brutiana, lucana e tarentina. Aqui surgem duas possibilidades para o desenvolvimento da batalha: a primeira delas, seguindo o relato de Hierônimo (novamente citado por Plutarco), menciona duas batalhas em Ásculo; a segunda, de acordo com Dionísio (igualmente citado pelo biógrafo), faz referência a somente uma longa batalha (PLUTARCO. *Pirro* 21). Como anteriormente, também para a batalha de Ásculo, parece-me mais apropriado o relato de Hierônimo, dada a quantidade de detalhes apresentados e a reputação do historiador em questão. Além disso, a adequação dos números continua sendo, tal como em Heracleia, mais plausível na tradição grega. Plutarco nos informa que, após encerrado um conflito inicial entre as duas infantarias (o que se deduz pela inadequação do terreno ao uso de cavaleiros), ambos os exércitos se retiraram do combate por um dia (ou cerca de doze horas, uma vez que abriram mão do combate, segundo Plutarco, ao anoitecer).

No dia seguinte, contudo, com a intenção de levar a luta à parte nivelada do terreno, onde poderia empregar seus elefantes e cavaleiros, Pirro ocupou as porções mais desniveladas com suas tropas ligeiras, fazendo-as atirar projéteis na maior intensidade possível, forçando com essa manobra o deslocamento do combate para o local que lhe era mais favorável. O momento decisivo da batalha, contudo, se deu novamente durante a investida dos elefantes, que os romanos ainda não haviam aprendido como combater. Hierônimo menciona, de acordo com Plutarco, uma perda de seis mil homens para os romanos, contra três mil e quinhentos homens do lado epirota, segundo os próprios comentários das *Memórias* de Pirro (que o historiador de Cárdia pôde certamente consultar). Dionísio, em contrapartida, sequer admitiu uma derrota romana, mencionando não somente que a bagagem de Pirro havia sido saqueada, mas também que as

perdas foram equivalentes, perfazendo um total de quinze mil mortos para cada lado.

A essa altura, Pirro aceitou o pedido de Siracusa, na Sicília, contra os cartagineses, que assolavam os siracusanos de modo incisivo desde a morte do tirano Agátocles^[20]. Eis o balanço geral da situação envolvendo os gregos da Sicília e Pirro: de um lado, estava a cidade de Siracusa, que desde a morte de Agátocles tinha tido problemas para concentrar seus esforços sob a liderança de um general permanente, ou seja, um líder militar que, diferentemente de um magistrado anual, pudesse fazer frente aos cartagineses pelo tempo que durasse o conflito; do outro, estava o Rei Pirro, frustrado com os fracassos na Península Itálica e, ao mesmo tempo, tentado pela chance que vislumbrou na vacância de poder na Sicília. O diálogo entre Pirro e seu diplomata, Cineias, embora provavelmente apócrifo, ilustra bem as intenções do rei, ao partir para a ilha:

“Os romanos, Pirro, são conhecidos como bons combatentes, e como governantes de muitos povos belicosos; se, então, a divindade nos permitir prevalecer sobre esses homens, como deveríamos usar a nossa vitória?” E Pirro disse: “a questão, Cineias, realmente não necessita de resposta; uma vez conquistados os romanos, não há nem bárbaros nem gregos que sejam páreo para nós, mas nós devemos dominar de uma vez toda a Itália, cuja grandeza, excelência e força nenhum homem conhece melhor que tu”. Após uma pequena pausa, então, Cineias disse: “após tomar a Itália, rei, o que faremos?” E Pirro, sem perceber ainda a sua intenção, respondeu: “a Sicília está ao nosso alcance e estende-nos as mãos, sendo uma ilha rica e populosa, além de fácil de capturar, pois tudo lá, Cineias, se resume à sedição, suas cidades estão anárquicas e os demagogos, agitados com Agátocles morto”. “O que dizes”, respondeu Cineias, “parece oportuno, mas nossa expedição irá se encerrar com a tomada da Sicília?” “A divindade”,

disse Pirro, “nos concederá a vitória e o sucesso da empreitada; essas disputas serão usadas como preliminares de feitos grandiosos. Ora, quem se absteria da Líbia ou de Cartago, tendo a cidade se tornado acessível, uma cidade que Agátocles, ao fugir de Siracusa secretamente e cruzar o mar com poucas embarcações, por pouco não conquistou? E quando tivermos nos assenhoreado do lugar, nenhum dos inimigos que agora nos insultam oferecerá resistência” (PLUTARCO. *Pirro* 14).

Em 275, após obter algumas vitórias contra os cartagineses e perder o controle sobre as cidades gregas, insatisfeitas com sua liderança política, Pirro retornou para a Península Itálica. No terceiro encontro militar com os romanos, a Batalha de Benevento, o exército do rei foi incontestavelmente derrotado.

Pirro morreu em 272, três anos contados do seu retorno para o Épiro, ironicamente no mesmo ano em que os tarentinos tornaram-se aliados de Roma. Por volta de 260, os romanos tinham reduzido cerca de cento e cinquenta comunidades ao *status* de aliadas, passando sistematicamente a se envolver com os assuntos dos gregos situados além do Mar Adriático. Tratava-se da fusão de dois mundos, antes desconectados, e que agora passaram a partilhar uma história de acordos, entraves diplomáticos, violências e reconciliações, até a conquista quase completa do mundo helenístico pelos romanos e a destruição de todas as dinastias herdeiras de Alexandre.

Ainda sobre a invasão de Pirro, algumas observações merecem destaque. Sua expedição marca o início de uma nova época na história antiga, a partir da confluência de dois mundos, o helenístico e o romano, tema que já havia chamado a atenção do historiador Políbio, no século II. Além disso, serve como prova histórica da superioridade tática das legiões romanas e dos desenvolvimentos da monarquia helenística na Sicília grega, processo inaugurado antes de Pirro, com Agátocles de Siracusa. Por fim, reforça a ideia de que a solidariedade da aliança dos romanos na Península Itálica mantinha-se forte, a despeito das derrotas sofridas e de algumas defecções, especialmente na região centro-sul da Península Itálica.

Nos cento e trinta anos subsequentes ao fim da guerra contra Pirro, a República Romana tornou-se uma das principais referências políticas no Mediterrâneo. Em Roma, uma nova elite controlava a estrutura política: os *nobiles*. Não aristocrática, ou seja, sem vínculos estritos com o nascimento, a nova elite tinha como foco a competição pelas magistraturas, fundamentais para o modo como exerciam o poder. No limite, o poder da nobreza repousava em sua habilidade de ocupar as magistraturas em Roma, numa espécie de rodízio entre os indivíduos provenientes dessas famílias que se mostrassem mais competitivos e capazes.

A ascensão da nova elite romana acompanhou e reforçou outros desenvolvimentos na vida pública, tais como a hierarquização das posições, assegurando uma ordem a ser obedecida na ocupação das magistraturas (questura, tribunato, edilato, pretura, censura e consulado) ou *cursus honorum* (cf. supra), bem como a incorporação do tribunato da plebe à ordem estabelecida. O último desenvolvimento fazia com que os tribunos gradualmente perdessem suas funções radicais contra uma elite que no passado não integravam plenamente. Com o tempo, o tribunato passou a ser alvo de indivíduos ambiciosos de famílias plebeias, que miravam as mais altas magistraturas^[21].

Ao mesmo tempo, a expansão romana para além da Península Itálica, que entrava com a Primeira Guerra Púnica numa nova fase, punha em xeque o modo com que os romanos encaminhavam a guerra e faziam alianças, particularmente com a aquisição de territórios fora da Península Itálica. Foi nesse período (no decorrer dos sécs. II e III) que o Senado assumiu seu papel dominante na cidade, especialmente a partir das questões novas que se apresentaram, derivadas da expansão para além da Península Itálica e do preenchimento dos altos postos por indivíduos menos experientes (se comparados aos integrantes das famílias patrícias dos séculos anteriores). Os séculos III e II representaram, portanto, o pico da *auctoritas* do Senado.

Como o Senado era formado por ex-oficiais civis, desde o século IV, indicados pelo censor, a mesma hierarquia e o mesmo grau de competitividade encontrado entre as famílias da elite foram reproduzidos no conselho. Assim, estamos diante de um corpo que, na teoria, podia apresentar uma decisão comum, mas que, na prática, era formado por indivíduos com fortes tendências facciosas. Qualquer decisão senatorial possuía apenas caráter formal, de modo que pensar o Senado como bloco

monolítico é sucumbir a uma “falácia institucional”. A composição do Senado e suas intenções são algo muito mais complexo do que as decisões senatoriais oficiais deixam transparecer.

A própria cidade de Roma mudou ao longo desses séculos, com a consolidação de uma nova elite e sua ênfase dada às magistraturas de natureza político-militar. Com efeito, a perseguição das virtudes públicas romanas, essencialmente militares, marca um estilo de vida. Goldsworthy (2006, p. 164) registrou com razão que na sociedade romana o espetacular estava frequentemente associado ao prático, o que reforça a ênfase dada à vida pública (incluindo as várias celebrações) e sua associação com o comando militar. Era o sucesso nesse estilo de vida competitivo e hierárquico que conferia *dignitas* ao indivíduo, que o tornava um indivíduo honrado.

Roma estava assim organizada por volta de 260, no momento da deflagração das guerras contra os cartagineses e da posterior intervenção no mundo helenístico.

[5]. Sobre Tito Lívio, cf. Forsythe (1999).

[6]. Sobre a natureza da realeza romana, cf. Cornell (1995, p. 119-140).

[7]. Um bom exemplo, embora já bastante datado, é De Sanctis (1907, p. 397-410). Mais recentemente, cf. Cornell (1995, p. 215-241) e Raaflaub (2006, p. 136-138).

[8]. Sobre o exército romano durante a monarquia e nos primeiros momentos da República, cf. Rich (2007, p. 7-15).

[9]. Sobre o Senado e as assembleias romanas, cf. North (2006, p. 266-269).

[10]. Ainda que Pompeu tenha conduzido um carro puxado por elefantes num de seus triunfos. Para maiores informações, cf. cap. 4.

[11]. Entre outras funções, virgens vestais eram as sacerdotisas responsáveis pela condução do importante festival de *Bona Dea*. Cf. cap. 4 para o escândalo amoroso envolvendo a mulher de Júlio César e Clódio, descobertos durante o festival na casa do marido, então pontífice máximo.

[12]. Cerca de cento e vinte e nove hectares.

[13]. Data muito próxima da *Lex Canuleia*, de 445, que autorizava o casamento entre patrícios e plebeus, forte indício de que algumas famílias patrícias mais conservadoras (com relação à formação de uma elite que não fosse estritamente patrícia) perderam força e tiveram que ceder para coexistir.

[14]. Sobre a conquista da Península Itálica, cf. Harris (1979 e 1984) e Cornell (1990, p. 351-419).

[15]. Para o saque de Roma pelos gauleses, cf. Tito Lívio (5. 39-50).

[16]. Cf. Williams (2001, p. 140-185).

[17]. Cornell (1995, p. 317) enxerga corretamente a conquista de Veios como sendo o indício para sua primeira aquisição territorial significativa.

[18]. “Vitória pírrica” ou, como nos diz Diodoro (22. 6), “cadmeia”. De acordo com Cássio Dio (9. 40), Zonaras (8. 3) e Justino (18. 1), a fama surgiu após Heracleia; segundo Plutarco (*Pirro* 21), após a Batalha de Ásculo (o que representa um erro por parte do biógrafo, já que o balanço geral dos números que caracterizam uma vitória pírrica é apresentado por ele após Heracleia). Apesar das diferenças na datação precisa do termo atribuído à vitória de Pirro, todas as nossas fontes parecem concordar com uma vitória relativa sobre os romanos. Os resultados foram bastante francos e decisivos, de maneira que somente uma explicação soa-nos plausível para a propagação da “vitória pírrica” entre os antigos: todas as fontes posteriores mencionadas empregaram a tradição analística para a medição dos resultados da batalha, sendo que os autores romanos tinham por objetivo encobrir tamanha desgraça para a sua memória. Note, p. ex., que, segundo Plutarco, Dionísio registrou uma perda de quinze mil homens para os romanos contra treze mil para Pirro, ao passo que Hierônimo, autor de maior validade para o estudo da batalha, considerando-se a probabilidade de ter acessado as *Memórias* do rei, indicou uma perda de sete mil homens para Levino contra quatro mil para o epirota. Aceitos os números de Hierônimo pelos motivos mencionados, não há razão para crer que a vitória em Heracleia tenha sido de fato uma “vitória pírrica”, ficando esta classificação restrita às intenções de redução da vergonha romana por parte da tradição analística.

[19]. Plutarco (*Pirro* 18-19) menciona os eventos na seguinte ordem: Heracleia – marcha para Roma – embaixada – libertação dos prisioneiros – Ásculo; Apiano (3. 10-11) apresenta uma versão distinta: Heracleia – embaixada – marcha para Roma – libertação dos prisioneiros – Ásculo; Justino (18. 1-2) somente menciona Heracleia, a libertação dos (duzentos) prisioneiros e Ásculo, exatamente nessa ordem. Digno de nota é o fato de que a omissão da marcha para Roma pode ter se dado devido ao uso único da tradição analística.

[20]. Sobre a aventura de Pirro na Sicília, cf. Zambon (2008, p. 97-175).

[21]. Como Clódio, o mesmo envolvido no escândalo de *Bonna Dea*, que assumiu uma pronúncia plebeia para o seu nome (em vez de Cláudio, Clódio) e foi adotado (depois de cerimônia conduzida por Júlio César, como pontífice máximo, e Pompeu, como áugure) por uma família plebeia unicamente para concorrer ao tribunate. Sobre o tribunate de Clódio, cf. cap. 4.

2

ROMA *VERSUS* CARTAGO OU A DISPUTA PELO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL

O choque de potências ou o nascimento das hostilidades

Embora muitos outros eventos dos séculos III e II mereçam atenção, podemos dizer com segurança que as Guerras Púnicas dominaram a história do mundo mediterrânico ocidental nesse período. De fato, foram elas que reduziram drasticamente o controle marítimo cartaginês e provocaram sua expansão pela Hispânia (por meio da qual a ousadia estratégica de Aníbal Barca pode ser compreendida em termos históricos). Além disso, o resultado das guerras trouxe um conhecimento mais amplo das questões que envolviam os reinos helenísticos, agora que os romanos obtiveram a supremacia no Mediterrâneo Ocidental e tinham condições de realizar intervenções – diplomáticas e militares – no Oriente (algumas a convite de populações gregas).

O primeiro desses conflitos, a chamada Primeira Guerra Púnica (264-241), foi o mais longo da história republicana romana e, levando-se em consideração seu impacto sobre a formação das colônias romanas no Mediterrâneo, o mais importante deles^[22]. Parece óbvio chegar a essa conclusão quando se tem em mente que soldados romanos lutaram (algumas vezes paralelamente) em regiões muito variadas, tais como Sicília, Córsega, Sardenha e norte da África, tendo nascido nesse momento a justificativa romana para a intervenção nos assuntos sicilianos e africanos. A destruição de Cartago na Terceira Guerra Púnica (149-146) é, afinal, consequência de uma série de experiências traumáticas. Além disso, na condição de guerra majoritariamente naval, não é exagero dizer que a Primeira Guerra Púnica provavelmente reuniu o maior número de homens envolvidos em batalhas navais em toda a história romana.

O território cartaginês (fundado como parte do movimento colonizador fenício, ocorrido entre os sécs. IX e VI) compreendia, na época da Primeira Guerra Púnica, o norte da África, a porção oeste da Sicília, a Sardenha e as ilhas baleares e parte da Hispânia. Com território tão extenso e propício à criação de rotas comerciais, não é de se estranhar que os cartagineses mantivessem contato pacífico com os romanos desde cedo, com interesse primordial nas trocas comerciais.

De acordo com Políbio (3. 22), três foram os tratados entre Roma e Cartago no período anterior à deflagração da Primeira Guerra Púnica. O primeiro e mais improvável deles, devido à sua data de realização, teria ocorrido vinte e oito anos antes da invasão de Xerxes, isto é, em algum momento entre 509 e 507. Traduzido por Políbio do latim “da forma mais exata possível”, o tratado limitaria a área de navegação para romanos e cartagineses, que não deveriam ultrapassar “sua península de direito, a menos que levados por uma tempestade” (3. 22). Caso o fizessem impulsionados pela adversidade, não tinham autorização para comprar ou tomar qualquer bem que não fosse apenas “o suficiente para o reparo de sua embarcação” (3. 22), devendo partir em cinco dias. Quanto ao comércio regular, ele apenas poderia ser conduzido na presença de um oficial ou secretário, que asseguraria o preço com base no crédito do Estado, contanto que ocorresse na Líbia ou na Sardenha. Da mesma forma, os romanos que decidissem comercializar produtos “na Sicília pertencente aos cartagineses” (3. 22) desfrutariam de todos os direitos comuns aos demais. Por fim, o tratado trazia ainda garantias militares, no intuito de preservar o aspecto amistoso das relações.

Alguns estudiosos sugeriram que, na passagem supracitada, encontraríamos a indicação de uma renovação de um tratado já existente entre Cartago e os reis etruscos de Roma, uma vez que há outras evidências para a existência de termos amigáveis entre cartagineses e etruscos no século VI (LAZENBY, 1985, p. 31)^[23]. Além disso, a época referida por Políbio condiz com o período etrusco em Roma. Outros estudiosos, no entanto, sustentaram com razão que o primeiro tratado registrado por Políbio, supostamente firmado nos finais do século VI, foi provavelmente inventado, pois até a segunda metade do século III Roma praticamente não possuía experiência em diplomacia, sendo ainda um poder agrário sem grandes interesses fora de seus limites territoriais (MITCHELL, 1971, p. 633-655)^[24].

O segundo tratado (ou o primeiro, se ao anterior não for dado crédito) ocorreu em 348, supondo-se que se aceite a identificação do tratado mencionado por Tito Lívio e Diodoro com aquele descrito por Políbio como o segundo dos acordos (TITO LÍVIO, 7. 27; DIODORO, 16. 69; POLÍBIO, 3. 24). Em síntese, o tratado de 348 asseguraria a posição dos romanos no Lácio e a dos cartagineses na Líbia e Sardenha, exatamente como no primeiro tratado referido por Políbio, mas acrescentava Útica ao domínio cartaginês, indicando o sul da Hispânia como área proibida ao comércio por parte de Roma. Tito Lívio e Diodoro (cf. *supra*) nos informam apenas que um tratado havia sido estabelecido entre Roma e Cartago, ao passo que Políbio (cf. *supra*) nos concede as maiores informações a respeito, introduzindo questões ligadas à proibição da fundação de cidades cartaginesas na Península Itálica e de cidades romanas na Sardenha.

O terceiro tratado (ou o segundo, se o de 509 não puder ser acreditado) entre Cartago e Roma teve lugar em algum momento entre 279 e 278, isto é, durante a expedição italiana de Pirro do Épiro em socorro de Tarento^[25]. Após duas vitórias decisivas sobre os romanos, as chamadas “vitórias pírricas” (Heracleia e Ásculo), Pirro resolveu atender ao pedido das cidades gregas da Sicília e partiu rumo à ilha para comandar a guerra dos gregos contra os cartagineses. Cartago, por outro lado, não via a chegada de Pirro como algo positivo em momento tão crucial, e estabeleceu novo acordo com os romanos, desta vez em termos bastante favoráveis aos últimos, com o objetivo de assegurar que o epirota permanecesse na Península. De acordo com Políbio (3. 25), o terceiro tratado continha os mesmos termos dos dois anteriores, exceto pelos seguintes elementos, inseridos por conta da presença de Pirro na Península e, em seguida, na Sicília:

Se um ou outro necessitar de auxílio, os cartagineses fornecerão as embarcações, seja para transporte ou com fins militares; mas cada povo arcará com o pagamento de seus próprios homens. Os cartagineses também darão suporte marítimo se os romanos precisarem; mas nenhum dos dois forçará a tripulação a desembarcar contra a sua vontade (**versão parcial**) (POLÍBIO, 3. 25).

O tratado, como se pode observar, estabelece claramente auxílio militar mútuo, estando Cartago disposta a se “comprometer” com o auxílio logístico

mais do que os romanos (inclusive pela condição de sua esquadra em comparação com a dos romanos), o que ilustra a insatisfação com a possibilidade de ter que lidar com Pirro na Sicília. Os resultados do tratado, contudo, não tiveram grande impacto de ordem prática. Ainda que seja tentador identificar a referência às cento e vinte embarcações sob o comando do cartaginês Mago, em Justino, no momento da expedição italiana de Pirro como fruto do terceiro tratado, a referência (na mesma passagem) a uma visita em segredo, de Mago ao epirota, durante a qual certo tipo de aliança ou amizade foi oferecido, indica que Cartago não estava decidida quanto à hostilidade em direção a Pirro e, portanto, parece mais correto dizer que o envio de Mago se deu antes do tratado (JUSTINO, 18. 2). É ainda plausível sustentar que uma operação ocorrida em Régio, separada da Sicília apenas pelo Estreito de Messina, tenha sido o único evento possivelmente resultante do tratado em questão. Se levarmos em conta Diodoro, concluímos que os quinhentos homens enviados a Régio (ainda sob o domínio romano) por Cartago corresponderiam ao contingente de apoio contra o invasor epirota^[26]. Além desse evento, nenhum outro pode ser cotado como relacionado ao tratado, nem mesmo quando somente Lilibeu permaneceu sob domínio de Cartago na Sicília. Terminada a expedição de Pirro, outros possíveis eventos podem ser vistos ainda como parte do acordo, mas como resposta aos homens deixados pelo rei.

Após a breve análise dos três tratados entre Cartago e Roma, pode-se notar, portanto, ao lado da construção de uma relação amistosa entre os dois poderes, a consolidação da posição cartaginesa na Sicília por cerca de trezentos anos (apesar de algumas reviravoltas, tais como a guerra contra Agátocles e, em seguida, Pirro) e a expansão romana em direção ao sul da península, região que terá, durante a expedição de Pirro e um pouco depois, presença constante de legionários romanos, a exemplo da cidade de Régio (vale ressaltar mais uma vez, separada da Sicília apenas pelo estreito de Messina). Tendo Pirro saído de cena, o choque entre dois Estados com impulsos imperialistas seria, com o passar dos anos, algo inevitável. O problema com os mamertinos daria, então, o motivo concreto para a deflagração do conflito.

Os soldados campânios, inicialmente a serviço de Agátocles, haviam subjugado a região nordeste da Sicília alguns anos após a morte do tirano de Siracusa, tirando proveito da situação política delicada pela qual a ilha passava. Com a ascensão de Hierão de Siracusa e a solução dos conflitos em

Régio (que teve seus campânios revoltosos exterminados pelos romanos), a situação dos mamertinos se modificou, principalmente devido ao combate sistemático por parte dos siracusanos contra a série de pilhagens promovidas pelos mercenários. Os mamertinos, sem ter muito que fazer, solicitaram apoio dos cartagineses e, em seguida, dos romanos.

A Primeira Guerra Púnica

Os romanos estavam cientes da grande expansão do território cartaginês, que já incluía a Líbia, parte da Hispânia, a Sardenha e o Mar Tirreno, restando somente a conquista de parte da Sicília para se tornarem os vizinhos mais problemáticos e perigosos, cercando Roma por todos os cantos da península. Possivelmente por pressão popular, o Senado decidiu nomear o Cônsul Ápio Cláudio como general no comando das tropas que atravessariam o mar em direção à Sicília, tendo sido o cônsul vitorioso na primeira batalha contra Hierão (recentemente aliado de Cartago e vitorioso num primeiro confronto contra os mamertinos) e os cartagineses. Derrotado pelos romanos, Hierão findou por estabelecer aliança com eles em 263, mostrando-se leal até o fim de seu governo, em 215. Os cartagineses, em contrapartida, frente à defecção de Hierão, montaram seu novo quartel-general na cidade de Acragas, devido à sua localização favorável como ponto de apoio logístico, bem como ao fácil acesso que ela oferecia à porção leste da Sicília, sob domínio do inimigo.

Com seus primeiros movimentos na Sicília, a maior parte da Primeira Guerra Púnica, todavia, foi travada no mar, ainda que uma análise das evidências acerca da atuação dos exércitos (particularmente na África) ilustre inovações militares importantes em terra firme. Os cartagineses eram conhecidos por sua excelência marítima, tendo a navegação se tornado, como nos informa Políbio (6. 52), o seu ofício nacional^[27]. É de saltar aos olhos o respeito dos antigos quanto à esquadra cartaginesa em diversas ocasiões de tensão militar, das quais destaco, como exemplo, algumas cidades sicilianas (aliadas aos romanos) que, ainda de acordo com Políbio (1. 20), “aterrorizadas diante da frota cartaginesa”, desertaram antes mesmo de lutar.

Os aparatos tecnológicos usados na guerra naval eram quase sempre inventados ou aprimorados pelos cartagineses, a exemplo da substituição das trirremes (dominantes na guerra naval por cerca de duzentos anos) pelas

quadrirremes, e de sua consequente adaptação para as quinquerremes. Com efeito, a quinquerreme (do latim *quinque*, o número de homens necessários para mover cada seção da embarcação) foi criada por Dionísio de Siracusa, mas o seu uso foi melhorado pelos cartagineses. Nas últimas décadas, estudos mostraram, a partir de evidências iconográficas, que a quinquerreme cartaginesa era ligeiramente diferente do modelo grego, com um formato tipicamente fenício para os espaços onde eram dispostos os cinco remadores de cada seção, o que garantia, no caso cartaginês, uma proteção extra para os remadores e para o casco do navio. Este seria, por consequência, o modelo das quinquerremes romanas.

Até a adaptação das embarcações cartaginesas pelos romanos, no entanto, os romanos não haviam se dedicado à guerra naval como os cartagineses, sendo seus construtores navais completamente inexperientes na montagem de quinquerremes quando da deflagração da Primeira Guerra Púnica^[28]. A frota de cem quinquerremes e vinte trirremes, construída em 261, teria sido a primeira formada pelos próprios romanos, o que acentuaria, na visão de Políbio, quão espirituosos (*megalópsychoi*) e extraordinários (*paráboloi*) eram ao fazer algo^[29].

Com a apreensão de uma quinquerreme cartaginesa, tomada como modelo, Roma teria finalizado a construção de sua frota (as cento e vinte embarcações descritas por Políbio) em apenas sessenta dias (POLÍBIO, 1. 20; HOYOS, 1998, p. 89), provavelmente porque a disposição das peças das embarcações seguiu o método de organização por letras empregado por Cartago^[30]. Frota pronta não significava, contudo, frota taticamente apta. Logo cerca de dezessete embarcações romanas findaram por ser capturadas pelos cartagineses nas Ilhas Eólias, a noroeste de Messina, enquanto tentavam submeter a cidade de Lipara, tendo sua tripulação e seu comandante, Cneu Cornélio Cipião, sido capturados sem grande dificuldade (POLÍBIO, 1. 21)^[31].

Taticamente inferiores no mar, o que havia se tornado evidente após a primeira derrota de sua frota para os cartagineses, em 260, os romanos desenvolveram uma arma engenhosa com o objetivo de superar a falta de habilidade (se comparada à dos cartagineses) ao manobrar as embarcações: o *corvus*. Prancha de onze metros de comprimento e um metro e vinte centímetros de largura, o corvo possuía um espeto na extremidade, o qual era usado para perfurar a embarcação inimiga durante a sua trajetória de cima

para baixo, permitindo, assim, que as duas embarcações envolvidas se mantivessem forçosamente conectadas o tempo necessário para a travessia completa dos soldados romanos. Estes, por sua vez, atravessavam a prancha numa coluna disposta em pares, de maneira que os dois primeiros protegiam a frente com seus escudos erguidos, enquanto os seguintes dividiam a proteção dos flancos.

O melhor exemplo para a explicação acerca do funcionamento do corvo é a batalha de Mylae. Segundo Políbio (1. 23), ansiosos para pôr à prova o novo equipamento disposto na proa dos navios, os romanos decidiram, sob o comando de Caio Duílio (que havia deixado as legiões sob responsabilidade dos tribunos militares), atacar os cartagineses que assolavam o território de Mylae:

Ao se aproximarem e enxergarem os corvos subindo ao ponto mais alto da proa de cada nau, os cartagineses em princípio ficaram confusos, surpresos com a construção das máquinas. Contudo, como davam o inimigo inteiramente por derrotado, as embarcações da linha de frente atacaram ferozmente. Mas conforme as embarcações que entravam em colisão eram rapidamente capturadas pelas máquinas, e os tripulantes romanos embarcavam por meio do corvo e atacavam os inimigos um a um na plataforma. Alguns dos cartagineses eram eliminados e outros rendidos por desânimo diante do que estava ocorrendo, tendo a batalha se tornado praticamente um combate em terra firme. As primeiras trinta naus que entraram em combate foram capturadas por todos os tripulantes, incluindo a embarcação do comandante, sendo Aníbal capaz de escapar por um milagre num bote salva-vidas. O restante da força cartaginesa [...] desistiu e bateu em retirada, aterrorizada por esta nova experiência, tendo perdido cinquenta naus (POLÍBIO, 1. 23).

Embora Políbio não mencione nenhuma punição fatal do comandante cartaginês por sua derrota, outras fontes narram crucifixão ou apedrejamento de Aníbal (não o Barca) por seus homens, os quais estavam insatisfeitos com o resultado da batalha. A vitória romana em Mylae, ainda que não tenha sido decisiva, assegurou aos romanos a atuação na região da Sardenha e Córsega, territórios antes sob domínio cartaginês. Ao invés de concentrar campanhas na Sicília ou na Sardenha e Córsega, os romanos conduziram as duas ofensivas ao mesmo tempo; o envio dos dois cônsules, o primeiro (Cornélio Cipião) para Sardenha e Córsega e o segundo (Cornélio Aquílio) para a Sicília, comprovam o pensamento estratégico adotado por Roma. Uma série de batalhas navais teve lugar em seguida, das quais se destaca, pela quantidade de homens envolvidos, a Batalha de Ecnomo (256) (GOLDSWORTHY, 2002, p. 109-114). Do lado romano contavam-se cem mil tripulantes, cálculo retirado dos trezentos remadores e cento e vinte soldados embarcados em cada navio. Do lado cartaginês, o total dos soldados era algo próximo dos cento e cinquenta mil, a julgar pela contagem de suas embarcações. Após violento embate próximo ao sudoeste da Sicília, mais uma vez decidido pelo uso dos corvos (a despeito das até então eficientes táticas cartaginesas), os romanos começaram os preparativos para a invasão da África.

Os cartagineses que haviam escapado do confronto em Ecnomo navegaram diretamente para Cartago e, convencidos de que os inimigos, excitados por seu sucesso, fariam o ataque direto à própria cidade de Cartago, mantiveram-se atentos a todos os possíveis pontos de desembarque na área. Os romanos, contudo, desembarcaram a uma distância segura (Cabo Bon, no nordeste da atual Tunísia), certamente por terem conhecimento da dificuldade que seria tomar Cartago sem uma linha de abastecimento assegurada entre a Sicília e a África, e iniciaram uma série de cercos a cidades menores, sendo Aspis a primeira delas^[32].

O que os romanos pretendiam com isso? Em princípio, poder-se-ia dizer que a decisão era unicamente de segurança para o desembarque, mas alguns indícios em Políbio apontam para uma ocupação definitiva (a ser planejada), que deve ter sido planejada logo após a vitória em Ecnomo. Em primeiro lugar, antes de navegar em direção à Líbia, eles organizaram as suas provisões e repararam as embarcações capturadas; em seguida, assim que Aspis foi tomada, guarnições foram ali deixadas para assegurar a cidade e o território; por último, mensageiros foram enviados a Roma para informar

o ocorrido e obter instruções sobre o que deveria ser feito e como eles deveriam lidar com toda a situação. Se a ordenação desses eventos estiver mesmo correta, os romanos tinham em mente, mesmo antes de relatar os eventos ao Senado, assegurar uma posição forte em território inimigo, restando apenas a autorização de Roma para dar prosseguimento à expedição africana. A forma que essa expedição assumiria, contudo, estava nas mãos do Senado. A resposta não poderia ser diferente: um dos cônsules deveria permanecer na África com força adequada, enquanto o outro deveria retornar para Roma com a frota.

Se, a essa altura, os romanos tinham em mente a reprodução do que havia feito Agátocles cerca de cinquenta anos antes, não sabemos por evidências diretas (como seria uma afirmação de Políbio ou referência a Agátocles em alguma reunião senatorial antes da deliberação sobre o que deveria ser feito pelas tropas na África), mas isso pode ser proposto com certo grau de plausibilidade por evidências indiretas. Como mostrado acima, os elementos necessários para a realização de uma expedição haviam sido pensados após Ecnomo e, uma vez na África com posição militarmente assegurada, a pilhagem que se seguiu (em Aspis e nos arredores) tem aparência exata ao que foi previamente feito pelo tirano de Siracusa.

Além disso, é bem verdade que Políbio (15. 35) nos diz que Cipião, o Africano, aproximadamente cinquenta anos após a primeira invasão romana da África, teria respondido, quando questionado acerca dos maiores estadistas em coragem e sabedoria: “Agátocles e Dionísio”. É bem provável, portanto, que a expedição de Agátocles fosse já conhecida pelos romanos no tempo da Primeira Guerra Púnica.

Outra evidência pode ser encontrada do lado cartaginês. Os comandantes cartagineses não queriam esperar o avanço impune dos romanos, talvez porque tivessem em mente a reprodução do que haviam enfrentado meio século antes com os gregos. Cartago não estava disposta a esperar que seu território fosse “corrompido” pelo inimigo, o que ocasionaria problemas de ordem logística (principalmente com a manutenção de seus aliados), de maneira que os generais decidiram partir de imediato para o embate com os invasores.

Na primeira fase das inovações militares em Cartago, um dos aspectos estratégicos que motivaram as inovações de ordem logística entre os cartagineses foi a preservação da lealdade das cidades africanas, uma vez

que elas estavam debandando uma a uma para o lado grego. Aquela lição, agora aplicada ao caso romano, havia sido definitivamente aprendida pelos generais cartagineses. Asdrúbal e Bostar foram eleitos generais; Amílcar foi trazido às pressas da Sicília como terceiro general. Como dito acima, os três generais cartagineses optaram pelo combate direto com o inimigo, após terem assim deliberado, e encontraram Régulo e seus soldados próximos à cidade de Adis, na ocasião sitiada pelos romanos. Os cartagineses ocuparam um monte nos arredores e ali montaram acampamento, num local provavelmente desapropriado ao seu exército. Os experientes generais romanos teriam visto que o momento era adequado para o ataque inesperado, uma vez que o posicionamento do exército cartaginês, num terreno que tornava os elefantes e a cavalaria inúteis, lhes era propício.

Após a vitória de Régulo, Túnis caiu sob o domínio romano, tendo a cidade sido transformada na nova base de operações na África. Houve, ainda, uma revolta por parte dos númidas (certamente encorajados com a presença romana) e a fome dos refugiados em Cartago, o que levou Régulo a tentar a submissão completa dos cartagineses.

No momento seguinte à derrota para Régulo e ao fracasso das negociações de paz (tenham elas sido lideradas por iniciativa dos cartagineses ou pelo general romano), um dos oficiais de recrutamento (*xenólogoi*) que Cartago tinha previamente enviado à Grécia retornava com um número considerável de soldados, entre eles Xantipo de Esparta^[33], encarregado de liderar provisoriamente o exército cartaginês. E ele o fez com tamanho sucesso, que os romanos sob Régulo foram derrotados no que seria uma de suas especialidades: a batalha decisiva. Aparentemente, Xantipo liderou uma verdadeira revolução militar em Cartago, transformando suas tropas numa força militar helenística (sob a ótica da tática) (SANT'ANNA, 2011, p. 171-177).

Depois do fracasso da expedição romana em território cartaginês, a guerra prosseguiu por mais quinze anos, até 241. Aos poucos, os romanos foram dominando o cenário militar, controlando a Sicília e limitando a ação da esquadra cartaginesa na ilha, especialmente após a tomada de Palermo, em 254, e do bloqueio marítimo e terrestre aos dois únicos bastiões cartagineses na ilha (Lilibeu e Trápani). A partir daí, a esfera de ação de Cartago se viu bastante limitada, resumindo-se, além da resistência militar na Sicília, à expansão de seus domínios na África e à supressão de revoltas

locais com o objetivo de assegurar, em casa, os recursos necessários para a condução do conflito armado contra os romanos.

Entre 249 e 247, no entanto, os cartagineses puderam retomar a ofensiva, particularmente por causa da destruição de parte da esquadra romana no fiasco de 255. O *corvus* foi abandonado depois de ter perdido sua eficiência (os cartagineses teriam descoberto formas para contornar a engenhosidade do inimigo) e porque o peso do equipamento tornava as pequenas trirremes vulneráveis demais em tempestades no mar. Dois fracassos navais romanos foram registrados nas fontes, ambos na Sicília. Além da derrota da frota de um cônsul em Trápani, a frota do outro cônsul daquele ano foi completamente arrasada, por uma combinação de dois fatores: uma tempestade e o ataque bem-sucedido dos cartagineses. Por dois anos, Cartago retomou o controle da Sicília, retirando até mesmo o bloqueio marítimo romano, mas a retomada provisória da ofensiva não alterou o resultado da guerra.

Em 247, Cartago tinha plenas condições de encerrar o conflito, subjugando Roma por meio de um ataque decisivo. Mas tal ataque nunca ocorreu. As razões estão ligadas à ascensão de um grupo aristocrático fundiário liderado por Hano, o Grande, e possivelmente ao acirramento das tensões entre uma elite mercantil e outra fundiária. Ao que parece, os interesses da elite fundiária não contemplavam a guerra na Sicília tanto quanto a conquista dos territórios altamente produtivos no norte da África, de modo que a estratégia que permitiu a retomada da ofensiva dos cartagineses (assegurar, em casa, os recursos necessários para a condução do conflito armado contra os romanos) não teve os desdobramentos esperados. Sob esta ótica, o sucesso militar decisivo dos romanos se deveu mais aos conflitos internos em Cartago do que propriamente à sua engenhosidade militar, mencionada com deslumbramento por Políbio. Obviamente, não se pode desconsiderar a solidariedade gerada pelo sistema de alianças que Roma implantou na Península Itálica (fator decisivo na Segunda Guerra Púnica), mas reduzir seu sucesso na Primeira Guerra Púnica a fatores estritamente peninsulares seria igualmente equivocado.

A prova da derrota da elite mercantil (que apoiava as ações militares na Sicília e, conseqüentemente, Amílcar Barca) veio com a desmobilização quase completa, em 244, da esquadra cartaginesa, para que a expansão territorial na África fosse conduzida com mais vigor e recursos. Em

contrapartida, os romanos convenceram seus cidadãos mais ricos a investirem maciçamente na construção de uma nova esquadra, com promessas de recompensas ao final do conflito. Em 242, cerca de duzentas embarcações romanas navegavam em águas sicilianas, fazendo com que a resistência militar na ilha fosse completamente esmagada.

Em 241, portanto, Amílcar Barca, comandante cartaginês, foi forçado a negociar a paz. Como resultado, os cartagineses foram obrigados a evacuar Lilibeu, abandonar a Sicília, devolver todos os prisioneiros e a pagar uma grande indenização aos romanos. Por fim, para agravar ainda mais a situação, não possuíam recursos suficientes para o pagamento dos serviços prestados pelos mercenários, insatisfeitos também com o descumprimento das promessas feitas por Amílcar Barca, o que levou à chamada Revolta Mercenária (241-237), com o cerco da própria cidade de Cartago pelos rebeldes (mercenários e povos que aderiram à sua causa contra Cartago, provavelmente por vontade de se livrar do jugo cartaginês)^[34]. A guerra mercenária foi encerrada apenas três anos após a sua deflagração, quando finalmente (devido à gravidade da situação a que Cartago se expusera) Amílcar e Hano juntaram forças contra os mais de vinte mil mercenários revoltosos.

Os romanos, por sua vez, num ato de violação justificada de tratados anteriores (pois sua validade tinha se extinguido com a guerra), aproveitando-se do enfraquecimento de seu inimigo, forçaram a retirada dos cartagineses da Córsega e Sardenha, próximas demais de seu território e estratégicas demais para serem ignoradas, especialmente por causa das possibilidades de expansão das redes comerciais da Península Itálica. Posteriormente (em 225), as duas ilhas foram agrupadas e formaram a segunda província romana (LORETO, 2011, p. 184-203).

Aníbal Barca e a Segunda Guerra Púnica

Logo após a perda da Sardenha e Córsega, os cartagineses mostraram grande capacidade de reconstrução. Sob Amílcar Barca, a perda das ilhas possibilitou a reconquista da Hispânia. Boa parte do domínio cartaginês na região tinha sido perdida durante a Primeira Guerra Púnica, por causa de revoltas locais do tipo que normalmente eclode como consequência do enfraquecimento do dominador, envolvido numa guerra de grandes proporções. Entre 237 (data do fim da Revolta Mercenária) e 229, Amílcar

não apenas reconquistou o que antes Cartago possuía, mas expandiu seu império por meio da conquista de toda a porção sul da Hispânia^[35].

O mais importante general da Primeira Guerra Púnica e conquistador da Hispânia foi, então, sucedido por seu genro, Asdrúbal Barca, que levou adiante a tarefa de reconstruir o Império Cartaginês por outras vias. Imbuído desse espírito, Asdrúbal fundou Cartagena, que se tornou a capital e o quartel-general do Império Cartaginês na Hispânia^[36].

Na época da deflagração da Segunda Guerra Púnica, boa parte dos recursos que os cartagineses utilizavam provinha da Hispânia. De lá eram extraídos ouro, prata e outros metais para pagar e equipar seus soldados e tripulação, madeira para sua esquadra, mercenários ibéricos como soldados de seu exército. Para se ter uma ideia mais concreta acerca da produtividade das minas hispânicas, estima-se que seu rendimento anual era de dois ou três mil talentos, quantia bem próxima da indenização paga pelos cartagineses no final da primeira guerra contra os romanos, que não ultrapassou os três mil e duzentos talentos.

Assim, a expansão cartaginesa na Hispânia alarmou não apenas os romanos, mas também seus vizinhos, alguns aliados de Roma há tempos, como no caso da cidade grega de Massália (atual Marselha). O império que os cartagineses tinham construído na Hispânia ameaçava seriamente suas redes comerciais, razão pela qual o “Tratado do Ebro” foi firmado, em 226, entre romanos e cartagineses. O acordo proibia expressamente a travessia do Rio Ebro por tropas cartaginesas, embora tolerasse sua presença ao sul.

Em cenário tão delicado, as preocupações dos romanos não se limitaram à expansão imperial cartaginesa, envolvendo também a administração das novas províncias (Sicília, Sardenha e Córsega), a conquista do norte da Itália (uma forma de evitar possíveis invasões gaulesas) e a eliminação da pirataria no Adriático. A primeira delas estava provisoriamente resolvida com o “Tratado do Ebro”; a segunda, por sua vez, exigia uma nova forma de dominação e controle administrativo, visto que a população da Sicília preferia pagar tributos aos romanos a servir no seu exército, diferentemente do que tradicionalmente acontecia entre os povos italianos subjugados por Roma; a terceira pode estar ligada – ainda que não exclusivamente – ao retorno de milhares de mercenários gauleses que estavam a serviço de Cartago na Revolta Mercenária, e que naquele momento tinham retornado para a Gália, fomentando uma invasão do

território italiano, a exemplo daquela que ocorreria cerca de dez anos depois, em 225; a quarta, por fim, esbarrava na expansão do Reino Ilírio para regiões tão ao sul quanto o Épiro e o Golfo de Corinto, uma das principais causas das chamadas Guerras Ilírias (229-228; 220-219).

Em 221, morreu com Asdrúbal o equilíbrio político na fronteira do Rio Ebro. Assassinado, Asdrúbal foi sucedido por Aníbal Barca, filho de Amílcar. Curioso notar que, apesar de Aníbal ter nascido em 247, em plena guerra, e que tenha supostamente feito um juramento a seu pai durante uma cerimônia que Políbio, e depois Cornélio Nepos, dizem ter ocorrido momentos antes da partida de Amílcar para a Hispânia (POLÍBIO, 3. 11; CORNÉLIO NEPOS, *Aníbal* 2). De acordo com a tradição, Aníbal prometeu ao pai que “nunca seria amigo dos romanos”, juramento que foi preservado por historiadores romanos tardios numa versão ainda mais passional, na qual Aníbal teria dito que “para sempre odiaria os romanos”. Em 219/218, Aníbal ainda honrava o juramento supostamente feito, tomando de assalto a cidade de Sagunto, aliada dos romanos na Hispânia.

A Segunda Guerra Púnica, então, deflagrada em 219/218, teve início na Hispânia. Se consideradas as atividades diplomáticas cartaginesas e romanas no período entreguerras, soa plausível dizer que nenhum dos lados procurava um novo conflito. Ainda assim, Aníbal atacou a cidade de Sagunto, aliada dos romanos, iniciando mais uma vez as hostilidades. Uma complicação deve ser, por isso, explicada. Sagunto era oficialmente aliada de Roma, razão de seu envolvimento no que estava para se tornar a Segunda Guerra Púnica, mas a cidade ficava ao sul do Rio Ebro, que era, de acordo com o “Tratado do Ebro”, território cartaginês. Ao estabelecer uma aliança aparentemente tão inadequada, Roma atraía um sentimento de desconfiança dos cartagineses, embora a aliança não fosse uma violação do tratado.

Para os romanos, sua aliança com Sagunto trazia benefícios comerciais inegáveis (o contexto era de comércio marítimo intenso para os romanos, como ilustra a *Lex Claudia*, de 218, que regulava a quantidade máxima de ânforas que navios de senadores ou filhos de senadores poderiam transportar); para Aníbal, a intervenção romana era nociva e remontava, com alto grau de similaridade, aos usos que fizeram dos mamertinos na Sicília na época da deflagração da Primeira Guerra Púnica (cf. *supra*). Segundo Políbio (3. 17), Aníbal havia considerado, após se decidir pela tomada de Sagunto, a impossibilidade de atuação militar na Hispânia por parte dos romanos, a

difusão de um sentimento de terror entre eles e a desistência da aliança por parte dos saguntinos. Além disso, a conquista da cidade lhe asseguraria os fundos necessários para sua expedição, conciliaria os cartagineses no norte da África e elevaria o moral das tropas, que em breve enfrentariam a pesada travessia dos Alpes. Com Sagunto conquistada em oito meses, a guerra tornou-se inevitável^[37].

Aníbal surpreendeu ainda mais os romanos ao pisar em território italiano pelo norte, após realizar a improvável e perigosa travessia dos Alpes, registrada com a dramaticidade que lhe era devida (e com certa verossimilhança) por Políbio (3. 50-55) e Tito Lívio (21. 32-37). A travessia dos Alpes, sem dúvida, remete à resiliência de Aníbal, mas traz à tona também a “nova” realidade histórica cartaginesa. Sem uma esquadra com a qual pudesse contar (ao menos não frente à romana), Aníbal contava basicamente com o controle da Hispânia e com o exército que lho havia assegurado. Qualquer tipo de transporte pelo mar seria arriscado demais, senão inviável, de modo que sua estratégia contra os romanos deveria se resumir a uma única frente de batalha: a Península Itálica. Apenas um ataque direcionado ao coração do poder romano abalaria suas vastas forças, agora que controlavam os mares e excediam os cartagineses em poder militar (FRONDA, 2011, p. 242-260).

Concluída a penosa travessia dos Alpes, Aníbal derrotou os romanos em Trébia, ainda em 218, e no Lago Trasimeno, em 217, ocasião em que mais de trinta e cinco mil soldados romanos foram emboscados e capturados ou mortos num estreito entre os montes e o lago, próximo de Perúgia. Apesar disso, a situação permanecia vantajosa para Roma. Afinal, ela controlava o mar, o que significava que continuaria com as operações militares na Hispânia e na África, ao passo que Aníbal contaria apenas com as forças que já tinha à disposição e com as que eram comandadas por seu irmão na Hispânia. Na verdade, o general romano Cornélio Cipião desembarcou em Massália ainda em 218, provavelmente com a intenção de interceptar Aníbal. Mas era tarde, pois ele já havia penetrado nos Alpes.

Além disso, a despeito da derrota sofrida em Trébia, os romanos possuíam recursos quase ilimitados para outra batalha, se considerada a capacidade de mobilização entre os povos aliados, de norte a sul da Península Itálica. Aníbal, em contrapartida, não possuía a essa altura mais do que vinte mil soldados. Uma tabuleta de bronze que o general cartaginês

erigiu no sul da Península Itálica registrava vinte e seis mil soldados cartagineses (sendo vinte mil soldados de infantaria e seis mil cavaleiros) quando de sua chegada em território italiano. Ainda que nenhuma referência tenha sido feita aos elefantes de Aníbal, sabe-se que lutaram nas primeiras batalhas na Península Itálica, embora não se saiba quantos exatamente pereceram na travessia.

Aníbal provavelmente contava com três trunfos: 1) a adesão de muitos povos gauleses, inimigos “naturais” dos romanos; 2) o pânico e a consequente deserção dos aliados de Roma, desfazendo assim seu sistema de alianças; e 3) a rendição dos romanos depois de vencidos em batalha decisiva e com o inimigo às portas de sua cidade.

Após a derrota romana no Lago Trasimeno, a morte de Flamínio (cônsul que liderou o exército romano em batalha), o temor de um cerco e os debates no Senado, que levaram à adoção de medidas mais conservadoras, um ditador foi nomeado^[38]. Fábio Máximo, no entanto, curiosamente não foi escolhido por alguém que detinha *imperium* (um dos cônsules, p. ex.), mas pela assembleia das centúrias, da mesma forma que seu *magister equitum*, Marco Minúcio^[39]. O procedimento que nasceu de forma inadequada, sem obedecer aos costumes, apresentou problemas imediatos. A escolha do mestre de cavalaria pelo ditador tinha por objetivo assegurar o trabalho conjunto entre o homem mais poderoso do Estado e o segundo no comando. A não observância deste critério poderia gerar, como gerou no caso de Fábio Máximo e Marco Minúcio, sérios desentendimentos entre os dois, algo indesejável numa emergência militar.

A estratégia de Fábio Máximo consistia em evitar qualquer batalha decisiva que expusesse seus homens ao exército cartaginês. Enquanto isso, as ações romanas resumiam-se ao ataque às linhas de abastecimento do exército inimigo, cortando seus suprimentos, dificultando sua marcha, impedindo o estabelecimento de quartéis, sem oportunidade para descanso ou para se sentir seguro. Políbio (3. 89) explica que a decisão ditatorial considerava o fato de as forças inimigas terem se mostrado muito experientes e capazes de vencer diversas batalhas na Hispânia, além de duas consecutivas contra os romanos e seus aliados na Península Itálica, sempre lideradas por um general acostumado com operações militares em campo aberto. Por fim, conclui Políbio, não se devia ignorar que a única esperança

de homens que tinham deixado tudo para trás residia na vitória, o que lhes assegurava enorme vantagem psicológica.

Os planos de Fábio Máximo não só geraram desentendimentos com seu mestre de cavalaria (que passou a agir por conta própria), mas também desagradaram profundamente muitos senadores^[40]. O ditador não era mais o “campeão dos romanos”, mas o “Contemporizador” (*cunctator*). Com efeito, a prudência da “estratégia fabiana” (assim ficou conhecida em tempos modernos a estratégia de Fábio Máximo) contradizia a cultura militar romana (sempre inclinada à batalha decisiva), e muitos senadores não aceitavam a demora para atacar definitivamente Aníbal, provavelmente impulsionados pelo desejo de vingança da última derrota para o cartaginês e pelo número consideravelmente maior (praticamente o dobro) de sua infantaria.

É possível que Fábio Máximo estivesse levando em consideração as tropas montadas cartaginesas, superiores às romanas em número e qualidade. Muitos romanos ignoravam a necessidade de tropas montadas numerosas e fortes na época; afinal, sempre venceram suas batalhas na Península Itálica confiando na disciplina das legiões^[41]. Ditador e mestre de cavalaria foram, então, depostos. Em seu lugar, dois cônsules assumiram (após escolha da assembleia das centúrias) o comando das legiões: Lúcio Emílio Paulo e Caio Terêncio Varrão, que deveriam encerrar a ameaça de Aníbal o quanto antes.

Eleitos com a expectativa de um comportamento mais agressivo com relação ao insulto de Aníbal e no comando de cerca de oitenta mil homens bem treinados^[42], mas inexperientes, ambos os cônsules marcharam para o sul e enfrentaram o general cartaginês na Apúlia, numa área próxima à pequena cidade de Canas. Em campo aberto, a ação das legiões foi a mais tradicional possível: concentraram o ataque ao centro da formação inimiga (celtas e iberos)^[43], disposta propositadamente “em formato crescente” (de modo convexo), no intuito de “quebrá-la ao meio”. A pressão da investida das legiões romanas (mais pesadas e em maior número) fez com que o “formato crescente” se desfizesse por meio de um recuo inevitável, transformando o convexo em côncavo. Enquanto isso, antes que o centro cartaginês fosse rompido, as tropas africanas pesadamente armadas que Aníbal tinha posicionado nas alas^[44], logo atrás da linha de frente, avançaram, confrontando as legiões nos flancos. A cavalaria romana, responsável pela proteção dos flancos, tinha sido derrotada no início da batalha pela cavalaria

inimiga, que a perseguiu por algum tempo. Mais adiante, com uma única opção entre morrer lutando, cercado pela frente e pelos lados, e bater em retirada, o exército romano encontrou o pior cenário de todos, pois a cavalaria inimiga retornava, vitoriosa, para cerrar-lhes o caminho da fuga. Completamente envolvidos, cerca de setenta mil romanos pereceram (entre eles, o Cônsul Lúcio Emílio Paulo) e dez mil foram capturados ou escaparam (incluindo Caio Terêncio Varrão, que escapou)^[45].

Impulsionados pela vitória em Canas, os cartagineses conseguiram a rendição de muitas cidades aliadas de Roma na Apúlia e na Lucânia. Além delas, Cápua (na Campânia) e Siracusa (na Sicília) se rebelaram contra Roma e receberam Aníbal de braços abertos. Na Macedônia, Filipe V concordou em estabelecer uma aliança com Aníbal, visando à assistência militar mútua contra Roma. Em 213, por fim, a importante cidade de Tarento foi capturada pelos cartagineses. Como dramaticamente posto por Hanson (2001), depois da batalha de Canas “não havia mais espaço para lutar e apenas pouco dele para morrer” (p. 99).

Ainda assim, Roma se recuperou. Depois do massacre em Canas e de seus impactos políticos, os romanos foram obrigados a retomar a estratégia amarga de Fábio Máximo. Afinal, que escolha teriam além da lenta recuperação, que fatalmente exigiria uma resistência militar nos termos apresentados pelo ex-ditador? Os esforços romanos foram, então, todos voltados para a preservação da lealdade das cidades italianas (de onde um novo exército poderia ser recrutado no decorrer da década seguinte) e para a recuperação das que tinham desertado frente à visão aterrorizante do inimigo. Com isso, Aníbal teria dificuldades logísticas com o seu exército, exatamente o que pretendia Fábio Máximo em 217, enquanto Roma conduziria a guerra noutros lugares, onde o poder cartaginês se mostrava enfraquecido devido à sua concentração em território italiano. Outra questão importante é a natureza inesgotável dos recursos romanos à disposição dos romanos, que, apesar das quatro terríveis derrotas sofridas em campo de batalha e de todos os problemas com a deserção de cidades aliadas, ainda podiam abordar o conflito de modo menos direto e, seguramente, mais dispendioso. Noutras palavras, para conduzir a guerra em frentes diversas (Hispania, Sicília e Ilíria) e manter as forças necessárias para lidar com Aníbal na Península Itálica, centenas de embarcações e mais de vinte legiões precisariam ser custeadas.

Isolado na Península Itálica, Aníbal não tinha condições de proteger seus aliados, que aos poucos retornaram para o lado romano, alguns por vontade própria, outros depois da captura de suas cidades. Em 212, Siracusa foi tomada por Marco Cláudio Marcelo, um dos sobreviventes de Canas; um ano depois foi a vez de Cápuia (a principal cidade da Campânia), seguida de Agrigento (210) e Tarento (209). Restava a proteção do território contra uma possível invasão de Filipe V, aliado dos cartagineses e interessado na expulsão definitiva dos romanos da Ilíria. Ao agir diplomaticamente, Roma conquistou o apoio da Liga Etólia, que manteve o rei macedônio ocupado por praticamente uma década. Com o suporte marítimo romano, as cidades gregas frustraram qualquer tentativa de apoio macedônico aos cartagineses na Península Itálica.

Na Hispânia, Públio Cipião e Cneu Cipião passaram a atuar conjuntamente para impedir qualquer auxílio cartaginês que Aníbal pudesse receber de seu irmão, Asdrúbal. Apesar do breve sucesso obtido (em 215), logo os dois generais romanos foram derrotados pelo cartaginês, que, embora impedido de socorrer Aníbal, mantinha o controle sobre os aliados cartagineses na Hispânia. A situação desfavorável aos romanos na Hispânia modificou-se apenas em 210, quando outro Cipião (sobrinho do Cipião morto por Asdrúbal) entrou em cena. Tratava-se do futuro “Africano”, assim apelidado por causa da captura de Cartago, em 146.

Investido de *imperium*, conferido pela assembleia das centúrias como uma espécie de comando militar inevitavelmente herdado, Cipião adotou uma estratégia diferente de seus antecessores e tomou de assalto Cartagena (um movimento veloz e inesperado), em 209, assegurando uma enorme fortuna em naus, armas, prata e escravos nativos, libertados num ato de generosidade que lhe assegurou maior simpatia dos povos locais. Ao mesmo tempo, Cipião privou Asdrúbal de todas as riquezas de Cartagena, além de lhe cortar as linhas principais de abastecimento. Um ano depois, Asdrúbal não tinha outra opção, a não ser voltar para Cartago (onde provavelmente seria executado) ou se juntar a Aníbal como refugiado^[46]. Por volta de 205, no mesmo ano em que se encerrava a guerra entre os gregos da Liga Etólia e Filipe V, a Hispânia tinha sido tomada dos cartagineses pelos romanos^[47].

Os planos de Aníbal estavam, assim, depois da recuperação romana, aniquilados. No entanto, duas últimas tentativas foram feitas entre a derrota de seu irmão Asdrúbal, em 207, e o retorno de Aníbal para a África, em 202:

o desembarque de seu outro irmão, Mago, com um pequeno exército, em Gênova e o envio de uma frota cartaginesa com suprimentos, destruída por uma tempestade, em 205. Sem mais recursos e inquestionavelmente derrotado, Aníbal teria que aguardar o próximo movimento de Roma. E ele veio mais uma vez com Cipião, que convencera o Senado a promover uma invasão do território africano, imitando a tática de terror que Aníbal espalhara na Península Itálica.

Apostando na aliança que havia feito com Masinissa e Sífax, reis da Numídia, Cipião desembarcou numa área próxima de Útica, no norte da África, e auxiliou Masinissa a se livrar do irmão em troca de suporte logístico posterior. Os cartagineses, indecisos sobre o que fazer, convocaram de volta seu general vitorioso, Aníbal. Cipião e Aníbal se enfrentaram em Zama, em 202, ocasião em que se viu um exército cartaginês radicalmente diferente do que Aníbal tinha liderado na Hispânia e depois na Península Itálica. Afinal, a poderosa cavalaria nômada se virou para o inimigo, restando ao líder cartaginês depositar suas esperanças nos elefantes obtidos às pressas em território africano. Mas Cipião tinha treinado por anos suas legiões numa espécie de “guerra anticartaginesa” na Hispânia, de maneira que estavam todos preparados para enfrentar as táticas de Aníbal, especialmente com o enfraquecimento do exército devido à traição da Numídia. Em 201, a guerra chegara ao fim, e Cartago foi obrigada a aceitar termos bastante duros: a perda de todos os territórios fora da África; o reconhecimento da independência da Numídia e da aliança de Masinissa com Roma; a extinção de sua “autonomia mediterrânea”, o que significa dizer que precisaria da permissão de Roma para qualquer guerra que pretendesse travar, na África ou fora dela; a redução considerável de sua esquadra; e o pagamento de dez mil talentos, a serem pagos ao longo de cinquenta anos como tributos.

Roma também sofreu com a guerra. Sua população masculina diminuiu drasticamente, razão pela qual passou a recrutar, pela primeira vez e em ocasiões extremas, criminosos e escravos. Além disso, as diferentes frentes de batalha fizeram emergir a necessidade de mais comandantes na liderança de exércitos ocupados com guerras travadas em regiões cada vez mais distantes de Roma. As magistraturas anuais tornaram-se pouco a pouco impraticáveis, bem como o número reduzido de magistrados com funções militares. É digno de nota o fato de Roma ter aumentado o número de pretores, após a Segunda Guerra Púnica, para quatro, mais tarde seis, eleitos anualmente e de modo alternado. Com efeito, o problema do número de

magistrados foi solucionado apenas com a prática da “prorrogação”, isto é, a permanência no posto por mais algum tempo, até que as atividades estivessem concluídas. Os magistrados nessa situação tornavam-se, assim, procônsules e propretors.

A Terceira Guerra Púnica

Na primeira metade do século II, enquanto Roma estava ocupada com a conquista definitiva da Hispânia, um de seus aliados da Segunda Guerra Púnica, Masinissa, aproveitou o enfraquecimento de Cartago para expandir o Reino da Numídia, depredando pouco a pouco o território cartaginês. É preciso ter em mente que Roma não apoiava a expansão da Numídia; interessava-lhe, na verdade, o equilíbrio político africano que tinha obtido com o fim da Segunda Guerra Púnica. Em outras palavras, para os romanos, nem Cartago deveria ser capaz de se recuperar, nem a Numídia poderia se fortalecer a expensas de Cartago. Masinissa, no entanto, tinha planos diferentes.

As cidades cartaginesas na costa foram sistematicamente capturadas, forçando Cartago a solicitar auxílio de Roma. Uma das equipes de inspeção romanas (formadas majoritariamente por senadores), enviadas com o propósito de arbitrar a questão, foi liderada por Catão, o Velho, que retornou sem um posicionamento claro. Diz-se, no entanto, que Catão foi capaz de inspecionar pessoalmente Cartago, testemunhando uma realidade que o fez agir de modo peculiar daquele momento em diante. Com efeito, Plutarco afirmou que Catão, um dos maiores entusiastas da destruição de Cartago, apenas numa coisa era mais selvagem do que seu lugar de origem (“onde figos grandes e belos cresciam”, diz o biógrafo): sua insistência em adicionar ao seu voto sobre qualquer assunto uma frase hostil a respeito dos cartagineses (“Cartago deve ser destruída”) (PLUTARCO. *Catão, o Velho* 27)^[48]. O mesmo Senado que, por ocasião das duas primeiras Guerras Púnicas, tinha estendido a toga e perguntado o que os cartagineses desejavam, agora assumia com a liderança de Catão uma postura ainda mais belicosa, mais extrema. A insistência de Catão aponta, sem dúvida, para a divisão da opinião dos senadores (Públio Cipião Nasica era da opinião contrária, p. ex.), mas no final o Senado acatou a proposta da intervenção militar.

Ao mesmo tempo em que Catão supostamente vociferava no Senado contra sua antiga inimiga, Cartago deu início ao conflito armado contra Masinissa, ignorando a resposta romana que ainda não havia chegado (ao menos não de modo conclusivo) (KUNZE, 2011, p. 407-409). Em 150, a guerra transformou-se num fiasco para os cartagineses: além de não terem conseguido repelir os númidas, provocaram a intervenção militar romana. Sabedores da presença de uma frota romana já em Lilibeu, pronta para invadir o território africano, os cartagineses enviaram embaixadores aos romanos para negociar a paz. Diodoro (32. 6) registrou que a paz foi inicialmente negociada com sucesso, tendo como preço a liberação de trezentos reféns em Cartago, filhos de senadores romanos. Em seguida, um exército romano desembarcou em Útica, uma ação que talvez não estivesse “em comunicação” com a negociação da paz. Agora os romanos tinham novas exigências (a entrega de armas e artilharia), todas prontamente atendidas pelos cartagineses. Ainda assim, as exigências não cessaram. Queriam, por fim, que Cartago fosse abandonada, e que seus habitantes fundassem outra cidade a uma distância de cem quilômetros do mar. Era o ultimato. Cartago não deveria mais existir. Em 146, no mesmo ano da destruição de Corinto, um exército romano liderado por Cipião conseguiu finalizar um cerco que durou praticamente três anos.

As principais fontes para o saque de Cartago são Políbio (38. 19-22), Diodoro (32. 4; 32. 14) e Apiano (8. 128-135), os dois últimos muito provavelmente baseados no primeiro, que testemunhou o ocorrido^[49]. De acordo com Apiano, o principal foco de ataque de Cipião era Birsa, o ponto mais bem defendido da cidade e onde se concentrava a maior parte da população. Antes do incêndio das casas situadas nas ruas que permitiam o acesso à cidadela, tudo se resumia, nas palavras de Apiano (8. 128-135), “a guinchos, gritos de dor, lamentos e sofrimento de todos os tipos”. Logo o fogo se espalhou e consumiu a cidade, auxiliado pelo trabalho dos legionários romanos, que destruíam os edifícios de uma vez, e não aos poucos, fazendo com que muitas construções cedessem com suas estruturas de pedra sobre os habitantes. Muitos foram vistos ainda com vida, feridos ou queimados em maior ou menor escala, emitindo (idosos, mulheres e crianças especialmente, porque estavam escondidos nas casas) gemidos terríveis. Apiano acrescenta, ainda, que outros caíram de lugares altos em meio ao fogo, pedras e madeira, terminando esfacelados nas mais horríveis formas, esmagados ou mutilados. Cadáveres foram usados para tapar fossos,

permitindo assim a passagem de tropas. Diz-se que alguns foram arremessados nos fossos de ponta-cabeça e outros de cabeça para cima, tendo seus crânios destroçados por cavalos durante a travessia, pois funcionavam como ponte humana. Tamanho horror persistiu por seis dias e seis noites, até que, no sétimo dia, um grupo de suplicantes apareceu diante de Cipião e o convenceu a poupar as vidas daqueles que, protegidos na cidadela, concordassem em deixar Cartago para sempre.

Mais de cinquenta mil homens e mulheres deixaram a cidade sob a guarda do exército romano. Cartago estava completamente arrasada. Cipião, encerra Apiano (8. 128-135), ao observar atentamente a cena de horror, chorou e se compadeceu do inimigo, “uma cidade que por setecentos anos governou tantos territórios, ilhas e mares, tão rica em armas, navios, elefantes e recursos quanto o maior dos impérios, e que o superou em bravura e espírito, pois, privada de todas as suas embarcações e armas, suportou a fome e um grande cerco por três anos”. Encerrado o cerco, o território cartaginês transformou-se na província da África.

Enquanto Cartago estava sendo sitiada e arrasada, Roma conduzia outras guerras na Hispânia, precisamente contra os lusitanos^[50], liderados por Viriato^[51]. Experiente em guerrilhas e no comando de cerca de dez mil homens, o líder rebelde foi capaz de frustrar as investidas romanas por quase uma década, apostando sempre no conhecimento do terreno e nas dificuldades que impunha ao invasor. Em 141, por exemplo, a emboscada a um exército romano de cinquenta mil homens garantiu que um tratado fosse firmado entre os dois povos, assegurando a liberdade e a independência dos lusitanos. No ano seguinte, Viriato foi assassinado enquanto dormia, supostamente por dois traidores que os romanos haviam subornado.

Outro resultado das campanhas romanas na Hispânia foi o cerco à cidade de Numância, situada no pico de um monte, na junção de dois rios. Tal posição, especialmente vantajosa para a defesa, permitiu a resistência da cidade por uma força pequena de apenas alguns milhares de homens. Durante o cerco, em 137, outro tratado (como o que antes fora firmado com os lusitanos) foi estabelecido, como resultado de algo muito similar: a emboscada de quase vinte mil soldados romanos por uma modesta força de quatro mil celtiberos. Seguindo o exemplo anterior, os romanos em pouco tempo traíram o acordo e enviaram para a Hispânia Cipião Emiliano, o eversor de Cartago. Incapacitados pela fome, os numantinos se renderam e

assistiram à destruição de sua cidade, o principal bastião da resistência militar na Hispânia.

Além da destruição de Cartago (146) e de Numância (133), que consolidou a supremacia de Roma no mundo mediterrâneo ocidental, a segunda metade do século II assistiu à incorporação inesperada do Reino de Pérgamo pelos romanos. Em seu testamento, tornado público em 133, Átalo III entregou seu reino aos romanos, como reconhecimento do poder de Roma no mundo helenístico e ao mesmo tempo como estratégia para proteger seu povo do mesmo destino a que tinham se submetido outros reinos helenísticos. A liderança de Roma no mundo helenístico era inevitável, e Átalo não escapava à lógica dos reis clientes. Com o fim de Cartago, abriu-se um novo capítulo da história da República Romana, completamente ligada ao mundo criado com a fragmentação do Império Macedônico.

[22]. Sobre a peculiaridade da Primeira Guerra Púnica, cf. esp. Lazenby (1996) e Rankov (2011, p. 149-166). Políbio (1. 63) a caracterizou como a mais longa, mais intensa e maior de todas as guerras.

[23]. A evidência citada é Heródoto: “E eles atacaram e pilharam todas as cidades vizinhas, razão pela qual etruscos e cartagineses se aliaram contra eles [...]” (1. 166).

[24]. Sobre as relações entre Roma e Cartago antes da Primeira Guerra Púnica, cf. Scardigli (2011, p. 28-38).

[25]. Uma boa e recente análise sobre o terceiro tratado pode ser encontrada em Zambon (2008, p. 86-95). Zambon divide as fontes para o terceiro tratado em (a) fontes sobre as relações diplomáticas, (b) fontes sobre a assinatura do tratado e (c) fontes para os eventos históricos após a conclusão da nova aliança. Como aqui pretendo apenas mostrar a degradação das relações diplomáticas entre Cartago e Roma, para então salientar razões mais profundas para a deflagração da guerra que a questão dos mamertinos, temas mais específicos (como os que foram enumerados por Zambon e trabalhados por um número abundante de autores) serão propositalmente suprimidos. Sobre o tratado, além de Zambon, pode-se consultar Scardigli (1991); Hoyos (1998, p. 7-11).

[26]. Uma frota cartaginesa enviada a Tarento para dar suporte ao cerco liderado pelos romanos contra Milo, deixado na cidade por Pirro, aparece, p. ex., em Zonaras (8. 8) e Orósio (4. 3).

[27]. Sobre o funcionamento do Estado cartaginês, cf. Ameling (2011, p. 39-57).

[28]. Uma boa síntese das condições gerais da guerra naval no século III pode ser encontrada em Goldsworthy (2002, p. 96-103).

[29]. Políbio (1. 20) entende que a vitória romana em Acragas (261) teria modificado sensivelmente os objetivos dos romanos com a guerra: ao invés de simplesmente proteger os mamertinos, agora Roma havia se decidido pela expulsão dos cartagineses da Sicília. Cf. Goldsworthy (2002, p. 97).

[30]. O método ficou conhecido entre os estudiosos de Cartago após escavação dirigida por Honor Frost na década de 70. Restos de uma embarcação antiga haviam sido encontrados em 1969 por um capitão de navio mercante, Diego Boninni, durante uma viagem de trabalho. Estudos da escrita deixada pelos construtores da embarcação mostraram que o casco havia sido preconcebido, ao passo que a existência de letras similares em direções variadas indicava a presença de múltiplos construtores. Os resultados da escavação foram publicados primeiramente no *The International Journal of Nautical Archaeology* (a partir de 1972) e, assim que o trabalho de campo se deu por encerrado, um relato amplo foi publicado pela *Accademia Nazionale dei Lincei* (Roma), como suplemento da *Notizie degli Scavi di Antichità* 30 (1976).

[31]. Miles (2010, p. 181) observa que a carreira de Cipião não parece ter sido abalada em ambiente senatorial, já que o mesmo foi eleito cônsul pela segunda vez em 254, mas entre a população sua reputação não era mais cotada entre as mais intactas, a julgar pelo apelido que lhe foi dado: *asina*, ou mula. Cf. Plínio (8. 159). Ao lado de Cipião estava o seu colega de magistratura, Caio Duílio, comandante das tropas na Sicília.

[32]. Sobre o desembarque, bem como para os eventos posteriores, cf. Miles (2010, p. 185-187).

[33]. Segundo Políbio, Xantipo era “um homem que havia participado do sistema de treinamento espartano” (1. 32). De acordo com Diodoro da Sicília (13. 16), Xantipo teria vindo da Grécia com cinquenta ou cem soldados, ou mesmo sozinho, dependendo da fonte utilizada pelo historiador siciliano. Lazenby (1996, p. 102-103) recorda que, embora Diodoro se refira a Xantipo como “esparciata”, a indicação de Políbio (quase sempre mais preciso que Diodoro) sugere algo mais próximo dos *móthakes*, homens de famílias pobres que eram patrocinados por alguém mais rico e criados com seus filhos. Numa versão mais improvável, Orósio (4. 9) sugere que Xantipo seria “rei dos espartanos” (*Lacedaemoniorum rex*).

[34]. Cf. Hoyos (2007) para a análise mais completa que se tem à disposição.

[35]. Sobre o “novo” Império Cartaginês na Hispânia, cf. Hoyos (2010, p. 194-197; 2011, p. 204-222).

[36]. Segundo Políbio (3. 15), “ornamento e capital do Império Cartaginês na Hispânia”.

[37]. Beck (2011, p. 230-240) organizou as razões para o conflito em três grupos: as causas das queixas, as razões implícitas e “o que tornou a guerra inevitável”. É importante ressaltar que não houve uma causa única para a deflagração do conflito. Da mesma forma, a justificativa para sua deflagração, quando posta em perspectiva, compreende os dois lados envolvidos.

[38]. Após trinta anos de abandono da prática ditatorial.

[39]. Cf. Políbio (3. 87) sobre a nomeação de Fábio Máximo como ditador.

[40]. Uma das únicas evidências (senão a única) para o elogio da estratégia de Fábio Máximo, o Contemporizador, é Quinto Ênio (esp. o fr. 54).

[41]. O resultado da Batalha de Canas mostrou quão importante era a cavalaria para o enfrentamento do exército de Aníbal. O maior reforço para este argumento reside na traição da Numídia (cujas alianças com Cartago assegurava a Aníbal a poderosa cavalaria númida) no final da Segunda Guerra Púnica, quando Cipião passou a liderar, no lugar de seu inimigo, as tropas montadas do Reino Africano.

[42]. O dobro do contingente cartaginês na ocasião (POLÍBIO, 3. 114). Políbio nos informa que os cônsules levaram oito legiões (de cinco mil homens cada) para o campo de batalha, “algo que nunca tinha sido feito pelos romanos” (3. 107). Em ocasiões normais, prossegue Políbio, apenas quatro legiões (de quatro mil e duzentos homens cada) eram invariavelmente empregadas. Além disso, em Canas o número de tropas auxiliares mostrou-se idêntico ao de legiões, totalizando algo próximo de oitenta mil homens do lado romano.

[43]. Radicalmente diferentes uns dos outros, especialmente no estilo da espada e nas vestes, causando “uma aparência estranha e impressionante”. Cf. Políbio (3. 114).

[44]. Tropas armadas no estilo romano, pois Aníbal os equipou com as armas capturadas nas batalhas anteriores (POLÍBIO, 3. 114).

[45]. Sobre as razões para Aníbal não ter sitiado Roma após a vitória obtida em Canas, cf. Monteiro (2012, p. 105-106).

[46]. Asdrúbal foi derrotado, com o resto de suas forças, na Batalha do Rio Metauro, em 207.

[47]. A conquista definitiva da Hispânia mostrou-se, na verdade, algo mais complexo e demorado. No século II, os romanos tiveram que investir pesadamente na dominação de povos que com frequência se rebelavam, até a divisão da Hispânia em duas províncias (Citerior e Ulterior). Outro problema era a natureza montanhosa do território, o que dificultava a comunicação e estimulava a consolidação de pequenos poderes contrários ao domínio romano. Mais adiante, Sertório utilizou-se deste conhecimento para resistir por quase uma década a Sula, seus aliados e “herdeiros políticos”. Cf. Edwell (2011, p. 320-326).

[48]. A famosa frase, reconhecível ainda nos dias de hoje: *Delenda (est) Carthago*.

[49]. Políbio e Diodoro não nos deixaram muitas informações sobre o cerco, de modo que nossa fonte mais completa passa a ser Apiano. Le Bohec (2011, p. 430) sustentou que Apiano, “um cidadão provincial que nada tinha a esconder” (diferentemente de Políbio), mostrou-se distante do objeto em termos metodológicos, tornando-se fonte mais confiável para o saque de Cartago. O problema é que o distanciamento de Apiano não era apenas metodológico, mas também cronológico (escreveu no *Alto Império*, afinal), além do fato de ter muito provavelmente usado Políbio como fonte. De qualquer forma, concordando-se ou não com a postura de Le Bohec, a Apiano deve ser dado crédito por duas razões: 1) ele constitui nossa fonte mais completa para o saque de Cartago, dando uma quantidade impressionante de detalhes (o que apenas uma testemunha ocular poderia fornecer); 2) como consequência da primeira, podemos dizer que seu relato muito provavelmente foi baseado no de Políbio (em fragmentos), que testemunhou a destruição da cidade.

[50]. A província da Lusitânia foi criada apenas em 27.

[51]. O trabalho mais recente sobre Viriato é o de Silva (2013).

3

A CONQUISTA DO MUNDO HELENÍSTICO^[52]

A formação dos reinos após a morte de Alexandre (323-301)

A morte de Alexandre na Babilônia em junho de 323 a.C. inaugurou um novo capítulo na história do mundo antigo: sem ter indicado, ao menos claramente, um sucessor legítimo, o rei macedônio transformou a luta pela sucessão^[53], como sugere Diodoro (18. 1), em seus jogos fúnebres. Antes mesmo de considerarem qualquer projeto político de reorganização imperial, os macedônios tiveram que lidar com mais uma revolta das *póleis* (a chamada Guerra Lamíaca) e com a implosão das seções de seu exército, que há pouco deixara de ser “nacional” para se tornar “imperial”, algo que poderia prematuramente ter direcionado os eventos rumo à destruição da relativa unidade política em torno da figura do rei.

A nossa principal fonte para o assunto, Diodoro (cf. supra), diz que a infantaria apoiava Arrideu (depois feito rei, apesar de sua “doença mental incurável”), enquanto os “amigos mais influentes, a Guarda Pessoal e a cavalaria dos Companheiros” haviam decidido enfrentar os falangistas. Meleagro foi o seu escolhido para lidar com o problema, tendo sido enviado à infantaria para exigir a sua submissão. Ele, no entanto, não se sabe o porquê (tampouco que desfecho sua ação teve em termos pessoais), decidiu apoiar os falangistas e marchar contra os que inicialmente o haviam nomeado. Talvez Meleagro tivesse sido convencido pelos argumentos supostamente apresentados pelas falanges, talvez tivesse se impressionado com o seu poderio militar. O silêncio das fontes a esse respeito é imperativo e nós, por essa razão, nunca saberemos o que ocorreu com Meleagro. O que sabemos, contudo, é que “homens mais inclinados à conciliação” foram ouvidos, tendo induzido ambas as partes a um acordo (DIODORO, 18. 2).

Após a conciliação, a qual teria sido conduzida, para Plutarco, por Eumenes e possivelmente outros além dele (informação radicalmente

diferente daquela oferecida por Diodoro), encontramos a primeira tentativa de reorganização imperial. Tendo como objetivo a acomodação das tensões que ameaçavam a unidade política do império, Filipe Arrideu e o filho de Alexandre com Roxana, Alexandre IV, figura curiosamente não mencionada por Diodoro, foram proclamados reis numa espécie de ato simbólico que permitia o equilíbrio político momentâneo pelo apelo à tradição. Crátero, comandante da infantaria, foi proclamado *prostates* (ou “guardião dos reis”), cargo de prestígio entre os macedônios e necessário em tempos de tamanha instabilidade. A Antípatro foi concedida a Macedônia; a Lisímaco, a Trácia. Ptolomeu ficou com o Egito; Antígono, com a Panfília, Lícia e a Grande Frígia. Pérdicas assumiu o poder supremo como regente e, portanto, toda a cena política nos dois primeiros anos de história helenística gravita em torno de sua figura. O assassinio do regente alguns anos mais tarde, em 321/320 a.C., portanto, instaura a necessidade de um novo acordo; desta vez, os Diádocos se reuniram em Triparadeisos, na Síria, e acertaram novas diretrizes políticas (WALBANK, 1981, p. 48; SHIPLEY, 2000, p. 44).

De maneira geral, o quadro político não se mostrou radicalmente diferente. À exceção da mudança da figura central na Macedônia, ainda responsável pela distribuição das satrapias, temos de certo modo uma confirmação do que antes fora acordado e a consolidação preliminar do que seria o cenário dinástico helenístico. Ptolomeu continuava com o Egito, pois ele o havia assegurado “por virtude de sua coragem, como se fosse um prêmio de guerra”. A Seleuco foi dada a Babilônia e a Lícia e a Grande Frígia continuavam sob a autoridade de Antígono, exatamente como antes. Talvez a única modificação drástica (para o que nos interessa aqui) tenha sido a nomeação de Antígono como general do exército real, incumbido de finalizar os assuntos com Eumenes e Alcetas (cf. infra). A Antígono, contudo, Antípatro vinculou seu filho, Cassandro, para evitar que o primeiro fosse atrás de suas ambições pessoais (DIODORO, 18. 39).

Aos poucos Antígono foi capaz de eliminar Eumenes, tendo assumido o controle de seus territórios e se tornado, assim, o mais poderoso dos diádocos. Em seguida, os seus rivais passaram a temer a consolidação de seu poder supremo, abalado apenas por pequenas revoltas locais, como a insurreição fracassada liderada por Fíton, na Média (DIODORO, 19. 46-48).

Encerradas as operações de Cassandro no Peloponeso e após a fuga de Seleuco para o Egito (DIODORO, 19. 53-54; BOSWORTH, 2002, p. 210-

245), a resposta imediata à transformação no cenário político helenístico, causada pela emergência de Antígono como autoridade predominante na liderança dos exércitos, se deu com a aliança de Ptolomeu, Seleuco, Cassandro e Lisímaco.

Assim que chegou ao Egito, Seleuco tratou de convencer Ptolomeu do risco que era deixar Antígono ampliar suas forças, sua arrogância e suas ambições ao trono macedônico (DIODORO, 19. 56). Seleuco não somente conseguiu estabelecer uma aliança com o senhor do Egito, mas também alguns de seus amigos obtiveram sucesso na cooptação de Cassandro e Lisímaco. Com isso, após recusar a abordagem diplomática de Antígono, que enviou mensageiros com o intuito de reforçar sua amizade com os generais macedônicos em época de crise, Ptolomeu, Lisímaco e Cassandro exigiram de Antígono: 1) a entrega da Capadócia e da Lícia a Cassandro; 2) da Frígia a Lisímaco; 3) de toda a Síria a Ptolomeu; 4) da Babilônia a Seleuco, sem mencionar a partilha dos tesouros conquistados na vitória sobre Eumenes (DIODORO, 19. 57).

Daí por diante, uma série de embates subsequentes aos desentendimentos dos diádocos dominará a cena política pelos próximos quinze anos. Antes de abordar as guerras contra Roma, tratarei da coroação dos diádocos, ocorrida em 306 a.C., da terminologia frequente nas fontes para as tropas helenísticas, e da Batalha de Ipso, por ser suficientemente documentada^[54] e possibilitar interpretações razoavelmente seguras sobre o desfecho político pertinente à primeira parte deste capítulo.

A ideologia da monarquia helenística

Em 307 a.C. Demétrio *Poliorcetes* obteve, em Chipre, uma importante vitória militar sobre Ptolomeu. Antes dele, havia já derrotado Menelau, irmão do governante do Egito. Agora, tendo vencido um dos mais importantes diádocos, podia aspirar a grandes empreitadas. A importância da vitória na ilha tinha consequências que extrapolavam o próprio fato; não apenas Chipre e a Síria seriam o prêmio imediato da vitória, mas especialmente o poder supremo. Por essa razão, em 307/306 a.C., Antígono e Demétrio foram saudados pela multidão com o título de reis (PLUTARCO. *Demétrio* 15-18). Diodoro (20. 53) nos diz que Antígono, “animado pela magnitude da fortuna, assumiu o diadema e se acostumou ao estilo dos reis”, tendo estendido o privilégio a Demétrio. Após isto, Ptolomeu, “cujo espírito

não se havia abalado apesar da derrota”, Seleuco, Lísimaco e Cassandro fizeram o mesmo. A grande diferença entre os relatos disponíveis está no ponto de partida da coroação: em Plutarco, ela é resultado da vontade das multidões ou do povo ligado ao território de responsabilidade do general; em Diodoro, surge espontaneamente dos Diádocos. De qualquer forma, a realeza passava abertamente a ser, ao menos num primeiro momento, autoproclamada e vinculada à conquista militar.

Gruen (1985, p. 256) e Chaniotis (2005, p. 57) notaram o que podemos chamar de inversão da lógica hereditária na disposição da monarquia helenística: se Alexandre Magno reivindicou o trono como direito de sangue, seus generais, de Antígono a Cassandro^[55], adotaram o título de rei baseados unicamente em suas conquistas militares, isto é, fundamentados pelo princípio da *doriktetos chora* (BOSWORTH, 2002, p. 246-278).

A compilação bizantina *Suda*, particularmente a definição de monarquia, trata do fundamento do poder monárquico helenístico. Seguindo a tradução feita por Austin (2006, n. 45), temos que:

Ascendência (natureza) e legitimidade (justiça) não dão reinos aos homens, mas sim a habilidade em comandar um exército e em lidar com os problemas de modo competente. Este era o caso de Filipe e dos Sucessores de Alexandre. O filho biológico de Alexandre não foi de modo algum ajudado pela consanguinidade, devido a sua fraqueza de espírito, enquanto aqueles que não tinham ligação alguma com Alexandre tornaram-se reis de quase todo o mundo conhecido.

Do mesmo modo, em resposta à proclamação de Demétrio como *basileu* por seu pai (PLUTARCO. *Demétrio* 18), previamente feito rei por seus amigos, os seguidores de Ptolomeu I o igualaram aos dois primeiros em título, na tentativa de dissipar a impressão de que sua derrota havia abalado também o seu poder. Plutarco acrescenta, ainda, que tal prática não significava meramente a mudança de nome e aparência, mas removia o espírito dos homens e ampliava suas ambições^[56], cabe acrescentar, ambições militares. Tanto a coroação de Antígono quanto a resposta de Ptolomeu à

extensão do poder monárquico a Demétrio foram claramente baseadas em conquistas militares. Assim, o convite à conquista militar, em maior ou menor escala, era um dos traços da *basileia* de tipo helenístico, assim como a base a partir da qual toda a sua estrutura fora erigida.

Diferentemente da Macedônia de Filipe e Alexandre, o exército não era mais a única fonte de confirmação do poder real, do mesmo modo que a monarquia havia atingido proporções diferentes daquelas do tempo da batalha de Queroneia^[52]. Contudo, o exército continuou a ser o instrumento pelo qual os monarcas construíam o direito ao uso do diadema, estando as funções de comando cada vez mais ligadas à liderança de hordas inteiras de mercenários, recrutados das mais variadas regiões do mundo e didaticamente enquadrados nos dois tipos apresentados neste capítulo.

O abandono de valores considerados inatos para os gregos no período clássico, a exemplo da coragem e da excelência, ao lado da crescente significação da guerra como ofício, foi inicialmente proposto por Lendon (2007, p. 498-516) como explicação para o grande número de mercenários que serviram nos exércitos dos reis helenísticos.

No período clássico, a condição política do soldado-cidadão assegurar-lhe-ia, de acordo com o pensamento grego, certa superioridade em combate. Como observado por Sidebottom (2004, p. 6), o contraste presente em *Os Persas*, de Ésquilo, ilustra tal postura a partir da negação dos bárbaros como soldados que combatiam por sua liberdade. Note-se, por exemplo, o conhecido diálogo entre a Rainha Mãe Persa e o Coro de homens velhos:

Rainha: Eles têm um rico suprimento de homens combativos?

Coro: Eles têm soldados que uma vez golpearam os exércitos persas com um terrível ataque.

Rainha: São eles habilidosos em arqueria?

Coro: Não, de forma alguma: eles carregam escudos corpulentos e lutam ombro a ombro com lanças.

Rainha: E quem os lidera? A qual mestre suas fileiras obedecem?

Coro: Mestre? Eles não são conhecidos como servos de alguém.

Rainha: E eles podem, sem mestre, resistir à invasão?

Coro: Sim! O vasto e nobre exército de Dario foi por eles destruído.

No período helenístico, entretanto, a exaltação de valores inatos ao hoplita políada, *masterless* e capaz de vencer os persas por duas vezes consecutivas (apesar da inabilidade em arqueria), cedeu lugar às vantagens oferecidas pelo treinamento militar profissional, mesmo que as tropas treinadas fossem formadas, como as viu Políbio (13. 6), por homicidas, mutiladores, ladrões e arrombadores de casas. Os exércitos políadas não eram capazes de fornecer recursos humanos ilimitados; além disso, a típica batalha decisiva do período clássico cedeu lugar aos conflitos constantes e de larga escala, travados ao longo da disputa pela partilha do império. A passagem em Diodoro (29. 6) sobre as vantagens no uso dos mercenários ilustra claramente esta mudança, principalmente quando o historiador siciliano se refere ao fato de que “os patronos trazem consigo, sem grandes custos, homens para lutar em seu nome” e que, no caso dos mercenários, “ainda que sejam por muitas vezes derrotados, os patronos mantêm suas forças intactas durante o tempo que durar o dinheiro” (29. 6).

Levados adiante pelo impulso imperialista das monarquias helenísticas, assim como pela elevação da *techné*, os mercenários preencheram os exércitos dos diádocos de uma forma jamais vista, dando suporte à ideologia dos generais que passaram a usar o diadema como um dos símbolos de sua realeza militar.

Os exércitos dos diádocos

Como observou Parke (1933, p. 208), a permanência dos mercenários nos exércitos helenísticos dificultou sua identificação pelos historiadores, uma vez que a profissionalização das tropas fez com que os autores antigos frequentemente deixassem de lado a distinção entre mercenários e soldados recrutados por direito do governante. Pode-se dizer que as tropas advindas das satrapias eram de outro tipo se comparadas àquelas recrutadas mediante pagamento, mas esta suposição está baseada apenas na prática dos sátrapas persas durante o período clássico. De fato, as condições de oferta e procura no mundo asiático não eram nada parecidas com as do mundo grego propriamente dito, dadas as diferenças das tradições políticas, mas a assimilação de exércitos inimigos inteiros por parte de comandantes vitoriosos indica, quanto ao serviço prestado, uma distinção apenas no recrutamento inicial^[58].

Outra inovação importante ocorrida no período helenístico é a utilização dos elefantes de combate, há muito conhecidos pelos asiáticos e introduzidos na arte da guerra grega somente após a morte de Alexandre. Apesar de seu emprego tardio, os paquidermes tornaram-se definitivos ou ao menos desejáveis nos exércitos helenísticos até a ascensão da legião romana, quando suas implicações logísticas fizeram-se mais presentes. Se os generais helenísticos consideravam os elefantes decisivos num confronto aberto, eles o fizeram por um motivo razoável, de modo que o seu emprego transformou significativamente a arte da guerra helenística.

Durante as Guerras dos diádocos, ao lado dos mercenários conhecidos desde a campanha de Alexandre (agrianianos, trácios, tessálios, cretenses, entre outros), os macedônios desempenharam uma função de grande importância na composição dos exércitos helenísticos: a falange representava a força de apoio, tornando-se responsável em boa medida pela manutenção do centro da formação, ao passo que a cavalaria e os elefantes de combate (quando disponíveis) realizavam a ofensiva nas alas e procuravam decidir a peleja.

Sendo os macedônios de reconhecida importância nas primeiras décadas de história helenística, o questionamento sobre a multiplicação de suas aparições no relato de Diodoro se faz necessário. Por que razão as referências a eles aumentaram no período subsequente à morte de Alexandre, se tropas provinciais estavam sendo empregadas em maior quantidade?

Griffith (1935, p. 41) e Launey (1949, p. 290-293) apresentam explicações idênticas para tal evento. Em primeiro lugar, considerando-se a impossibilidade dos números apresentados por Diodoro (18. 30) para as tropas macedônicas, o ponto de partida se torna a valoração técnica adquirida por *makedon* no século III, especialmente no Egito, ou seja, o termo deixou de ser “uma garantia de proveniência geográfica” (LAUNEY, 1949, p. 290) e passou a designar unicamente um “cavaleiro ou soldado de infantaria pesadamente armada, segundo as tradições macedônicas” (p. 293). Notamos, então, a fusão da referência étnica com a valoração técnica do termo *makedon*, o que por vezes torna impossível a delimitação dos batalhões formados unicamente por veteranos de Alexandre ou novos macedônios, exceto quando os primeiros são mencionados como

argiráspides, em contraposição àqueles provenientes das satrapias e armados com equipamento macedônico.

Outras referências relevantes nos exércitos helenísticos são os mercenários gregos propriamente ditos, conhecidos como *xenoi*, os *misthophoroi*, e as tropas asiáticas ou *pantodapoi*, recrutadas nas províncias e listadas entre os demais soldados, servindo ora como cavaleiros e arqueiros, ora como infantaria de pouca utilidade, se comparada àquela dos mercenários gregos. Deve-se observar, ainda, que estas não são categorias necessariamente excludentes, uma vez que encontramos, por exemplo, em Diodoro (19. 14), “*pantodapoi* armados com equipamento macedônico”, o que sugere uma possibilidade dupla de tratamento. Apenas os *xenoi* se diferenciam claramente dos *misthophoroi*: ambos podem ser traduzidos como mercenários, mas os primeiros são quase sempre dispostos como infantaria pesada (na linha de frente), enquanto os últimos fazem referência às tropas levemente armadas e constituídas por *pantodapoi* ou tropas asiáticas com origem étnica bem-definida.

Vejamos a organização do exército de Antígono em 317, de acordo com Diodoro (19. 29), num trecho esclarecedor quanto à temática em questão:

Quanto à infantaria, mais de nove mil mercenários foram dispostos à frente; próximo a eles [foram dispostos] três mil lícios e panfílios e em seguida mais de oito mil tropas mistas armadas com equipamento macedônico [...]. À frente dos cavaleiros na ala direita adjacente à falange eram 500 mercenários de origem mista [...] (19. 29).

Há dois tipos de mercenários na passagem acima. Os primeiros, em número de nove mil, eram claramente soldados de infantaria pesadamente armados, hoplitas mercenários. Os últimos, dispostos como cavaleiros, eram também tropas mercenárias, mas de uma categoria diferente, não só por combaterem a cavalo, mas por serem asiáticos. Noutras palavras, mercenários asiáticos são tão mercenários quanto os que advêm da Grécia, porém a distinção estabelecida pelo uso dos dois termos deve ser notada, ainda que não possamos mensurar qualquer diferença no tratamento dado a ambos por parte do empregador.

Os *pantodapoi* são comumente citados por Diodoro, como exposto acima, mas a sua participação em batalha não tem destaque na narrativa do historiador siciliano, da mesma forma que os mercenários no relato de Arriano sobre a campanha de Alexandre. As tropas de origem étnica exata, por sua vez, não constituíram uma exceção a essa regra, a não ser por aparições velozes e escassas, mas por vezes determinantes, como no caso dos capadócios.

A Batalha de Ipsos e seus impactos

Depois de terem feito uma série de exigências a Antígono, Ptolomeu, Lisímaco e Cassandro (cf. *supra*) enfrentaram-no em Ipsos, em 301. De acordo com Plutarco (*Demétrio* 28), Demétrio contava com mais de setenta mil soldados de infantaria, dez mil cavaleiros e setenta e cinco elefantes, enquanto seus adversários haviam trazido cerca de sessenta e cinco mil soldados de infantaria, dez mil e quinhentos cavaleiros, cento e vinte carros de guerra e quatrocentos elefantes.

Tão logo os exércitos iniciaram a peleja, Demétrio avançou em direção a Antíoco, filho de Ptolomeu, e, ao derrotá-lo facilmente e iniciar uma perseguição para longe do campo de batalha, levou consigo a melhor e maior porção da cavalaria do exército de Antígono. Ao observar que a falange inimiga estava desprotegida num dos flancos, Seleuco “os manteve em medo de ataque”, rodeando os inimigos em ato ameaçador, fazendo com que muitos deles viessem a ele por vontade própria e com que os demais batessem em retirada (PLUTARCO. *Demétrio* 29). Por fim, enquanto Antígono aguardava pelo retorno de seu filho, impossibilitado de voltar ao combate devido ao avanço frontal dos elefantes inimigos (contra os setenta e cinco elefantes de Antígono e, em seguida, contra a própria infantaria do rei), sendo esta uma manobra que lançava os paquidermes no caminho de Demétrio, uma saraivada de projéteis o atingiu, pondo fim a sua vida.

Demétrio ainda tentou, com seus cinco mil soldados de infantaria e quatro mil cavaleiros restantes da batalha, resistir em Atenas, onde possuía embarcações e recursos diversos, mas no caminho fora avisado por um mensageiro de que os cidadãos de Atenas decidiram não receber nenhum dos reis.

A Batalha de Ipso provavelmente representou uma tentativa de transformação das funções da cavalaria, algo inédito na guerra helenística. Certamente por influência da guerra encaminhada na porção mais oriental do império, Seleuco tentou fazer com que os elefantes desferissem o ataque principal, enquanto a cavalaria comandada por seu filho Antíoco forçava uma retirada de Demétrio. Mas quais seriam, no confronto que pôs fim à hegemonia de Antígono, as vantagens conferidas a Seleuco pelo uso dos elefantes?

A primeira delas estava fixada pelo número de elefantes (quatrocentos no total, contra apenas setenta e cinco de Antígono). Seleuco, sabendo disso, os fez avançar frontalmente contra o corpo principal do exército antigônida, provavelmente ordenando que seu filho, Antíoco, batesse em retirada e levasse consigo a maior e melhor parte da cavalaria inimiga, sob o comando de Demétrio. Ainda que Plutarco não mencione tal manobra por parte de Antíoco, afirmando, pelo contrário, que as tropas montadas antigônidas o haviam derrotado, não parece provável que a cavalaria de Seleuco fugiria do campo de batalha tão rapidamente ou que Demétrio a perseguiria até a batalha ser encerrada (a menos que a fuga de Antíoco fosse parte de um plano).

Tarn (1930, p. 69) argumentou sobre esta possibilidade na década de 1930, salientando que, iniciada a perseguição da cavalaria de Seleuco, se Demétrio desistisse cedo demais, a cavalaria inimiga poderia simplesmente retornar e atacar sua retaguarda; mas, por outro lado, se a perseguição levasse muito tempo, a batalha central se tornaria, definitivamente, um palco imaginário. Aceita esta hipótese, conclui-se que Seleuco pôde desferir seu ataque principal com os elefantes ao centro e com a cavalaria na ala inimiga desprotegida, enquanto Demétrio ficou impossibilitado de dar qualquer suporte a Antígono, devido ao sucesso da possível manobra de Antíoco, uma vez que o avanço dos elefantes havia inviabilizado o caminho para as operações de auxílio.

A Batalha de Ipso, portanto, extinguiu a liderança político-militar de Antígono e Demétrio, abrindo o caminho para um novo equilíbrio entre os diversos poderes helenísticos. De fato, a existência de todos eles passou a depender dos ajustes feitos entre os reinos do Egito, da Síria e da Macedônia. Quando tal ajuste, que garantia a independência dos pequenos reinos de Pérgamo e Rodes e das duas Ligas gregas, foi finalmente rompido,

eles passaram a solicitar auxílio de Roma, provavelmente sem a percepção de que seriam alvos de sua dominação (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 116).

As guerras contra Roma ou o imperialismo romano no Oriente

Na época da Segunda Guerra Púnica, travada no Mediterrâneo Ocidental (cf. cap. 2), o Oriente helenístico se viu ameaçado pelas ações militares de dois reis: Antíoco III da Síria e Filipe V da Macedônia, com quem Aníbal tinha planejado uma invasão conjunta do território italiano.

Quando Antíoco subiu ao poder (223) (POLÍBIO, 5. 40-44), o Reino Selêucida se encontrava gravemente ameaçado. O jovem rei de apenas dezoito anos, no entanto, conseguiu em menos de vinte anos reconquistar parte do território selêucida, tendo invadido muitas regiões da Ásia Menor e incorporado a Armênia e o norte do Irã.

Da mesma forma, Filipe mostrou-se um general competente, capaz de barrar a investida romana na Primeira Guerra Macedônica (durante a invasão da Península Itálica por Aníbal Barca), anexando parte do território ilírio e retomando a hegemonia macedônica no mundo egeu, após a construção de uma esquadra que ameaçava as atividades marítimas das cidades gregas pertencentes à Liga Etólia. A expansão imperial macedônica sob Filipe V, levada a cabo especialmente entre 212 a 201, trouxe tanto prejuízo para as cidades gregas que elas solicitaram auxílio romano por três vezes, primeiro em 205 e mais tarde em 201, quando Roma finalmente cedeu. A história das alianças entre Roma e a Liga Etólia é importante para explicar a legitimidade da intervenção romana no Oriente helenístico, que deve ser sempre posta em perspectiva. A primeira aliança foi assim registrada numa inscrição grega:

... [com relação] a todos esses [assuntos?]...., que seja garantida aos magistrados dos etólios liberdade de ação. E se os romanos capturarem quaisquer cidades desses povos, que seja permitido ao povo etólio ter/subjugar essas cidades e [seus] territórios [...]; e [o que quer] que seja capturado pelos romanos, à exceção da cidade e seu território, que seja dos romanos por direito. Se qualquer uma dessas cidades for capturada

conjuntamente por romanos e etólios, que os etólios tenham/dominem essas cidades e seus territórios [...]. E o que quer que seja capturado, à exceção da cidade, deve pertencer a ambas as partes. E se qualquer uma dessas cidades se juntar aos romanos ou aos etólios, que os etólios tenham o direito de admitir [em sua] Liga (*politeuma*) esses [homens], cidades e territórios [...] (IG IX².1.241; Austin (2006, n. 77b; **com omissões**).

Inspirada por praticamente uma década de história, portanto, a intervenção romana nessa região não se deu simplesmente pelo impulso violento de um general, tampouco pelo destino de uma cidade fadada ao império mundial. Antes disso, é preciso situá-la no momento em que os romanos haviam se tornado uma referência político-militar para os pequenos poderes helenísticos, como consequência das Guerras Púnicas e da destruição de Cartago, afetando profundamente o equilíbrio obtido entre os principais reinos criados após a morte de Alexandre.

Quando Roma finalmente acedeu ao pedido da Liga Etólia contra Filipe, o rei macedônio foi acusado de agressão contra Pérgamo e de formar com Antíoco uma aliança para anexar parte do território egípcio (POLÍBIO, 15. 20), tão importante no fornecimento de grãos para Roma durante a Segunda Guerra Púnica. Noutras palavras, Filipe e Antíoco haviam se tornado, conjuntamente, os principais alvos orientais de Roma, que deveria travar com eles uma “guerra justa” em prol de sua glória e da “liberdade” das cidades gregas.

Com a intervenção militar liderada pelo cônsul Galba, em 200, cidades como Atenas se aliaram a Roma, embora muitas outras tenham permanecido em posição de neutralidade, uma vez que não tinham ainda razões suficientes para se entenderem com Roma nem interesse em se opor militarmente a Filipe. Dois anos mais tarde, todavia, a situação se modificou drasticamente, pois havia chegado à Grécia o comandante romano Tito Flamínio, um homem conhecido por seu filelenismo, do qual fez bom uso para se apresentar como “libertador dos gregos” no pós-guerra (196) (PLUTARCO. *Flamínio* 10).

Antes de proferir um discurso nos Jogos Ístmicos de Corinto (que embora posterior à guerra registra sua estratégia política desde o início), Flamínio foi capaz de confinar Filipe na Tessália em menos de dois anos, tendo sido amplamente apoiado pelas cidades gregas. Finalmente, após tentar sem sucesso a rendição do rei macedônio, os dois exércitos se enfrentaram na Batalha de Cinocéfalos (lit. “que têm cabeça de cão”), na Tessália. Vitorioso, Flamínio estava em condições de impor a punição que desejasse, pois a única coisa que restava a um rei humilhado e sem tropas era a paz com o vencedor.

Curiosamente, o preço a ser pago pelos macedônios não foi alto, talvez porque Flamínio fosse um fileleno – como fez questão de demonstrar em seu discurso – ou porque tivesse enxergado, com alto grau de pragmatismo, que o “perdão” concedido poderia ser cobrado num momento futuro, com Roma definitivamente envolvida na história do Oriente helenístico. Em síntese, Filipe foi obrigado a pagar uma indenização de mil talentos, a abrir mão de sua esquadra e de seus fortes restantes no mundo grego, a reduzir seu exército para cinco mil homens e a reconhecer a liberdade dos gregos (POLÍBIO, 18. 44-45).

No mesmo ano em que Flamínio celebrou a “libertação dos gregos” pelas suas mãos, Antíoco chamou a atenção dos romanos devido à reconstrução sistemática do Reino de Seleuco I. Durante a Segunda Guerra Macedônica (200-196), Antíoco esteve ocupado com a vitória sobre os egípcios no norte da Palestina, tendo estabelecido sete anos mais tarde uma aliança com eles, oficializada por meio do casamento de sua filha, Cleópatra I, com o Infante Ptolomeu V. Em seguida, Antíoco continuou a expansão de seu reino na Ásia Menor e na Trácia, ao conquistar as poucas cidades costeiras livres na região.

Os acontecimentos naturalmente alarmaram os atálidas, visto que antes da independência seu reino integrava o território selêucida. Seu rei, Eumenes II, conseguiu o apoio dos romanos, que deram início às negociações com Antíoco (196). As exigências de Flamínio não poderiam ser (propositadamente?) piores: o rei deveria se comprometer a não ultrapassar o estreito de Dardanelos, salvaguardando a liberdade das *poleis* gregas, além de evacuar todas as cidades anteriormente tomadas do Egito. Exigências tão absurdas não poderiam jamais ser aceitas por um rei como Antíoco; e sua resposta (o declínio do ultimato romano) instigou uma guerra que os

romanos consideravam justa, a despeito de sua aproximação (neste caso) nada diplomática.

Para piorar a situação, os gregos da Liga Etólia, bastante insatisfeitos com os desdobramentos da Segunda Guerra Macedônica (quando a “libertação” anunciada por Flamínio transformou-se em ações imperialistas mais declaradas), juntaram-se a Antíoco numa propaganda antirromana. Antíoco havia se transformado no comandante em chefe (*hegemon*) dos gregos contra os “bárbaros” italianos, de modo similar à ação que, antes, Alexandre levava a cabo contra os persas de Dario. Os romanos, em contrapartida, imediatamente aliaram-se a Filipe, que agora tinha a chance de restaurar seu poder por meio de uma aliança conjunta com Roma e os Estados da Liga Aqueia (rival da Etólia), Pérgamo, Rodes e, indiretamente, Numídia e Cartago (submetida aos romanos desde o fim da Segunda Guerra Púnica). Isto significa dizer que Filipe contava, em princípio, apenas com o auxílio militar de Roma, mas que ela poderia trazer ao campo de batalha todos os seus aliados (ou os recursos destes), aumentando consideravelmente a força militar do rei macedônio. Da mesma forma, o poderoso exército romano nada podia realizar sem o suporte de Filipe, parceiro tão valioso quanto as cidades que integravam a Liga Aqueia, Pérgamo e Rodes, os principais responsáveis por salvar os romanos no mar.

Antíoco logo foi derrotado em batalha (Termópilas, 191) (APIANO, 11. 4; TITO LÍVIO, 36. 15-19). Restava-lhe arriscar tudo numa última batalha decisiva ou oferecer os termos de um tratado de paz. O rei selêucida escolheu a paz, mas a despeito da oferta razoável (o abandono da Trácia, o fim da aliança com os etólios, o reconhecimento da liberdade dos gregos da Ásia Menor e o pagamento de metade dos custos com a guerra) os romanos – liderados por Lúcio Cornélio Cipião (irmão do Africano) – recusaram-na, propondo em retorno termos muito mais duros, que jamais seriam aceitos pelo inimigo. Com isso, romanos e selêucidas travaram em Magnésia, em 190/189, uma verdadeira batalha decisiva pela hegemonia na Ásia Menor.

É importante ressaltar a natureza mista do exército selêucida, para que não se produza uma impressão falsa acerca de algum tipo de “exército nacional”, termo por si só impreciso e anacrônico. Tito Lívio (37. 40-41) nos dá uma boa ideia da multiétnica do exército de Antíoco na batalha de Magnésia:

Havia ali dezesseis mil infantes armados à maneira macedônica e

chamados falangistas. Constituíam o centro, dividido na largura para formar dez corpos; cada um desses corpos estava separado um do outro por um par de elefantes; em profundidade, a linha se estendia por trinta e duas fileiras. [...] Ao flanco direito dos falangistas, o rei colocou mil e quinhentos infantes galogrecos, acrescentando-lhes três mil cavaleiros couraçados, por lá chamados de “catafratos”. Apoiou-os com uma ala de cerca de mil cavaleiros, conhecida como “agema”; tratava-se de medos, guerreiros de escol, misturados a cavaleiros da mesma região e pertencentes a muitas outras nacionalidades. Bem ao lado achava-se uma manada de dezesseis elefantes, como apoio. Do mesmo lado e um pouco mais adiante, via-se a coorte real, formada de argiráspides, nome tirado de seu armamento; em seguida os daas, arqueiros montados, em número de mil e duzentos; depois a infantaria ligeira, constituída de três mil homens, metade cretenses, metade tralianos, pouco mais ou menos, a que se tinham juntado dois mil e quinhentos arqueiros mísios. Na extremidade, a ala fechava com quatro mil homens, mistura de fundibulários círtios e de arqueiros elimeus. Na ala esquerda, os falangistas eram flanqueados por mil e quinhentos infantes galogrecos e dois mil capadócios, armados como eles e enviados ao rei por Ariárates. Vinha a seguir uma mistura de todas as raças em número de dois mil e setecentos homens, três mil cavaleiros catafratos e mil outros, ala real constituída de homens e cavalos mais levemente protegidos, mas pelo resto semelhantes aos precedentes; eram na maioria sírios, mesclados a frígios e lídios. [...] Seguia-se outra massa igual à da ala

direita: primeiro os tarentinos, depois dois mil e quinhentos cavaleiros galogrecos, mil cretenses e, com idêntico armamento, mil e quinhentos cários e cilícios; igual número de tralianos e três mil soldados portadores de escudos pequenos, pisidos, panfílios e lícios; finalmente, os auxiliares círtios e elimeus em número igual aos da ala direita, além de dezesseis elefantes a curta distância (TITO LÍVIO, 37. 40).

No caso dos exércitos helenísticos não havia uniformidade tática ou pouca variedade étnica, visto que os reis contavam basicamente com forças mercenárias, recrutadas em regiões distintas e com especialidades militares igualmente distintas (cf. supra). Dizer que Antíoco contava com uma força militar mista significa, ainda, que ele tinha que lidar com audiências militares mistas, quando o tema da legitimidade entre os homens fosse levantado^[59]. Em campo de batalha, esta falta de uniformidade traduziu-se em dificuldade de liderança militar por parte de Antíoco, o que pode ironicamente ter se agravado com a superioridade numérica de seu exército em comparação com as legiões romanas dispostas em Magnésia.

A Batalha de Magnésia (TITO LÍVIO, 37. 37-44; APIANO, 11) não apenas expandiu o poder romano no Oriente helenístico, tornando sua hegemonia indisputada entre reinos e ligas na Ásia Menor e no mundo egeu de modo mais amplo, como também representou um pesado golpe no poderio selêucida. Em 188, um tratado de paz foi finalmente assinado, obrigando Antíoco a abrir mão de praticamente toda a Ásia Menor. De fato, com a Paz de Apameia (POLÍBIO, 21. 43), como ficou conhecido o tratado entre Roma e Antíoco, o que antes pertencia aos selêucidas na Ásia Menor foi distribuído entre Roma e seus aliados, sendo o reino dos atálidas (cuja capital era Pérgamo) o maior beneficiário da intervenção romana desde a guerra contra Filipe V (cf. origens da aproximação entre Roma e os atálidas em POLÍBIO, 20. 9-10).

Antíoco morreu logo depois, em 187, ainda tentando se recuperar do golpe sofrido por mãos romanas; Filipe, um dos aliados mais importantes de Roma, ao perceber que nada poderia realizar que não estivesse submetido à vontade de sua aliada, procurou em vão outros cenários para estabelecer

alianças (com lágidas e selêucidas, p. ex.), mas morreu vítima de uma doença em 179, tendo sido sucedido por seu filho mais velho, Perseu V.

Como sustentado anteriormente, o equilíbrio helenístico dependia da acomodação das tensões políticas entre os diversos reinos e as duas principais ligas gregas. A morte de Antíoco e Filipe, portanto, modificou drasticamente a cena política helenística, especialmente com a ascensão do militarmente agressivo Perseu e das condições caóticas na Grécia após a derrota de Antíoco e dos etólios (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 121). Sentindo-se ameaçado com a ascensão de Perseu, Eumenes II, rei de Pérgamo, foi imediatamente apoiado pelos romanos (POLÍBIO, 29. 7), cuja atuação militar ancorava-se na história de sua aliança e no estado turbulento em que se encontravam as cidades gregas.

Iniciada em 171, a Terceira Guerra Macedônica tomou rumos mais decisivos apenas em 168, quando Lúcio Emílio Paulo assumiu o consulado, sendo o encarregado do conflito. Em pouco tempo o cônsul romano forçou Perseu a travar uma batalha decisiva, em Pidna, cidade situada na porção sul da Macedônia. Uma vez mais, as forças mistas disponíveis aos reis helenísticos (cf. Tito Lívio (62. 51) para o exército de Perseu três anos antes da Batalha de Pidna) se mostraram ineficazes contra as disciplinadas e coesas legiões romanas. Políbio nos dá, aliás, uma informação preciosa; segundo ele, “o Cônsul Lúcio Emílio nunca tinha visto uma falange até avistá-la no exército de Perseu”.

O rei macedônio foi capturado momentos após a batalha, tendo sido mais tarde exposto num triunfo em Roma. Era o fim do Reino da Macedônia (POLÍBIO, 29. 16; TITO LÍVIO, 44. 36-43; PLUTARCO. *Lúcio Emílio Paulo* 16-23). Como resultado, os romanos criaram quatro Repúblicas independentes, cuja associação (por casamentos ou até mesmo pelo simples comércio!) foi proibida pelos conquistadores, por razões óbvias. As rentáveis minas da região também foram transferidas aos romanos, como forma de impedir qualquer recuperação econômica de um reino que tanto problema trouxe para Roma (HARRIS, 1979, p. 143-146; HAMMOND; WALBANK, 1988, p. 563-567).

Em aproximadamente duas décadas, no entanto, a estratégia política romana revelou-se um fiasco. Um usurpador chamado Andrisco, que alegava ser filho de Perseu (cf., p. ex., DIODORO, 32. 15 e TITO LÍVIO. *Periochae* 49), restaurou o reino da Macedônia, pondo fim à divisão das quatro

Repúblicas, uma verdadeira ofensa à tradição monárquica macedônica. Após ser derrotado pelos romanos, Andrisco oficialmente se transformou no último rei da Macedônia, se for levada em conta a legitimidade de sua ascensão. Depois dele, Roma transformou a região numa província, uma prática bastante comum no Mediterrâneo Ocidental, mas evitada no turbulento mundo grego.

Da mesma forma, as *póleis* não escaparam de uma intervenção militar mais incisiva. É famosa, por exemplo, a destruição da cidade de Corinto, que teve como resultado mais marcante a dissolução da Liga Aqueia e a atribuição da responsabilidade pelo mundo grego ao governador da Macedônia, até que um século mais tarde a Grécia também foi transformada numa província. O horror do saque à cidade de Corinto foi narrado por Pausânias (7. 16-17):

Os aqueus, que buscaram refúgio em Corinto após a batalha, escaparam da cidade com a maioria dos coríntios tão logo caiu a noite. Ainda que os portões estivessem abertos, Múmio [cônsul de 46] em princípio hesitou, pois suspeitava de alguma emboscada preparada do lado de dentro dos portões; dois anos mais tarde, no entanto, ele finalmente atacou e incendiou Corinto. Os romanos mataram a maior parte do povo encontrado na cidade, mas Múmio decidiu entregar à escravidão as mulheres e as crianças; ele também vendeu como escravos todos os libertos que haviam lutado pelos aqueus e que tinham sobrevivido à guerra (PAUSÂNIAS, 7. 16-17).

Na Ásia, a situação havia se modificado drasticamente desde Antíoco III. Além da redistribuição da Ásia Menor entre os aliados de Roma, em especial Pérgamo e Rodes (atacada pelos próprios romanos depois de tentar intermediar a relação entre Roma e Perseu), merecem destaque a independência do reino armênio e a expansão imperial parta, contemporânea da fragmentação do poderoso reino da Bactria. Todos esses eventos, associados à criação de outros pequenos reinos no Oriente helenístico e à crescente intervenção romana nos assuntos orientais, levaram à desestruturação final do poderio selêucida. Com efeito, Antíoco IV^[60], sete

anos após ter assumido o diadema, foi cercado por um exército romano no Egito, ao tentar resgatar a glória militar de seus ancestrais e ao mesmo tempo expandir seu reino. Tendo recuado no Egito, Antíoco concentrou em vão seus esforços noutras regiões, envolvendo-se, por exemplo, num sério conflito religioso e militar na Judeia, ao profanar o templo de Jerusalém por meio da introdução fracassada do culto a Baal Shamin. Em apenas algumas décadas o reino selêucida se resumiria a Antioquia e a algumas cidades sírias, envolvendo-se em conflitos com a Armênia e o Ponto, até que, em 63, Pompeu transformou a Síria em província romana^[61].

[52]. Parte deste capítulo consta do meu artigo “Antígono *versus* Eumenes ou a luta pela supremacia política nos primórdios da história helenística, 323-301”, publicado na Revista *Opsis*, Catalão, v. 12, n. 2, jul.-dez./2012, p. 232-246. O conteúdo do artigo, no entanto, foi ajustado de modo a fazer sentido neste capítulo, que extrapola bastante o cenário helenístico entre 323 e 301 e a disputa entre Antígono e Eumenes.

[53]. O tema Alexandre Magno conta com uma bibliografia quase infinita. Boas sínteses são encontradas em: Lane Fox (1974); Green (1992) e Sant’Anna (2011). Para o mundo helenístico, cf. principalmente Walbank (1981), Shipley (2000) e Green (2008).

[54]. A principal fonte é Plutarco (*Demétrio* 28-30), que provavelmente seguiu Hierônimo de Cárdia.

[55]. Nomeadamente: Antígono, Demétrio, Ptolomeu, Seleuco, Lisímaco e Cassandro.

[56]. Literalmente, “aumentava seus pensamentos” (PLUTARCO. *Demétrio* 18).

[57]. Ainda Austin (2006, n. 44): “[...] aqueles que não tinham qualquer conexão com Alexandre se tornaram reis de quase todo o mundo habitado”.

[58]. P. ex., o recrutamento de tropas mercenárias executado por Eumenes, tal qual relatado em Diodoro (18. 61).

[59]. Outro exemplo da multietnicidade pode ser encontrado cerca de vinte anos antes, na Batalha de Ráfia. Cf. Políbio (5. 79); Musti (CAH 7.1: 190).

[60]. Antíoco Epífanês, a quem Políbio (26. 1) gostava de chamar de Epímanês ou “o louco” por suas ações, tais como “roubar da corte, evitar seus convidados e aparecer correndo selvagememente em qualquer oportunidade que encontrasse com um ou dois companheiros”.

[61]. Justino (40): “Pompeu, assim, transformou a Síria numa província, e aos poucos o Oriente se tornou domínio romano, que o obtiveram por meio da discórdia de reis de mesmo sangue”.

4

A CRISE DA REPÚBLICA, DE TIBÉRIO GRACO A CRASSO

Os Gracos e os problemas socioeconômicos e militares

No século II, a elite senatorial que governava a cidade de Roma, embora em parte ligada por laços matrimoniais, não formava um grupo perfeitamente coeso. Ao contrário do que normalmente se pensa, não havia uma “consciência de classe” que a mantinha unida; o que a definia como um grupo distinto do restante da sociedade, em termos abstratos, era apenas a reunião (efêmera no caso de algumas famílias) das condições – a produção de indivíduos competitivos – para a disputa das magistraturas que movimentavam a máquina do Estado. Qualquer aproximação dessas facções políticas com partidos no sentido moderno seria um erro, da mesma forma que a atribuição anacrônica de uma “consciência de classe”. De fato, a disputa se dava muito mais no âmbito das famílias rivais do que propriamente em sua ideologia, de modo que a percepção da existência de grupos conservadores e revolucionários não encontra respaldo nas dezenas de casos mencionados pelas fontes.

Os Gracos, frequentemente vistos como “revolucionários”, agiram de modo bastante conservador no que respeita à chamada “questão agrária”. Noutras palavras, a maior preocupação de sua abordagem “popular”, ou seja, a restrição no tamanho da propriedade que um cidadão poderia possuir, tinha a ver muito mais com os problemas derivados de uma crise profunda no sistema tradicional de recrutamento do que propriamente com a injustiça social da proliferação de grandes propriedades rurais. Além disso, o crescente número de escravos dela derivada ameaçava não apenas a segurança da Península Itálica, mas também comprometia a estabilidade política pela concentração de cidadãos miseráveis na urbe. Como Roma poderia sobreviver em condições urbanas tão adversas? O que poderiam

fazer se a população de escravos tão numerosa (concentrada nos campos) se revoltasse? Como exércitos seriam recrutados se o sistema tradicional de recrutamento estava profundamente ameaçado?

Na segunda metade do século II, portanto, um grave problema não podia mais ser ignorado: a crise no número de cidadãos qualificados para o serviço militar. A lógica do sistema de recrutamento romano dependia, como no caso grego clássico, da figura do pequeno proprietário de terras, um soldado-cidadão capaz de arcar com os custos do seu próprio equipamento. Em Roma, a situação era dramática a ponto de a urbe ter contado com não mais do que três ou quatro legiões (algo entre quinze e vinte mil homens em armas), quando Cipião Emiliano propôs, no Senado, uma redução nas dimensões da propriedade (pertencente ao *ager publicus*) que um cidadão poderia possuir, redistribuindo cidadãos sem terras nas que seriam desapropriadas. Sua proposta, no entanto, foi barrada por muitos senadores, provavelmente detentores de terras que forçosamente seriam desapropriadas, o que não eliminou o problema fundiário, agravado ainda mais com o desfecho delicado da conquista da Hispânia pelos romanos.

A situação modificou-se drasticamente apenas quando Tibério Graco assumiu o tribuna toda plebe, em 133. Embora fosse tribuno da plebe (o que fazia dele, por princípio, plebeu), faz-se necessário levar em consideração que suas origens sociais não eram nada humildes (ou “plebeias”, no sentido moderno). A família Graco havia ocupado o consulado na metade do século III, tendo um deles (o pai de Tibério Graco, de mesmo nome) sido, além de censor, cônsul por duas vezes e marido de Cornélia, a filha de Cipião o Africano. Tibério era, ainda, genro de Ápio Cláudio Pulcro, *princeps* do Senado, tendo também recebido suporte de um dos cônsules de 133, quando decidiu apresentar sua lei agrária para apreciação na assembleia da plebe (*concilium plebis*).

Como tribuno, Tibério pretendia regulamentar os usos das terras públicas do povo romano (*ager publicus populi romani*), desapropriando as que excedessem o tamanho correspondente a quinhentos *iugera* (PLUTARCO. *Tibério Graco* 8; APIANO, 13. 9)^[62]. Tratava-se de uma releitura das Leis Licínias Séstias (*Leges Liciniae Sextiae*), de 376, com o claro objetivo de redirecionar as terras excedentes retomadas pelo Estado aos cidadãos sem posses, em pequenos lotes que provavelmente não deveriam exceder algo em torno de vinte *iugera*^[63]. Em compensação aos atos de

desapropriação, as terras ocupadas dentro do limite estabelecido por lei (quinhentos *iugera*) passariam a ser consideradas privadas, não podendo ser em momento algum desapropriadas pelo Estado. Embora sua lei agrária não fosse simpática à maioria dos senadores, era indispensável para o bom funcionamento das instituições republicanas e essencial para a satisfação das ambições políticas de seu autor. Além disso, tribunos não precisavam da autorização do Senado para a condução de tais assuntos (ainda que sua apreciação fosse importante, visto que dos senadores emanava legitimidade política).

Mais adiante, quando a *Lex Sempronia Agraria* foi publicada sem a tradicional consulta ao Senado, seus opositores no conselho conseguiram o veto do outro tribuno, Marco Otávio, a despeito do apoio dado a Tibério por seu sogro e por um dos cônsules (cf. supra). Tibério, então, se viu obrigado a repensar sua estratégia, atacando seu colega tribuno de modo sem precedentes. Segundo Plutarco (*Tibério* 11), Tibério acusou Otávio de agir contra os interesses da plebe, uma afronta à razão de ser do tribunato. Se mantivesse seu posicionamento, o tribuno (prossequia Tibério) deveria ser deposto em votação pelas tribos participantes da assembleia:

Tibério recorreu a um ato ilegal e inadequado, que consistia em destituir Otávio, único meio que lhe restava de pôr a lei em votação. De início, no entanto, instou publicamente Otávio, com palavras bondosas e tomando-lhe as mãos, a ceder e conceder aquela graça ao povo, que só pedia uma coisa justa e só se ressarciria magramente de tantos trabalhos e riscos. Como Otávio repelisse a proposta, Tibério declarou que, uma vez que era impossível que dois magistrados de igual poder, em desacordo quanto a negócios graves, encerrem sem guerra o prazo de suas funções, não via outro remédio para a situação a não ser a retirada do cargo a um deles. Com efeito, pediu a Otávio que se submetesse ao voto do povo, prometendo que se retiraria de uma vez para a vida privada se fosse esta a vontade dos cidadãos votantes. Mas Otávio recusou-se a fazê-lo; e Tibério ameaçou pôr o cargo dele

em votação se, após refletir, não mudasse de ideia. Nesse ponto, dissolveu a assembleia. No dia seguinte, reunindo-se novamente o povo, subiu à tribuna e mais uma vez tentou demover Otávio. Vendo que este continuava inflexível, propôs a lei que lhe retirava o cargo e chamou os cidadãos a votar (PLUTARCO. *Tibério* 11).

A lei foi, assim, aprovada. Da mesma forma, constituiu-se uma comissão de três homens para executá-la, com a participação de seu autor, seu irmão mais novo, Caio Graco, e seu padraсто, Ápio Cláudio (LINTOTT, 2008, p. 62). A ela foram concedidos poderes judiciais com *imperium* para tornar realidade o resgate das terras públicas, bem como para classificar as terras não excedentes como privadas e pagar indenizações, quando justificadas. Mas como a comissão obteria os recursos necessários para a realização de algo tão dispendioso, se o controle do tesouro público era responsabilidade do Senado? Foi nesse momento que Tibério agiu de modo ainda mais violento, possivelmente aconselhado por seu sogro.

Em 133, Átalo legou o reino de Pérgamo para os romanos, o que significava dizer que os triúnviros, por sua condição excepcional, poderiam intervir na prática tradicionalmente senatorial de definir como questões de política externa e suas finanças deveriam ser conduzidas. Assim, investido de grandes poderes e à frente da comissão encarregada de executar a lei agrária, Tibério trouxe a questão do reino de Pérgamo à assembleia da plebe, antecipando-se aos senadores. Na verdade, não havia nada que autorizasse o Senado a agir na direção oposta, visto que legalmente a comissão tinha mais respaldo do que o conselho, embora o último tivesse nos dois últimos séculos tratado questões similares (de política externa) como sendo de sua alçada.

Nesse momento, seus adversários começaram a espalhar rumores de que Tibério almejava a realeza, por ter privado o Senado do controle dos recursos obtidos com o testamento de Átalo. Tibério seria, de acordo com tais rumores, uma espécie de herdeiro ilegítimo do trono de Pérgamo. Plutarco (*Tibério* 14) menciona a posse do diadema real e da púrpura, supostamente oferecidos pelo próprio Eudemos de Pérgamo (responsável por apresentar o testamento que instituía o povo romano herdeiro do rei), indício de que os opositores do tribuno planejavam assassiná-lo, tornando sua figura

a mais repugnante possível antes da execução. Mais adiante, Plutarco nos relata que, reunida certa vez a assembleia, alguns senadores e seus aliados decidiram dar cabo de Tibério. Aproximando-se da tribuna, de onde o magistrado discursava, caíram sobre ele, uns com clavas e bastões trazidos de casa, outros com os destroços dos bancos danificados em meio à confusão. Tibério tentou fugir, mas foi agarrado pela toga e tropeçou nos corpos estirados no chão, tendo, em seguida, sido golpeado na cabeça com o pé de um banco por um de seus colegas (PLUTARCO.*Tibério* 14; cf. tb. o relato de APIANO, 13. 16-17).

Imediatamente após a morte de Tibério, dois novos membros foram nomeados para levar adiante a execução da lei agrária: Marco Fúlvio Flaco e Cneu Papírio Carbão. Com eles, algumas dezenas de milhares de homens foram provavelmente assentadas, solucionando provisoriamente o problema ligado ao serviço militar. Apesar disso, como registrado por Apiano, “nem todos os proprietários preservaram seus contratos ou seus arrendamentos, e mesmo aqueles que foram encontrados mostraram-se frequentemente ambíguos” (13. 18). Para agravar ainda mais a situação, outro problema surgiu: tratados antes feitos com os aliados italianos de Roma estavam agora sendo descumpridos, perturbando enormemente suas relações diplomáticas.

Com a questão agrária, muitos aliados latinos e italianos potencializaram seu desejo pela cidadania romana, introduzindo, assim, outro ponto a ser considerado pelo Senado. Em 125, um dos sucessores de Tibério propôs a extensão da cidadania romana a todos os aliados que a procurassem. Amplamente repelida, a proposta foi logo esquecida. É possível que seu autor, Flaco, estivesse considerando não apenas sua promoção pessoal, mas também o alívio prematuro de um problema que muito em breve afetaria Roma gravemente, de forma a quase levá-la à destruição: a guerra contra seus aliados, ou *socii*, uma verdadeira rebelião (do ponto de vista dos romanos) que culminou na formação de um “Estado paralelo”, com uma capital própria, magistrados nos moldes romanos, um Senado de quinhentos representantes das cidades-membro e um exército de cem mil homens. Na época de Flaco, no entanto, os romanos (especialmente os pertencentes ao povo comum, maior beneficiário da lei agrária) não estavam preparados para lidar com questão ainda tão embrionária.

Mais adiante, entre 123 e 122, Caio Graco, irmão de Tibério, deu sequência e forma ao seu projeto, com uma peculiaridade: a vingança de seu

assassinato^[64]. Vingar-se dos assassinos de seu irmão não era apenas um ato passional; significava a reparação da honra de sua família, afetada com a morte de Tibério, como se ela tivesse sido um tiranicídio. Como boa parte das leis que aprovou visava tolher o poder de muitos senadores, principais adversários de seu irmão, depois de Caio duas estratégias políticas da elite tinham se configurado: 1) a dos *optimates*, aqueles que seguiam os métodos tradicionais de competição na ordem senatorial, com alianças tradicionais e coalizão de senadores; 2) a dos *populares*, que buscavam popularidade entre o povo comum. É importante observar, no entanto, a despeito da divisão na estratégia política adotada por membros da elite romana, que o mesmo indivíduo poderia se comportar como *optimas* ou *popularis* em momentos distintos de sua carreira. *Optimates* e *populares*, portanto, de forma alguma representavam partidos políticos no sentido moderno, “com suas estruturas institucionais e agindo de acordo com alguma filosofia ou teoria de governo” (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 165).

Uma vez vingado, Caio direcionou suas energias para as reformas que pretendia conduzir como tribuno, com o claro objetivo de aumentar sua influência e seu apoio político para cenários pouco prováveis algumas décadas antes. Os principais problemas socioeconômicos de Roma eram os preços bastante instáveis dos grãos, a perda da capacidade de recrutamento do sistema romano, a insatisfação generalizada dos aliados na Península Itálica e a administração provincial. Plutarco (*Caio Graco* 8) faz referência a seis leis ou medidas aprovadas sob responsabilidade do tribuno, embora algumas delas dificilmente possam ser atribuídas a ele^[65].

Quanto ao preço dos grãos, sabe-se que Caio elaborou a *Lex Frumentaria*, assegurando a venda de cereais por um valor prefixado, impedindo a flutuação que minava o consumo interno em certas épocas do ano. É importante também observar que essa lei ampliava seus poderes pessoais, porque o autorizava a manobrar recursos públicos, por vezes contra seus adversários políticos. Outra lei que merece destaque é a chamada *Lex Militar*, que prescrevia que os soldados fossem equipados à custa do Estado, sem desconto no soldo dos que estavam em campanha, além de proibir o recrutamento de menores de dezessete anos. Com isso, Caio esperava contar com o apoio do exército, cada vez mais definitivo na história republicana.

Tão importante quanto o apoio das legiões era o apoio dos equestres, particularmente daqueles envolvidos na coleta de impostos. Com efeito, o controle do Senado sobre a administração provincial constituía já um dos grandes entraves entre senadores e *publicani*^[66]. Ciente do problema, Caio aprovou uma lei que colocava os contratos que geriam os tributos da Ásia sob tutela de companhias de *publicani*, retirando, assim, a intermediação dos senadores na entrada de tais tributos no tesouro público. Em troca, era esperado que a fortuna desses homens impulsionasse a carreira do tribuno que tanto fez por eles.

Por fim, a solução encontrada para a população miserável que tinha se aglomerado em Roma foi um grande projeto de colonização, traduzido no envio de milhares de colonizadores para Cápua, Tarento e Cartago (onde seis mil cidadãos romanos foram assentados, de acordo com APIANO, 13. 24).

Caio também tentou, ao lado de Flaco, pressionar a questão da concessão da cidadania romana aos italianos, o que levou o Senado a reagir de modo mais severo, ao ponto de os cônsules do ano circularem a seguinte notícia: “quem não possuir direito ao sufrágio não deve permanecer na cidade ou mesmo se aproximar dela enquanto tais assuntos estiverem sendo tratados”. Ao mesmo tempo, outro tribuno, Lívio Druso, foi compelido pelos senadores a vetar a proposta de Caio, tendo, em contrapartida, o privilégio de fundar doze colônias, reconciliando-se com o povo depois de se opor ao tão popular tribuno.

Como seu irmão Tibério, Caio pressionou demais seus adversários senadores. Durante sua ausência (ele estava na África, cuidando dos arranjos necessários ao assentamento dos colonizadores) a resistência contra o tribuno tinha se fortalecido, ocasionando seu fracasso nas eleições para um terceiro tribunato. Logo nem mesmo a comissão com direito ao *imperium* faria sentido, sem Caio para protegê-la do tribunato. Seus adversários estavam, então, a um passo de retirá-lo de vez da vida pública. Finalmente, Opímio, um dos cônsules, provocou uma situação de tensão com o ex-tribuno, de modo a conseguir autorização senatorial para a reunião de uma pequena força militar que o atacou, eliminando de vez qualquer possibilidade de reação.

Mário e o exército romano

Com a morte de Caio Graco em 121, a história da República Romana se viu ligada a dois acontecimentos externos e inesperados, que tiveram grande impacto na urbe: 1) a ascensão de Jugurta, um númida que fora adotado por Micipsa, filho e sucessor de Masinissa, aliado dos romanos desde a Segunda Guerra Púnica; 2) a migração de povos germânicos, principalmente cimbros e teutões.

Quanto ao primeiro acontecimento, é digno de nota o fato de Jugurta ter sido capaz de derrotar, com a morte de Micipsa em 118, seus dois irmãos e, portanto, herdeiros legítimos do pai. Jugurta subiu ao poder por meio de um ato de usurpação, com o assassinato de um de seus irmãos e a alienação do outro. O herdeiro sobrevivente, então, buscou auxílio de Roma, que por sua vez enviou uma espécie de “embaixada” para tratar do assunto, exatamente como havia feito momentos antes da deflagração da Terceira Guerra Púnica. Depois de analisarem a situação, os embaixadores romanos decidiram dividir o reino entre os dois sobreviventes (usurpador e herdeiro legítimo), dando a parte menos atrativa ao primeiro. Com uma ação tão problemática (Jugurta certamente não aceitaria a “injustiça” da divisão proposta, nem seu irmão conviveria com a fragmentação do reino herdado), cabe perguntar se os romanos pretendiam mesmo solucionar o problema ou se tinham outros planos em vista, considerando que a Numídia agora fazia fronteira não com Cartago, mas com a província da África. Noutras palavras, estaria Roma alimentando os desentendimentos entre os dois irmãos na esperança de que uma situação conflituosa legitimasse sua intervenção militar em território númida?

Tenham os romanos agido com a referida intenção ou não, em pouco tempo Jugurta invadiu a parte destinada ao irmão e, em 112, sitiou sua capital, Cirta. O Senado imediatamente protestou, especialmente depois da morte de comerciantes italianos na cidade sitiada, todos eles antigos aliados do irmão de Jugurta.

Constatados os fracassos de algumas incursões romanas, dois generais foram enviados para a Numídia, um após o outro, cada qual com uma força considerável: Cecílio Metelo (109-108) e Caio Mário (107-105). A guerra se encerrou apenas em 105, durante a atuação do segundo comandante, com a traição de um aliado de Jugurta, instigado por Sula, questor do General Mário. Encerrada a resistência militar, Jugurta foi trazido a Roma para o

triunfo de Mário, mencionado *en passant* por Salústio (*Guerra Jugurtina* 114) e Plutarco (*Mário* 12).

Salústio menciona que Jugurta tinha sido anunciado como prisioneiro a ser trazido acorrentado para Roma no momento em que Mário elegeu-se cônsul (mesmo estando fora da cidade) e governador da Gália. Ainda de acordo com Salústio, no primeiro dia do ano, Mário triunfou como cônsul, com grande glória, informação partilhada com nossa outra fonte para o caso, Plutarco. O último, no entanto, nos legou uma informação adicional, mais precisamente sobre o que teria ocorrido com Jugurta após o triunfo. Nas palavras do biógrafo, Jugurta, enlouquecido com sua exposição no triunfo militar, teve, já na prisão, a túnica rasgada e os lóbulos das orelhas arrancados por soldados ávidos por seus brincos de ouro. Finalmente, parte do reino de Jugurta foi dada ao traidor, o rei da Mauritânia, e o que restou retornou para o irmão do morto, desde o princípio da querela herdeiro legítimo.

O segundo acontecimento que merece destaque nos finais do século II é a migração de povos germânicos para o norte da Itália. Embora as razões específicas para sua migração sejam desconhecidas, sabe-se que em 113 tinham já chegado aos Alpes, onde derrotaram um cônsul romano e seu exército, e que, em seguida, invadiram o Ródano e chegaram à Gália Transalpina. Uma vez na Gália, venceram sucessivamente exércitos romanos em 109, 107 e 105, até que, em Roma, Mário se viu às voltas com a “questão germânica”. Em pouco tempo, ele derrotou os teutões (102) e os cimbrós (101), tornando-se não apenas o general vitorioso na África, mas também o herói romano contra os germanos.

Sob Mário, uma série de transformações militares ocorreu nos finais do século II, especialmente quanto ao recrutamento do exército e sua disposição tática. A disciplina exigida por ele chegava ao ponto de os legionários serem obrigados a carregar todos os seus pertences, dispensando animais de carga que complicariam a marcha ou a tornariam onerosa. Por esta razão, seus soldados ficaram conhecidos como as “mulas de Mário” (*mulī Mariani*). Sabe-se também que, na metade do século I, os legionários passaram a combater como um grupo uniforme que servia nas coortes (unidades de quatrocentos ou quinhentos homens), com centuriões à frente de cada grupo de oitenta homens (centúrias), o que parece ter sido instaurado por Mário algumas décadas antes.

A carreira fulgurante de Mário representava uma glória militar dificilmente equiparada em seu tempo, mesmo para um patrício estabelecido no poder ou um plebeu cuja família tradicionalmente ocupasse as mais altas magistraturas. Mas Mário era um “homem novo” (*homo novus*), o que tornava sua situação ainda mais peculiar. Muito bem inserido na vida pública de Roma (casara-se com a patrícia Júlia, da importante família do ainda não nascido, mas em breve famoso Júlio César), Mário ficou conhecido por recrutar voluntários das mais variadas audiências, incluindo homens sem direito ao serviço militar, por meio de soldo regular e promessas de assentamento^[67]. Com a vitória sobre Jugurta, por exemplo, houve a concessão de lotes aos seus veteranos na África, legalmente protegidos por Saturnino, tribuno e aliado de Mário, independentemente de sua origem social.

Em 100, depois de derrotar os cimbros e os teutões, Mário esperava que Saturnino o ajudasse mais uma vez, agora com o assentamento de veteranos na Gália. Saturnino, todavia, havia prometido não apenas a fundação de colônias e assentamentos na Gália e na Sicília, mas também outras medidas que incomodavam profundamente o Senado. Diante da oposição senatorial esperada, os veteranos de Mário começaram a agir por conta própria, oprimindo seus adversários políticos pela força. A situação evoluiu de tal forma (especialmente com a morte de Saturnino) que a política romana atingiu um nível de violência jamais visto na história da República, mesmo com os Gracos, e trouxe consigo consequências ainda mais violentas nas suas últimas décadas.

Alguns anos antes da vitória definitiva sobre os germanos, uma grande revolta de escravos estourou na Sicília, como resultado de uma alforria forçada por Mário, ávido por novos soldados.

Em 104, Mário solicitou auxílio aos reis clientes da Ásia Menor, que lhe responderam com a informação de que boa parte dos seus súditos tinha sido vendida por piratas como escravos e que viviam sem liberdade na Sicília. Pensando em atrair esses soldados para a defesa do território italiano contra os germanos, Mário ordenou sua alforria. Mas eles não se juntaram ao libertador. Em vez disso, tomaram posições fortificadas em montes e deram início a uma revolta que se estendeu por quatro anos, causando a morte de cerca de cem mil pessoas^[68].

O que parece ser uma “desculpa esfarrapada” dos reis na Ásia Menor era, na verdade, perfeitamente explicável pelo nível a que a pirataria havia chegado no Mediterrâneo Oriental. Com efeito, após a destruição de Rodes, piratas e mercadores de escravos de Creta e da Cilícia tornaram-se os maiores fornecedores de escravos dos romanos. A ironia reside no fato de os escravos que abasteciam o mercado romano derivarem basicamente dos povos asiáticos submetidos a Roma e de tantos outros na Síria, inviabilizando o alistamento emergencial de que Mário necessitava durante a guerra no norte da Itália.

Até o momento enfatizou-se como o processo de anexação de territórios por Roma foi lento e gradual, respeitando circunstâncias bastante específicas e ao mesmo tempo integrando um sistema de dominação que extrapolava a Península Itálica, com Roma no centro do poder. Nos finais do século II, a administração das províncias tinha já tomado forma. Em suma, a comunidade de uma província permaneceria autônoma, sendo livre para arbitrar conflitos internos e participar de guerras, mas, diferentemente dos aliados italianos (*municipia* ou *coloniae*), deveria pagar tributos.

Toda a relação das províncias com Roma estava baseada na *Lex Provinciae*, que estipulava as condições do vínculo e as respectivas obrigações, podendo ser alterada apenas pelo Senado. Cada província contava com um governador, que detinha, de modo geral, plenos poderes no território por ele governado, incluindo o poder de execução sem julgamento. É importante notar que a distância de Roma, o desinteresse dos magistrados romanos pelos assuntos cotidianos nas províncias e a prática de troca de dádivas resultavam frequentemente em corrupção. Em termos práticos, a permanência, por um ano, como governador de uma província, significava a melhor oportunidade para enriquecer, pagar as dívidas feitas com as eleições e avançar na vida pública em Roma, como era normalmente esperado dos membros mais competitivos da elite romana.

Em 91, o tribuno Lívio Druso mostrou-se disposto a solucionar os problemas ligados ao júri criado para tratar os processos contra governadores de províncias acusados de corrupção. O principal problema é que não havia consenso sobre quem deveria participar da comissão, se senadores, equestres ou os dois. Finalmente, Druso propôs que todos os membros fossem senadores, mas que trezentos *equites* se tornassem membros do Senado, o

que lhes assegurava tanto a participação no júri quanto a inclusão no conselho.

Depois de encaminhada a proposta, Druso insistiu nos assentamentos, na criação de colônias e na extensão da cidadania a todos os aliados romanos em território italiano⁽⁶⁹⁾. Eis o nascimento de uma tragédia política: em Roma, Druso agradava com a criação de colônias e com os assentamentos, o que preocupava as elites das cidades aliadas; nelas, por sua vez, Druso seria bem recebido com a proposta da extensão da cidadania, o que incomodava profundamente boa parte da elite romana. Em suma, ao tentar agradar a “gregos e troianos”, Druso falhou com todos, tendo sido morto numa conspiração por um assassino desconhecido, nos dizeres de Apiano (13. 36), com uma facada no quadril.

Nesse momento, Roma se viu ameaçada por uma coalizão de cidades revoltosas. Dentre os principais integrantes, destacavam-se os marsos e os samnitas, que juntos formavam uma confederação com uma capital própria, próxima de Roma e rebatizada como “Itália”, além de um exército de aproximadamente cem mil homens, treinados nas mesmas táticas dos romanos. Cabe mencionar, no entanto, que a maior parte das cidades latinas e etruscas permaneceu leal a Roma, ao lado de muitas cidades gregas na costa.

Gradualmente, Roma foi capaz de conter a revolta (a chamada Guerra Social), especialmente após a concessão da cidadania romana (por meio da *Lex Iulia*) a todas as cidades latinas e italianas que permanecessem leais ou, no caso das revoltosas, que depusessem as armas. Estava claro que a questão da cidadania deveria ser revista, primeiro com a *Lex Iulia*, um ano mais tarde com outras duas leis (*Lex Plautia Papiria* e *Lex Pompeia*) que concediam a cidadania romana a todos os aliados que se alistassem em seis dias e a todos os homens livres na porção sul da Gália Cisalpina.

A Guerra Social trouxe também consequências para a organização do exército romano. As tradicionais *alae sociorum* deixaram de existir, da mesma forma designações militares para latinos ou aliados. Com o fim do conflito, todos os soldados recrutados em território italiano ao sul do Pó tornaram-se cidadãos, e passaram a servir, portanto, como legionários (KEPPIE, 1998, p. 48).

Sula

Os novos cidadãos logo tiveram que integrar de algum modo as tribos romanas. Então, o tribuno Sulpício Rufo propôs que eles fossem incorporados às trinta e cinco tribos já existentes, condenando a criação de novas tribos para esse fim. Seu principal adversário era um patrício, o Cônsul Sula, um dos generais da “Guerra Social” e antes disso questor de Mário em 107, durante a guerra contra Jugurta. Enfrentado por ele, S. Rufo decidiu procurar auxílio do herói popular romano, vitorioso na África e salvador de Roma contra os germanos, o único com poder suficiente para auxiliá-lo na contenda política. Mário, no entanto, com mais de setenta anos de idade, cobrou um preço muito alto: que o comando das tropas contra Mitrídates lhe fosse dado.

Mitrídates Eupator, rei do Ponto, após ter expandido seu reino em áreas importantes do Mar Negro, envolveu-se numa guerra pela Capadócia o que levou à intervenção romana e à ascensão de dois reis clientes de Roma, Ariobarzanes e Nicomedes, o último deles na Bitínia. Apoiando seus clientes contra Mitrídates, Roma exigia que o invasor recuasse o quanto antes e que se estabelecesse, como os outros dois reis, apenas no que os romanos julgavam ser seu domínio devido. Mas Mitrídates não parecia disposto a cooperar ou mesmo a obedecer ao arbítrio de Roma. Logo depois, por meio de uma aliança feita com o rei da Armênia, cuja filha esposara, Mitrídates retomou a questão da Capadócia. Ariobarzanes e Nicomedes foram, assim, instigados simultaneamente pelos romanos, que sugeriam incursões militares em território inimigo, de modo a fomentar uma “guerra justa” por parte de Roma (APIANO, 12. 2).

De forma relutante, Nicomedes atacou a cidade de Amástris, curiosamente sem encontrar resistência de Mitrídates, que, embora tivesse condições militares para o conflito, segundo Apiano, queria ter também boas e suficientes razões para o engajamento. Parece óbvio, no entanto, que ele quisesse alijar Roma diplomaticamente, aumentando enormemente suas chances de vitória e reduzindo na mesma proporção o desgaste sofrido com a guerra.

Imediatamente após o saque de Amástris, Mitrídates enviou certo Pelópidas para tratar com Nicomedes e os romanos. Pelópidas os lembrou que a Capadócia, garantida por herança paterna, tinha sido tomada de Mitrídates, e que ele “não era fraco e que estava pronto para se defender,

mas que hesitava para que eles [os romanos] fossem testemunhas dessas transações [a injúria cometida por Nicomedes]”. Em resposta, o adido militar de Nicomedes apontou para a arrogância de Mitrídates e para todos os indícios de que ele pretendia se vingar dos romanos, travando uma guerra pela Capadócia assim que lhe fosse possível. “Olhai para os seus feitos mais do que para suas palavras [de Mitrídates], e não abandonai verdadeiros e consistentes amigos por um hipócrita que lhes oferece uma falsa amizade”, assim o enviado de Nicomedes terminou seu discurso contra Mitrídates (APIANO, 12. 2). Finalmente, não havia muitas alternativas diferentes da guerra envolvendo os romanos.

Digno de nota é o fato de Mitrídates ter sido acolhido pela população grega da Ásia Menor como salvador. Com efeito, ele não apenas se aproveitou do momento de fraqueza política romana, mas também soube explorar sua identificação com a população grega subjugada por Roma na Ásia Menor. Afinal, o rei do Ponto era um rei helenístico como os diádocos antes dele, e estava inserido numa cultura monárquica que lhe assegurava o direito de se oferecer como o salvador dos gregos contra a opressão dos bárbaros. Mitrídates seria, na medida do possível, um novo Alexandre Magno^[20].

Além dessa manobra estratégica e de sua “identificação étnica” com os gregos provinciais, Mitrídates agiu por meio do terror, tendo aniquilado milhares de mercadores romanos. Uma de nossas fontes (PLUTARCO. *Sula* 24) registra cento e cinquenta mil romanos mortos, número provavelmente bastante exagerado, mas que nos dá uma boa ideia da situação crítica em território asiático (KONRAD, 2006, p. 179).

Em Roma, S. Rufo concordou em trocar o comando das legiões pelo apoio político de Mário. O problema é que o comando prometido a Mário já pertencia a Sula, cerca de vinte anos mais novo e no auge de sua carreira militar. Sula, portanto, sem aceitar a destituição ordenada pelo tribuno após votação na assembleia, decidiu inflamar os ânimos de seus homens. Assim nasceu o desejo das tropas por uma marcha sobre Roma, com o objetivo de reverter a injustiça cometida contra seu general.

Em 88, Sula:

[...] antecipou-se ao escapar para seu acampamento, e os soldados, instruídos do que ocorria, lapidaram os tribunos. Mário e os seus, por

sua vez, mataram em Roma os amigos de Sula e pilharam-lhes os bens. Houve movimentações e fugas, uns deixando o exército pela cidade, outros abandonando em massa a cidade e dirigindo-se para o acampamento. O Senado, que deixara de ser senhor de si, era governado por Mário e Sulpício. Sabedor de que Sula marchava contra a cidade, mandou dois pretores, Bruto e Servílio, para impedi-lo de avançar. O tom arrogante que usaram com Sula quase fez com que os soldados dessem cabo deles; contentaram-se, porém, com quebrar-lhes os fasces, arrancar-lhes as togas pretextas e cumulá-los de ultrajes antes de deixá-los ir. Roma foi presa de imensa consternação ao ver os pretores despojados de suas insígnias, voltando para anunciar que a sedição não mais podia ser contida [...] (PLUTARCO. *Sula*, 9).

Consagrando-se vitorioso na refrega, Sula forçou o Senado a declarar Mário, S. Rufo e outros dez inimigos públicos de Roma. Os resultados foram desastrosos: S. Rufo foi preso e morto; Mário e muitos outros conseguiram escapar, mas o general que salvou Roma dos cimbros e dos teutões muitos anos antes manobrou de modo a encontrar muitos dos veteranos que tinha assentado no norte da África e planejar sua vingança. Sula, por sua vez, invalidou as medidas de S. Rufo e conduziu mais uma aproximação em favor do Senado.

O passo seguinte de Sula seria assegurar a eleição de dois cônsules aliados, garantindo sua retaguarda em Roma durante a guerra contra Mitrídates. Mas o problema veio com a eleição de Cina, um de seus opositores mais ferozes, eleito ao lado de um cônsul que não era seu aliado, embora tampouco fosse inimigo. Ainda com o gosto amargo da derrota nas eleições para o consulado (que mostra quão dividida estava a opinião pública em Roma), Sula partiu para a guerra no Oriente.

Encorajado pela ausência do general, Cina forçou tanto o combate a Sula quanto a questão da alocação dos novos cidadãos nas tribos já existentes. O Senado, então, buscou apoio do outro cônsul, que veio

prontamente em seu socorro. Após rebeliões, Cina foi destituído à força do consulado, tendo também perdido provisoriamente sua cidadania. Foragido, reuniu um pequeno exército (uma legião antes sob o comando de Sula) que usaria para se vingar, por meio de ações militares em muito similares às tomadas por Sula antes dele.

Por fim, foi também nesse momento que Mário retornou da África, de onde trouxe parte do exército que fez questão de completar na Península Itálica, após recrutamento na porção mais central. Tendo recrutado voluntários (livres ou não) com as mais variadas promessas, Mário se juntou a Cina e derrotou os exércitos regulares da República, enviados contra eles sem qualquer sucesso. O Senado, assim, se rendeu aos dois, que retornaram para Roma após prometerem que não fariam qualquer mal aos cidadãos romanos envolvidos na resistência senatorial.

Traindo o que havia prometido, Mário aniquilou todos aqueles que lhe opuseram, a exemplo de um dos cônsules, quatro consulares e vários senadores. Em seguida, Sula foi declarado inimigo público de Roma, e suas propriedades foram confiscadas. Tal situação de terror contra Sula e seus aliados permaneceu até a morte aparentemente natural de Mário, em 86, e a de Cina logo depois, assassinado pelas próprias tropas por ocasião da travessia do Adriático para enfrentar Sula, que retornava vitorioso do Oriente.

Em 82 Sula deu início a uma série de condenações, seguindo uma lista de indivíduos mortos sem julgamento prévio ou direito à defesa pública. Propriedades foram confiscadas, e indivíduos das famílias condenadas foram impedidos de qualquer atuação na vida pública, o que se encerrou somente após três listas de condenações, totalizando algumas centenas de perseguidos.

A ditadura de Sula validou as decisões que havia tomado antes, sob a máscara da proteção da República. Sula provavelmente não pretendia permanecer no poder indefinidamente, como mostram os eventos posteriores de sua vida, e ao contrário do que normalmente se pensa. Valendo-se de seus poderes, ele restaurou a *auctoritas* do Senado, enfraquecido desde as ações dos tribunos da plebe; aos membros restantes, Sula adicionou algumas centenas, fazendo com que o conselho dobrasse de tamanho. Com seiscentos senadores, em vez de trezentos, houve também a ampliação no número de questores, de dez para vinte. Algumas restrições, no entanto, foram impostas

à ocupação das magistraturas. Em síntese, apenas ex-questores podiam se tornar pretores, da mesma forma que apenas ex-pretores podiam se tornar cônsules, e para todos os casos estipulava-se uma idade mínima no momento da candidatura. Finalmente, Sula restaurou os dez anos de interstício exigidos para a ocupação da mesma magistratura.

A última modificação deu-se no tribunato. Sula proibiu que aqueles que já tivessem sido tribunos pudessem candidatar-se a outra magistratura. Assim, o tribunato estaria isolado mais uma vez na ordem das magistraturas, um ataque direto às famílias que tradicionalmente o utilizavam como trampolim para o consulado. Além disso, Sula finalmente solucionou a questão da distribuição dos novos cidadãos nas trinta e cinco tribos já existentes. Como última medida, o ditador ocupou-se com a contenção das revoltas na Península Itálica e com o assentamento de seus quase oitenta mil veteranos^[71].

Em 81, Sula renunciou à ditadura, tendo morrido em 78, após isolamento de dois anos numa pequena cidade.

A rebelião de Espártaco

Cerca de sete anos mais tarde, trinta ou mais escravos liderados por Espártaco, de origem trácia, fugiram de uma escola de gladiadores em Cápuia^[72]. Um acampamento foi montado por eles no monte Vesúvio e lá rapidamente se formou uma força de dez mil homens (atingindo depois o número de setenta mil), incluindo escravos e fugitivos, que “logo começaram a planejar sua vingança contra os romanos” (FLORO, 2. 20). De acordo com Salústio (*Histórias* 3. 96), Plutarco (*Crasso* 8-9) e Tito Lívio (97), os seguidores de Espártaco eram principalmente gauleses, germanos e trácios.

Infelizmente, pouco se sabe sobre a personalidade de Espártaco, ora representado como simples rebelde, ora exaltado como herói antirromano. Seus feitos, em contrapartida, são bem conhecidos, especialmente pelas informações contidas na *Vida de Crasso*, escrita por Plutarco. Seu nome, de origem trácia, pode indicar tanto o pertencimento à dinastia dos espartóquidas, assim nomeada após Espártoco, um governante trácio do século V (DIODORO, 12. 31; 12. 36), quanto à descendência de Seutes, filho de Esparádoco, do reino odrísio (TUCÍDIDES, 2. 101). De acordo com

Floro (2. 20), Espártaco era originalmente um mercenário trácio, tendo se tornado, sucessivamente, um soldado (provavelmente um dos auxiliares romanos), um desertor e um bandido, antes de atuar como gladiador (FIELDS, 2009, p. 27-28).

Mas o que pretendia Espártaco? Plutarco (*Crasso* 9) menciona apenas seu desejo de escapar para o norte, rumo à Gália Cisalpina, onde seus seguidores encontrariam a segurança de seus lares. Tivesse Espártaco seguido os planos acusados por Plutarco, a situação não se complicaria do ponto de vista histórico. O que aconteceu, no entanto, foi algo bastante diferente, senão oposto: em algum momento da marcha para o norte, o exército rebelde se virou, partindo em direção à própria cidade de Roma.

É possível que o plano de escapar para a Gália tenha sido abandonado no meio do caminho, ou mesmo que nunca tenha existido. Floro (2. 20) e Apiano (12. 117) mencionam que, inspirado pelas vitórias obtidas contra os romanos, Espártaco decidiu tomar a própria cidade de Roma. Entretanto, eles não consideraram as condições materiais para o cerco (máquinas de assédio), que certamente não existiam (pela mobilidade e natureza do exército), ao menos não em número suficiente. Portanto, ao serem observadas as razões para o retorno do exército rebelde, pode-se falar tanto na exaltação do moral das tropas (argumento de Floro e Apiano) quanto nas aspirações militares dos escravos, que talvez não estivessem dispostos a abandonar a Península Itálica, considerando uma carreira de saques na península (como os mamertinos haviam feito no século III na Sicília). Há, ainda, quem sugira que Espártaco estivesse considerando a travessia para a Sicília pelo estreito de Messina, onde teria condições de libertar e recrutar outros milhares de escravos em sua guerra contra Roma (FIELDS, 2009, p. 48).

Nesse momento, Crasso, ex-general de Sula, assumiu a questão após designação do Senado. Como ex-pretor, adicionou às quatro legiões que comandava outras seis, totalizando um exército de cerca de sessenta mil homens. É possível, ainda, que tenha recrutado soldados pagos com dinheiro do próprio bolso. Em pouco tempo, Crasso foi capaz de confinar Espártaco no sul da Península Itálica, onde o matou. Cinco mil rebeldes conseguiram fugir e foram aniquilados por Pompeu, que o Senado havia trazido da Hispânia devido à gravidade da situação. Pompeu, o “jovem executor”

(*adulescentulus carnifex*), foi posteriormente declarado o homem que encerrou a revolta, “roubando” a vitória de Crasso.

Com Espártaco morto, os romanos trataram de transformar os prisioneiros em exemplo, tendo-lhes infligido a mais cruel das penas de morte, a *summa supplica*, o que significa dizer que seriam lançados às bestas, queimados vivos ou crucificados. Crasso escolheu a cruz. Um corredor de cruces de madeira, portanto, se formou nos dois lados da Via Ápia, estendendo-se de Cápua (onde a revolta começara) aos portões de Roma, com rebeldes crucificados em intervalos regulares ao longo do trajeto (APIANO, 12. 120).

Em 71, Pompeu e Crasso concorreram ao consulado. Embora Pompeu não cumprisse todos os pré-requisitos para o cargo (tinha apenas trinta e cinco anos), como líder de um exército estacionado na Península Itálica foi capaz de se eleger ao lado do general que de fato suprimiu a rebelião de Espártaco. A década de 70 se encerrou, assim, com um clima de conciliação e reforma, na medida em que todas as ameaças militares graves tinham sido adiadas ou eliminadas e que Pompeu, agora cônsul, tinha obtido o reconhecimento dos *optimates* (KONRAD, 2006, p. 186).

[62]. Cerca de cento e vinte e nove hectares.

[63]. Cerca de cinco hectares.

[64]. O sucesso nos planos de vingança de Caio estava frequentemente associado à sua grande capacidade retórica, tal qual registrada num debate em defesa de sua mãe: “Com que direito queres comparar-te a Cornélia? Pariste como ela? Todos os romanos sabem que, mulher, ela ficou mais tempo sem marido do que tu!” (PLUTARCO. *Caio Graco* 4).

[65]. P. ex., a ampliação do Senado, que passava a contar com mais trezentos homens, todos eles de origem equestre. Sabe-se, no entanto, que tal medida foi realizada por Sula, e não por Caio Graco.

[66]. Mais tarde, p. ex., isolado pelos senadores, Crasso decidiu se tornar o “campeão” dos *publicani*, ao advogar sua causa contra o Senado.

[67]. Os *capite censi* (lit. os “contados por cabeça”). Cf. Keppie (2005, p. 42-43).

[68]. Sobre a revolta, cf. Diodoro (36. 1-11), Floro (2. 7) e Cássio Dio (27. 101, 104).

[69]. A proposta de Druso quanto à cidadania estendida mostra a pressão que os aliados eram capazes de exercer, e como políticos ambiciosos a utilizaram para benefício próprio.

[70]. As ações de Mitrídates com relação a Roma foram amplamente discutidas por McGinn (1986, p. 89-108). Por meio de uma análise de evidências numismáticas e literárias, McGinn foi capaz de mostrar que Mitrídates mesclava sistematicamente elementos de duas origens culturais, remontando ao mesmo tempo à tradição aquemênida e à prática da *imitatio Alexandri*, fomentada pelos reis helenísticos. Cf. Shayegan (2011, p. 310-311).

[71]. Sobre a ditadura de Sula, cf. Seager (2008, p. 197-206).

[72]. Os etruscos foram os primeiros a sacrificar prisioneiros de guerra, por meio de combates rituais, como forma de homenagear seus próprios soldados mortos. Os famosos jogos gladiatoriais romanos, portanto, podem ter originado de costumes funerários etruscos que utilizavam os chamados “homens funerários”, ou *bustuarii*, numa competição conhecida como *munus*. Alternadamente, desenvolveu-se na Campânia do século IV um tipo de combate gladiatorial ligado à nobreza, onde voluntários socialmente qualificados se enfrentavam em banquetes sem que precisassem chegar à morte. É possível que os romanos já tivessem conhecimento dos “duelos campânios” no final do século IV, a julgar por uma referência em Tito Lívio a uma batalha travada por romanos e campânios contra samnitas. Apesar de suas origens controversas, o primeiro combate gladiatorial ocorreu em Roma, no ano de 264, por ocasião da morte de certo Décimo Júnio Bruto. Gradualmente, os combates gladiatoriais que enriqueciam funerais de aristocratas romanos passaram a ocorrer em celebrações públicas. Cf. Fields (2009, p. 21-22).

5

POMPEU, CÉSAR E A “POLÍTICA DA DESCONFIANÇA”

A ascensão de Pompeu

Em 74, um pouco antes da supressão da rebelião de Espártaco por Crasso, a guerra contra Mitrídates foi retomada por Lúculo^[73], um dos cônsules do ano e governador da Ásia e da Cilícia, no comando de cinco legiões. Mitrídates, que havia estrategicamente recuado na guerra contra Sula cedendo-lhe vitória parcial, agora atacou primeiro, sitiando sem sucesso a cidade de Císico, na Bitínia. Com o fracasso do cerco, Lúculo invadiu o Ponto, expulsou seu rei e, em perseguição, chegou à Armênia (SHERWIN-WHITE, 2008, p. 239-243). Após capturar e arrasar uma das capitais do reino armênio, Lúculo, a quem Pompeu tratava como um “Xerxes de toga” (VELEIO PATÉRCULO, 2. 33), recebeu ordens diretas do procônsul da Ásia para abandonar essa campanha desnecessariamente longa. Todos os soldados deveriam ser dispensados; os que não o fossem teriam suas propriedades confiscadas. Assim, apenas um pequeno grupo miserável do exército, ao qual a punição não aterrorizava, permaneceu ao lado do general sem poderes (APIANO, 13. 90). Todo o poder tomado de Lúculo no Oriente seria, então, transferido para outro general romano, encarregado de encerrar a “questão oriental”, traduzida pela ameaça constante de Mitrídates.

No final do consulado de Pompeu e Crasso, ambos esperavam permanecer no comando militar de alguma forma. A oportunidade apareceu para Pompeu, em 67, por meio do combate à pirataria concentrada na Cilícia, que dificultava a entrada de grãos na Península Itálica, e, em seguida, ainda na Ásia, por meio da necessidade de se preencher o comando das legiões contra Mitrídates^[74]. É digno de nota o fato de que, quando Pompeu anunciou sua candidatura ao consulado, em 71, ao lado de Crasso, ele não apenas rivalizou com um dos homens mais ricos de Roma, mas

também feriu as medidas do ex-ditador Sula. Ainda que muitos senadores quisessem reagir a tais atos ilegais, na prática não havia nada que pudessem fazer contra um homem que liderava exércitos vitoriosos e que tinha já demonstrado sua “presteza” ao Senado^[75]. Pompeu foi, assim, a escolha mais acertada (senão a única viável para os senadores) que permitia encerrar a guerra no Oriente, superando Crasso em glória militar e importância política.

Por meio da *Lex Manilia*^[76], Pompeu recebeu poderes ilimitados como antes no combate à pirataria, além do direito a conduzir a guerra como bem entendesse e a declarar aliado ou inimigo quem desejasse. Em suma, ele havia se tornado a maior autoridade romana fora do território italiano, pois detinha o comando de todas as forças militares situadas além da Península Itálica (APIANO, 12. 15).

Em 66, Pompeu manobrou diplomaticamente e convenceu o rei da Pártia a invadir a Armênia, forçando Tigranes a fugir às pressas para a Capadócia. Enquanto isso, o próprio Pompeu foi capaz de derrotar Mitrídates em batalha, obrigando-o a deixar seu reino e a seguir para o norte do Mar Negro, onde foi, segundo Apiano, recebido, escoltado e agraciado por todos os líderes locais, por causa de seus feitos, império e poder militar. Finalmente, um dos três filhos de Tigranes decidiu encerrar o conflito (ao menos para os armênios), embora o tenha feito de forma bastante complicada: ele apresentou-se a Pompeu como suplicante, confiando em sua reputação de justiça e boa-fé entre os “bárbaros”. Seu pai, quando soube do ocorrido, fez algo similar: lamentando a atitude do filho, Tigranes prostrou-se perante Pompeu “no estilo bárbaro”, reconhecendo a superioridade militar do general romano. Para concretizar o pedido de perdão, com o qual Pompeu concordou, o rei da Armênia deu ao general romano seis mil talentos, distribuindo outros tantos entre tribunos e centuriões do exército inimigo (APIANO, 12. 15).

Em seguida, arranjos políticos foram realizados no Oriente, embora precisassem de validação posterior em Roma^[77]. Com parte do território subjogado (66-62), Pompeu retornou para a Península Itálica vitorioso e certo de um triunfo militar. Confiante, dispensou seus homens ao pisar em território italiano, como mandava a tradição, e rumou para a urbe. Ao chegar, no entanto, não atraiu todos os olhares que esperava, pois um homem sem qualquer experiência militar (embora um excepcional advogado) era

aclamado como “salvador da República”. Tratava-se de Cícero, delator da conjuração catilinária (cf. infra), ocorrida na ausência de Pompeu.

Catilina

Em 64, as eleições para o consulado foram bastante disputadas. Dos candidatos, um merece destaque por sua ascensão política na época de Sula: Lúcio Sérgio Catilina. Catilina advinha, como Sula e Júlio César, de família patricia há tempos “apagada” na vida pública, lutando para produzir indivíduos capazes de competir com famílias rivais mais novas e ricas. Com a guerra civil, Catilina gradualmente restaurou sua fortuna, ao se colocar do lado do ex-ditador. Ainda jovem, envolveu-se numa série de escândalos, tendo sido acusado por Salústio de possuir várias conexões criminosas, entre elas uma com uma virgem da nobreza (*cum virgini nobili*) e outra com uma virgem vestal (*cum sacerdote Vestae*). Além desses crimes, diz-se que ele assassinou o jovem filho de Aurélia, mulher “cuja beleza era elogiada por todos os bons romanos”, por ser o garoto empecilho à união que ela aparentemente sequer desejava (SALÚSTIO. *Guerra Catilinária* 15). Após juventude polêmica, Catilina candidatou-se ao consulado, ocasião em que recebeu o apoio de Crasso e de Júlio César^[78].

Outro candidato de suma importância envolvido na disputa era Marco Túlio Cícero, nascido na mesma cidade de Mário, e, como ele, um “homem novo”. Já no início de sua vida pública, Cícero mostrou-se excelente orador e advogado, dando suporte, por exemplo, à aprovação das leis que concederam a Pompeu poder militar quase absoluto. Nas eleições para o consulado, Cícero surpreendentemente venceu seus opositores, elegendo-se ao lado de Híbrida^[79].

Em 62, Catilina candidatou-se mais uma vez, com o mesmo resultado das eleições anteriores, embora sua propaganda girasse em torno da distribuição de terras aos miseráveis da urbe e do cancelamento das dívidas, ótimas plataformas políticas. Tendo fracassado uma vez mais, Catilina e seus aliados começaram a reunir um exército com o objetivo de tomar de assalto a cidade de Roma e instaurar medidas de natureza supostamente revolucionárias (PLUTARCO. *Cícero* 15).

Em reação aos planos secretos de Catilina, Cícero agiu de forma a coletar provas contra ele, o que permitiria sua condenação pública. Em

pouco tempo, Cícero foi capaz de apresentar as provas e denunciar a conjuração com agressividade e ousadia, apoiado por credores que Catilina não era capaz de pagar:

E até quando então, Catilina, abusarás da nossa paciência?^[80] Por quanto tempo ainda este teu furor zombará de nós? Até que ponto ousará esta tua desenfreada audácia? [...] Ó tempos, ó costumes!^[81] Este Senado sabe, o cônsul vê, e todavia este ainda vive. Vive? Bem mais, até vem ao Senado, participa das deliberações públicas, nota e olha entre nós aquele que destina ao massacre. [...] Acampamentos são montados na Itália contra o povo romano nas gargantas da Etrúria; cresce dia após dia o número dos inimigos; mas o chefe dos inimigos vós o vedes aqui dentro dos muros e até no Senado [...] (CÍCERO. *Primeira Catilinária* 1-2, **com omissões**).

No último mês de 62, Cícero recebeu de mensageiros gauleses uma denúncia de que Catilina pretendia atacar e incendiar Roma no mês seguinte, após ter solicitado apoio dos mesmos gauleses que o denunciavam. A partir da denúncia inesperada, Cícero obteve a confissão de cinco dos aliados de Catilina e prendeu-os. Em seguida, todos eles foram assassinados por ordem do Senado, como punição exemplar. A condenação dos cinco, no entanto, dividiu opiniões, pois os adversários políticos de Cícero viam a execução de cidadãos sem o devido julgamento como ilegal e injustificada^[82]. Sem esperanças em Roma, os planos de Catilina foram completamente destruídos quando dois exércitos romanos, enviados pelo Senado, massacraram as tropas inimigas no norte da Etrúria. Catilina estava politicamente extinto (GOLDSWORTHY, 2006, p. 127-128).

Nesse momento, chegaram notícias de que Pompeu havia sido vitorioso no Oriente, e que ele e seu exército retornavam para Roma. Em território italiano, Pompeu aguardava autorização senatorial fora dos limites da cidade, para que lhe fosse concedido o direito ao triunfo militar. Em termos práticos, se Pompeu entrasse na cidade abriria mão do *imperium*, perdendo seu direito à mais importante celebração militar para os romanos. Como todos os olhos estavam voltados para Cícero, as solicitações de Pompeu (a

concessão de terras para seus veteranos e a confirmação de seus arranjos no Oriente) foram ignoradas, ação levada adiante especialmente por um dos cônsules, de quem a irmã de Pompeu tinha se divorciado. Além disso, Catão prosseguiu com suas ações (por razões distintas) contra Pompeu, Crasso e César, unindo-os involuntariamente numa coalizão improvável que os tornou extremamente poderosos.

Júlio César e o chamado “primeiro triunvirato”

Em termos históricos, não é correto se referir à coalizão de Pompeu, Crasso e César como “triunvirato”, o que para os romanos dependia de autoridade legalmente constituída. No caso dos três, o termo mais correto seria *coitio* ou *factio* (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 199-200). Se Cícero tivesse sido convencido por César a se juntar a eles, talvez a legalidade do processo tivesse sido assegurada. Mas Cícero se recusou, deixando o caminho aberto para a coalizão que conduziria a história política de Roma no âmbito privado.

Os objetivos da aliança eram bastante claros: Pompeu queria que seus arranjos políticos no Oriente fossem reconhecidos e que seus veteranos fossem assentados; Crasso lutava para beneficiar seus amigos equestres por meio da redução das taxas pagas no comércio asiático; César, a figura mais frágil da aliança, desejava o governo de uma província e, conseqüentemente, o comando militar de algumas legiões.

A carreira política de César foi, sob muitos aspectos, atípica. Aos trinta anos de idade (em 70), tinha já adquirido experiência como orador (em Rodes, onde estudou com Apolônio), pontífice e tribuno militar (SUETÔNIO. *César* 4-5). Em 69, tornou-se questor e, em 65, edil^[83]. Dois anos mais tarde elegeu-se *pontifex maximus* (SUETÔNIO. *César* 13; PLUTARCO. *César* 6), alavancando sua carreira definitivamente, a despeito das dívidas acumuladas^[84]. Da mesma forma, o cargo implicava uma mudança física: como pontífice máximo, César deixava sua antiga casa para morar na *domus publica*, uma casa destinada ao sacerdote, situada em plena Via Sacra.

Algun tempo depois, César se viu envolvido num escândalo pessoal, “de amor ilícito e adúltero” (GOLDSWORTHY, 2006, p. 145-148). Pompeia, mulher de César na época, tinha um amante, Públio Clódio Pulcro,

e ambos decidiram que o festival de *Bona Dea*, celebrado naquela ocasião na casa de César, seria a ocasião perfeita para um encontro às escondidas. Clódio, então, travestiu-se de mulher (uma escrava que tocava harpa) e se infiltrou como uma das músicas. O problema é que uma das serviçais de Aurélia, mãe de César, insistia que a música “tímida” se juntasse às demais. Quando Clódio tentou explicar que aguardava sua amiga, a voz o traiu, fazendo com que a serviçal corresse pela casa, “direto para onde estavam as luzes e as mulheres”, e gritasse que havia um homem entre elas (o que era proibido no festival, conduzido por virgens vestais). Clódio escondeu-se imediatamente, mas não pôde fugir, pois a mãe de César apressou-se em trancar todas as portas, assegurando que o intruso fosse capturado. Assim que foi descoberto, Clódio teve seu crime propagado pelas mulheres do festival, liberadas por Aurélia com esse propósito. César, então, divorciou-se de Pompeia, alegando que sua mulher “deveria estar acima de qualquer suspeita”^[85].

Encerrada a pretura, que assumira em 62, César partiu para a Hispânia como governador (SUETÔNIO. *César* 18). Depois de fazer mais um empréstimo com Crasso (o primeiro registrado nas fontes, mas provavelmente não o primeiro a ter ocorrido, dada a proximidade política de César e Crasso desde cedo, p. ex., no suporte dado a Catilina) (GOLDSWORTHY, 2006, p. 148), César teve que lidar, ao chegar na província, com um sério problema de endividamento da população. Sua medida inicial foi garantir que os devedores pagassem aos credores 2/3 de sua produção, ficando com apenas 1/3 para o sustento de suas famílias, até que a dívida fosse quitada (PLUTARCO. *César* 11; SUETÔNIO. *César* 18). Sem dúvida, César apostava nas possibilidades de enriquecimento e de projeção política que vinham com o governo da província, situação que soube explorar tanto na Hispânia quanto em Roma, onde apresentou sua candidatura ao consulado em 60.

Catão, adversário político de César, aproveitou a ocasião para lançar seu genro, Bíbulo, como candidato ao consulado. César e Bíbulo tinham sido pretores em 62, e agora Catão queria assegurar a vitória de seu familiar sobre César, impedindo-o de se candidatar livremente com Luceio, um “homem novo” extremamente rico que César escolhera para uma campanha conjunta. No final do processo eleitoral, conduzido pela assembleia das centúrias^[86], César venceu com folga. Bíbulo ficou com o outro posto de cônsul, retirando de Luceio a vitória.

Como cônsul, César tinha a tarefa de pavimentar o caminho para as aspirações políticas de Pompeu e Crasso, assegurando a legalidade de suas medidas. Assim, ele gradualmente passou a intervir de modo mais direto, prendendo Catão depois de tantos enfrentamentos no Senado e do afastamento de Bíbulo, o que Suetônio diz ter ocorrido por vontade própria, impulsionado pela decepção com as ações de seu colega. Com efeito, César teve que apresentar sua proposta de assentamento dos veteranos de Pompeu à assembleia das centúrias por duas vezes, pois na primeira enfrentou a resistência de Bíbulo. Daí em diante, com Bíbulo apenas formalmente no consulado, César pôde prosseguir com o que os romanos chamaram em tom de brincadeira, enquanto fingiam assinar um testamento, de “o consulado de Júlio e César” (SUETÔNIO. *César* 20).

Nos meses seguintes, importantes medidas foram aprovadas com o objetivo de preservar a aliança estabelecida entre César, Pompeu e Crasso. Em síntese, além do favorecimento de Pompeu, César assegurou para si poderes proconsulares por cinco anos sobre duas províncias (Gália Cisalpina e Ilírico), aos quais foram adicionados poderes sobre uma terceira (Gália Transalpina), depois da morte do romano responsável por ela. Cabe ressaltar que seus exércitos estavam próximos de Roma o suficiente para uma marcha sobre a cidade, se assim seu general o quisesse. Seus adversários poderiam, caso tivessem força política para isso, ter convocado o Senado e anulado todas as medidas de César, muitas das quais ilegais ou manipuladas contra as expectativas de senadores. Mas com exército tão numeroso e tão próximo, ninguém ousou fazê-lo. Na verdade, um *senatus consultum* não teria efeito prático, visto que não havia ninguém para conduzir tais ordens.

Sem opositores, César manteve-se no poder e deu força ao triunvirato. De fato, fez aprovar a publicação da *Acta Diurna*, um boletim diário que continha todos os textos das leis que tinham sido até então aprovadas. No mesmo ano (59), César aprovou a *Lex Iulia de repetundis*, que regulava a administração das províncias, proibindo o suborno, o enriquecimento indevido e as ações militares fora da província sem autorização prévia. Enfim, a lei impedia que os adversários de César fizessem exatamente o que ele fez, ou seja, enriquecer no governo de uma província e se aproveitar dessa situação para alavancar a carreira política.

Antes de partir para a Gália, César assegurou que seus adversários não tivessem força para reagir em sua ausência. De todos eles, Cícero era sem

dúvida o mais perigoso, especialmente por causa do sucesso prévio na denúncia de Catilina, de quem César fora o defensor. César, portanto, tentou insistentemente se aproximar de Cícero; quando percebeu que tal aproximação seria impossível, deixou em Roma, como homem de confiança, o tribuno Públio Clódio Pulcro, o mesmo homem “que tinha dado à sua mulher tamanha desonra e profanado os antigos mistérios sagrados das mulheres, que eram celebrados em sua própria casa [a de César]” (PLUTARCO. *César* 13). Clódio, “de origem patrícia, mas passado *ad plebem* com o aval de César (na qualidade de pontífice máximo)” (CANFORA, 2002, p. 115), seria o homem responsável por barrar qualquer tentativa de Cícero contra César, pelo tempo que o último estivesse ausente.

Como tribuno da plebe, Clódio propôs a distribuição de trigo aos miseráveis e aprovou uma lei que complicava a vida dos homens envolvidos na condenação dos cidadãos romanos que não tiveram o devido julgamento depois da denúncia de Catilina. Sem ter a quem recorrer, temendo sua morte, Cícero deixou a Península Itálica. Catão, da mesma forma, foi removido por meio de uma ação supostamente generosa: a concessão do governo na distante ilha de Chipre. Em 58, nada poderia ser feito contra César, Pompeu ou Crasso, ao menos não nos anos seguintes.

A Guerra Gálica

Em seguida, César juntou-se à legião estacionada na Gália Transalpina como seu comandante. Goldsworthy (2006, p. 184) lembrou com razão que a partir desse ponto, em apenas duas ocasiões, César não se viu envolvido em batalhas: em 50, quando se ocupou com a organização do território recém-pacificado, e em 44, quando foi morto numa conspiração.

É digno de nota que nesse momento a concessão do comando militar era exatamente o que César esperava (como Pompeu antes dele, na guerra contra Mitrídates), mas igualmente importante era a divulgação de seus feitos. Afinal, tão crucial quanto derrotar os gauleses era tornar essa vitória conhecida em Roma. Por essa razão a redação dos *Comentários* não pode ser vista como algo secundário. Pompeu, por exemplo, fez Teófanos de Mitilene registrar sua campanha contra os piratas cilicianos e contra Mitrídates. Com César não seria diferente, mas a escolha de ser ele mesmo a registrar a própria campanha merece ser devidamente contextualizada.

Entre os romanos, era parte da tradição militar que generais celebrassem suas vitórias pela redação de *comentários*, “um gênero que era visto como distinto da história, e frequentemente encarado como material para o uso de historiadores posteriores” (GOLDSWORTHY, 2006, p. 186).

Escritos em terceira pessoa, eram, no caso de César, dez *Comentários*, sete tratando da Guerra Gálica (58-52) e três da Guerra Civil (49-48)^[87]. Além deles, outros quatro foram acrescentados aos originais *post mortem*, cobrindo a Gália em 51, o Egito e o Oriente entre 48 e 47, a África em 46 e a Hispânia em 45. É importante reforçar que foram todos escritos com fortes propósitos políticos, o que exige do historiador cautela no seu tratamento. Embora não se possa atribuir a César o mesmo critério na investigação feita, por exemplo, por Tucídides ou Políbio (nem César se propôs a escrever uma “história”), seria imprudência menosprezar o fato de César ter presenciado e protagonizado muitos dos eventos que narrou. Além disso, somente uma apresentação de fatos de interesse da audiência que pretendia convencer e de modo a convencê-la com realismo (ações verossímeis, mesmo que destemidas e virtuosas) faria sentido. No limite, muitos eventos protagonizados podem ter sido modificados ou dramatizados em excesso (a exemplo do fiasco da expedição na Bretanha), mas no conjunto eles não poderiam ser simplesmente inventados.

O território gaulês estava assim organizado quando da chegada de César, como descrito pelo próprio general:

A Gália está toda dividida em três partes, das quais uma é habitada pelos belgas, a outra pelos aquitânios, a terceira pelos que em sua língua se chamam celtas, na nossa gauleses. Diferem todos esses povos, uns dos outros, na língua, nos costumes e nas leis. Separa os gauleses dos aquitânios o Rio Garona; dos belgas, o Mátrona e o Séquana. De todos eles são os belgas os mais fortes, por isso mesmo não estão mais longe da cultura e da polícia da província romana, e não vão lá amiúde mercadores, nem lhes levam coisas que tendem a efeminar os espíritos; e são vizinhos dos germanos, que habitam além do Reno, com quem andam continuamente em guerra.

Por esta mesma razão excedem também os helvécios em valor aos outros gauleses; pois contendem com os germanos em batalhas quase cotidianas, quando ou os repelem de suas fronteiras, ou nas próprias fronteiras desses fazem a guerra. A parte ocupada pelos gauleses tem princípio no Rio Ródano; limite, no Garona, no Oceano, e nas fronteiras dos belgas; toca também no Reno pelo lado dos séquanos e dos helvécios; em direção ao norte. Os belgas começam nas extremas fronteiras da Gália; estendem-se até a parte inferior do Reno; e olham para o norte e o sol nascente. A Aquitânia estende-se do Rio Garona aos Montes Pirineus e à parte do Oceano que toca a Hispânia, e olha por entre o ocaso do sol e o norte (CÉSAR. BG 1).

A primeira fase da Guerra Gálica pode ser organizada em quatro momentos: 1) a vitória sobre os helvécios, celtas em migração depois da destruição de seus territórios por Ariovisto, rei dos germanos; 2) a vitória dos romanos sobre os germanos de Ariovisto; 3) a guerra contra os belgas; 4) a submissão dos povos da porção oeste da Gália, que foi obtida por Públio Crasso, filho do “triúnviro” Crasso.

De modo geral, as tropas gaulesas eram bem diferentes das legiões romanas. A natureza de sua organização não lhes concedia a capacidade logística necessária para campanhas longas ou mesmo para realizar manobras mais sofisticadas. Individualmente, o guerreiro gaulês era excepcionalmente forte, mas como unidade tática uma horda de gaulesas jamais poderia se comportar de forma tão disciplinada quanto uma legião romana. No caso dos legionários, havia uma espécie de “treinamento padrão”, como registrado tardiamente e inúmeras vezes por Vegécio (1. 26-27, p. ex.), de modo a garantir o sacrifício do indivíduo, de sua capacidade individual ou heroica em prol do grupo e de uma destreza coletiva (vista, p. ex., na formação chamada de *testudo*, ou tartaruga).

Os exércitos gauleses, no entanto, não eram necessariamente mais fracos (César esteve tão perto da derrota quanto esteve da vitória na Gália,

ainda que o resultado lhe tenha sido favorável). A questão aqui levantada tem a ver com a dificuldade encontrada por eles em campanhas de longa duração, visto que não possuíam a mesma capacidade logística das legiões romanas, para manobrar contra exércitos maiores, marchar de modo mais eficiente, acampar e desmontar acampamento com a mesma velocidade etc. Com efeito, lideradas por César por cerca de nove anos, as legiões mostraram-se capazes de derrotar a resistência militar gaulesa e de tornar a Gália a principal plataforma para a projeção política de César depois de formado o “triunvirato”.

César era conhecido por conduzir aquilo que historiadores militares chamam de *Blitzkrieg*, ou “guerra-relâmpago”, estratégia comum entre generais romanos. Mas a guerra travada por César na Gália era excepcionalmente diferente, pois não havia um rei como foco da resistência, cuja derrota significaria ao mesmo tempo a submissão das regiões adjacentes. César, ao contrário, teve que lidar com poderes variados e imprevisíveis numa província turbulenta ao menos desde a sua chegada, razão pela qual Christian Meier (1982, p. 304), numa visão romântica da personagem, concluiu que “a forma da conquista da Gália por César – com superioridade, coragem, rapidez, energia e perseverança – fez dele um dos maiores comandantes de todos os tempos”.

Outra qualidade de César como general era a capacidade de liderar seus homens de modo bastante eficaz. É bem verdade que suas legiões tornaram-se experientes depois da Gália (durante a Guerra Civil, mais precisamente), mas no início eram apenas legionários bem treinados e no início de suas carreiras. A capacidade do líder em inspirá-los mostrava-se, portanto, fundamental, porque impactava diretamente no moral das tropas. César conhecia muitos de seus homens, pois deles havia se tornado próximo o suficiente para ser identificado como um dentre eles e ao mesmo tempo distante o suficiente para não se esquecerem de que era seu superior.

Finalmente, havia o “trabalho diplomático” de César – o conjunto de alianças com gauleses mais inclinados à amizade política com os romanos, no intuito de garantir o mínimo de dominação política em território tão hostil. Nenhum tipo de dominação pode ser mantido unicamente pela força das armas, posto que depende de aparatos simbólicos que legitimem a hipotética superioridade militar. As decisões que César foi obrigado a tomar na Gália, onde era autoridade romana suprema, forjaram um tipo de

comportamento político com relação aos seus oponentes que passava por um dinamismo (liberdade de ação individual) incompatível com a estrutura política romana, mesmo no “triunvirato”.

Enfim, com a saída de César para a Gália, produziu-se o lento afastamento dos “triúnviros”. No caso de Pompeu, parece correto deduzir que ele perseguiu o apoio do Senado a qualquer preço, especialmente quando se consideram suas ações iniciais (quando do retorno do Oriente e da desmobilização voluntária do exército) e, posteriormente, o distanciamento proposital com relação a César. O afastamento dos três aliados (em parte intencional, em parte devido à natureza “ilegal” do acordo) fez com que César insistisse num novo pacto, que reforçasse os laços de amizade entre eles.

Assim, César conseguiu se encontrar com Crasso em Ravena, em 56. Em seguida, viajou para Luca, ainda no mesmo ano. César pretendia não apenas reforçar o acordo com Pompeu, mas também reconciliá-lo com Crasso. Afinal, somente uma renovação do “triunvirato” traria os benefícios mútuos que os três não podiam dispensar. Noutras palavras, César teria seu comando militar estendido e as novas tropas (já alistadas) legalizadas; Pompeu e Crasso receberiam, respectivamente, o comando de numeroso exército nos Bálcãs e o governo da Síria, de onde a guerra contra os partos poderia ser conduzida. A peculiaridade do segundo acordo reside no fato de César ter “ditado as regras” e de os laços com o Senado terem sido rompidos, ao menos até a resolução do conflito que estava para ser instaurado.

De volta à Gália, depois de ter derrotado duas tribos germânicas que o atacaram de surpresa, César finalmente cruzou o Reno. Seus argumentos eram os costumeiros: que uma guerra no território dos próprios germanos, além de justificada pelo pedido de socorro dos úbios, aliados recentes dos romanos, mostrar-lhes-ia o poder de Roma e os inibi-los-ia no caso de tentarem a invasão da província romana da Gália (MEIER, 1982, p. 279).

Em seguida, César planejou uma expedição militar na Bretanha, alegando uma vez mais a defesa do território gaulês, visto que muitos povos gauleses hostis a Roma tinham se associado aos bretões. O problema da expedição de César é que ela se mostrou um verdadeiro fiasco, pois não só os romanos tiveram sérios problemas no desembarque, como não puderam avançar no território. Segundo o próprio César, com muita dificuldade foram

derrotados os bretões, que depois disso procuraram a paz (CÉSAR. *BG* 4. 20-36). A conquista da Bretanha foi tentada por mais um ano, e mais uma vez abandonada, segundo César (*BG* 5. 8-11), depois que “os bretões, aterrorizados com nossa vinda, o haviam [a César] levantado por caudilho supremo”.

Em 53, depois de curta campanha contra os partos, Crasso enfrentou-os na Batalha de Carras, onde foi massacrado junto com suas sete legiões. Diz-se que sua cabeça foi exposta na corte dos partos por um ator trágico, Jasão, durante a apresentação das Bacantes, de Eurípides (PLUTARCO. *Crasso* 33). Com Crasso morto, o equilíbrio político tornou-se ainda mais complicado.

Tão grave quanto a derrota de Crasso foi talvez a morte de Júlia, filha de César e esposa de Pompeu, o único laço que os mantinha unidos. Agora, a ascensão meteórica de César ameaçava a glória de Pompeu, e nada mais poderia ser feito no âmbito da aliança informal. A confirmação de um novo arranjo político, dessa vez opondo César a Pompeu, deu-se com o casamento deste com a viúva de Crasso, de família *optimas*. Momentos antes, Pompeu havia declinado a proposta de César, que se oferecia para esposar sua filha.

Nos cinco anos seguintes, dois eventos tornaram-se bastante importantes no desfecho da “política da desconfiança” do último século da República: 1) a atuação de César contra a resistência militar liderada por Vercingetórix, na Gália, iniciada em 52; 2) a aproximação de Pompeu com o Senado, o que resultou, consideradas as tensões políticas desdobradas desta aproximação, na travessia do Rubicão por César e na consequente deflagração de uma guerra civil.

O primeiro evento supracitado não foi um produto isolado da resistência militar gaulesa, mas parte de uma revolta organizada em 54, antes mesmo da derrota de Crasso para os partos. Com efeito, Vercingetórix realizou algo inédito na resistência contra os romanos na Gália – a reunião de vários povos e líderes locais sob sua autoridade, com o único objetivo de destruir os invasores. Depois de confirmar sua liderança, o general gaulês invadiu a província romana da Gália Transalpina. Nesse momento, um dos principais problemas para César em termos legais era que seu comando duraria apenas mais dois anos, tempo curto demais para “pacificar” a região.

Com Vercingetórix no comando de uma resistência mais ampla, a dificuldade logística do lado romano era algo bastante sério, visto que até

mesmo os héduos (aliados gauleses dos romanos) se recusavam a lhes prestar auxílio. Como Aníbal Barca na Segunda Guerra Púnica, a cavalaria de Vercingetórix excedia em muito a de César, o que tornava seu exército sensivelmente mais móvel e perigoso em campo de batalha^[88]. A grande alteração na fortuna de César na Gália se deu com o apoio logístico de tribos germânicas que César havia subjugado. De fato, nas batalhas narradas por César contra Vercingetórix é a cavalaria dos germanos que se opunha à gaulesa, impedindo que o exército romano fosse envolvido e massacrado (CÉSAR. *BG* 7. 67, p. ex.).

A revolta foi encerrada com muito custo em Alésia, e o líder gaulês derrotado apresentou-se a César com seu cavalo e armadura. Em seguida, num gesto de submissão, Vercingetórix depôs suas armas e sentou-se aos pés de César, “sem dizer uma palavra sequer” (PLUTARCO. *César* 26), até que ficasse decidido que ele seria reservado para um triunfo militar em Roma^[89]. A guerra na Gália não havia se encerrado por completo, mas a supressão da revolta assegurou ao menos o controle mais efetivo da porção central da Gália.

A guerra civil

Nesse momento, Pompeu conseguiu a aprovação de duas leis que claramente prejudicavam César. A primeira delas proibia a apresentação de candidaturas *in absentia*, o que César vinha fazendo devido à sua situação peculiar; a segunda proibia que um cônsul assumisse o governo de uma província antes de cumprir um período de cinco anos de interstício. Enquanto isso, magistrados dos anos anteriores deveriam ser enviados para as províncias, de modo que o comando militar não repousasse nas mãos de apenas um homem por muito tempo. No caso de César, a partir de março de 50 ele não mais comandaria as legiões, pois seu *imperium* havia expirado.

Formula-se, assim, a questão da conformidade de Pompeu com a velha ordem política, em contraposição à postura de César, abertamente contrária ao “conformismo” que permitia a inserção de homens poderosos como Pompeu na estrutura da aristocracia tradicional (MEIER, 1982, p. 332). No limite, a aristocracia romana (representada na ocasião por figuras como a de Catão) teria que confiar em Pompeu, mesmo que desde o início das tensões políticas o achasse perigoso. Entretanto, não era certo que Pompeu se oporia a César numa guerra civil, embora dele tivesse se afastado por várias razões.

César tinha, nesse momento, três objetivos muito bem-definidos: 1) assegurar que os magistrados do ano de 50 estivessem do seu lado, especialmente os cônsules e os tribunos; 2) conquistar a maioria no Senado; 3) consolidar seu poder na Gália, mesmo que seu *imperium* tivesse legalmente expirado, preparando-se para uma possível guerra civil.

Com a morte de Crasso dois anos antes, Pompeu aproveitou o problema oriental para manobrar contra César. Noutras palavras, a guerra contra os partos era inevitável, e para ela Pompeu achou uma solução engenhosa: retirar uma legião de César (no comando de exército bastante numeroso) e uma outra que havia emprestado a César, direcionando-as para o Oriente. César, assim, perderia duas legiões numa jogada só, ainda que em teoria apenas uma pudesse ser contada (a outra era de Pompeu, afinal). Tal manobra, não fosse pelo contexto em que foi realizada e pelas razões que a motivaram, seria um procedimento correto de devolução de legiões para o Estado, seu verdadeiro dono, considerando-se a defesa da República. Mas os vínculos dos legionários com seu general eram tão fortes que a sua retomada pelo Estado dificilmente acontecia.

César, como era de se esperar, recusou-se a abrir mão de duas legiões, da mesma forma que as legiões de seu comandante, em quem confiavam o futuro de suas vidas (especialmente por causa das recompensas prometidas pelo general e do alistamento crescente sem respeito às normas tradicionais, o que tornava o general sua única fonte de legitimidade). Então, um dos cônsules, Marcelo, declarou que se o Senado não levasse a cabo o acertado, ele próprio o faria. Marcelo, em seguida, procurou Pompeu e concedeu-lhe o comando de duas legiões, além do direito de recrutar quantas mais fossem necessárias para lidar com César. Pompeu mais do que nunca se via do lado oposto de César, tendo sido gradualmente forçado a abandonar suas manobras cautelosas. Até o momento, não se mostrara muito agressivo em seu posicionamento contra César, mantendo-se no campo da oposição política; da aproximação de Marcelo em diante, tudo se tornou radicalmente diferente.

Logo o Senado emitiu um SCU contra César e seus aliados, medida que foi acompanhada pelo recrutamento de tropas por Pompeu. Alguns dias depois, entre 10 e 11 de janeiro de 49, pressionado pela situação, César decidiu atravessar o Rio Rubicão, que separava a Gália Cisalpina do resto da Península Itálica, antes mesmo de se encontrar com seus tribunos em fuga de

Roma (CANFORA, 2002, p. 177). Asínio Pólio, seu amigo, registrou a cena em suas histórias, preservadas por Plutarco (*César* 32):

[César] tinha em mente todos os males que a passagem do rio lançaria sobre a humanidade e todos os possíveis julgamentos que a posteridade faria a respeito do incidente. Finalmente, cedendo a um impulso, como se renunciasse à reflexão para atirar-se no futuro, pronunciou estas palavras que são o prelúdio costumeiro das empresas difíceis e arriscadas: “Que o dado seja lançado!”, e avançou para cruzar o rio. [...] Antes do nascer do dia chegou a Arimino, que ocupou^[90].

Com apenas uma legião, a cidade de Rimini foi capturada, por ser a primeira que poderia ser tomada de assalto na Península Itálica, de modo a surpreender os inimigos de César e a desorganizar sua resistência até a chegada do restante do exército, vindo da Gália a passo naturalmente mais curto. A própria cidade de Roma sofreu com sua estratégia, pois teve que lidar com o “afluxo torrencial das massas que, afluindo das vizinhanças, buscavam refúgio por trás de suas muralhas” (PLUTARCO. *César* 33).

Das perguntas que podem ser feitas a respeito da situação de César no Rubicão, duas merecem destaque: 1) teria a guerra civil sido deflagrada unicamente porque César se recusou a abandonar o comando das tropas?; 2) se houve um SCU contra César, estaria ele sozinho contra Roma?

Ao discursar para as tropas^[91], César as convidou a defenderem a honra e a reputação de seu general, que as tinha liderado por nove anos de guerra pelo “bem comum” e vencido com elas tantas batalhas. Assim começou a guerra civil, que durou cinco anos, com pequenas interrupções. Tratava-se, do lado de César, de uma guerra por sua *dignitas*, ou honra; para seus inimigos, no entanto, César havia se rebelado contra Roma, tornando-se algoz da própria sociedade romana.

Parte da historiografia moderna sustentou que a luta de César tinha uma causa genuína: a luta para salvar a República, corrompida por senadores mais preocupados com o enriquecimento próprio do que com o funcionamento adequado das instituições tradicionais. É claro que a

corrupção abundava nos finais da República, mas inseri-la nessa equação como fator determinante é algo radicalmente diferente.

O problema é que César nada disse sobre salvar a República. Com efeito, ele não se posicionou contra Roma e seu “Estado corrompido”, mas simplesmente contra seus inimigos pessoais. Tratava-se, no limite, de um conflito entre César e Pompeu.

Para Meier (1982, p. 10-14), César e seus adversários representavam duas realidades distintas: uma realidade “velha”, “que era antes um todo e que de repente tornou-se uma parte”, ou seja, a realidade dos séculos III e II, quando a *auctoritas* do Senado havia atingido seu pico; e uma realidade “nova”, destacada da “velha” e que não poderia jamais ser realinhada com ela.

César seria ao mesmo tempo parte da República e algo completamente diferente dela. Nascido das instituições mais tradicionais, seu poder contraditoriamente as extrapolava como nunca antes visto na história de Roma. Em suma, as instituições que funcionaram muito bem na fase da “cidade-Estado” (esp. sécs. V-IV) agora precisavam ser ajustadas a uma nova realidade, e esse ajuste passava obrigatoriamente pela centralização do poder sob César.

Após a travessia do Rubicão e a tomada da cidade de Rimini, Pompeu viu-se forçado a buscar refúgio na Grécia. É importante lembrar que ele ainda controlava o mar e tinha legiões experientes de clientes na Hispânia, além de vasto poder no Oriente, onde fez diversos arranjos políticos ainda vigentes. Pompeu tinha uma posição mais confortável que a de César, considerando-se a possibilidade de ataque em duas frentes (Ocidente e Oriente), mas havia perdido a Península Itálica, o centro do poder político romano e de onde emanava, por meio das decisões senatoriais, toda a legitimidade que um general na condição de César e de Pompeu poderia obter.

Assim que entrou em Roma, César deu início aos seus planos de reorganização da cidade, de modo a se encaixar na estrutura política tradicional. Imbuído desse espírito, convocou os senadores e exigiu auxílio, para evitar derramamento de sangue e garantir que nenhum tipo de resistência ao seu poder fosse organizado. Afinal, César estava numa guerra civil contra Pompeu, e evitar uma frente de batalha em Roma (organizada pelo Senado) era algo inteligente a se fazer. Sua opção, como nos lembra

Canfora (2002, p. 187), “foi exatamente antípoda à de Sila [ou Sula]: sem proscições, mas anistia”. Depois de outros pequenos arranjos fundamentais, tais como a concessão da cidadania a povos no norte do Pó, a nomeação de magistrados em Roma que dessem suporte à sua empreitada e o bloqueio do único caminho que Pompeu poderia percorrer numa invasão da Península Itálica, vindo do Oriente, César partiu para a Hispânia. Afinal, era muito importante eliminar todo o suporte que Pompeu pudesse obter naquela província, justamente para impedir uma estratégia de esmagamento de suas forças na Península Itálica.

Enquanto isso, Lépido garantiu que César fosse ditador por onze dias, concessão que ele aproveitou para conduzir as eleições de 48, que o fizeram cônsul. Durante o consulado, reabilitou aqueles que Pompeu exilara, reforçando, assim, seu poder em Roma. Em seguida, partiu para o norte da Grécia, onde enfrentou Pompeu por duas vezes, vencendo-o decisivamente na Tessália. Derrotado na Hispânia e na Grécia (embora na primeira não estivesse com suas legiões), Pompeu buscou refúgio no Egito, para onde tinha enviado, em 49, seu filho com o objetivo de arbitrar uma querela dinástica.

No Egito, dois irmãos disputavam o trono: Ptolomeu XIII e Cleópatra. O primeiro decidiu assassinar Pompeu, na esperança de que César o apoiasse contra Cleópatra. Três dias depois da morte de Pompeu, César foi recebido por Ptolomeu, que lhe ofereceu a cabeça de seu inimigo, morto de modo bastante indigno:

Como a distância até a costa fosse grande e ninguém lhe dissesse uma palavra gentil, reparou em Septímio e perguntou: “Acho que te reconheço. Não és um de meus antigos companheiros em armas?” Septímio fez apenas um aceno de cabeça, sem lhe testemunhar nenhuma simpatia. Reinou novamente profundo silêncio, durante o qual Pompeu, que tinha em mãos um rolo onde escrevera em grego um discurso preparado para Ptolomeu, pôs-se a reler o texto. [...] No momento em que Pompeu tomava a mão de Filipo para se levantar com mais facilidade, Septímio, por trás,

atravessou-lhe o corpo com a espada; em seguida, Sálvio e Aquilas desembainharam as suas. A vítima, erguendo com ambas as mãos a toga à altura do rosto, sem nada dizer ou fazer que fosse indigno de seu caráter, apenas gemeu e suportou firmemente os golpes. [...] Os assassinos cortaram a cabeça de Pompeu e atiraram da barca seu corpo nu, que abandonaram aos que apreciam esse gênero de espetáculo (PLUTARCO. *Pompeu* 79-80).

Em vez de apoiar Ptolomeu, César apoiou Cleópatra. Deve-se considerar, em primeiro lugar, que, embora inimigos na guerra civil, César e Pompeu tinham uma história de amizade política, e que a entrega de sua cabeça por um egípcio era uma afronta aos romanos, não um gesto amistoso. Em segundo lugar, César envolveu-se com Cleópatra, o que pode muito bem ter acontecido logo depois do assassinio de Pompeu.

Depois de vencer os egípcios de Ptolomeu, César foi capaz de fortalecer a posição de Cleópatra no Egito, ao lado de outro irmão, o Infante Ptolomeu XIV. Em 47, César deixou o Egito e partiu para a Síria e de lá para a Cilícia e a Capadócia, tendo derrotado em Zela (no Ponto) Farnaces II, filho de Mitrídates.

A ditadura e os Idos de Março

De volta à Península Itálica, em 47, nomeado ditador pela segunda vez, César ocupou-se com as mais diversas tarefas, como a restauração da ordem e da disciplina de suas legiões e a reunião de recursos para encerrar a resistência dos aliados de Pompeu na África. Em Roma, César celebrou seus quatro triunfos militares^[92], tendo sido também nomeado ditador por dez anos, além de responsável pela moral e pelos bons costumes, com poderes de um censor. Em 45, César viu-se obrigado a ir para a Hispânia, onde enfrentou Cneu e Sexto, os dois filhos de Pompeu, além de Labieno, um refugiado da África que liderava uma revolta contra ele. Tão logo eliminou Labieno (o que lhe rendeu, definitivamente, o título de *imperator*), César retornou para Roma e celebrou mais um triunfo, desta vez pela vitória obtida

contra legiões romanas, o que não havia feito nem mesmo quando venceu Pompeu.

Sem graves problemas externos, César deu início, em Roma, a uma série de reformas, amparado por seus poderes como ditador, cônsul (por cinco vezes no total, sendo três consecutivas, de 46 a 44), pontífice máximo e censor. Em primeiro lugar, César quis enfraquecer o poder do Senado (baseado unicamente no recrutamento de indivíduos das elites romanas), aumentando seu número de seiscientos para novecentos, incluindo mais *equites*, membros das elites italianas e de algumas províncias. Em segundo lugar, dada a complexidade dos assuntos provinciais, César dobrou o número de questores, de vinte para quarenta, e o número de pretores, de oito para dezesseis. Outras reformas incluem o assentamento de seus veteranos, a criação de colônias e um programa de edificação em Roma, com a construção de um edifício destinado ao tratamento de questões legais – a Basílica Júlia. Além da basílica, foi edificado um fórum, chamado de *Forum Iulium*, com um templo de Vênus no centro.

César modificou também o calendário romano, inspirado em Sosígenes, um astrônomo de Alexandria. Baseado no ciclo lunar, o calendário romano necessitava de ajustes constantes, dependendo da inclusão de meses adicionais ou intercalados para garantir que o ano oficial estivesse conectado com as estações do ano natural. Com a reforma, os meses passaram a ter tamanhos variados, integrando um total de trezentos e sessenta e cinco dias. O Calendário Juliano, como ficou conhecido, tinha caráter prático, removia confusões e a possibilidade de abuso político (GOLDSWORTHY, 2006, p. 479)^[93].

Em 44, César foi nomeado ditador perpétuo (*dictator in perpetuum*) (TITO LÍVIO. *Periochae* 116), ao mesmo tempo um “compromisso” e uma ofensa aos costumes ancestrais^[94]. Cerca de sessenta senadores, no entanto, insatisfeitos com as ações e os poderes de César (SUETÔNIO. *César* 76-77), decidiram assassiná-lo sob a liderança de Caio Cássio Longino e Marco Júnio Bruto, durante uma reunião do Senado nos Idos de Março (44). Assim que a reunião teve início, numa sala anexa ao teatro de Pompeu, César foi cercado e assassinado pelos conspiradores:

Quando se sentou, os conspiradores rodearam-no, aparentemente para lhe mostrarem solicitude, quando Címber Túlio, a quem fora dado o

comando, dele se aproximou como se fosse pedir alguma coisa. César recusou e, com um gesto, deu a entender que lhe falasse noutra hora. Ele, então, o segurou pela toga, impetuosamente, e César gritou: “Mas isto é uma violência!” Então, um dos Cássios feriu-o pelas costas, um pouco abaixo do pescoço. César, por sua vez, tomando-o do braço, atravessou-o com um buril. Quis, ainda, arremeter: outro ferimento, porém, o deteve. Mas ao ver levantados sobre ele punhais de todas as direções, enrolou a cabeça na toga. Ao mesmo tempo, com a mão esquerda abaixou-lhe as dobras até as pernas, a fim de que pudesse tombar mais decentemente, com a parte de baixo de seu corpo coberta. Deram-lhe vinte e três punhaladas. Ao primeiro golpe, soltou apenas um gemido, sem dizer nada, embora alguns relatem que ele tenha exclamado, arremessando-se contra Marco Bruto: “Até tu, meu filho?”^[95] Ao vê-lo sem vida, todos fugiram (SUETÔNIO. *César* 82).

Com a morte de César, a tensão política estava longe de ser aliviada. Agora, a vacância do poder que ele havia centralizado por anos a fio e o mau funcionamento das instituições republicanas desencadearam uma disputa entre os sucessores de César. Tratava-se, na verdade, da disputa entre os conspiradores e os aliados do ditador morto, envolvidos na luta pelo controle das magistraturas que movimentavam a máquina do Estado e dos recursos que a punham de pé. A República não havia se extinguido, mas sua forma tradicional nunca mais pôde ser recobrada, passando o equilíbrio político a depender de ajustes que somente uma nova guerra civil e a ascensão de Otaviano como Augusto puderam assegurar.

[73]. Antes dela, houve uma rápida Segunda Guerra Mitridática, liderada por Lúcio Murena, deixado no Oriente com ordens de Sula. Apiano (12. 9-10) nos relata que Murena foi derrotado por Mitrídates e que, em seguida, Sula morreu. Foi esse também o momento do estreitamento dos laços entre Ponto e

Armênia, agora governada pelo genro de Mitrídates, Tigranes, e da consequente retomada da Capadócia.

[74]. Pompeu foi cogitado especialmente depois de seu sucesso contra Lépido, na Península Itálica (78), e contra Sertório, na Hispânia (82-73). Sertório formou, na Hispânia, um poder paralelo ao de Roma, concedendo ilegalmente a cidadania a muitos povos da província.

[75]. Antes de realizar o feito do consulado com tão pouca idade, Pompeu havia assegurado sua ascensão política por meio da aproximação voluntária com Sula. Com efeito, pode-se dizer que a carreira inicial de Pompeu derivou, em primeiro lugar, da riqueza e da influência de sua família, e, em segundo lugar, do vínculo com Sula, que o recebeu com as legiões de clientes como se ele detivesse *imperium*. Curioso notar que, graças à legitimidade extraída do contato com o ditador, Pompeu pôde até celebrar um triunfo militar, o que era impossível para alguém que não possuía *imperium*, ao menos não do jeito tradicional. Sua ambição política era tanta, lembrou-nos Plutarco (*Pompeu* 9), que em 82 optou pela “tirania do casamento”, divorciando-se de sua esposa e ao mesmo tempo forçando o divórcio da afilhada de Sula, que pretendia esposar, embora estivesse grávida do marido humilhado. Crasso, por sua vez, tinha apenas uma forma de fazer frente a Pompeu: eleito cônsul, decidiu dedicar 1/10 de sua fortuna a Hércules, por meio de um banquete com dez mil mesas cheias de comida, além da distribuição de grãos para todos os cidadãos (aproximadamente novecentos mil). Cf. Plutarco (*Crasso* 2; 12); Ward (1977, p. 101-102). Vale lembrar que Hércules estava associado à vitória militar e ao triunfo, e que o último homem a comemorar seus sucessos militares dessa maneira foi Sula.

[76]. Cf. Cícero (*Pro Lege Manilia*) e Apiano (12. 15). Cabe ressaltar que um pouco antes, em 67, quando Pompeu recebeu poder militar para lidar com o problema dos piratas, sua situação era também legal, tendo sido oficializada pela *Lex Gabinia*, que lhe assegurava poder absoluto sobre todo o mar e toda a terra até uma distância de setenta e cinco quilômetros da costa (APIANO, 12. 14).

[77]. A lista completa dos arranjos políticos e das cidades fundadas por Pompeu no Oriente pode ser encontrada em Apiano (12. 17). Cf. Sherwin-White (2008, p. 265-271).

[78]. Cf. Canfora (1993, p. 121-126).

[79]. No começo de seu consulado, um tribuno da plebe propôs a aquisição de terras na Península Itálica (basicamente, o que restava do *ager publicus*) para o assentamento da população miserável de Roma, concentrada na urbe de modo muito incômodo. Para isso, foi criada uma comissão de dez senadores, com fundos para tratar do assunto. Cícero conseguiu reverter a situação, fazendo com que o tribuno retirasse a proposta.

[80]. A famosa sentença: *Quo usque tandem abutere, Catilina, patientia nostra?*

[81]. A famosa exclamação: *O tempora, o mores!*

[82]. Um dos homens que se opuseram à execução sumária foi Júlio César, desde cedo próximo de Catilina. Da mesma forma, ganhou posição de destaque Marco Pórcio Catão, neto de Catão, o Velho, que pretendia ascender politicamente como seu avô. Catão apresentava-se como a personificação de valores tradicionais romanos, mas com um traço que o diferenciava do anterior: sua adesão à filosofia estoica, doutrina que enfatizava a busca da virtude acima de todas as coisas (PLUTARCO. *Catão* 19).

[83]. Talvez nesse momento (ou antes de assumir qualquer magistratura, como sugere PLUTARCO.*César* 5), César tenha totalizado uma dívida de mil e trezentos talentos ou trinta e um milhões de sestércios. Para se ter uma ideia, a propriedade mínima exigida para a classificação censitária de um membro da ordem equestre eram quatrocentos mil sestércios, o que significa dizer que a dívida de César poderia assegurar, hipoteticamente, a classificação de setenta e sete *equites*.

[84]. Alguns historiadores enxergam a seriedade religiosa de César apenas do ponto de vista político, como se ele estivesse disposto a “interpretar de modo a convencer como religioso”, embora sua concepção da religião fosse “laica e instrumental ao mesmo tempo” (CANFORA, 2002, p. 53). Para Canfora, “tornar-se pontífice máximo dessa monumental e enganadora máquina religiosa, cultural, política deve tê-lo divertido. Mas a conquista do poder político era para ele um objetivo premente e compulsivo demais para que tivesse sentido a seus olhos procurar alguma coerência entre a convicção íntima no campo religioso e o comportamento político” (p. 53).

[85]. O caso acima apresentado foi registrado em detalhes por Plutarco (*César* 8). O fato de César não ter perseguido Clódio ilustra sua preocupação com sua imagem pública, visto que o amante de Pompeia desfrutava de grande prestígio entre o povo comum, como informado pelo próprio Plutarco.

[86]. Uma boa síntese de como funcionava o processo eleitoral pode ser encontrada em Goldsworthy (2006, p. 162).

[87]. Daqui em diante, abreviados como *BG* e *BC*, respectivamente.

[88]. Por causa das manobras de envolvimento, que somente poderiam ser evitadas em situações de desvantagem numérica por meio de estreitos ou outras condições geográficas adequadas.

[89]. A submissão de Vercingetórix foi também registrada por César (*BG* 7. 89), embora de modo mais singelo: “rende-se-lhe Vercingetórix, são depostas as armas”.

[90]. De acordo com Suetônio, César teria dito, ao se decidir pela guerra, “*alea iacta est*” (a sorte está lançada). O problema é que a forma latina da expressão grega de Menandro (*aneriptho kubos*) foi muito provavelmente traduzida erroneamente por Suetônio. Plutarco (*César* 32; *Pompeu* 60) parece ter preservado a forma correta (um imperativo aoristo), que seria mais corretamente traduzida como “que o dado seja lançado”.

[91]. Cf., p. ex., César (*BC* 1. 7): “Os soldados da XIII legião, que estava presente (César tinha ordenado sua vinda tão logo a situação se tornara tensa, as outras não se tinham ainda apresentado), respondem com clamor uníssono: estavam prontos a vingar as ofensas feitas ao seu general e aos tribunos da plebe”. Cf. Canfora (2002, p. 181).

[92]. Pelas vitórias obtidas sobre os gauleses, egípcios, Farnaces e Juba, rei da Numídia que tinha apoiado os aliados de Pompeu na África.

[93]. Em 1582, o calendário Juliano foi substituído pelo Gregoriano, promulgado pelo Papa Gregório XIII.

[94]. Sobre a ditadura, cf. Canfora (2002, p. 325-334).

[95]. Exclamação, segundo Suetônio, feita em grego: *kai su téknon?*

6

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICAS

Economia imperial, política republicana?

Por muito tempo a riqueza fundiária marcou a economia de Roma. Os vínculos com a terra eram ancestrais e todo o sistema tradicional de recrutamento estava baseado na posse da terra. Com a expansão territorial romana, especialmente a partir dos séculos III e II, novos elementos passaram a ameaçar o equilíbrio dessa organização tradicional, um traço que as fontes não se cansaram de retratar. Mas é preciso ter cautela ao se pintar um quadro de desaparecimento completo da pequena propriedade, como se ela tivesse sumido da noite para o dia na Península Itálica, razão de um deslocamento sem precedentes de cidadãos miseráveis para Roma e tantas outras cidades italianas. É claro que a sobrevivência cada vez mais difícil dos pequenos proprietários e a concentração de miseráveis nas cidades constituíam um problema comum no século I, mas nem as pequenas propriedades desapareceram de uma vez e por completo, nem as cidades foram invadidas por uma massa interminável e turbulenta de cidadãos sem terras desde o século III. A situação era mais complexa, um misto de tradição e inovação, como reforçado em detalhes por Nagle (2010, p. 151):

Nas terras confiscadas do sul da Itália, grandes extensões foram dedicadas à pastagem, mas em volta das velhas colônias estabelecidas o cultivo tradicional continuou como antes. Na Itália Central, nas regiões montanhosas, a agricultura de subsistência e a transumância persistiram. Em áreas onde o cultivo de transporte (i.e., propriedades que forneciam alimentos perecíveis aos mercados locais) era possível, a agricultura de

subsistência desapareceu, tendo sido substituída pela produção comercial de plantas. No longínquo norte, no Vale do Pó, a agricultura de subsistência e a produção comercial de plantas coexistiram em áreas próximas aos centros urbanos, que estavam evoluindo dos velhos estabelecimentos coloniais da região. De um jeito ou de outro, a economia tradicional da Itália estava de cabeça para baixo.

Essas mudanças ocorreram principalmente após a tomada da Sicília, da Sardenha e do norte da África, regiões que tiveram a importação de grãos facilitada devido à sua localização. Como resultado da Primeira Guerra Púnica, Roma passou a ter acesso regular a cerca de um milhão de alqueires de trigo por ano, sob a forma de tributo, considerando-se somente a Sicília. O preço do trigo siciliano, portanto, não podia ser equiparado pelo pequeno proprietário na porção sul da Península Itálica.

Outro resultado das guerras com os demais poderes mediterrânicos foi a concentração de terras nas mãos dos aristocratas que lideraram os conflitos. A despeito de investimentos em outros setores da economia (comércio e exploração de minas, p. ex.), leis que limitavam a atuação de senadores no comércio marítimo e o fato de tradicionalmente a terra ser um negócio mais honrado e socialmente aceito, fizeram com que essa aristocracia investisse em grandes propriedades rurais, ou *latifundia*. Muitos deles especializaram-se na criação de gado, ovelhas e porcos; outros, especialmente no Lácio e na Campânia, em azeite e vinho. Havia, ainda, aqueles que não serviam a propósitos comerciais, com extensas áreas de caça, criação de peixes exóticos e aviários (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 132).

Levando-se em consideração os novos elementos supracitados, cabe destacar ainda que, embora os anseios da soldadesca do último século da República Romana girassem em torno do assentamento na Península Itálica ou fora dela, os saques realizados pelos exércitos romanos em territórios gregos, africanos e hispânicos tiveram impacto significativo tanto na percepção das tropas sobre as possibilidades de sua remuneração (a partilha nos espólios, p. ex.) quanto na própria aristocracia romana. Nunca antes na história de Roma tantos recursos afluíram para a cidade, provenientes especialmente de indenizações pagas pelos Estados com os quais a República estivera em guerra (Cartago, Macedônia e Síria, cf. caps. 2 e 3) e

dos impostos estabelecidos na Sicília e na Ásia Menor. Além disso, destaca-se igualmente a grande circulação de produtos das minas hispânicas (que permitiram a Cartago a recuperação de seu império sob Amílcar Barca, entre a Primeira e a Segunda Guerra Púnica) e macedônicas (antes exploradas pelos Antígônidas).

Além da aquisição de *latifundia* e do desenvolvimento do comércio, pouco se podia fazer em termos de investimento, mas havia paralelamente “impulsos sistemáticos poderosos” (NAGLE, 2010, p. 146) para os gastos públicos esperados da aristocracia com sua fortuna militar. Urgia a necessidade de se criar uma administração republicana eficiente, visto que a tradicional não mais atendia às necessidades de um território tão vasto.

O século II, assim, testemunhou o início de um programa de edificação sem precedentes por parte da aristocracia romana, uma prática que continuou pelos próximos séculos. Com efeito, os gastos com a cidade eram algo esperado dos magistrados (gregos e romanos, vale dizer), e com o afluxo de mais recursos a aristocracia tornava-se mais competitiva e, conseqüentemente, mais propensa ao direcionamento do dinheiro para obras públicas (saneamento básico, aquedutos, pontes, passeios, celeiros, basílicas, templos, termas, fóruns e as primeiras construções em mármore de que se tem notícia).

Em 46, por exemplo, César construiu o *Forum Iulium*, um fórum inteiramente novo e simétrico, em formato retangular, cercado por uma colunata (série de colunas enfileiradas simetricamente para adornar o novo edifício), tendo no centro um templo de Vênus *Genetrix* ou “Vênus mãe”, uma estátua do próprio César e uma fonte suntuosa. Esse fórum teria se tornado o modelo para os posteriormente construídos pelos imperadores romanos. Por fim, é digno de nota o fato de esse tipo de arquitetura representar uma adaptação de elementos helenísticos, particularmente o “todo simétrico em torno de um eixo central” (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 59).

Outro bom exemplo da competitividade por meio dos gastos com obras públicas é o teatro de Pompeu^[96], construído em pedra no ano de 55, durante seu segundo consulado, em imitação ao que ele próprio conheceu em Mítilene (PLUTARCO. *Pompeu* 42). É curioso que Pompeu tenha sido o magistrado romano a inaugurar o primeiro teatro permanente de Roma, apenas no século I, levando em consideração que Plauto e Terêncio (cf.

infra) viveram em c. 254-184 e c. 195-159, respectivamente. É plausível, então, que os teatros fossem utilizados em Roma não apenas para as peças, mas também para aglomerar pessoas com o objetivo de conduzir tarefas legais e de outra natureza. Além disso, durante a conquista do mundo helenístico, muitos romanos não viam com bons olhos a incorporação de elementos gregos em seu cotidiano. Teatros permanentes, como provavelmente sabiam pela experiência grega, atraíam demagogos, famosos pela mobilização de grupos descontentes e propensos ao tumulto político. Esses tipos de construção eram o “ponto focal para turbas insatisfeitas” (NAGLE, 2010, p. 162). Por esta razão, Pompeu tomou o devido cuidado ao agradar o povo comum com a construção de um teatro, como se a construção fosse apenas um acesso monumental ao tempo de Vênus *Vitrix* mais acima.

A literatura

Quando se leva em consideração a literatura desenvolvida nos primórdios da República Romana, é preciso ter em mente que a escrita naquela época tão recuada da história de Roma cumpria funções quase que estritamente práticas. Em outras palavras, os propósitos da escrita estavam ligados à vida cotidiana, englobando atividades que iam do controle das finanças ao registro de leis, eventos religiosos importantes e oráculos (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 90). Não é de impressionar, portanto, que os primeiros indícios de literatura em Roma tenham se dado em grego. As razões extrapolam o fato supracitado; além de a apreciação poética (em sua forma escrita) ter surgido relativamente tarde na República, o grego trazia muitas vantagens para as elites romanas.

Em um mundo mais complexo sob a ótica das relações internacionais (a destruição de Cartago e a conquista do mundo helenístico), cabe reforçar que as elites de Roma haviam se tornado mais competitivas, processo que exigia maior conhecimento do “novo mundo” com o qual tinham que lidar e que passava pela capacidade de expressão oral nos conselhos e assembleias. Em suma, os princípios da retórica grega e o conhecimento do idioma que havia se tornado *lingua franca* em uma grande extensão territorial muito antes do latim representavam, respectivamente, maior capacidade competitiva na ocupação das magistraturas que movimentavam a máquina do Estado e um traço de distinção social.

Diante disso, torna-se historicamente compreensível que muito da literatura latina tenha sido, na verdade, uma adaptação da grega que a antecedeu. Note-se, por exemplo, a adaptação da *Odisseia* feita por Lívio Andrônico, um antigo escravo tarentino que desfrutava de grande apreço literário em Roma. Além dele, merecem destaque os trabalhos de um jovem contemporâneo seu, Nêvio, particularmente interessado na Primeira Guerra Púnica, e as tragédias de Ênio, ligeiramente posterior ao último. As tragédias de Ênio são importantes especialmente por demonstrarem a influência de Eurípides em um autor caracteristicamente romano, mas muito próximo das cidades gregas da Magna Grécia.

Ao tratar dessas adaptações latinas da literatura grega, o tema da criatividade das primeiras vem à tona, como forma de evitar o erro bastante comum que as desmerecem por “falta de originalidade”. A questão foi assim sintetizada por Ward, Heichelheim e Yeo (2003, p. 145):

O fato de todos os autores romanos subsequentes terem abertamente adotado ideias dos gregos tem levado as pessoas com frequência à percepção de que a literatura romana é completamente derivativa e pouco merecedora de respeito. Essa não é uma visão legítima. O conceito greco-romano de criatividade é diferente do moderno. Para um artista antigo, o desafio supremo consistia em trabalhar em uma tradição dada de modo a refiná-la e aprimorá-la, e não em criar algo inteiramente novo. O que os melhores autores romanos fizeram foi adaptar as formas literárias gregas para a expressão de temas e ideias romanos distintos.

Nesse cenário de adaptação e criatividade, os dois principais gêneros literários foram a tragédia e a comédia. Infelizmente, das tragédias conhecemos muito pouco, basicamente por meio de fragmentos; das comédias, temos precisamente vinte e seis peças completas: de Plauto, *Amphitryon*, *Asinaria*, *Aulularia*, *Bacchides*, *Captivi*, *Casina*, *Cistellaria*, *Curculio*, *Epidicus*, *Menaechmi*, *Mercator*, *Miles Gloriosus*, *Mostellaria*, *Persa*, *Poenulus*, *Pseudolus*, *Rudens*, *Stichus*, *Trinummus* e *Truculentus*^[97]; de Terêncio, *Andria*, *Hecyra*, *Heauton Timorumenos*, *Phormio*, *Eunuchus* e

Adelphoe. Todas elas demonstram o impacto da cultura grega na sociedade romana. Seus aspectos históricos são inegáveis, e por esta razão elas servem como fontes históricas importantes para questões que vão da escravidão (o número de personagens escravas nas peças é emblemático) aos conflitos familiares e à mudança nos padrões da vida cotidiana.

Apenas no final do século II outras formas de abordar a audiência surgiram. O público não era mais o mesmo, da mesma forma que os anseios pessoais dos poetas. Foi nesse contexto que apareceram os *poetae novi*, nitidamente mais preocupados com a satisfação das suas próprias expectativas e emoções do que com o grande público que consumia, por meio de encenações teatrais, as peças de Plauto e Terêncio. Era esse o caso de Catulo, autor de uma obra preservada em um único manuscrito de sua terra natal (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 247).

Ao lado desses autores, colocam-se outros igualmente expressivos, que escreveram em prosa. Embora ainda mais tardios, eles também consideraram seus predecessores gregos. Os dois primeiros historiadores de que se tem notícia no caso romano (Fábio Pictor e Lúcio Alimento), por exemplo, escreveram em grego, embora fossem senadores romanos, veteranos da Segunda Guerra Púnica. Nesse sentido, pode-se dizer que Políbio, um grego trazido a Roma como refém da Liga Aqueia e fonte fundamental para a compreensão histórica do mundo helenístico-romano, deu continuidade ao trabalho dos primeiros historiadores romanos.

Políbio^[98]

Políbio viveu em um tempo de grandes transformações políticas (c. 198-117), no momento em que os destinos de gregos e romanos foram ligados de maneira a transformar suas histórias definitivamente. Isto significa dizer que ele testemunhou o colapso do “sistema helenístico”, com todas as suas variações políticas (devidas, principalmente, às acomodações das tensões provocadas pelas elites políticas locais), tendo sido feito refém dos romanos após a derrota dos gregos na Batalha de Pidna (168). Em Roma, Políbio ganhou não só a simpatia de Cipião Emiliano, mas também a chance de conhecer em primeira mão os assuntos romanos e o funcionamento de suas instituições. Tendo lá vivido dezesseis anos, antes de poder retornar à Grécia, conquistou a oportunidade de conceber a sua obra e de escrevê-la parcialmente (ao menos os 15 primeiros livros)

(MOMIGLIANO, 1991, p. 28). O plano inicial era narrar a história da conquista romana, dos princípios da Segunda Guerra Púnica (220) à submissão da Macedônia (168), tomando a segunda guerra contra os cartagineses como ponto de partida devido à simultaneidade de três grandes conflitos: a guerra entre Roma e Cartago, a Guerra das Ligas Gregas (Aqueia e Etólia), que contava com a participação incessante de Filipe, e a guerra entre Antíoco e Ptolomeu Filopator.

Até esse momento, diz Políbio, eventos de várias partes do mundo estavam desconectados; na época da Segunda Guerra Púnica, no entanto, os assuntos italianos e africanos passaram a ter relação direta com os assuntos gregos e asiáticos. A história havia se tornado um “todo orgânico” (1. 3).

Ainda que a Segunda Guerra Púnica seja reconhecidamente o ponto de partida de sua obra, Políbio não a inicia sem antes preparar uma longa introdução, em dois livros, sobre a história das relações entre Roma e Cartago, partindo da Primeira Guerra Púnica, que ele considera somente um prelúdio da seguinte, e das questões concernentes à Liga Aqueia. Como Tucídides, Políbio elaborou um tipo de introdução (*prokataskeuê*). Quanto ao seu fim, após reconsiderar a importância de eventos subsequentes, tais como a queda de Cartago e a anexação da Grécia em 146, Políbio alcançou o impressionante número de 40 livros, dos quais apenas os cinco primeiros nos chegaram intactos. Dos demais temos apenas fragmentos, alguns extremamente relevantes (como aqueles do livro seis, sobre a constituição dos romanos). É possível que Políbio tenha concluído o seu trabalho em 134, a despeito de diversas inserções e correções feitas até o ano de 120. De todas as inserções posteriores, talvez as mais interessantes sejam as que sugerem a visita do historiador à Hispânia, em 133, e aquelas que fazem alusão aos Gracos.

Como a história de Políbio dá continuidade, com relação ao mundo mediterrâneo ocidental, àquela escrita por Timeu (FrGH 566), o sistema de organização cronológica por ele adotado é parcialmente o mesmo do historiador de Tauromênio. Isto significa dizer que Políbio reconheceu a marcação dos anos pelas Olimpíadas, da mesma forma que Timeu, mas ao mesmo tempo tomou a liberdade de introduzir elementos novos, a exemplo da contagem dos anos dos cônsules romanos. É digno de nota que o ano polibiano não coincide com aquele da Olimpíada (em julho), tendo início cerca de três meses depois, no primeiro dia de outubro. Esta divisão parece

ter sido determinada pelo fato de o equinócio de outono e o começo dos anos oficiais dos estrategos das Ligas Aqueia e Etólia se darem ao mesmo tempo (BURY, 1908, p. 193).

Políbio escreveu outros trabalhos menos importantes. Seu primeiro texto parece ter sido uma biografia em tom panegírico de um estadista aqueu em três livros, da qual temos notícia na vida de Filopemene, escrita por Plutarco. Outro texto é o “Tática”, mencionado no livro nove e alguns séculos mais tarde por Arriano. Há ainda uma monografia mencionada por Gemino sobre a habitabilidade das regiões equatoriais. Nenhuma dessas obras, no entanto, nos ajuda na tarefa de datar precisamente todas as etapas da história escrita por Políbio (MEISTER, 2008, p. 185).

Se é bem verdade que sua obra pode ser considerada, tal qual a de Tucídides, uma “aquisição perene” (*ktema es aiei*), podemos dizer que sua importância reside no fato de Políbio acreditar que a representação precisa dos fatos era um traço fundamental no trabalho do historiador. Três elementos podem ser listados como pré-requisitos para a execução de tarefa tão delicada: 1) o estudo e a crítica das fontes, 2) a autópsia ou o conhecimento pessoal das regiões tratadas e 3) a experiência política (WALBANK, 1991, p. 16).

Políbio preenchia, como parece óbvio, os pré-requisitos acima enumerados: homem de ação, com experiência política e militar, estava quase sempre ao lado de Cipião nos eventos que narrou com mais vida (a destruição de Cartago, p. ex., durante a qual o general romano supostamente chorava pela cidade em chamas, temendo que um dia Roma tivesse o mesmo destino), ainda que muita cor tivesse sido também dada ao relato da Guerra Mercenária (241-237), conflito que Políbio não testemunhou. Além disso, ele não incorporava relatos de terceiros aos seus sem a investigação apropriada e dificilmente se entregava ao “argumento da autoridade”. Por exemplo, contra a “autoridade equivocada” do historiador Fábio Pictor, Políbio se posicionou da seguinte maneira:

Queria alguém saber por que mencionei Fábio Pictor e sua afirmação? Não foi por temor de ver os leitores aceitarem as suas teses, considerando-as plausíveis; a ilogicidade inerente a elas é evidente a qualquer um, mesmo sem comentários meus. Mas o meu

objetivo é prevenir os leitores desta obra para não darem atenção ao nome do autor e sim aos fatos, pois há pessoas que dão importância não ao que Fábio escreve e sim ao próprio escritor, e levando em conta a sua qualidade de contemporâneo dos acontecimentos e de senador romano aceitam imediatamente como digno de crédito tudo que ele diz. Em minha opinião, embora não devamos atribuir pouco valor à sua autoridade não somos obrigados, todavia, a aceitá-la como definitiva, e na maioria dos casos os leitores devem pôr à prova suas afirmações confrontando-as com a realidade dos fatos (POLÍBIO, 3. 9).

Quanto à autópsia, Políbio não se mostrou mais condescendente. Timeu e Zenão de Rodes foram alvo de suas críticas: o primeiro por “viver apenas em um único lugar”; o segundo, por sua suposta ignorância geográfica. As viagens aos territórios italianos, sicilianos, africanos e hispânicos são prova de que não há, ao menos nesse aspecto, descompasso entre suas críticas e o que por ele foi feito. Não há, em outras palavras, contradição performática.

Sua visão da história era pragmática e universal. Mas o que isso significa? O termo *pragmatikos* faz referência ao “político prático”, diriam alguns, de maneira que a história pragmática seria aquela ocupada com questões políticas atuais e com a instrução de seus leitores. Porém, diferentemente de Tucídides, Políbio dizia não apenas narrar os eventos mais importantes até então existentes, mas também descrever um processo único – a formação do ecúmeno helenístico-romano (MARINCOLA, 2007, p. 171-179).

Sua história teria, obrigatoriamente, um propósito pragmático, o qual seria obtido a partir da explicação de suas causas e conexões:

[...] Resolvi escrever uma História do gênero pragmático, primeiro porque há sempre uma novidade digna de tratamento novo – não seria possível aos antigos narrar eventos posteriores à sua própria época – e, em segundo lugar por ser considerável a utilidade prática de tal gênero de História, tanto no

passado quanto – e principalmente – no presente, em uma época em que o progresso das artes e das ciências tem sido tão rápido que as pessoas desejosas de aprender são capazes – digamos assim – de submeter a uma análise metódica quaisquer circunstâncias passíveis de exame. Sendo então o meu objetivo não tanto entreter os leitores quanto beneficiar os espíritos afeitos à reflexão [...], me dediquei a escrever este gênero de História (POLÍBIO, 9. 2).

A “história pragmática” visava fornecer lições de natureza política e militar. Envolvido com os assuntos militares, Políbio demonstrou interesse especial na descrição das campanhas, com abertura para os impactos sociais da guerra. Por exemplo, a figura do mercenário (*misthophoros*) é um tema sobre o qual ele se debruçou com energia, em particular os problemas causados para o contratante. Como os *misthophoroi* eram quase uma força permanente em governos tirânicos gregos, e como Políbio não os enxergava com bons olhos, parece natural que os tenha rejeitado, diferentemente do que fez mais tarde Diodoro da Sicília. Entusiasmado com o modelo romano (cf. digressão sobre seu exército no livro 6), Políbio aderiu ao que hoje se convencionou chamar de modelo baseado no militarismo cívico (HANSON, 1990). Mercenários representariam o oposto disso, tornando-se sempre uma ameaça à vida civilizada. Um exemplo bastante claro é a violência das ações durante o cerco de Région e Messana:

Não muito tempo antes dos acontecimentos de que estamos falando agora, alguns campânios a serviço de Agátocles, cujos olhos cobiçosos estavam voltados de longa data para a beleza de Messene e todas as suas demais vantagens, aproveitaram uma ocasião para capturá-la mediante traição. Depois de terem sido admitidos como amigos e ocupado a cidade, eles primeiro expulsaram ou massacraram os cidadãos e em seguida se apossaram das mulheres e filhos de suas vítimas espoliadas, de acordo com a partilha feita ao acaso por ocasião do ultraje. Logo

após eles dividiram entre si as terras e todos os outros bens (POLÍBIO, 1. 7).

Os mercenários serviriam, ainda, para ilustrar as diferenças fundamentais entre “homens civilizados” e “bárbaros”, como no caso da Guerra Mercenária cartaginesa (MEISTER, 2008, p. 189).

Política em conceito e em propósito, a história de Políbio ilustra bem a diferença entre início, causa e pretexto, e ele o faz por meio de mais exemplos. No caso da expedição asiática de Alexandre, havia uma causa (o primeiro elemento de uma cadeia de acontecimentos), um início e um pretexto, aquele usado para a deflagração da guerra:

[...] Pode-se dizer da mesma forma que a travessia de Alexandre para a Ásia foi a causa da Guerra Greco-Pérsica, e que a chegada de Antíoco III em Demetrias foi a causa de sua guerra com Roma, mas nenhuma das duas assertivas é plausível ou verdadeira. Ninguém pode chamar essas ações de causas dessas guerras – no primeiro caso, muitos preparativos e planos para a Guerra Greco-Pérsica tinham sido feitos anteriormente por Alexandre, e alguns deles até por seu pai, Filipe II, quando ele ainda estava vivo, e de maneira similar pelos etólios, no segundo caso, mesmo antes da chegada de Antíoco. Tal terminologia é usada por aqueles que não podem compreender quão grandiosa é a distinção entre início, causa e pretexto, e que falham em ver que a causa é o primeiro elemento em uma sequência de eventos dos quais o início é o último deles. Minha interpretação é que a palavra “início” deveria fazer referência à primeira tentativa de levar a cabo um plano que já tinha sido decidido, e que a palavra “causa” deveria fazer referência aos eventos que influenciam nossos propósitos e decisões. [...] A primeira causa verdadeira foi a marcha de retorno dos gregos sob Xenofonte através das satrapias

superiores, durante a qual eles atravessaram toda a Ásia, mas nenhum dos bárbaros ousou desafiá-los, ainda que eles estivessem em território hostil. A segunda causa foi a invasão da Ásia pelo rei espartano Agesilau, durante a qual ele não encontrou nenhuma oposição séria às suas incursões, ainda que tenha sido forçado, devido aos distúrbios na Grécia, a abandonar o seu projeto e retornar para casa. Todos esses fatores convenceram Filipe II da covardia e da indolência dos persas, em oposição à sua eficiência (e dos demais macedônios) na guerra. Ele pôde ver também a magnitude e o esplendor das recompensas que poderiam ser esperadas como resultado da guerra, bem como a popularidade que ele traria diante dos gregos. Ele, portanto, inventou o pretexto de vingar as injúrias infligidas aos gregos pelos persas e canalizou suas energias para as preparações intensivas da guerra. Nós devemos, portanto, considerar os eventos mencionados como a causa da guerra contra os persas em primeiro lugar, o pretexto em segundo lugar e o início da guerra como sendo a travessia de Alexandre para a Ásia (POLÍBIO, 3, 6; tradução de Mário da Gama Kury, modificada e com omissões).

No decorrer de sua história, Políbio atribuiu o sucesso de Roma principalmente à natureza de sua constituição (1, 65), ainda que esse não seja o único fator a ser considerado, tampouco se possa descartar o papel da Fortuna no desenrolar de sua narrativa (WALBANK, 1991, p. 84). A Fortuna seria a responsável pela unificação do mundo conhecido sob Roma – “sua mais bela e benéfica realização” (POLÍBIO 6. 2; BURY, 1908, p. 205-207; MOMIGLIANO, 1991, p. 48; MEISTER, 2008, p. 189). Assim, o historiador e a Fortuna estariam em situação de complementaridade, o que permitiu ao primeiro atribuir um novo significado à história universal (diferente, mas ao mesmo tempo devedora daquela de Éforo).

A teoria apresentada por Políbio para explicar a ascensão e queda das constituições políticas pode ser considerada, entre outras coisas, evidência para o seu contato com o estoicismo (FRITZ, 1975). Havia uma versão estoica acerca da sucessão cíclica das formas de governo, que Políbio incorporou em uma sequência curiosa de mudanças políticas vistas na história: da monarquia, a primeira forma de organização conhecida (para Políbio, ao menos), passando pelas revoluções e etapas intermediárias do processo (tirania, aristocracia, oligarquia e democracia), à democracia anárquica ou oclocracia, que conduziria a sociedade novamente ao ponto de partida de sua teoria cíclica, vale dizer, *ad infinitum*.

As origens históricas da “anaciclose” são difíceis de mapear. Da forma como Políbio (6. 5-6) anunciou os princípios da organização social, o início ocorreria com o fato de os seres humanos tenderem “naturalmente e por instinto” a ter relações sexuais, decorrendo delas o nascimento de crianças. Ao chegarem à idade adulta, os filhos não demonstrariam gratidão por seus pais; do contrário, os maltratariam de tal forma que os vizinhos, “partilhando o ressentimento de seu colega maltratado e imaginando-se em uma situação análoga”, veriam nascer o sentimento e a noção do dever, “princípio e finalidade da justiça”. O homem cuja habilidade se destacasse na defesa de seus semelhantes receberia mais honrarias que os demais, afirmando-se em pouco tempo autocrata e depois rei, tendo sempre o apoio do povo. “Assim formou-se naturalmente entre os homens a primeira noção do bem e do justo e dos sentimentos contrários a estes; eis o início e a gênese da verdadeira monarquia”, conclui Políbio.

A monarquia, contudo, não seria composta só de homens justos. Em pouco tempo, tendo a sua proeminência assegurada pela tradição, os reis ou príncipes “cederiam aos seus apetites por causa dessa superabundância” e passariam a se distinguir dos seus súditos “pelos trajes exclusivos”, acreditando que devia haver “um fausto e uma variedade exclusivas no preparo de suas iguarias e na maneira de servi-las, e que nada devia ser-lhes negado em seus desejos amorosos, por mais desenfreados que fossem”. A “inveja e a reprovação”, de um lado, e os “excessos de cólera e rancor insano” de outro, produziriam as conspirações, fato que, por sua vez, levaria à tirania.

A etapa seguinte seria a sublevação popular. Como consequência, a autocracia e a monarquia seriam abolidas, tendo se instaurado no lugar a

aristocracia. Logo, os filhos dos aristocratas, entregues à “cupidez e à ânsia desenfreada de ganhar dinheiro” ou “ao abuso da bebida e a todos os excessos inerentes ao mesmo” (como o estupro de mulheres e o abuso sexual de meninos), despertariam no povo sentimento similar ao que alimentavam pelos tiranos. Com o massacre dos poucos no poder viria a democracia, pois a “única esperança que lhe restaria intacta estaria em si mesmos”, de modo que o governo oligárquico deveria se tornar democrático.

Pela terceira geração da democracia, no entanto, os homens já não seriam capazes de valorizar a igualdade e a liberdade, alguns começando a almejar mais direitos e vantagens do que os outros. Tratava-se, portanto, do fracasso do princípio de isonomia. Este momento corresponderia à abolição da democracia, cedendo lugar para o que Políbio entende ser um verdadeiro “império da violência” (*kheirokratia*). Acostumado a “devorar os bens alheios e a depender para a sua subsistência da propriedade de seus vizinhos”, o povo unido “massacraria, exilaria e saquearia, até regredir para a animalidade total e achar novamente um senhor e autocrata”. Terminada a última fase, o ciclo se iniciaria mais uma vez.

Um dado importante é que Políbio acreditava no poder instrutivo de sua teoria, pois aquele que fosse capaz de distinguir o ciclo “difícilmente se equivocaria quanto ao seu estágio de crescimento ou declínio e quanto à forma que resultaria desse processo”.

Apesar de lidar com tipos puros de monarquia ou democracia, por exemplo, sua inclinação para a observação histórica o levou à combinação ou mistura de princípios constitucionais. Os casos de Esparta e Roma são os maiores exemplos de como a união de tais princípios impedia a inevitável destruição das formas de governo, quando elas se encontravam separadas umas das outras. De fato, a concepção meta-histórica da obra de Políbio parte “do conhecimento da maneira pela qual, e graças a que espécie de constituição, em menos de cinquenta e três anos praticamente todo o mundo foi vencido e caiu sob domínio dos romanos” (6. 8).

Mais adiante, quando Políbio comparou a constituição dos romanos com a dos cartagineses, torna-se emblemática a preponderância do povo nas deliberações em Cartago, o que para ele era sinal claro de decadência, ao passo que em Roma tal preponderância estava ainda nas mãos do Senado; essa seria a razão pela qual os romanos venceram os cartagineses, a despeito do desastre completo no início do embate entre os dois poderes imperiais.

Quando o povo assume o comando dessa maneira, “a sociedade política passa a usar em relação a si mesma as palavras mais belas de todas – liberdade e democracia –, mas será de fato a pior das formas de governo – a oclocracia” (6. 9).

A equidade das três fontes de autoridade na constituição romana era tamanha, diz Políbio, que “mesmo para um cidadão romano, seria impossível dizer com certeza se o sistema em seu conjunto era aristocrático, democrático ou monárquico” (6. 1). A naturalidade de tal esquema permitia que qualquer um enxergasse as três formas de governo em todas as esferas governamentais romanas, dos côsules “monárquicos” ao Senado “aristocrático” e à participação popular “democrática”.

Políbio possuía a convicção de que sua história não servia para entreter, mas sim para instruir (6. 11). Ainda que inconsciente (pois Tucídides provavelmente não exerceu influência direta sobre Políbio), tal postura representava um retorno ao historiador ateniense Tucídides, como os trechos abaixo ilustram:

[...] a quantos desejarem observar com clareza os acontecimentos ocorridos, e também os futuros que então novamente, em conformidade com o que é humano, ocorrerão semelhantes ou análogos, julgarem tais coisas úteis, será o bastante. Constituem uma aquisição perene, antes do que uma peça para um auditório ocasional (TUCÍDIDES, 1. 22).

Quanto a mim, concentrei a minha atenção exclusivamente nestes últimos assuntos, e como a minha obra não trata de qualquer outra coisa [...], ela agradará somente a uma espécie de leitores, e para o grande público posso oferecer apenas um texto sem atrativos (POLÍBIO, 9. 1).

Como reforço dos trechos supracitados, permito-me lembrar as palavras de Walbank, que disse que “enquanto a tragédia encanta sua audiência por um momento, a história traz a ela um benefício para sempre”, o que demarca um retorno à “aquisição perene” de Tucídides (WALBANK, 1990, p. 133-

134). Assim, ao reconhecer que sua história não ofereceria “atrativos retóricos”, Políbio encaminhou uma crítica à historiografia de seu tempo.

Contra Timeu, por exemplo, ele dirigiu palavras duras sobre a invenção de sentenças retiradas puramente de sua imaginação (BARON, 2013, p. 58). Segundo Políbio, “devemos levantar sérias dúvidas a respeito do caráter de Timeu”, já que o mesmo fazia parte do grupo dos homens “cegos mesmo com os olhos abertos” (WALBANK, 1990, p. 34). Timeu foi acusado de ter apresentado algumas afirmações intencionalmente falsas, o que relevaria a sua falta como historiador:

Pode algum leitor dessas manifestações deixar de notar que Timeu as reproduziu infielmente na sua obra, e que agiu dessa maneira intencionalmente? De fato, ele não apresenta as palavras efetivamente proferidas nem o sentido do que foi realmente dito; ao contrário, imaginando o que deveria ter sido dito ele mesmo compõe todos esses discursos e tudo que se segue aos eventos, como um aluno em uma escola de retórica tentando falar sobre um tema dado, e exhibe os seus próprios dons oratórios em vez de reproduzir as palavras realmente faladas (POLÍBIO, 12. 25a).

A severidade de suas críticas também não ignorou Filarco. A suposta insistência do último em “sempre apresentar em todas as oportunidades esses horrores (isto é, elementos puramente trágicos) diante de nossos olhos” é algo condenado por Políbio, que enxergava na tarefa do historiador o contrário do que se deve esperar de uma tragédia: “o historiador não deve tentar emocionar seus leitores com tais quadros exagerados”; do contrário, insiste, deve “instruir e convencer permanentemente os estudiosos com a veracidade dos fatos e das palavras” (12. 24). Outro “pecado capital” de Filarco seria apenas narrar as catástrofes e não aludir às suas causas, o que por vezes tornaria obscuro o significado correto ou injusto da ação. Assim, seria impossível sequer “sentir uma piedade justificada ou uma indignação apropriada”.

Por fim, cabe mencionar que a sistematização das críticas feitas por Políbio permitiu a divisão posterior e “clássica” de parte da historiografia helenística em 1) historiografia retórica (a exemplo de Isócrates de Atenas,

Éforo de Cumas, Teopompo de Quios e Anaxímenes de Lampsaco) e 2) historiografia trágica (a exemplo de Duris de Samos e Filarco) (WALBANK, 1990, p. 34-37; MEISTER, 2008, p. 193-194).

Um dos historiadores antigos mais importantes ao lado de Heródoto e Tucídides, Políbio tornou-se fundamental para a história como conhecimento, a despeito do estado fragmentado de sua obra, por apresentar uma visão histórico-universal, além da variedade de suas reflexões teórico-metodológicas (contra as “invenções” de Timeu e a tragicidade de Filarco, p. ex.). Tendo influenciado Montesquieu fortemente, sua importância não se limitou ao século XVIII. Ainda hoje, quando pensamos em escrever história, particularmente a história republicana romana e a de sua relação com o mundo helenístico, Políbio se mostra fonte indispensável e, para muitos, de rigor metodológico superior.

A religião: dois casos de cultos proibidos

Tradicionalmente, aceita-se que nos finais da República houve uma crise na preservação dos valores religiosos mais antigos da sociedade romana, em oposição à introdução e à rápida difusão de cultos do Oriente helenístico em território italiano. Tais cultos teriam sido levados a Roma por imigrantes (escravos ou não), e geraram condições para a construção de um sentimento de pertencimento entre aqueles que, deslocados em um ambiente urbano hostil, encontravam nos grupos de iniciados sua nova comunidade.

É também digno de nota o fato de os cultos helenísticos representarem uma alternativa, quando não uma afronta, aos modelos religiosos que davam sentido à vida das elites romanas e dos demais cidadãos nascidos em Roma. Da mesma forma, deve-se ter em mente que esses cultos não criaram um caminho para sua aceitação do nada, tampouco implicavam o desaparecimento de rituais romanos mais antigos; na verdade, todo o processo deu-se por meio do sincretismo religioso, a partir de elementos intercambiáveis, como os que serão descritos a seguir.

Um dos cultos helenísticos que mais obtiveram sucesso em Roma foi o relacionado ao deus Baco, versão latina de Dioniso. Com grande repercussão no limiar do século II, as Bacanais foram reprimidas pelo Senado em 186, por meio de um decreto conhecido como *senatus consultum de Bacchanalibus* ([CIL](#) i² 2, 581)^[99]:

Os cônsules Quinto Márcio, filho de Lúcio, e Espúrio Postúmio, filho de Lúcio, consultaram o Senado nas nonas de outubro, no templo de Belona. Estiveram presentes para a redação Marco Cláudio, filho de Marco, Lúcio Valério, filho de Públio e Quinto Minúcio, filho de Caio. Sobre as Bacanais eles (os senadores) ordenaram que assim fosse notificado àqueles que se encontram na condição de aliados:

Que nenhum deles mantenha um local de culto a Baco; se houver alguém que alegue a necessidade de manter um local de culto báquico, deverá procurar o pretor urbano em Roma, e o nosso Senado, quando ouvir as suas alegações, decidirá sobre tal assunto, estando pelo menos cem senadores presentes quando se deliberar sobre o assunto.

Que nenhum homem, seja cidadão romano ou cidadão de direito latino, ou aliado, compareça a uma reunião de Bacas sem antes se dirigir ao pretor urbano e obter sua autorização, após sentença do Senado, estando pelo menos cem senadores presentes quando se deliberar sobre o assunto. Aprovado.

Que nenhum homem seja sacerdote (nas Bacanais); que nenhum homem ou mulher seja o dirigente; nem mantenha um fundo de dinheiro em comum; ninguém poderá nomear um homem ou uma mulher para mestre ou vice-mestre; nem doravante jurar entre si, fazer votos, promessas ou compromissos, e não empenhará a palavra com outros. Ninguém celebrará ritos sacros ocultamente; ninguém celebrará ritos sacros em público, nem privados, nem fora da cidade, sem antes dirigir-se ao pretor urbano e receber autorização após sentença do Senado, com pelo

menos cem senadores presentes quando se deliberar sobre o assunto. Aprovado.

Pessoas em número maior de cinco ao todo, homens ou mulheres, não celebrarão ritos sacros, nem aí os homens estarão presentes em número maior do que dois e as mulheres do que três, exceto com sentença do pretor urbano e do Senado, nas condições acima estipuladas.

Estas normas serão notificadas em assembleias públicas por um período não inferior àquele de três dias de mercado, e para que todos estejam cientes da sentença do Senado, a sentença foi: “se alguém agir contrariamente ao que acima foi prescrito, que se faça um processo capital”; e o Senado decidiu que isto seja gravado em uma placa de bronze e que ordenem que seja afixada onde possa ser lida facilmente; e que dentro de dez dias após a entrega desta carta, providenciem para que todos os locais de culto báquico que possam existir sejam removidos, como foi ordenado acima, exceto se algum for consagrado. No *ager Teuranus* (Tradução de Maria Luiza Corassin).

Note-se que o culto em si não foi proibido, ao contrário do que normalmente se pensa, mas condicionado à realização “por grupos de no máximo cinco pessoas, desde que autorizado pelo pretor urbano” (CORASSIN, 2002, p. 146). O que se proibiu foi a associação de indivíduos (em grande número) em torno dos ritos báquicos, delito capital a partir daquele momento sujeito às penalidades comuns. Mas o que eram as Bacanais, e por que foram reprimidas pelos senadores?

A principal fonte para o tema é Tito Lívio (39. 8-14). Sua narrativa está organizada em duas partes: na primeira, ele relata a introdução do culto na Etrúria por um “grego de ascendência obscura”; na segunda, a cooptação de Híspala por um dos cônsules, que denunciou o culto antes do decreto senatorial supracitado.

Segundo Tito Lívio, esse grego anônimo, “carente de todo conhecimento adequado à educação da mente e do corpo, [...] estabelecera-se na Etrúria” (39. 8), onde incutiu no povo sentimentos inadequados para os padrões religiosos romanos, reunindo sem distinção homens e mulheres em rituais noturnos regados aos prazeres do vinho. “A embriaguez, a obscuridade da noite, a mistura dos sexos e idades baniram para logo o pudor, abandonando-se todos a todo gênero de excessos”, continua, tendo essas condições levado também a outros tipos de crime contra a sociedade, como “falsos testemunhos, assinaturas adulteradas, testamentos apócrifos, denúncias caluniosas e, às vezes, envenenamentos e assassinatos”. Eventos violentos, eles eram supostamente conduzidos “com gritos selvagens, alarido de tímpanos e címbalos”, por meio dos quais “abafavam-se os gemidos dos que eram violentados ou assassinados”. Uma visão pouco otimista, sem dúvida, e provavelmente enriquecida com alguma fantasia.

Na sequência, Tito Lívio nos apresenta o caso de Híspala, uma liberta envolvida emocionalmente com um jovem de família equestre, ameaçado pelo padrasto, que o queria empurrar para a “asquerosa mácula” (39. 9) dos ritos báquicos. Temerosa do futuro do amante, ela o alertou de tal forma que o jovem se recusou a levar adiante a iniciação já prometida ao padrasto e à mãe. Em meio à confusão, um dos cônsules aproveitou a oportunidade para convocar Híspala e interrogá-la sobre o culto, visto que ela parecia conhecer seus mistérios. Incitada pelo magistrado, a liberta explicou o seguinte:

A princípio, o santuário só se abria para mulheres, não se admitindo homens. [...] A partir do momento que os homens foram aceitos e se instaurou a mistura dos sexos – agora que a adoção da noite favorecia a desordem –, não havia excesso ou infâmia que não se realizasse, com os homens entregando-se mais aos demandas entre si que na companhia das mulheres. Quando alguém mostrava repugnância àqueles vícios monstruosos ou parecia pouco disposto a perpetrá-los, acabava imolado como vítima, pois o melhor indício de religiosidade era não furtar-se a nenhum tipo de crime. Como que ensandecidos, os homens profetizavam e se

entregavam a fanáticas contorções; as mulheres, trajadas de bacantes e com os cabelos soltos, desciam correndo ao Tibre empunhando tochas acesas [...]. A seita estava já tão numerosa que quase formava um povo, não estando ausentes homens e mulheres de famílias nobres; há dois anos ficara resolvido não aceitar quem tivesse mais de vinte anos, porque, abaixo dessa idade, os jovens se prestam mais facilmente à sedução e à desonra (TITO LÍVIO, 39. 13-14).

O culto a Baco, portanto, não prometia salvação em outra vida, mas na que estava sendo vivida pelos iniciados, tanto pela satisfação dos prazeres carnavais característicos das Bacanais (exagerados ao ponto da fantasia por Tito Lívio; cf. ORLIN, 2007, p. 64) quanto pelo sentimento de pertencimento a um numeroso grupo de praticantes. O apelo religioso era tão universal quanto a própria divindade, aspecto que não se restringia a apenas uma divindade.

Outro culto helenístico que conquistou espaço em Roma foi o dedicado à deusa Ísis. Embora fosse uma divindade bastante antiga no panteão egípcio (cultuada por todo o período faraônico), Ísis passou a ser tratada de modo mais específico no período ptolomaico. De fato, sob os Lágidas a deusa foi associada a Serápis, uma divindade criada no século III a partir de uma fusão intencional de Zeus, Osíris e Ápis, com fortes propósitos políticos. Em pouco tempo, Serápis e Ísis haviam se tornado “o conceito mais bem-sucedido para uma divindade greco-egípcia, embora Ísis, diferentemente de Serápis, não fosse uma criação grega” (PLANTZOS, 2011, p. 389). O casal divino fora criado para satisfazer as expectativas da elite grega, contudo sem desagradar as tradições locais. Afinal, Ísis era o arquétipo da mulher e da mãe egípcia, um conceito ideal para os soberanos que pretendiam instaurar princípios dinásticos em uma terra estrangeira.

O culto a Ísis se espalhou na Península Itálica em algum momento na segunda metade do século II, também como resultado de sua integração com o Oriente helenístico e, portanto, bem antes da guerra civil travada entre Otaviano e Marco Antônio (cf. cap. 7). Esse culto teve tanto impacto na cidade de Roma que chegou a ser banido por três vezes (pelo Senado, em 58;

por Otaviano, durante a guerra civil; por Tibério, em 19 d.C.), até que Calígula estabeleceu um templo para a deusa no Campo de Marte.

As duas fontes mais informativas a respeito são Plutarco (*Sobre Ísis e Osíris*) e Apuleio (*Metamorfoses*, esp. livro 11). Os dois textos apresentam traços de outros cultos, bem como descrições genéricas dos chamados “cultos de mistério”. Apuleio assim descreveu a procissão, a partir do anúncio feito pelos músicos que primeiro se insinuavam:

Nisto veio uma grande multidão de homens e mulheres de toda sorte e idade, resplandecendo com vestimentas de linho puro e muito branco, misturando-se com os sacerdotes que ali estavam. Umas levavam os cabelos lubrificados com aromas, amarrados em limpos e brandos trançados; os homens levavam as cabeças raspadas, reluzindo-lhes as coroas, como estrelas terrestres de grande religião, tangendo e fazendo doce som com pandeiros e soalhas de arame e de prata e até também de ouro; aqueles principais sacerdotes, que foram vestidos daquelas vestimentas brancas até os pés, levavam as joias e insígnias de seus poderosos deuses. O primeiro dos quais levava uma lamparina resplandecente, não semelhante a nossa luz com que iluminamos os jantares da noite; mas era um jarro de ouro, que tinha a boca larga, por onde jogava a chama da luz longamente. O segundo ia vestido semelhante a este; mas levava em ambas as mãos um altar, que quer dizer auxílio, ao qual a providência deu à soberana deusa, que é ajudadouro, deu-lhe este próprio nome. Ia o terceiro e levava na mão uma palma de folha de ouro sutilmente lavrada, e na outra um caduceu, que é instrumento de Mercúrio. O quarto mostrava um indício e sinal de equidade; convém saber: que levava a mão esquerda estendida, a qual, por ser de sua

natureza preguiçosa e que não é ardilosa nem maliciosa, parece que é mais equipada e conveniente à igualdade e razão, que não a mão direita. Este mesmo levava na outra mão um copo de ouro redondo e feito à maneira de seios, do qual saía leite. O quinto levava um crivo de ouro cheio de ramos dourados. Outro também levava um cântaro grande. Não demoraram detrás disto de sair os deuses que tiveram por bem de andar sobre pés humanos. Aqui vinha uma coisa espantável, que era Mercúrio, mensageiro do céu e do abismo, com a cara ora negra, ora de ouro, elevando a nuca e cabeça de cão, o qual trazia na mão esquerda um caduceu e na direita sacudia uma palma. Depois dele seguia uma vaca levantada em seu estado, a qual é figura da deusa, mãe de todas as coisas. Porque como a vaca é proveitosa e útil, assim o é esta deusa, a qual imagem ou figura levava em berço de seus ombros um daqueles sacerdotes com passos muito pomposos. Outro que levava um cofre onde foram todas as coisas secretas daquela magnífica religião. Outro deste modo levava em seu regaço a muito venerável figura de sua deusa soberana, a qual não era de besta, nem de ave, nem de outra fera, nem tampouco era semelhante a figura de homem; mas por uma ardilosa invenção e novidade, para argumento inefável de reverência e grande silêncio de sua secreta religião, era uma coisa de ouro resplandecente figurado desta maneira: um copo polidamente obrado, por abaixo redondo e de partes de fora bem-esculpido, com figuras e simulacros dos egípcios; a boca não muito alta, mas tinha um pico longo, como canal por onde jogava a água, da outra parte uma asa muito larga e separada do copo; em cima do qual

estava torcida uma muito poderosa serpente Aspis, com a nuca escamosa, o pescoço alto e muito soberbo (APULEIO. *Metamorfoses* 11. 7-11; tradução de Diego López da Cortegana).

A popularidade dos cultos de mistério helenísticos em território romano serve como indício de que novas forças religiosas estavam emergindo, ora como alternativa à estrutura cívica dos primeiros séculos da República, ora como ferramenta que permitiu sua atualização em um mundo em franca transformação. A população de Roma e de outras cidades do seu território não era mais a mesma, tendo se tornado multiétnica a ponto de exigir – do ponto de vista da satisfação de suas expectativas religiosas – algo inteiramente novo, sincrético.

***Feminae romanae* – Breves considerações sobre a transfiguração de Lucrécia**

Com a mudança nos valores religiosos tradicionais, e especialmente após o impacto da “nova” literatura na educação da aristocracia romana, também as mulheres passaram a se comportar de modo distinto em sociedade. Com efeito, os principais valores das mulheres aristocratas sofreram grande modificação, uma espécie de abandono e ressignificação de “Lucrécia” (como tipo ideal) pelas romanas do século I. Sumarizado no capítulo 1, o assassinio da mulher “casta e modesta” do início da história republicana merece destaque e detalhamento, a fim de que a questão seja tratada adequadamente.

De acordo com Tito Lívio (1. 57-58), o problema nasceu em um banquete promovido por Sexto Tarquínio, ocasião em que ele e seus amigos discutiam sobre a beleza das mulheres romanas. Embriagados e em dúvida sobre a superioridade de Lucrécia, pegaram seus cavalos e rumaram para Roma, deixando por um tempo a campanha contra Ardeia. Uma vez na cidade, foram ao encontro de Lucrécia e das noras do rei, apresentadas na narrativa liviana como contraponto da mulher virtuosa e reflexo feminino do comportamento abusivo dos Tarquínios. De fato, as últimas “participavam com as amigas de um suntuoso banquete”, ao passo que a primeira “encontrava-se no interior de sua casa, sentada junto com as servas, e fiava a lã apesar da hora avançada”. Foi nesse momento, segundo o historiador

latino, que a comparação entre as mulheres chegou ao fim, pois elas, alcançadas de surpresa, deixaram transparecer o abismo que as separava com relação à virtude esperada da mulher romana ideal.

Ao avistar seu marido e companheiros, Lucrécia convidou-os imediatamente a entrar, acolhendo-os em respeito aos costumes hospitaleiros. Sexto Tarquínio, no entanto, foi tomado pelo desejo de possuir a mais virtuosa dentre as romanas. Posteriormente, então, retornou às ocultas a Colácia, onde as mulheres se faziam presentes, e, aparentando agir de acordo com os costumes, foi mais uma vez recebido por Lucrécia, que não apenas o acolheu como convidado no banquete, mas como hóspede. À noite, “quando lhe pareceu que todos dormiam e não corria perigo, tomou a espada e ardendo em desejos aproximou-se de Lucrécia adormecida”. Ao ameaçá-la com sua espada e com a desonra que a marcaria caso ela não o acolhesse também como amante (a cena de um crime de paixão e homicídio com um escravo fora-lhe anunciada como alternativa), Sexto Tarquínio consumou a violência sexual. Nas palavras de Tito Lívio, “a paixão criminosa de Tarquínio triunfou da obstinada virtude, e ele partiu contente por ter destruído a honra de uma mulher”.

Em seguida, Lucrécia enviou um mensageiro ao encontro do pai e do marido no intuito de cobrar-lhes justiça e a reparação de sua honra. Aguardou sentada em seu quarto, humilhada, tendo se desfeito em lágrimas quando da chegada dos homens que vieram arbitrar a questão e a quem devia a explicação do infortúnio. Diz-se que, quando questionada pelo marido sobre seu estado, respondeu: “Estou mal. Como pode ir bem uma mulher que perdeu a honra? [...] Mas só meu corpo foi violado, minha alma permaneceu pura. Minha morte servirá de testemunha”. Depois de obter garantia de justiça, ou seja, que o culpado seria punido em conformidade com os costumes, “cravou no peito o punhal que havia escondido em suas vestes e tombou agonizante em meio aos gritos do marido e do pai”.

Lucrécia encarnava os valores esperados de uma mulher romana ideal. Um desses valores era, como destacado anteriormente, a fidelidade jurada a apenas um homem, relação que se concretizava com o matrimônio. Mesmo nos finais da República Romana, a união matrimonial continuou a ser um fator importantíssimo, mas por outras razões além das supracitadas: em uma sociedade como a romana, cuja aristocracia havia se tornado especialmente competitiva, os casamentos funcionavam como mecanismos de associação

de famílias influentes. Com a necessidade de se criar alianças políticas, muitas mulheres da alta sociedade conquistaram poder e prestígio.

No século I, em meio a essa competição aristocrática, muitos dos valores tradicionais foram modificados ou abandonados, razão pela qual pode-se falar em uma “Lucrécia transfigurada”. Um dos traços mais claros a esse respeito, sem dúvida, é a mudança no comportamento sexual esperado, e muitos casos de mulheres romanas “distantes de Lucrécia” servem de exemplo. Como nos lembra Ward, Heichelheim e Yeo,

Pompeu divorciou-se de sua terceira esposa, Múcia, porque ela tinha sido notoriamente infiel enquanto ele combatia Mitrídates. A segunda esposa de César, Pompeia, foi pega no famoso caso com P. Clódio. Uma das três irmãs de Clódio, a mulher de Metelo Celer, tinha a reputação de ser altamente promíscua. Dentre seus amantes, muitos acreditam, estavam o poeta Catulo e o amigo de Cícero, M. Célio Rufo. Outra irmã sua, a ex-mulher de Lúculo, foi acusada em testemunho juramentado de ter tido relações incestuosas com Clódio, quando ainda estava casada com Lúculo (2003, p. 239).

Das fontes romanas, Salústio é talvez quem nos fornece o caso mais emblemático quanto às habilidades e ao comportamento de uma mulher da aristocracia no último século da República, ao retratar as habilidades sociais da esposa de um senador romano:

Estava entre elas, porém, Semprônia que frequentemente cometeria façanhas de viril audácia. Fora mulher de bastante sorte, pela linhagem, pela beleza física e, além disso, pelo marido e pelos filhos; douta em literatura grega e latina, tocava a lira e dançava com mais brilho do que conviria a mulher honesta; e muitas outras coisas que são instrumento de uma vida em luxúria. Tudo lhe fora sempre mais

querido do que a honra e a castidade; dificilmente se decidiria se poupava menos seu dinheiro ou sua virtude; e era de paixões tão acesas que mais tomava, do que eles, a iniciativa junto aos homens. Já antes tinha ela por muitas vezes traído a confiança, negado empréstimos que recebera, sido cúmplice de homicídios, e pela dissipação e falta de recursos, se precipitara na desgraça. Era, porém, de real talento e sabia fazer versos, animar divertimentos, falar com palavras ora compostas, ora abandonadas, ou provocantes; numa palavra, era de muito espírito e muita graça (SALÚSTIO. *Conjuração Catilinária* 25).

Deve-se destacar que habilidades sociais como algumas das descritas por Salústio (a dança e a música) não eram ruins por princípio, contanto que estivessem associadas à lealdade ao marido e fossem restritas às ocasiões adequadas. O problema é que muitas excediam a liberdade socialmente aceita, não apenas com relação à castidade esperada, mas também em outras esferas da vida social. Mulher de Décimo Júnio Bruto e mãe de um dos conspiradores que levaram a cabo o assassinio de César, Semprônia encarnou todos os desvios de comportamento social que caracterizavam uma “Lucrecia transfigurada”.

De fato, o ideal da mulher “casta e modesta” foi largamente abandonado no último século da história republicana, mas permaneceu no imaginário social romano como algo a ser resgatado pelos mais “conservadores”. Otávio Augusto, por exemplo, no limiar do período imperial, aprovou duas leis diretamente associadas à promoção do casamento e do aumento da taxa de natalidade, como medidas opostas ao grande número de adultérios e à “liberdade sexual” de que desfrutavam as mulheres da aristocracia romana. Embora haja uma terceira lei, supostamente criada para ponderar de alguma forma o conteúdo das duas anteriores, bem como muitas dúvidas sobre o conteúdo original dos documentos (visto que essas leis permaneceram em vigor por alguns séculos, modificadas com o tempo ou não), o esforço de Augusto em promover um retorno aos valores tradicionais ilustra até que ponto a situação havia chegado. Algo que o imperador conhecia muito bem, por meio de sua filha,

Júlia, cuja punição (o exílio após vários casos adúlteros inegáveis) serviu de exemplo.

[96]. Referenciado de várias maneiras nos autores antigos: *theatrum pompeii*; *theatrum Pompeianum*; *theatrum marmoreum*; *theatrum magnum*; simplesmente *theatrum*, por ter sido por muito tempo o único teatro feito de pedra na cidade de Roma. Para uma discussão sobre as fontes que usam um ou mais de um dos termos supracitados, cf. Platner (1929, p. 515).

[97]. Para uma apreciação das comédias de Plauto, cf. Harsh (1944, p. 338-374).

[98]. Esta seção sobre Políbio consta do meu artigo “Políbio e os princípios de sua investigação histórica: algumas considerações”, publicado na Revista *Mundo Antigo*, Ano 1, Volume 1, N. 2 – dezembro de 2012.

[99]. Uma boa discussão sobre o tema pode ser encontrada em Corassin (2002, p. 251-256).

OS ÚLTIMOS ANOS DA REPÚBLICA, DA MORTE DE JÚLIO CÉSAR À ASCENSÃO DE OTÁVIO AUGUSTO

O testamento de César

Os líderes da conspiração, Cássio e Bruto, dirigiram-se para o Fórum imediatamente após o assassinato de César; no entendimento deles um tiranicídio digno de celebração coletiva, mas para sua surpresa o encontraram vazio. Antônio^[100], por sua vez, compreendeu que os conspiradores não haviam planejado o pós-atentado e que tinham depositado toda sua confiança na comoção social, fruto de um “feito pela liberdade” (CANFORA, 2002, p. 379). Por esta razão, Antônio reuniu sua guarda pessoal (que chegou a contar com seis mil homens, segundo Apiano, 15) e acessou os papéis de César, provavelmente para entender o que o ditador planejava no momento de sua morte. Enquanto isso, Lépido preparava-se para sitiar o Capitólio, infligindo aos autores do atentado a punição devida, mas o caminho para a diplomacia inesperadamente se abriu. Negociações seguiram-se à trégua provisória, com uma reunião senatorial presidida por Antônio (PLUTARCO, *Antônio* 14), indício de que ele planejava encerrar a tensão de uma nova guerra civil e ao mesmo tempo ocupar o lugar de César, consertando-se com o Senado.

No dia do funeral, Antônio discursou em favor do morto (CÍCERO. *Filípicas* 1. 1), na ocasião em que seu testamento veio a público. Nele, César destinava uma grande área próxima ao Tibre ao povo de Roma, na condição de um parque público; doava trezentos sestércios a cada cidadão romano; concedia uma pequena parcela de sua herança a dois sobrinhos, a Décimo Bruto (um dos conspiradores) e a Antônio, e indicava seu sobrinho-neto (e

filho adotivo), Caio Otávio Turino, como seu principal herdeiro, para surpresa de todos.

Inspirado pelo discurso de Antônio, que ao final “sacudiu as vestes ensanguentadas e perfuradas do defunto, chamando aos responsáveis pelo atentado ‘assassinos’” (PLUTARCO. *Antônio* 14), o povo decidiu perseguir violentamente os conspiradores. Antônio aos poucos fez arranjos para que os assassinos perdoados fossem direcionados às províncias previamente indicadas por César, permanecendo, assim, no controle da situação como “conciliador”. Gradualmente, Antônio procurou acalmar os ânimos, assegurando Lépido como pontífice máximo e extinguindo o posto de ditador para sempre (CÍCERO. *Filípicas* 1. 2), o que o aproximava mais do Senado. Para si mesmo, Antônio assegurou a província da Macedônia e o comando de todas as legiões de César, estratégia aparentemente perfeita para alijar o jovem herdeiro anunciado no testamento. Otávio, no entanto, apenas com dezoito anos, contrariando as expectativas, reclamou sua herança.

Marco Antônio e Otaviano

Havia algum tempo, Otávio tinha sido enviado por César para o Épiro, para que recebesse treinamento militar adequado à campanha contra os partos, que ele supostamente lideraria. Quando soube da morte de César, adotou o nome Caio Júlio César Otaviano e retornou imediatamente para a Península Itálica, com o objetivo de se apresentar publicamente como herdeiro do ditador, ainda que tal apresentação não tivesse qualquer amparo legal (além do testamento). Otaviano, então, ao chegar em Roma e se deparar com a situação, fez o jogo de Antônio no início, pois não possuía forças para o contrário. Na teoria, Otaviano era o mais poderoso dos romanos, o principal herdeiro de César; na prática, todavia, todos os seus bens permaneciam sob a tutela de Antônio, embora nada disso estivesse previsto no documento tornado público por ocasião do funeral do ditador.

Sem perder tempo, Antônio aprovou uma lei que lhe garantia o governo da Gália Cisalpina e Transalpina por cinco anos, arrastando legiões da Macedônia para lá. Talvez ele estivesse prevendo alguma complicação com a insistência de Otaviano em reclamar sua herança, ao considerar a ocupação de uma posição militar mais vantajosa para uma eventual invasão da Península Itálica.

Outra questão importante e inesperada era a insatisfação de Cássio e Bruto com os arranjos políticos feitos por Antônio, já que a concessão das províncias de Cirene e Creta não lhes parecia adequada. Com efeito, antes de sua morte César havia designado a Gália Cisalpina para Décimo Bruto; a Ásia para Trebônio; a Bitínia para Tílio Cimbro; a Síria para Cássio, e a Macedônia para Bruto (APIANO, 15), o que Antônio não pareceu disposto a obedecer, modificando a distribuição feita por César de modo a se beneficiar enormemente. Em resposta à insatisfação de Cássio e Bruto, Antônio os ameaçou de tal forma que os conspiradores deixaram a Península Itálica em busca de novo suporte entre os amigos de Pompeu no Oriente. Além disso, o filho de Pompeu (Sexto), que havia escapado da perseguição na África, liderava uma rebelião na Hispânia, logo abrindo duas frentes perigosas de batalha, que fatalmente dividiriam as forças de Antônio. No Senado, por fim, Cícero vociferava insultos contra Antônio, registrados em quatorze discursos que o atacavam como a um tirano.

Configurava-se, assim, situação bastante hostil a Antônio, em Roma e no restante do território subjugado pelos romanos. Em suma, Décimo Bruto se recusava a deixar o governo da Gália Cisalpina para que Antônio o assumisse; Cássio e Bruto capturaram cidades orientais e recrutaram tropas de desertores, tendo o primeiro deles se tornado governador da Síria; Lépido, na Hispânia, era um aliado cuja lealdade não podia ser tomada por certa; duas legiões de Antônio, que ele desviara da Macedônia, finalmente passaram para o lado de Otaviano, seu comandante por direito, e Cícero conduzia a resistência não armada em Roma. Em pouco tempo Antônio tornou-se um fora da lei, condenado e perseguido pelo Senado (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 219).

Quando ele, em resposta, invadiu a Gália Cisalpina contra Décimo Bruto, foi enfrentado pelos exércitos regulares da República, liderados pelos dois cônsules, Aulo Hirtio e Víbio Pansa, e por Otaviano, a quem os senadores prometeram o consulado dez anos antes da idade legal. Os dois cônsules foram mortos em batalha, resultado que deixou a Gália para Otaviano, após vitória obtida sobre Antônio em Mutina (43), e ao mesmo tempo aproximou o último de Lépido (SUETÔNIO. *Augusto* 11).

Depois do cerco de Mutina, o Senado oficialmente declarou Antônio inimigo público de Roma. Cássio e Bruto, assim, receberam dos senadores o comando supremo (*imperium maius*), exercido sobre todos os magistrados

romanos no Oriente. Em favor de Décimo Bruto, o Senado aprovou um triunfo e concedeu-lhe o comando de todos os exércitos na Península Itálica. Mesmo a Sexto Pompeu, que havia feito sua carreira na pirataria no Mediterrâneo Ocidental, foi concedido o comando da esquadra romana. Otaviano, no entanto, recebeu muito pouco, se comparado ao que lhe havia sido prometido no momento da invasão da Gália por Antônio.

Ao menosprezar Otaviano, os senadores o aproximaram de Antônio e Lépido, ex-aliados de César e os maiores responsáveis pela rapinagem de sua herança. Diante da situação, Otaviano decidiu-se pela marcha sobre Roma com suas oito legiões, antes pertencentes a César, mais tarde somadas às duas legiões de veteranos que ele mandou vir da África. Assim, toda a resistência senatorial desmoronou, e Otaviano elegeu-se cônsul sufecta (eleito para concluir o mandato de outro cônsul, impedido por alguma razão de o fazer).

A primeira medida de Otaviano foi pagar, utilizando-se do tesouro público, duzentos e cinquenta denários a cada soldado, assegurando assim sua lealdade. Sua segunda medida foi criar uma corte especial para julgar Sexto Pompeu e os assassinos de César. Por fim, Otaviano retirou de Antônio o estigma de inimigo público de Roma. Feito isto partiu para a Gália, onde se reuniu com seu “novo” aliado. Antônio, por sua vez, ao marchar para o sul depois da derrota em Mutina, encontrou-se com Lépido e seu grande exército, formado basicamente por veteranos de César na Gália. Com a integração dos dois exércitos, Antônio passou ao comando principal, o que Lépido aparentemente não esperava. Antigo mestre de cavalaria e tenente de César, Antônio estava agora no comando de vinte e duas legiões, em plenas condições de lutar por sua posição na Península Itálica.

O (segundo) triunvirato

Ao se encontrarem (Antônio e Lépido) com Otaviano, ainda na Gália, um pacto foi estabelecido, a partir do qual os três passaram a integrar uma comissão com poderes absolutos para restaurar a constituição da República (*tresviri rei publicae constituendae*)^[101].

Da mesma forma que César, Otaviano não iniciou no triunvirato como seu membro mais forte. A divisão das províncias entre eles esclarece bastante a esse respeito, uma vez que Antônio ficou com a Gália Cisalpina e

Comata; Lépido com a Gália Transalpina e as duas Hispânias (Citerior e Ulterior), e Otaviano com o norte da África, a Córsega e a Sardenha, e a Sicília, todas disputadas pelo poderoso Sexto Pompeu.

Ainda em 43, as condenações referentes ao assassinato de César tinham começado: cento e vinte senadores e dois mil *equites* foram mortos, o que permitiu o confisco de bens suficientes para manter as mais de quarenta legiões e bancar a campanha no Oriente contra Cássio e Bruto. O terror das perseguições aos inimigos foi tanto que Cícero, o maior adversário de Antônio no Senado, teve sua cabeça e mão direita cortadas, seguidas da mutilação de sua língua, como maneira de mostrar o que se ganhava com a oposição aos triúnviros (CÁSSIO DIO, 47. 8).

O Senado foi lotado de clientes e o número de pretores aumentado para sessenta e seis, forte indício da necessidade de se militarizar ainda mais o Estado. Todos os magistrados e senadores tiveram que jurar observar os atos de César. A partir desse momento, ele foi elevado por lei à categoria de divindade, e o ato foi reforçado pela construção de um templo em sua honra (APIANO, 14. 20). Com isso, Otaviano convenientemente transformava-se no filho de um deus (*divi filius*), título cujas implicações dificilmente podem ser calculadas (PELLING, 1996, p. 5).

O próximo passo dado pelos triúnviros foi a campanha contra Cássio e Bruto no Oriente, com suas quase vinte legiões. Estacionados na Macedônia, seus exércitos travaram batalhas contra Otaviano e Antônio, separadamente, até que Cássio foi derrotado por Antônio, reduzindo drasticamente o significado da vitória de Bruto sobre Otaviano. Em seguida, mais precisamente após o suicídio de Cássio, Bruto não se mostrou capaz de resistir à investida conjunta de Otaviano e Antônio (APIANO, 16).

Antônio, então, tornou-se senhor de todos os territórios romanos no Oriente, além de possuir o controle de parte da Gália. Também no Oriente, coletou o dinheiro necessário ao pagamento de suas tropas, além de ter se esforçado para encontrar Cleópatra na Cilícia, com o intuito de se aproximar dela para tentar neutralizar o apoio que ela dera a Cássio. Plutarco (*Antônio* 26-28) registrou todo o processo de sedução (não apenas política) de Antônio por Cleópatra, do qual destaco alguns dos trechos mais elucidativos:

Antônio mandou convidá-la para cear, mas Cleópatra ponderou que ele sim, deveria ir até ela. Para mostrar cortesia e complacência,

acedeu ao convite e foi achar a egípcia rodeada de preparativos que desafiavam toda expressão. [...] E com efeito, diz-se que sua beleza, por si mesma, não era incomparável ou de molde a maravilhar os que a contemplavam; no entanto, seu trato tinha um encanto irresistível, e toda a sua pessoa, principalmente a conversa sedutora e a graça natural das palavras, era como que uma espécie de agulhão. Quando falava, até o tom da voz causava prazer. A língua de Cleópatra era um instrumento de várias cordas, do qual se servia à vontade no dialeto que bem entendesse, pois poucos eram os bárbaros com quem falava por intermédio de intérprete. [...] Conquistou tão completamente Antônio que, no instante mesmo em que sua mulher Fúlvia lutava em Roma contra Otaviano para salvar o marido, [...] nesse mesmo momento Antônio se deixava levar por Cleópatra para Alexandria! [...] Ele e Cleópatra haviam fundado uma associação chamada da “Vida inimitável” (*Amimetobíon*), ofereciam-se diariamente banquetes e faziam despesas inacreditáveis, desmesuradas (PLUTARCO. *Antônio* 26-28; **com omissões**).

Seduzido de maneira tão arrebatadora ou não por Cleópatra, estava claro que Antônio possuía interesses políticos na aproximação com a rainha. Afinal, como Bruto deve ter percebido antes dele, aliar-se ao Egito significava ter acesso às muitas riquezas do reino numa eventual guerra travada no Oriente. Otaviano, em contrapartida, embora valorizasse o suporte logístico que poderia ser obtido nas regiões mais distantes de Roma, havia compreendido que a Península Itálica era ainda a chave para o controle supremo de todos os territórios subjugados por Roma. O herdeiro de César estava, portanto, decidido a solucionar os problemas em Roma e os causados por Sexto Pompeu.

Inicialmente, Otaviano decidiu enfrentar a oposição conjunta de um dos cônsules, cunhado de Antônio, e de sua irmã Fúlvia, interessados em destruir

sua reputação. Ele, então, atacou os dois na Etrúria, onde promoveu um verdadeiro massacre, tendo poupado apenas a vida do cônsul (morto pouco tempo depois na Hispânia) e da esposa de Antônio, enviada para junto do marido. Em seguida, aproveitando-se da ausência de Antônio e da morte de seu homem de confiança na Gália Transalpina, Otaviano ocupou-a militarmente. Cabe ressaltar que a Hispânia, antes governada por Lépido (cf. supra), havia pouco tinha sido tomada dele por Otaviano, senhor de praticamente todos os territórios romanos a oeste do Adriático.

Restava, no entanto, o acerto com Sexto Pompeu. Na tentativa de estreitar os laços e resolver a questão diplomaticamente, Otaviano separou-se de Cláudia, filha de Fúlvia (esposa de Antônio), e casou-se com a tia da esposa de Sexto Pompeu, Escribônia, aparentemente sem saber que Sexto Pompeu e Antônio estavam paralelamente negociando uma aliança. De fato, mesmo antes da derrota de seu irmão cônsul para Otaviano, não era cômodo para Antônio permanecer em Alexandria, pois além dos problemas na Península Itálica, que não paravam de crescer, ele tinha que lidar com uma invasão massiva da Ásia Menor pelos partos, orientados pelo romano Labieno, filho de um famoso comandante de César. É digno de nota que foi nesse momento que Labieno passou a se intitular Q. LABIENUS PARTHICUS IMPERATOR, como registrado em diversas moedas cunhadas nessa época, tamanho o sucesso da investida parta e de sua participação nela (PELLING, 1996, p. 12-13).

Ao chegar com suas tropas no sul da Península Itálica (onde planejava obter soldados suficientes para a guerra contra os partos), Antônio encontrou-se com Otaviano em Brundísio, onde firmaram mais um pacto (em 40), renovando de modo peculiar o triunvirato (EVERITT, 2006, p. 81-82). Lépido, bastante enfraquecido na coalizão, ficou com a África, enquanto Antônio e Otaviano confirmaram suas lideranças no Oriente e no Ocidente, respectivamente^[102]. Para selar o acordo, Antônio casou-se com Otávia, irmã de Otaviano.

No Ocidente, o principal alvo do triunvirato era Sexto Pompeu, que a despeito das aproximações diplomáticas continuava a controlar a entrada de grãos na Península Itálica. Após mais negociações, Sexto Pompeu recebeu dos triúnviros o controle de importantes regiões do Mediterrâneo Ocidental, nomeadamente a Sicília, a Córsega, a Sardenha e o Peloponeso. Em troca,

ele deveria levantar o bloqueio marítimo que vinha fazendo até então, visto que comprometia gravemente o abastecimento romano.

Depois desses arranjos, Antônio partiu para Atenas com Otávia, de onde coordenou em segurança as ações militares na Ásia Menor. Na Península Itálica, Otaviano voltou ao problema causado por Sexto Pompeu, que decidiu trair o acordo e retomar o bloqueio marítimo. Foi nesse momento que Otaviano repudiou Escribônia e casou-se com Lúvia, mulher de importante família patrícia, afastando-se definitivamente de Sexto Pompeu. Tendo assegurado sua posição em Roma, Otaviano travou entre 38 e 36 uma guerra decisiva contra o filho de Pompeu Magno, um conflito que só se encerrou com a participação efetiva de Agripa, braço direito do futuro imperador de Roma (PELLING, 1996, p. 34-36).

A guerra civil e o fim da República

Ao colocar um fim ao bloqueio marítimo que trazia para a Península Itálica a cruel realidade da fome, Otaviano tornou-se *imperator Caesar*, título que indicava os vários usos que poderia fazer da imagem de César. Além disso, Otaviano soube explorar sistematicamente seu prestígio no Senado e as relações (diplomáticas e afetivas) entre Antônio e Cleópatra, na tentativa de construir entre os romanos uma imagem bastante negativa de seu inimigo. Tratava-se da construção da imagem de um déspota oriental, grande aliado de uma rainha cuja reputação não era cotada entre as mais ilibadas em Roma.

Sem conseguir recuperar os territórios perdidos para os partos (a campanha de 36 mostrou-se, com efeito, um verdadeiro fiasco), Antônio tinha-se tornado completamente dependente dos recursos obtidos no Egito, o que impulsionou a propaganda política de Otaviano. Em 32, como as relações entre eles já estivessem bastante degeneradas, Antônio separou-se de Otávia e iniciou os preparativos para uma guerra civil. Um ano depois, enfrentaram-se em Ácio, na Grécia.

Em termos militares, eram três as principais vantagens de Antônio, pois além de possuir o exército mais numeroso (PLUTARCO. *Antônio* 61 registra cem mil homens contra provavelmente oitenta mil de Otaviano), a maior e mais eficiente frota, e os recursos mais abundantes, contava também com ampla experiência militar, se comparada àquela de Otaviano. Sua estratégia,

portanto, era óbvia e ao mesmo tempo bastante eficaz, levando em conta a inviabilidade de uma invasão do território italiano: aguardar a investida de Otaviano e arrasar sua frota enquanto estivesse ocupada com a travessia, carregada de legionários, cavalos e suprimentos. Mesmo se desembarcasse, o exército sofreria muito com a superioridade de seu inimigo no mar. O problema da estratégia de Antônio residia no fato de ser impossível vigiar simultaneamente tantos portos, dividindo seu exército e sua frota entre eles sem prejuízo para a defesa.

Havia, ainda, o elemento surpresa do exército de Otaviano: Agripa. Com efeito, antecipando-se ao seu general, Agripa desembarcou antes do esperado com uma pequena parte do exército e capturou sistematicamente pequenas cidades na costa. Em seguida, livre da vigilância, Otaviano pôde fazer a travessia em segurança e desembarcar numa área ao norte de Córçira, tomando em poucos dias o principal forte do promontório. O fato de as fontes não mencionarem qualquer resistência militar às ações de Otaviano pode muito bem indicar que as tropas de Antônio estavam ocupadas com Agripa, e que Otaviano agiu o mais rápido possível para assegurar tanto sua posição após o desembarque quanto a sobrevivência de Agripa.

A partir desse ponto, com o exército reunido e estacionado próximo ao acampamento de Otaviano, Antônio se esforçou por romper as linhas de abastecimento do inimigo, por meio de escaramuças e cortes no abastecimento de água para as tropas, mas Agripa mostrou-se, uma vez mais, um general superior. Depois de uma série de manobras navais, Antônio viu-se bloqueado, sem saída pelo mar, por mais que seus generais se esforçassem para encontrar uma passagem. Um a um seus aliados desertaram ou foram mortos^[103]. A situação tornou-se crítica o bastante para Antônio enviar, sem sucesso, dois de seus homens (Délíio e Amintas) em busca de mercenários na Trácia e na Macedônia (CÁSSIO DIO, 50. 13), o que seria uma ação corriqueira na guerra não fosse o contexto em que ocorreu, com Antônio tendo iniciado a campanha no comando de exército muito mais numeroso. No momento da Batalha de Ácio, as forças de Antônio dificilmente excediam em número as de Otaviano. Na verdade, é bem possível que a frota do primeiro não ultrapassasse as duzentas e cinquenta naus, ao passo que Otaviano pode ter contado com algo em torno de quatrocentas (PELLING, 1996, p. 57). Com o resultado esperado devido aos repetidos infortúnios de Antônio, a batalha naval consagrou a vitória de Otaviano e Agripa sobre Cleópatra e seu amante.

Além das tropas empregadas na batalha de Ácio, Antônio havia deixado quatro legiões em Cirene sob o comando de Lúcio Pinário, provavelmente para suprimir eventuais problemas internos no Egito. Afinal, mesmo no poder, Cleópatra tinha muitos inimigos, como visto na contenda dinástica arbitrada por César há algum tempo, e não era prudente arriscar. Imediatamente após a derrota sofrida, Antônio retirou-se para Pinário com suas legiões, mas teve uma surpresa desagradável: o general que deveria cuidar de sua retaguarda havia desertado, e lutava agora por Otaviano. Decepcionado com a traição, Antônio juntou-se a Cleópatra em Alexandria, para onde a rainha tinha ido desde o fiasco de Ácio, “temendo que seus súditos comessem uma revolta se soubessem do desastre antes de sua chegada” (CÁSSIO DIO, 51. 5).

Otaviano, por sua vez, foi obrigado a partir para a Península Itálica, visto que muitos de seus veteranos exigiam dispensa do serviço militar e, por extensão, terras que pudessem cultivar. A questão era tão delicada que somente em julho de 31 puderam, general e seu exército, considerar a eliminação de Antônio e sua rainha, no Egito. Com tamanha pressão militar na Península Itálica, os recursos que poderiam ser extraídos de uma conquista do Egito tornaram-se vitais.

No início de agosto Alexandria sucumbiu ao exército de Otaviano^[104], fato que foi acompanhado pela deserção completa da frota de Antônio e por mais uma escaramuça perdida por ele nas ruas da cidade. Antônio, então sem esperanças, ao saber que Cleópatra se escondia com duas escravas no mausoléu (em busca de refúgio ou para insinuar sua própria morte), deduziu que sua rainha estava morta e, portanto, cravou no próprio corpo uma espada, “possuído pelo desejo de segui-la na morte” (CÁSSIO DIO, 51. 10). Outra versão possível, embora não mencionada pelas fontes, é que Antônio tenha se ferido em batalha e procurado Cleópatra no mausoléu, onde pereceu por causa do ferimento.

Plutarco (*Antônio* 77) registrou a cena de modo magnífico:

Informado então de que [Cleópatra] vivia, Antônio apressou seus criados, que o conduziram até à entrada do monumento [o mausoléu]. Cleópatra não abriu a porta, mas apareceu a uma janela de onde fez descer cordas e correntes, às quais Antônio foi amarrado. Em

seguida, auxiliada por duas mulheres – as únicas que admitira no mausoléu –, puxou-o para cima. Não houve nunca espetáculo mais digno de piedade, no dizer dos que o testemunharam. Antônio, ensanguentado e agonizante, estendia os braços para ela enquanto era içado. Aquilo não era tarefa fácil para mulheres, e Cleópatra, rosto contraído pelo esforço e agarrada à corda com ambas as mãos, tinha imensa dificuldade em trazê-lo para si, enquanto os que estavam embaixo a encorajavam e partilhavam sua angústia. Depois que finalmente o recolheu, fê-lo deitar-se, rasgou as próprias roupas para cobri-lo e, magoando o peito com os punhos, limpou-lhe o sangue com o rosto chamando-o seu amo, esposo, imperador. Quase olvidava seus males na piedade imensa que sentia por Antônio. Este calou-lhe as lamentações e pediu vinho, ou porque tivesse sede, ou porque esperasse ser assim mais rapidamente libertado da vida (PLUTARCO. *Antônio* 77).

Mais tarde Cleópatra matou-se, aparentemente por temer a vida de uma rainha inimiga cativa em Roma. De acordo com Plutarco (*Antônio* 79) e Cássio Dio (51. 11), Otaviano se esforçou para garantir que Cleópatra não cometesse suicídio, talvez para exibi-la posteriormente num triunfo militem Roma, como mandava a tradição. Segundo as fontes, quando Cleópatra se deu conta do futuro que a aguardava como cativa, tomou a difícil decisão de acabar com a própria vida. Então, segundo Plutarco (*Antônio* 85), mandou preparar um banho, fez uma suntuosa refeição e entregou seu braço à áspide trazida oculta num cesto de figos por um súdito. Quando os guardas de Otaviano entraram, encontraram-na já morta, deitada num leito de ouro e vestida com seus trajes reais^[105]. Nesse momento, a guerra civil estava oficialmente encerrada; com ela, todavia, encerrava-se também a República.

O paradoxo de finais da República pode ser resumido no fato de o governo republicano ter persistido por meio de suas instituições, mas, com o

poder concentrado nas mãos de um homem apenas, “a antítese total do republicanismo” (WARD; HEICHELHEIM; YEO, 2003, p. 228). Este homem era o *princeps*, termo usado para definir tanto um político altamente respeitado (em períodos mais recuados) quanto o nosso “imperador romano” (de 27 a 282 d.C.), que não pode ser confundido com qualquer *imperator*, tradicionalmente um general, comandante, ou comandante em chefe, embora o termo tenha gradualmente passado a designar também os *principes* dos primeiros séculos do império.

Em 29, Otaviano retornou para Roma. Inconcusso no poder, seu principal desafio era a criação de uma forma de governo estável, que respeitasse a tradição e ao mesmo tempo não sucumbisse às instituições falidas da República. A concentração do poder era necessária, mas o caminho para acomodá-la na estrutura tradicional ainda estava por ser inventado.

Otaviano estava em condições de se consolidar no poder de modo legítimo e duradouro, o que César fracassou em realizar. Sua primeira medida foi reduzir drasticamente o tamanho do exército, pois urgia a necessidade de aliviar um tesouro exausto depois de tantos anos de guerra civil. Era também fundamental reduzir as chances de uma nova sublevação das tropas, bem como a ascensão de adversários com grande poder militar. No total, Otaviano desmobilizou cerca de trezentos mil homens, reduzindo drasticamente o número de legiões.

Tamanha desmobilização, no entanto, exigia recursos que somente a conquista do Egito podia assegurar, ao menos sem onerar demais o Estado Romano. Com o tempo, mais precisamente a partir de 13 d.C., tornou-se comum aposentar um soldado pela concessão de grande soma de dinheiro ao invés do assentamento em territórios provinciais. No caso de um legionário, o valor pago totalizava três mil denários, o equivalente a quatorze anos de pagamento regular.

A segunda medida de Otaviano dizia respeito ao fortalecimento de sua imagem como *imperator*, o que conseguiu pela realização de triunfos militares, celebrados por três dias seguidos. Por fim, havia a chamada “questão senatorial”. Em suma, Otaviano deveria mostrar aos senadores que ele não pretendia instaurar uma ditadura vitalícia ou qualquer tipo de monarquia que ferisse a tradição republicana romana. A redução drástica do exército, por exemplo, também colaboraria nesse sentido.

Em 27, portanto, Otaviano realizou o movimento mais importante em busca de legitimidade junto ao Senado. Tendo encerrado a guerra civil, em vez de criar mecanismos para reter o poder pela força das armas, renunciou, devolvendo todos os poderes nele concentrados aos senadores. Ora, há pouco se falou da necessidade de centralização do poder nos finais da República. O “ato nobre” de Otaviano, então, não poderia ser acatado pelos senadores, e ele provavelmente estava considerando isso. Na verdade, como ele abriu mão de seus poderes em prol da República, que homem seria mais indicado para conduzir a centralização da forma esperada pelo Senado?

Em seguida, a Otaviano foi oferecida a administração de diversas províncias (Síria, Cilícia, Chipre, Gália e Hispânia) por dez anos, situação que aproveitou para assentar boa parte dos legionários aposentados. Alguns dias depois, recebeu o título de “Augusto”, que evocava a honra e a benevolência de seu portador. Além disso, permaneceu como cônsul até 23, quando abandonou o posto por razões diversas. Na sequência, recebeu o *imperium maius* (cf. supra), que lhe assegurava poderes proconsulares supremos e definitivos, e que não cessavam quando de sua entrada em Roma. Mais adiante, concederam-lhe poder tribunício, garantindo o direito de reunir o Senado sempre que desejasse, além da assembleia da plebe, onde poderia formalmente propor medidas e vetar outras. Tornou-se, assim, o guardião dos direitos do povo romano. Finalmente, elegeu-se pontífice máximo e recebeu o título de *pater patriae*, iniciativa que partiu das multidões e assegurou a supremacia de Augusto em todo o território italiano.

Sob Augusto, portanto, observou-se a concentração de todos os poderes consagrados ao longo da história da República Romana. O momento de sua ascensão indisputada, em 27, ou a data da Batalha de Ácio (31), marca tradicionalmente o início de uma fase completamente distinta na história da Europa, o chamado “Século de Augusto” (cf. CROOK, 1996, p. 70-112), uma subdivisão da história do Império Romano.

[100]. Um dos oficiais mais próximos de César.

[101]. Sobre o segundo triunvirato, cf. Everitt (2006, p. 102-107).

[102]. Faz-se oportuno destacar que a divisão entre Oriente e Ocidente era mais obscura do que parece, pois. Otaviano tinha *auctoritas* para responder às solicitações de regiões ocidentais e orientais.

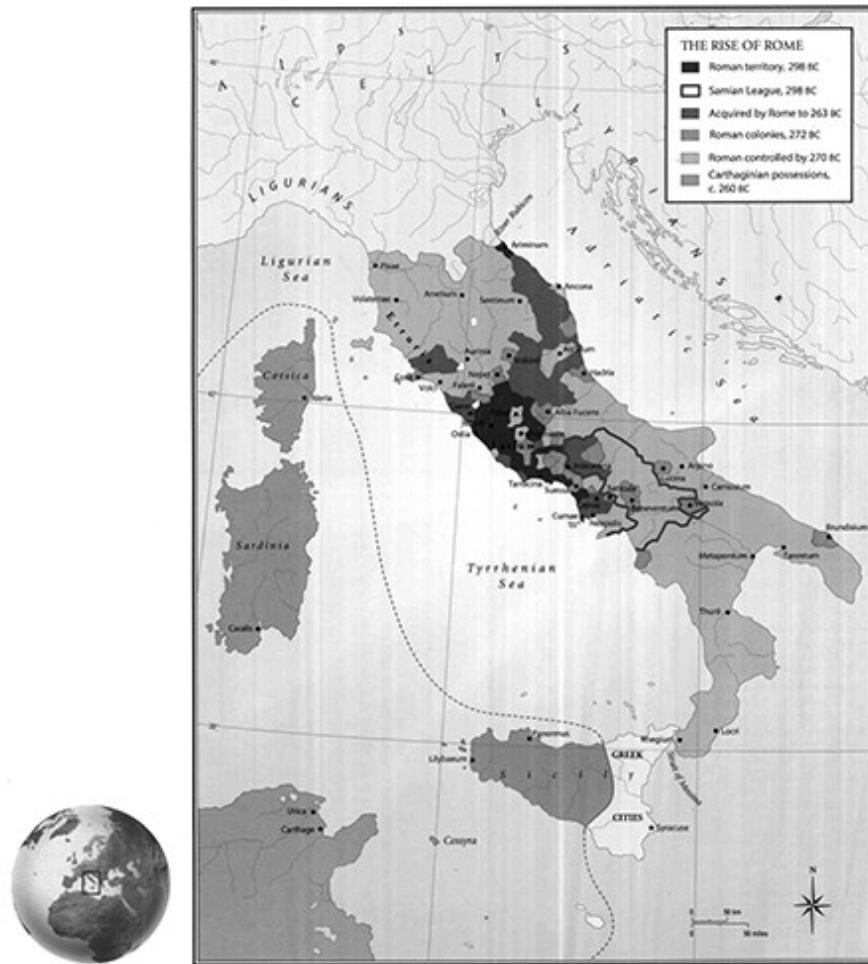
Todavia, como nos lembrou Pelling (1996, p. 18), a divisão entre Oriente e Ocidente traçou os destinos de Antônio e Otaviano, na medida em que o primeiro, “enfrentado com um futuro mais oriental”, não tinha mais condições de pensar uma campanha partindo dos Alpes, em imitação ao que havia feito Júlio César. Da mesma forma, a fixação de Otaviano no Ocidente, embora possa ter causado certo constrangimento pela dificuldade de assentar os veteranos em território tão complicado, deu a ele a possibilidade de se apresentar como defensor da tradição romana contra um “presságio monstruoso de um Antônio degenerado” (p. 18).

[103]. Os reis aliados de Antônio eram: Boco, dos líbios; Tarcondemos, da Alta Cilícia; Arquelau, da Capadócia; Filadelfo, da Paflagônia; Mitrídates, de Comagena; Sadalas, da Trácia; Polemão, do Ponto; Malco, da Arábia; Herodes, da Judeia, e Amintas, rei dos licaônios e dos gálatas (PLUTARCO. *Antônio* 61).

[104]. Sobre os detalhes da tomada de Alexandria, com uma breve digressão sobre a construção da cidade, cf. Everitt (2006, p. 216-220).

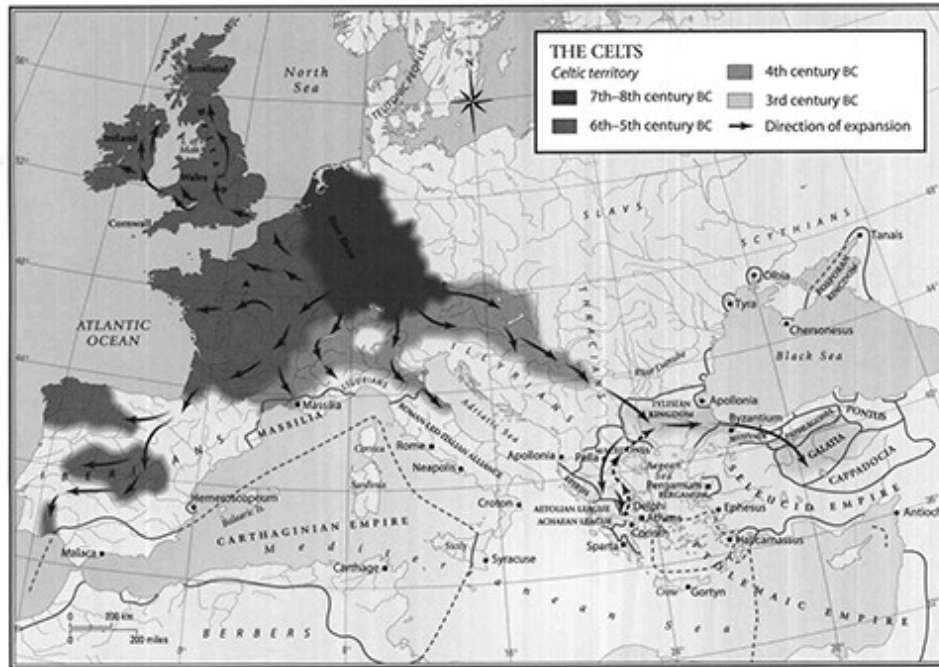
[105]. Cássio Dio (51. 13-14) apresenta uma versão mais cética sobre o que se saber acerca da morte de Cleópatra. De acordo com ele, “ela vestiu sua roupa mais bela, arrumou seu corpo da melhor maneira possível e tomou nas mãos os emblemas da realeza, morrendo em seguida”. Ainda segundo Cássio Dio, “ninguém sabe ao certo o modo como ela morreu” (14).

MAPAS



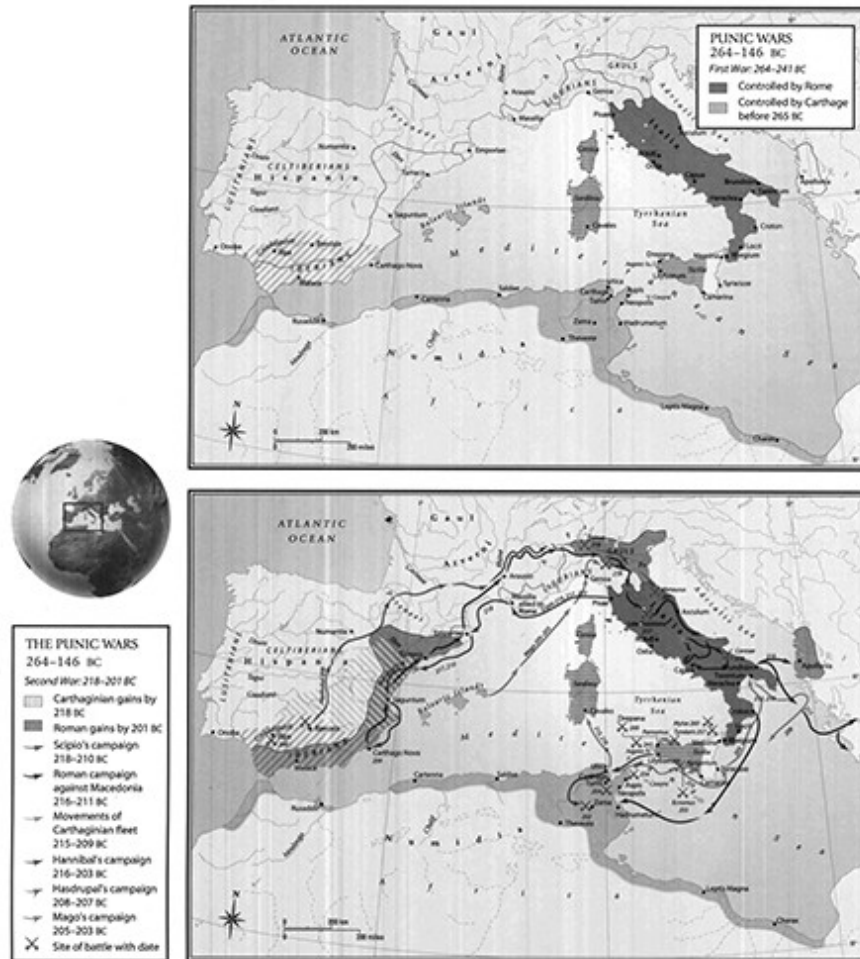
MAPA 1 A ascensão de Roma.

In: BARNES, Ian. *Mapping History: Classical World*.
 Royston: Eagle Editions, 2007, p. 63.



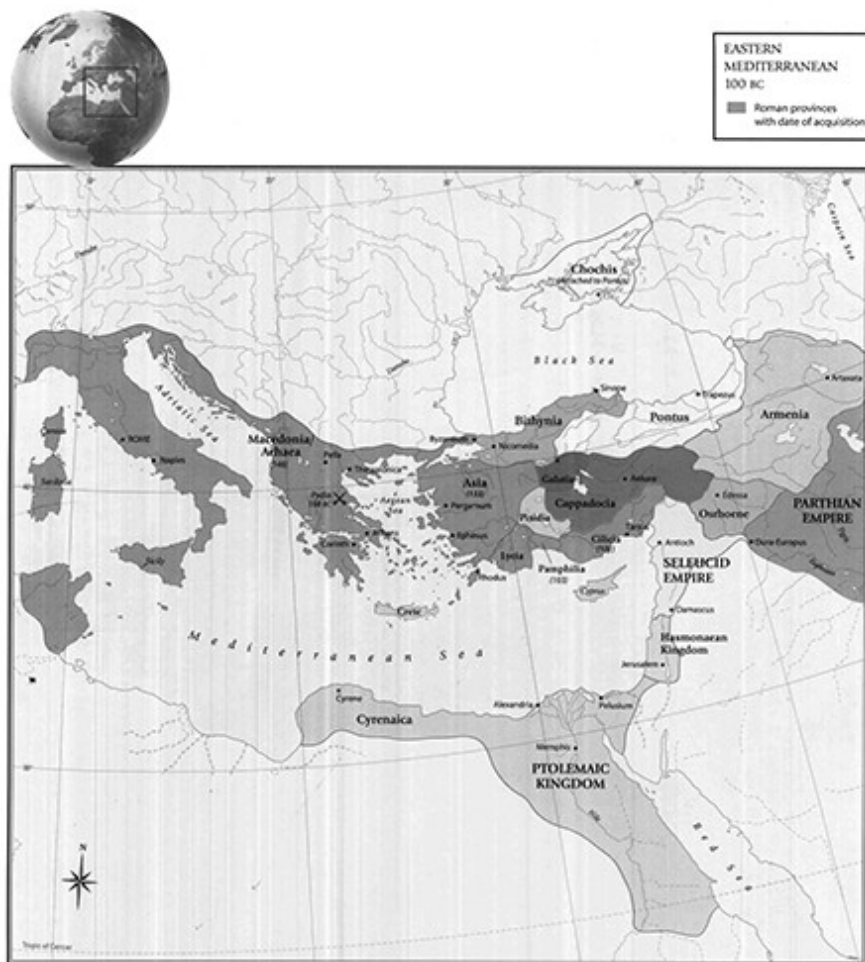
MAPA 2 Os celtas.

In: BARNES, Ian. *Mapping History: Classical World*.
Royston: Eagle Editions, 2007, p. 61.



MAPA 3 As Guerras Púnicas.

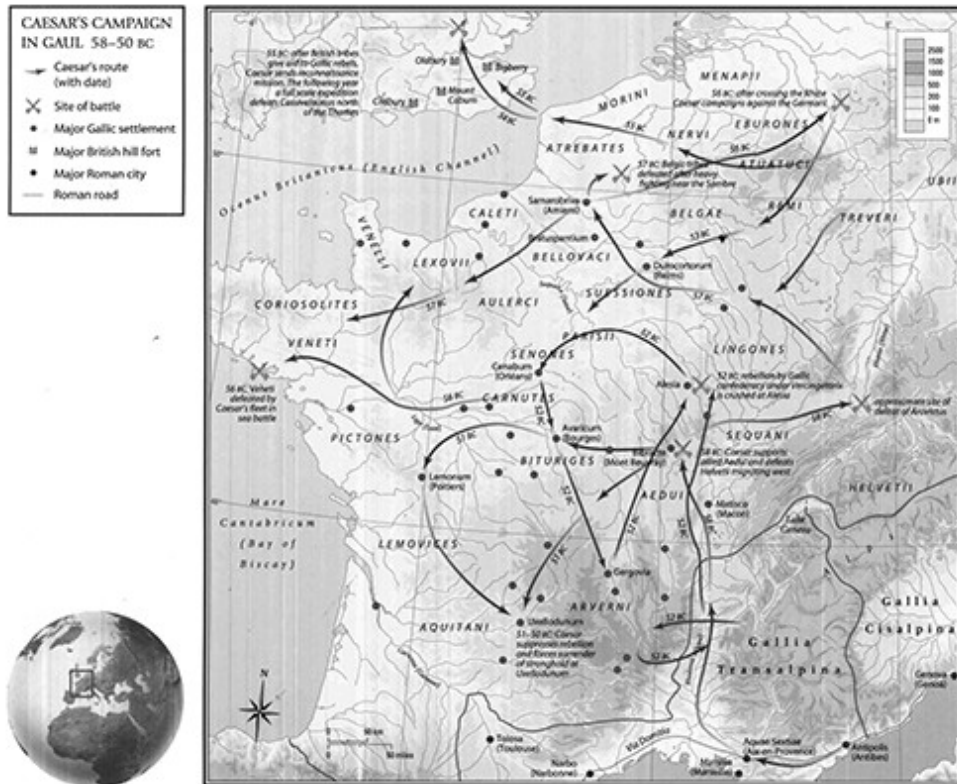
In: BARNES, Ian. *Mapping History: Classical World*.
Royston: Eagle Editions, 2007, p. 64.



MAPA 4 O Mediterrâneo Oriental em 100 a.C.
 In: BARNES, Ian. *Mapping History: Classical World*.
 Royston: Eagle Editions, 2007, p. 66.



MAPA 5 Os territórios romanos em 55 a.C.
 In: BARNES, Ian. *Mapping History: Classical World*.
 Royston: Eagle Editions, 2007, p. 67.



MAPA 6 As campanhas de César na Gália.
In: BARNES, Ian. *Mapping History: Classical World*.
Royston: Eagle Editions, 2007, p. 68.

REFERÊNCIAS

Fontes

As edições de fontes escritas utilizadas – e introduzidas em detalhes na Apresentação deste livro – integram a valiosa *Loeb Classical Library* da Editora da Universidade Harvard. A lista completa de todas as publicações da *Loeb* pode ser consultada no site da própria Editora (hup.harvard.edu).

Além da *Loeb*, algumas edições brasileiras e portuguesas foram utilizadas, nomeadamente: as *Vidas* de Plutarco e a *História de Roma* de Tito Lívio, publicadas pela Paumape; os *Comentários (BG)* de César, publicados pela Ediouro; as *Vidas* (César e Augusto) de Suetônio, publicadas pela Prestígio Editorial.

Estudos

ALFOLDY, Géza. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

AMELING, Walter. The Rise of Carthage to 264. In: HOYOS, Dexter (org.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2011. pp. 39-57.

AUBERT, Jean-Jacques. The Republican Economy and Roman Law: Regulation, Promotion, or Reflection? In: FLOWER, Harriet (org.). *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. pp. 160-178.

AUSTIN, Michel. *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest: A Selection of Ancient Sources in Translation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BARON, Christopher. *Timaeus of Tauromenium and Hellenistic historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BECK, Hans. The Reasons for the War. In: HOYOS, Dexter (org.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2011. pp. 225-241.

BOSWORTH, Brian. *The Legacy of Alexander: Politics, Warfare and Propaganda under the Successors*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

BURY, John. *The Ancient Greek Historians*. New York: Dover, 1908.

CANFORA, Luciano. *Júlio César: o ditador democrático*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CHANIOTIS, Angelos. *War in the Hellenistic World*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2005.

COOLEY, Alison. *Res Gestae Divi Augusti. Text, translation and commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CORASSIN, Maria. Bacchanalia na República romana. *Letras Clássicas*, n. 6, São Paulo. pp. 251-256, 2002.

CORNELL, Tim. Rome and Latium to 390 B.C.. In: WALBANK, Frank et al. (orgs.). *The Cambridge Ancient History 7.2. The Rise of Rome to 220 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990. pp. 243-308.

_____. The Recovery of Rome. In: WALBANK, Frank et al. (orgs.). *The Cambridge Ancient History 7.2. The Rise of Rome to 220 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990. pp. 309-350.

_____. The Conquest of Italy. In: WALBANK, Frank et al. (orgs.). *The Cambridge Ancient History 7.2. The Rise of Rome to 220 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990. pp. 351-419.

_____. *The Beginnings of Rome*. London: Routledge, 1995.

CROOK, John. Political history, 30 BC to AD 14. The triumviral period. In: BOWMAN, Alan; GARSNEY, Peter; RATHBONE, Dominic (orgs.). *The Cambridge Ancient History 10. The Augustan Empire – 43 BC – AD 69*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. pp. 70-112.

D'AMBRA, Eve. *Roman Women*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DEROW, Peter. The Arrival of Rome: from the Illyrian Wars to the Fall of Macedon. In: ERSKINE, Andrew (org.). *A Companion to the Hellenistic World*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2005. pp. 51-70.

DE SANCTIS, Gaetano. *Storia dei Romani I-II: La conquista del primato in Italia*. Torino: Fratelli Bocca, 1907.

EDWELL, Peter. War Abroad: Spain, Sicily, Macedon and Africa. In: HOYOS, Dexter (org.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2011. pp. 320-338.

ERDKAMP, Peter (org.). *A companion to the Roman army*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2007.

EVERITT, Anthony. *Augustus. The Life of Rome's first Emperor*. New York: Random House, 2006.

FGH = JACOBY, Felix. *Die Fragmente der griechischen Historiker*. Leiden/Berlin, 1923-

FIELDS, Nic. *Spartacus and the Slave War 73-71 B.C.* Oxford; New York: Osprey, 2009.

FORSYTHE, Gary. *Livy and Early Rome: A Study in Historical Method and Judgment*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1999.

FREEMAN, Charles. *Egypt, Greece and Rome*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

FRITZ, Kurt. *The theory of the mixed constitution in Antiquity*. New York: Arno Press, 1975.

FRONDA, Michael. Hannibal: Tactics, Strategy, and Geostrategy. In: HOYOS, Dexter (org.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2011. pp. 242-259.

GOLDSWORTHY, Adrian. *The Punic Wars*. London: Cassell, 2002.

_____. *Caesar: life of a colossus*. New Haven: Yale University Press, 2006.

GREEN, Peter. *Alexander of Macedon, 356-323 B.C.: a historical biography*. Berkeley and Los Angeles: The University of California Press, 1992.

_____. *The Hellenistic Age: a Short History*. New York: Modern Library, 2008.

GRIFFITH, Guy. *The Mercenaries of the Hellenistic World*. Chicago: Ares, 1935.

GRUEN, Erich. The coronation of the Diadochoi. In: EADIE, John; OBER, Josiah (orgs.). *Essays in honor of Chester G. Starr*. Lanham; New York; London: University Press of America: 1985. pp. 253-271.

_____. *The Hellenistic World and The Coming of Rome*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1986.

HAMMOND, Nicholas; WALBANK, Frank. *A History of Macedonia. Vol. III. 337-167 BC*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

HANSON, Victor. *The Western way of war: infantry battle in classical Greece*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

_____. *Why the West has won*. New York: Faber, 2001.

HARRIS, William. *War and Imperialism in Republican Rome, 327-370 B.C.* Oxford: Oxford University Press, 1979.

HARSH, Philip. *A Handbook of Classical Drama*. Palo Alto, California: Stanford University Press, 1944.

HOYOS, Dexter. *Unplanned Wars: The Origins of the First and Second Punic Wars*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1998.

_____. *Truceless War*. Leiden: Brill, 2007.

_____. *The Carthaginians*. London; New York: Routledge, 2010.

_____. The Outbreak of war. In: _____. (org.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2011. pp. 131-148.

JEPPESEN-WIGELSWORTH, Alison. The portrayal of Roman wives in literature and inscriptions. 2010. 566 f. Tese de doutorado em Estudos Clássicos – Universidade de Calgary. Calgary, 2010. Disponível em: <http://dspace.ucalgary.ca/jspui/handle/1880/47797> Acesso em: 24. Jun. 2014

KAROGLOU, Kiki. *Mystery Cults in the Greek and Roman World*. In: *Heilbrunn Timeline of Art History*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2000.

KEPPIE, Lawrence. *The making of the Roman army: from republic to empire*. London; New York: Routledge, 1998.

KONRAD, Cristoph. From the Gracchi to the First Civil War (133-170). In: ROSEINSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (orgs.). *A Companion to the Roman Republic*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2006. pp. 167-189.

LANE FOX, Robin. *Alexander the Great*. New York: E.P. Dutton, 1974.

LAUNEY, Marcel. *Recherches sur les armées hellénistiques*. Paris: Boccard, 1949.

LAZENBY, John. *The First Punic War: a military history*. London: UCL Press, 1996.

LE BOHEC, Yann. The “Third Punic War”: the Siege of Carthage (148-146 BC). In: HOYOS, Dexter (org.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2011. pp. 430-446.

LONDON, Jon. War and society. In: SABIN, Philip; WEES, Hans; WHITBY, Michael. *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. pp. 498-516.

LÉVÊQUE, Pierre. *Pyrrhos*. Paris: Boccard, 1957.

LINTOTT, Andrew. Tiberius and Gaius Grachus. In: CROOK, John; LINTOTT, Andrew; RAWSON, Elisabeth. *The Cambridge Ancient History 9. The Last Age of the Roman Republic – 146-43 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008 (ed. orig. 1994). pp. 62-85.

LORETO, Luigi. Roman Politics and Expansion, 241-219. In: HOYOS, Dexter (org.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2011. pp. 184-203.

MARINCOLA, John. Universal History from Ephorus to Diodorus. In: _____ (org.). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2007. pp. 171-179.

McGINN, Bernard. *The Foreign Policy of Mithridates VI Eupator, King of Pontus*. Leiden: Brill, 1986.

MEIER, Christian. *Caesar: a biography*. New York: Basic Book, 1982.

MEISTER, Klaus. Políbio di Megalopoli. In: _____. *La storiografia greca*. Roma; Bari: Laterza, 2008. pp. 183-197.

MILES, Richard. *Carthage Must be Destroyed: The Rise and Fall of an Ancient Mediterranean Civilization*. London: Allen Lane, 2010.

MILNOR, Kristina. *Gender, Domesticity, and the Age of Augustus*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MINEO, Bernard. Principal Literary Sources for the Punic Wars (apart from Polybius). In: HOYOS, Dexter (org.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2011. pp. 111-128.

MITCHELL, Richard. Roman-Carthaginian Treaties: 306 and 279-278 BC. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. Stuttgart, Bd. 20, H. 5/6. pp. 633-655. 1971.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Políbio e Posidônio. *Os limites da helenização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. pp. 27-50.

MONTEIRO, João. Canas (216 a.C.): Roma e Cartago – a Guerra pelo Mediterrâneo. In: _____. *Grandes conflitos da história da Europa. De Alexandre Magno a Guilherme “O Conquistador”*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012. pp. 73-108.

MORKHOLM, Otto. *Early Hellenistic Coinage from the accession of Alexander to the Peace of Apamea (336-186 B.C.)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MUSTI, Domenico. Syria and the East. In: WALBANK, Frank et al. (orgs.). *The Cambridge Ancient History 7.1. The Hellenistic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. pp. 175-220.

NATIVIDADE, Everton. Os Anais de Quinto Ênio: estudo, tradução e notas. 2009. 255 f. Dissertação de Mestrado em Letras Clássicas – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-02022010-162128/pt-br.php> Acesso em: 16. Jan. 2014.

NICOLET, Claude. Polybe et les institutions romaines. In: GABBA, Emilio. *Polybe. Entretiens sur l'Antiquité Classique* (Tome XX). Vandoeuvres; Genève: Fondation Hardt, 1974. pp. 209-266.

NORTH, John. The Constitution of the Roman Republic. In: ROSEINSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (orgs.). *A Companion to the Roman Republic*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2006. pp. 256-277.

ORLIN, Eric. Urban Religion in the Middle and Late Republic. In: RÜPKE, Jörg (org.). *A Companion to Roman Religion*. Malden; Oxford; Carlton: Blackwell, 2007. pp. 58-70.

PARKE, Howard. *Greek Mercenaries Soldiers*. Chicago: Ares, 1933.

PELLING, Christopher. The triumviral period. In: BOWMAN, Alan; GARSNEY, Peter; RATHBONE, Dominic (orgs.). *The Cambridge Ancient History 10. The Augustan Empire – 43 BC – AD 69*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. pp. 1-69.

PLANTZOS, Dimitris. The Iconography of Assimilation. Isis and Royal Imagery on Ptolemaic Seal Impressions. In: IOSSIF, Panagiotis; CHANKOWSKI, Andrzej; LORBER, Catharine (orgs.). *More than men, less than gods. Studies on royal cult and imperial worship*. Leuven; Paris; Walpole, Ma: Peeters, 2011. pp. 389-416.

PLATNER, Samuel. *A Topographical Dictionary of Ancient Rome*. Oxford: Oxford University Press, 1929.

RAAFLAUB, Kurt. Between Myth and History: Rome's Rise from Village to Empire (the Eighth Century to 264). In: ROSEINSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (orgs.). *A Companion to the Roman Republic*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2006. pp. 125-146.

RANKOV, Boris. A War of Phases: Strategies and Stalemates 264-241. In: HOYOS, Dexter (org.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2011. pp. 149-166.

RAWSON, Beryl. Finding Roman Women. In: ROSEINSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (orgs.). *A Companion to the Roman Republic*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2006. pp. 324-342.

RICH, John. Warfare and the Army in Early Rome. In: ERDKAMP, Paul. *A companion to the Roman army*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2007. pp. 7-23.

SANT'ANNA, Henrique. *Alexandre Magno: a paixão da guerra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011.

_____. Entre reis, tiranos e generais: *imitatio Alexandri* e dispositivos táticos no ocidente helenístico, 323-255 a.C. 2011. 203 f. Tese de Doutorado em História – Universidade de Brasília. Brasília, 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8525/1/2011_HenriqueModanezdeSant%27Anna.pdf. Acesso em: 16 jan. 2014.

_____. Antígono versus Eumenes ou a luta pela supremacia política nos primórdios da história helenística, 323-301. *Revista OPSIS*, Catalão, v. 12, n. 2, pp. 232-246 - jul./dez. 2012.

SCARDIGLI, Barbara. *I Trattati romano-cartaginesi*. Pisa: Scuola Normale Superiore, 1991.

_____. Early Relations between Rome and Carthage. In: HOYOS, Dexter (org.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2011. pp. 28-38.

SEAGER, Robin. Sulla. In: CROOK, John; Lintott, Andrew; RAWSON, Elisabeth (orgs.). *The Cambridge Ancient History 9. The Last Age of the Roman Republic – 146-43 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008 (ed. orig. 1994). pp. 197-208.

SHAYEGAN, Rahim. *Arsacids and Sasanians: Political Ideology in Post-Hellenistic and Late Antique Persia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SHERWIN-WHITE, Adrian. Lucullus, Pompey and the East. In: CROOK, John; LINTOTT, Andrew; RAWSON, Elisabeth (orgs.). *The Cambridge Ancient History 9. The Last Age of the Roman Republic – 146-43 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008 (ed. orig. 1994). pp. 229-273.

SHIPLEY, Graham. *The Greek World after Alexander, 323-30 BC*. London and New York: Routledge, 2000.

SIDEBOTTOM, Harry. *Ancient warfare: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

SILVA, Luis. *Viriathus: and the Lusitanian Resistance to Rome*. Barnsley: Pen and Sword, 2013.

SINISI, Fabrizio. *Sylloge Nummorum Parthicorum: Vologases II – Pacorus II*. New York; Paris; London; Vienna; Tehran; Berlin: Verlag, 2012.

TARN, William. *Hellenistic Military and Naval Developments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1930.

WALBANK, F.W. Polybius on the Roman constitution. *The Classical Quarterly*. Cambridge, Vol. 37, n. 3/4, p. 73-89, jul.-oct., 1943.

_____. *The Hellenistic world*. Brighton, Sussex: Harvester Press; Atlantic Highlands, N.J.: Humanities Press, 1981.

_____. *Polybius*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1990.

_____. (org.). *The Cambridge Ancient History 7.2. The Rise of Rome to 220 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Polybius, Rome and the Hellenistic World: Essays and Reflections*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. Fortune (Tyché) in Polybius. In: MARINCOLA, John (org.). *A Companion to Greek and Roman Historiography*. Malden; Oxford; Victoria: Blackwell, 2007. pp. 349-355.

WARD, Allan. *Marcus Crassus and the Late Roman Republic*. Columbia, MO: University of Missouri Press, 1977.

WARD, Allen; HEICHELHEIM, Fritz; YEO, Cedric. *A History of the Roman People*. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall, 2003.

WILLIAMS, John. *Beyond the Rubicon. Romans and Gauls in Republican Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

ZAMBON, Efrem. From Agathocles to Hieron II: the birth and development of *basileia* in Hellenistic Sicily. In: LEWIS, Sian (org.). *Ancient Tyranny*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006. pp. 77-94.

_____. *Tradition and Innovation: Sicily between Hellenism and Rome*. Stuttgart: Fraz Steiner Verlag, 2008.

TEXTOS DE CAPA

Contracapa

Este livro representa um esforço de síntese e análise dos eventos mais importantes dessa história, de modo a levar o leitor a pensar criticamente sobre ela. A estratégia didática adotada passa pela apresentação de conteúdo factual suficiente para a reflexão sobre questões históricas fundamentais, sempre baseando os argumentos no que pode ou não ser extraído das fontes. Temas centrais foram, assim, abordados por meio de informações amiúde específicas, mas tal nível de especificidade não tem a função de confundir o leitor, e sim de convidá-lo a pensar com o maior arsenal de evidências possível.

Orelhas

Situada entre a diplomacia e a violência, a história da República Romana testemunhou grandes realizações e infortúnios, oferecendo ao homem antigo material suficiente para o registro de suas percepções sobre o mundo no qual se via inserido. Atualmente, historiadores enxergam essa realidade passada como parte de uma história mais ampla de Roma, tendo as fontes antigas como guia para o que pode ou não ser dito sobre ela. Em suas especificidades, a República Romana apresenta-se ao historiador com a mesma importância histórica frequentemente atribuída ao Império, sendo não apenas a forma de governo que o antecedeu, mas também o que lhe possibilitou a existência.

O propósito deste livro é oferecer ao leitor uma síntese histórica suficientemente densa, sem, no entanto, realizar um esforço de verticalização que a descaracterize. É destinado, portanto, ao aluno de graduação que necessita aprofundar seus conhecimentos em história antiga, ou àquele que queira iniciar de modo mais direcionado suas pesquisas sobre a história de Roma. Concebido com esse espírito, este livro contém uma narrativa

histórica produzida com base na leitura atenta das fontes, indicando-as sempre que necessário, de maneira a fomentar questionamentos diversos, mesmo que contrários aos apresentados pelo autor.

(O autor)



Henrique Modanez de Sant'Anna é professor de História Antiga da Universidade de Brasília (UnB), atuando no curso de graduação oferecido pelo Departamento de História e no respectivo Programa de Pós-Graduação. Doutorou-se em 2011, na mesma universidade, após cumprir estágios de pesquisa na Fundação Hardt (Genebra, Suíça) e na Universidade da Califórnia (Berkeley, EUA). Entre 2012 e 2013, foi *Fellow in Hellenic Studies* do *Harvard Center for Hellenic Studies*, com um projeto de pesquisa sobre tipos de dominação legítima na monarquia helenística (323-278 a.C.). Autor de artigos em revistas especializadas, publicou, também, um estudo introdutório sobre Alexandre Magno, pela Universidade de Coimbra (2011).

Agradecimentos à Quantum Books Ltd por permitir a utilização dos mapas.